

Seis décadas cultivando saberes: A Geografia Agrária e Rural da UFSM (1965 - 2025)



**Cesar De David
Marcelo Cervo Chelotti
(Organizadores)**

ARCO
EDITORES ● ● ● ●

**SEIS DÉCADAS CULTIVANDO SABERES: A GEOGRAFIA
AGRÁRIA E RURAL DA UFSM (1965-2025)**

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI
Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR
Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR
Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI
Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR
Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM
Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC
Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS
Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS
Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID
Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE
Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL
Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS
Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP
Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN
Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA
Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN
Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE
Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT
Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL
Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM
Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM
Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB
Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM
Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS
Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO
Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA
Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB
Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC
Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS
Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS
Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ
Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM
Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB
Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Seis décadas cultivando saberes [livro eletrônico] :
a geografia agrária e rural da UFSM (1965-2025) /
organização Cesar De David, Marcelo Cervo
Chelotti. -- 1. ed. -- Santa Maria, RS : Arco
Editores, 2025.

PDF

Bibliografia

ISBN 978-65-5417-576-0

1. Agroecologia 2. Geografia agrícola 3. Educação
no campo 4. Educação rural 5. Professores I. David,
Cesar De. II. Chelotti, Marcelo Cervo.

25-314593.0

CDD-370.91734

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação do campo 370.91734

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

DOI: 10.48209/978-65-5417-576-0

*Por 60 anos, nosso mundo foi o campo:
suas vozes, suas lutas, seus caminhos...
Foi nele que aprendemos a escutar, a caminhar
junto, e a semear saberes que brotam da terra.
Colhemos os frutos que saciam a fome de
conhecimento e alimentam a vida.*

PREFÁCIO

A Geografia universitária brasileira aproxima-se de completar um século de existência, com a criação dos primeiros cursos universitários no Brasil, na USP e na UFRJ. Essas duas instituições foram fundantes na formação dos primeiros profissionais de Geografia no país, às quais se somaram posteriormente outras universidades que contribuíram para a formação de mestres e doutores, como a UNESP–Rio Claro, a UFPE, entre outras, além do papel relevante do IBGE nesse processo formativo.

Essas instituições contribuíram para a formação de muitos dos profissionais que atuaram no curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que comemora sessenta anos e tem desempenhado papel excepcional na formação de professores e bacharéis em Geografia, que atuam em inúmeras Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas, em todo o território brasileiro.

Entre os diversos temas que se destacaram nos estudos realizados pelo corpo docente e discente do curso de Geografia da UFSM, sobressaem os temas conectados ao rural e ao agrário. A UFSM, localizada no coração do Rio Grande do Sul, encontra-se no centro de uma área de produção agropecuária, marcada, de um lado, pelo legado de uma produção colonial e industrializada decorrente da imigração europeia, e de outro, por uma área mais tradicional, de origem latifundiária, cujo fundamento esteve centrado na pecuária. Ainda que essas realidades tenham sido dinamizadas e transformadas pelo avanço do agronegócio, essas identidades permanecem no imaginário da construção do gaúcho. Essa vinculação com o rural tem sido uma das marcas das pesquisas desenvolvidas ao longo dos últimos sessenta anos.

Foram muitas as contribuições de professores que já se aposentaram, como Ivo Lauro Muller Filho, Sergio Augusto Carvalho Bernardes, Vera Maria Favila Miorin e Meri Lourdes Bezzi, e também a continuidade do trabalho de docentes como Cesar De David e Marcelo Cervo Chelotti. Esses professores, entre outros, contribuíram e continuam contribuindo para a manutenção de uma agenda de pesquisa, ensino e extensão voltada ao espaço rural. Muitas investigações tiveram como recorte empírico o território gaúcho, contribuindo para o entendimento das transformações ocorridas no espaço rural do estado.

O presente livro nos brinda, em sua primeira parte, com o resgate de textos de Ivo Lauro Muller Filho, Sergio Augusto Carvalho Bernardes, Vera Maria Favila Miorin e Meri Lourdes Bezzi, que durante muitos anos contribuíram para a formação de profissionais de Geografia, com ênfase nas pesquisas em Geografia Rural.

Na segunda parte desta relevante obra, os atuais professores Cesar De David, Marcelo Cervo Chelotti, Anderson Luiz Machado dos Santos, Eduardo Schiavone Cardoso e Carmen Rejane Flores apresentam resultados de suas investigações, pontuando os temas contemporâneos que estão no radar desses pesquisadores sobre o rural e suas transformações. Destarte, temas como produção do espaço agrário, educação no campo, entre outros, emergem nesse cenário.

Entre os muitos profissionais formados na Geografia da UFSM e que contribuem, na terceira parte do presente livro, destacam-se Giancarla Salamoni (UFPel), que investiga a agricultura familiar; Michele Lindner (UFRGS), que lança um olhar geográfico sobre a produção de alimentos de forma agroecológica; Flamarion Dutra Alves (UNIFAL), que reflete sobre a dinâmica da pecuária brasileira; Felipe Leindecker Montebianco (UFPel), que foca seus estudos na paisagem rural; Ideni Terezinha Antonello (UEL), que analisa as relações campo-cidade; e Marcelo Antonio Conterato (UFRGS), que estabelece reflexões sobre Geografia e desenvolvimento rural. Esses pesquisadores e seus trabalhos revelam a consistência das investigações iniciadas na graduação na UFSM e que, atualmente, contribuem em outras IES com a continuidade da formação de profissionais de Geografia sob a ótica do espaço rural.

Na quarta parte deste livro, encontramos uma entrevista com a professora Vera Maria Favila Miorin, que por muitos anos esteve à frente de laboratório de pesquisa, ministrando aulas de Geografia Agrária e orientando inúmeras pesquisas sobre esse importante tema geográfico. A referida professora, pelo longo período de atuação na Geografia da UFSM, formou inúmeros profissionais e marcou gerações de geógrafos.

Destarte, convidamos a comunidade geográfica — e não apenas ela — a ler, reler e conhecer um pouco das investigações e contribuições proporcionadas pela ótica da Geografia Rural da UFSM ao longo dos últimos sessenta anos.

Parabéns à Geografia da UFSM por esse importante marco temporal. Que este grupo mantenha suas pesquisas em evidência e que, daqui a quarenta anos, possamos comemorar o centenário deste curso tão relevante e o legado de seus profissionais.¹

Glaucio José Marafon
Rio de Janeiro, primavera de 2025.

¹ UMA JORNADA ACADÊMICA EM GEOGRAFIA E DESENVOLVIMENTO RURAL – 1997 A 2024

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
Cesar De David Marcelo Cervo Chelotti	
DA SEMEADURA À COLHEITA: A PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA E RURAL NA UFSM - 1965 A 2025	18
Cesar De David DOI: 10.48209/978-65-5417-576-1	
PARTE I: MESTRES DA TERRA: O LEGADO INTELECTUAL DA GEOGRAFIA AGRÁRIA E RURAL NA UFSM	34
A CRIAÇÃO DE BOVINOS EM RORAIMA: CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA PECUÁRIA NAS REGIÕES TROPICAIS	35
Ivo Lauro Müller Filho Sérgio Augusto Carvalho Bernardes DOI: 10.48209/978-65-5417-576-2	
DIMENSÃO AGRÁRIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - USO DA MÉDIA ARITMÉTICA COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO	64
Ivo Lauro Muller Filho DOI: 10.48209/978-65-5417-576-3	
A QUESTÃO AGRÁRIA NA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA	78
Vera Maria Favila Miorin DOI: 10.48209/978-65-5417-576-4	
A DIALÉTICA DA REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL	86
Vera Maria Favila Miorin Meri Lourdes Bezzi DOI: 10.48209/978-65-5417-576-5	
PARTE II: NOVAS VOZES, TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: A GEOGRAFIA AGRÁRIA E RURAL CONTEMPORÂNEA NA UFSM	94
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL: PROCESSOS HISTÓRICOS E TRANSFORMAÇÕES RECENTES	95
Cesar De David DOI: 10.48209/978-65-5417-576-6	
ESPAÇO AGRÁRIO DA CAMPANHA GAÚCHA: PERMANÊNCIAS E METAMORFOSES	111
Marcelo Cervo Chelotti DOI: 10.48209/978-65-5417-576-7	

NOS RINCÕES DA CAMPANHA GAÚCHA: EXPRESSÕES DE UMA TESSITURA TERRITORIAL INVISIBILIZADA 123

Anderson Luiz Machado dos Santos

DOI: 10.48209/978-65-5417-576-8

PESCADORES E PESCADOS CONECTANDO QUESTÕES AGRÁRIAS, URBANAS E AMBIENTAIS 143

Eduardo Schiavone Cardoso

DOI: 10.48209/978-65-5417-576-9

EDUCAÇÃO DO CAMPO: A CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO DA UFSM 162

Carmen Rejane Flores

DOI: 10.48209/978-65-5417-576-A

PARTE III: RAÍZES QUE SE ESPALHAM: A GEOGRAFIA AGRÁRIA E RURAL DA UFSM NO BRASIL 173

ALGUMAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA PENSAR A AGRICULTURA FAMILIAR NO CAMPO EMPÍRICO 174

Giancarla Salamoni

DOI: 10.48209/978-65-5417-576-B

ASSENTAMENTOS RURAIS E GEOGRAFIA DOS ALIMENTOS: PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE, RS 186

Michele Lindner

DOI: 10.48209/978-65-5417-576-C

O BRASIL DO 'AGRO': DINÂMICA DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA E O PROCESSO DE COMMODITIZAÇÃO DO TERRITÓRIO 198

Flamarion Dutra Alves

DOI: 10.48209/978-65-5417-576-D

PESQUISA SOCIOESPACIAL COM FOCO CONCEITUAL NA PAISAGEM: PONDERAÇÕES 212

Felipe Leindecker Montebianco

DOI: 10.48209/978-65-5417-576-E

PERSPECTIVA E O DESAFIO DA INSERÇÃO DO ESPAÇO RURAL NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL LONDRINA - PARANÁ (2018-2028) 220

Ideni Terezinha Antonello

DOI: 10.48209/978-65-5417-576-F

UMA JORNADA ACADÊMICA EM GEOGRAFIA E DESENVOLVIMENTO RURAL – 1997 A 2024 240

Marcelo Antonio Conterato

DOI: 10.48209/978-65-5417-576-G

PARTE IV: TRAJETÓRIA E LEGADOS: DIÁLOGO COM A PROFESSORA VERA MARIA FAVILA MIORIN	256
DIÁLOGO COM A PROFESSORA VERA MARIA FAVILA MIORIM	257
ANEXO 1: RELAÇÃO DE DISSERTAÇÕES E TESES EM GEOGRAFIA AGRÁRIA, GEOGRAFIA RURAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO PRODUZIDAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UFSM	273
ANEXO 2: PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E GEOGRAFIA RURAL, DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA LICENCIATURA E BACHARELADO DA UFSM - 1985 - 2023	288
SOBRE OS AUTORES ORGANIZADORES	294

APRESENTAÇÃO

Cesar De David
Marcelo Cervo Chelotti

Seis décadas cultivando saberes: a geografia agrária e rural da UFSM (1965 - 2025)

Esta é muito além de uma obra comemorativa — é um testemunho vivo da trajetória intelectual, política e afetiva que moldou o pensamento geográfico agrário e rural na Universidade Federal de Santa Maria entre 1965 e 2025. Este livro reúne textos históricos produzidos por professoras e professores que marcaram profundamente a formação acadêmica e o debate sobre o campo, o território e as dinâmicas rurais no Brasil. Ao lado deles, egressas e egressos do curso de Geografia da UFSM compartilham suas experiências, reflexões e contribuições, evidenciando o alcance e a permanência desse legado para além dos muros da universidade.

A obra celebra uma tradição de pesquisa comprometida com a compreensão do espaço rural, com o desenvolvimento regional e com a valorização dos sujeitos do campo. Ao revisitar textos fundantes e abrir espaço para novas vozes, este livro constrói uma ponte entre gerações, reafirmando a relevância da Geografia Agrária e Rural como campo de conhecimento, de luta e de transformação.

Em vez de apenas olhar o passado, este livro inspira o futuro — um futuro em que o saber geográfico continue sendo cultivado com rigor, sensibilidade e compromisso com a realidade brasileira.

Mestres da Terra: O Legado Intelectual da Geografia Agrária e Rural na UFSM

A história da Geografia Agrária e Rural na Universidade Federal de Santa Maria é inseparável da atuação de professoras e professores que, com dedicação e visão crítica, formaram gerações de geógrafos comprometidos com a realidade brasileira. A Parte I desta obra reúne textos históricos que marcaram profundamente o desenvolvimento do pensamento geográfico na UFSM e no país, reafirmando o papel da universidade como espaço de produção de conhecimento transformador.

Entre os nomes que deixaram raízes nesse campo, destacam-se Ivo Lauro Muller Filho, Sergio Augusto Carvalho Bernardes, Vera Maria Favila Miorin e Meri Lourdes Bezzi — pesquisadores cuja atuação acadêmica ultrapassou as salas de aula, influenciando políticas públicas e a formação de estudantes ao longo de décadas.

Os textos aqui reeditados são testemunhos de uma época em que a Geografia se afirmava como ciência social comprometida com o território e com os sujeitos que o habitam. Em “A criação de bovinos em Roraima”, Muller Filho e Bernardes oferecem uma leitura pioneira sobre a pecuária nas regiões tropicais, articulando produção e espaço com precisão analítica. Já em “Dimensão agrária no Estado do Rio Grande do Sul”, Muller Filho propõe o uso da média aritmética como instrumento metodológico, revelando a inventividade técnica aplicada à leitura do campo.

A contribuição de Vera Maria Favila Miorin se destaca pela profundidade teórica e pelo rigor metodológico. Em “A questão agrária na perspectiva geográfica”, ela traça os contornos de uma

abordagem crítica e situada, enquanto em “A dialética da reforma agrária no Rio Grande do Sul”, escrita em coautoria com Meri Lourdes Bezzi, revela a complexidade das lutas pela terra e os embates entre estrutura fundiária e justiça social.

Revisitar esses textos é reconhecer a força de um legado que continua a inspirar, provocar e formar. São obras que não apenas resistem ao tempo, mas o atravessam com lucidez e coragem, reafirmando o papel da Geografia como ciência da realidade e da transformação.

Novas Vozes, territórios em movimento: A Geografia Agrária e Rural Contemporânea na UFSM

A Geografia Agrária e Rural da UFSM segue viva, pulsante e em constante renovação. A Parte II deste livro celebra a contribuição dos atuais professores e professoras que, com rigor teórico, sensibilidade territorial e compromisso ético, dão continuidade ao legado construído ao longo das últimas seis décadas. Seus textos revelam uma Geografia que dialoga com o presente, que escuta os sujeitos do campo e que se reinventa diante das transformações sociais, econômicas e ambientais.

O capítulo que abre essa seção, intitulado *A Produção do Espaço Agrário no Rio Grande do Sul: Processos Históricos e Transformações Recentes*, de autoria de Cesar De David, propõe uma leitura multifacetada da conformação territorial rural gaúcha. Ao desconstruir a narrativa linear que associa a diversidade agrária apenas às transformações contemporâneas, o autor evidencia que a pluralidade de usos, sujeitos e práticas produtivas está presente desde os primeiros momentos da ocupação do território. Com base em uma abordagem geográfica e histórica, o texto analisa os processos fundiários, os agentes sociais, os conflitos e as estratégias que moldaram — e seguem moldando — o espaço agrário do Rio Grande do Sul, oferecendo uma contribuição essencial para o debate sobre desenvolvimento rural e reconfiguração territorial do Rio Grande do Sul.

Em “Espaço agrário da Campanha Gaúcha: permanências e metamorfoses”, Marcelo Cervo Chelotti analisa as dinâmicas territoriais de uma das regiões mais emblemáticas do sul do Brasil, revelando como o espaço agrário se transforma sem perder suas marcas históricas. Nessa mesma direção, Anderson Luiz Machado dos Santos, em “Nos rincões da Campanha Gaúcha”, dá visibilidade a territorialidades silenciadas, revelando a tessitura complexa e plural que compõe o rural gaúcho.

A diversidade dos sujeitos rurais também se manifesta na contribuição de Eduardo Schiavonne Cardoso, que em “Pescadores e pescados conectando questões agrárias, urbanas e ambientais” amplia o olhar da Geografia Agrária para as diferentes territorialidades e suas comunidades, reafirmando o valor dos saberes e práticas tradicionais, a partir de sua própria prática de ensino e pesquisa.

Por fim, para encerrar a seção, a dimensão educativa e política do campo ganha destaque no texto de Carmen Rejane Flores, que apresenta a atuação do Grupo de Pesquisa em Educação e Território da UFSM, evidenciando a importância da educação do campo como prática emancipadora e territorializada.

Esses textos revelam uma Geografia comprometida com a realidade, com a justiça social e com a pluralidade dos territórios rurais. São vozes que, ao mesmo tempo que honram o passado, projetam o

futuro da Geografia Agrária e Rural na UFSM e no Brasil — uma ciência que continua cultivando saberes com raízes profundas e horizontes abertos.

Raízes que se espalham: A Geografia Agrária e Rural da UFSM no Brasil

A força de uma universidade se mede, também, pela trajetória de seus egressos. A Parte III desta coletânea reúne uma amostra significativa da produção de professoras e professores formados na UFSM que hoje atuam em renomadas instituições de ensino e pesquisa em diversas regiões do país. São vozes que carregam consigo a marca da formação recebida na UFSM e que, ao longo dos anos, vêm contribuindo para o avanço da Geografia Agrária e Rural brasileira com excelência, compromisso e inovação.

No texto “*Algumas perspectivas teóricas para pensar a agricultura familiar*”, Giancarla Salamoni discute a multifuncionalidade da agricultura familiar, articulando-a ao conceito de sociobiodiversidade. Ela destaca a produção e comercialização como dimensões centrais dos projetos de desenvolvimento rural. A multifuncionalidade propõe superar a visão setorial da agricultura, valorizando a diversidade estrutural do espaço rural. As estratégias de desenvolvimento passam a incluir não apenas a produção agrícola, mas também aspectos culturais, ambientais e econômicos. Por seu foco na conservação ambiental e sociocultural, esse conceito está diretamente ligado às políticas públicas e à atuação do Estado. Salamoni também aborda o enraizamento territorial, evidenciando as relações de confiança e as práticas locais na produção e comercialização de alimentos, o que fortalece a conexão entre rural e urbano. Nesse contexto, a sociobiodiversidade ganha relevância como campo de conhecimento que valoriza agroecossistemas vinculados aos biomas brasileiros e à agricultura familiar, contribuindo para sistemas agroalimentares sustentáveis e canais curtos de comercialização.

O capítulo “Assentamentos Rurais e Geografia dos Alimentos: Produção e Comercialização Agroecológica na Região Metropolitana de Porto Alegre, RS”, de Michele Lindner, analisa a trajetória da produção agroecológica nos assentamentos rurais da Região Metropolitana de Porto Alegre, destacando as práticas produtivas, os desafios enfrentados pelos assentados e os circuitos curtos de comercialização, especialmente por meio das feiras livres. A partir de experiências acumuladas em pesquisas do Núcleo de Estudos Agrários da UFRGS, o texto evidencia o papel estratégico das hortas agroecológicas na geração de renda, no acesso à alimentação saudável e na permanência dos trabalhadores rurais na terra. Ao discutir a organização coletiva, as políticas públicas e a inserção dos assentamentos no mercado de alimentos orgânicos, o capítulo contribui para o fortalecimento da Geografia dos Alimentos como campo de análise das relações entre produção, território e sociedade.

O capítulo “O Brasil do ‘Agro’: Dinâmica da Agropecuária Brasileira e o Processo de Commoditização do Território”, de Flamarion Dutra Alves, analisa as transformações espaciais e produtivas da agropecuária brasileira entre 1988 e 2022, com foco nas culturas voltadas à exportação e no avanço do agronegócio como força dominante no território. A partir de uma revisão sistemática e de

dados secundários de fontes oficiais, o autor investiga quais regiões se beneficiam ou são prejudicadas pela commoditização, quais culturas ganham ou perdem espaço e como se configura a espacialidade desse fenômeno. O texto também problematiza os custos sociais e ambientais do modelo agroexportador brasileiro, articulando conceitos como neoextrativismo e neoplantation para compreender os impactos do comércio global sobre o território nacional. Resultado de uma palestra realizada na UFSM, o capítulo oferece uma leitura crítica sobre o papel do Brasil no mercado global de matérias-primas e os desafios que esse protagonismo impõe ao desenvolvimento territorial.

O capítulo “Pesquisa Socioespacial com Foco Conceitual na Paisagem: Ponderações”, de Felipe Leindecker Monteblando, propõe uma reflexão crítica sobre o uso do conceito de paisagem na pesquisa geográfica, com base em estudos realizados sobre o Pampa Brasileiro, no Rio Grande do Sul. Partindo da tradição que entende a paisagem como sistema material e objeto de exame visual, o autor discute os limites dessa abordagem e apresenta duas ponderações fundamentais: a impossibilidade de captar toda a realidade apenas pela visão e a influência dos filtros que condicionam o olhar do pesquisador. Ao destacar a importância de múltiplos olhares contextuais e da escuta das populações locais, o texto contribui para o aprimoramento metodológico da pesquisa socioespacial, ampliando o potencial analítico da paisagem como categoria central na leitura do espaço geográfico.

O capítulo “Perspectiva e o Desafio da Inserção do Espaço Rural no Plano Diretor Municipal de Londrina – Paraná (2018–2028)”, de Ideni Terezinha Antonello, analisa como o espaço rural foi incorporado nas diretrizes de planejamento territorial do Plano Diretor Municipal de Londrina, aprovado em 2022. A partir de uma abordagem crítica fundamentada no Estatuto da Cidade, o texto discute os desafios legais, políticos e operacionais da inclusão do rural nos instrumentos de gestão municipal, destacando a importância de um planejamento que considere a complexidade e a dinamicidade do território rural. Com base em uma contextualização socioterritorial e na análise das diretrizes do plano, o capítulo evidencia que, embora o espaço rural não tenha sido negligenciado, sua efetiva valorização depende dos desdobramentos concretos da política pública ao longo da década de vigência do plano. A reflexão proposta contribui para uma agenda de pesquisa voltada à superação das desigualdades socioterritoriais e ao fortalecimento da função social da terra no planejamento municipal.

O capítulo “Uma Jornada Acadêmica em Geografia e Desenvolvimento Rural – 1997 a 2024”, de Marcelo Antonio Conterato, apresenta um relato pessoal e institucional sobre sua trajetória acadêmica, entrelaçando vivências de pesquisa, ensino e extensão com os processos de desenvolvimento territorial. Organizado cronologicamente, o texto revisita momentos marcantes desde o ingresso na graduação em Geografia na UFSM, passando pela pós-graduação na UFRGS, pela atuação docente na UFPel e pela consolidação profissional como professor titular na UFRGS. Ao refletir sobre desafios, conquistas e afetos que moldaram sua caminhada, o autor oferece uma contribuição singular às comemorações dos 60 anos do curso de Geografia da UFSM, revelando como experiências individuais também constroem coletivamente a história da universidade e da geografia brasileira.

Trajatória e Legados: Diálogo com a Professora Vera Maria Favila Miorin

A quarta parte da coletânea dedicada aos 60 anos do Curso de Geografia da UFSM e à consolidação da Geografia Agrária e Rural na instituição apresenta uma conversa com a professora Vera Maria Favila Miorin. Reconhecida nacionalmente por sua contribuição à formação de pesquisadores e pesquisadoras, sua atuação foi marcada pela dedicação à construção teórica e ao rigor metodológico, pilares que sustentam sua trajetória acadêmica. Ao longo de sua carreira, a professora Vera desempenhou papel fundamental na consolidação da Geografia Agrária como campo de investigação científica na UFSM, influenciando diretamente — e indiretamente — diversas gerações de estudiosos. Esta entrevista oferece um registro valioso de sua visão sobre a pesquisa, o ensino e os caminhos percorridos pela Geografia na universidade, constituindo um testemunho singular de um legado intelectual que permanece como referência.

Geografia Agrária e Rural da UFSM: Uma Trajetória de Excelência Acadêmica e Científica

Esta coletânea celebra e documenta seis décadas de produção intelectual, formação acadêmica e compromisso científico da Geografia Agrária e Rural da Universidade Federal de Santa Maria. Ao reunir textos históricos, contribuições contemporâneas e reflexões de egressos que hoje atuam em diferentes instituições do país, a obra oferece um panorama abrangente da evolução desse campo na UFSM, evidenciando sua relevância teórica, metodológica e institucional.

Mais do que um registro comemorativo, o livro apresenta uma síntese das principais temáticas que marcaram a trajetória da Geografia Agrária e Rural na universidade — como estrutura fundiária, agricultura familiar, agroecologia, planejamento territorial e educação do campo — e aponta para vertentes de pesquisa que seguem renovando e ampliando esse legado. A entrevista com a professora Vera Maria Favila Miorin, encerrando a coletânea, simboliza o elo entre gerações e reafirma o papel da UFSM como espaço de excelência acadêmica e científica.

Por fim, a relação das teses de doutorado e dissertações de mestrado são apresentadas no anexo desta coletânea. Desde a criação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSM — com o mestrado iniciado em 2003 e o doutorado em 2013 — foram defendidas nada menos que 23 teses de doutorado e 94 dissertações de mestrado. Esses números não apenas revelam a expressiva produção acadêmica da instituição nas áreas de Geografia Agrária, Geografia Rural e Educação do Campo, como também atestam a qualidade e o rigor científico que marcam as pesquisas desenvolvidas por seus docentes e discentes. É uma trajetória que evidencia a excelência acadêmica e o compromisso com o conhecimento transformador e com a valorização dos territórios, sujeitos e saberes do campo brasileiro.

Assim, a obra reafirma que a Geografia Agrária e Rural da UFSM é não apenas a mais importante do Rio Grande do Sul, mas também uma referência nacional na produção de conhecimento sobre o espaço rural brasileiro. Seu percurso é marcado pela solidez teórica, pelo rigor metodológico e pela capacidade de formar profissionais comprometidos com a leitura crítica e qualificada do território. Trata-

se de uma tradição que permanece viva, em constante diálogo com os desafios contemporâneos — uma tradição que continua a se expandir, como sementes que encontram solos férteis para germinar.

DA SEMEADURA À COLHEITA: A PRODUÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA E RURAL NA UFSM - 1965 A 2025

Cesar De David

Doi: 10.48209/978-65-5417-576-1

No ano em que se celebram seis décadas da Geografia na UFSM, torna-se ainda mais evidente a importância de resgatar e fortalecer a tradição do ensino e da pesquisa na Geografia Agrária e Rural. Ao longo desses 60 anos, essa área consolidou-se como um dos pilares da produção científica e acadêmica da instituição, tanto pela significativa contribuição ao conhecimento geográfico quanto pela formação de professores/as e pesquisadores/as altamente qualificados. Espalhados por instituições de ensino e pesquisa em todo o país, esses profissionais desempenham um papel essencial na continuidade e na evolução dos estudos agrários e rurais, reafirmando o compromisso da UFSM com a excelência e a inovação científica. Assim, é fundamental reconhecer e valorizar este legado, impulsionando novas investigações e aprofundando reflexões que possam contribuir para a compreensão dos espaços agrários e rurais no Brasil.

Nos primeiros anos das universidades brasileiras, a formação dos professores universitários seguia um modelo bastante distinto do que se observa atualmente. A exigência de titulação acadêmica era mínima, e o diploma universitário era suficiente para a docência, o que refletia a estrutura incipiente das instituições de ensino superior no país. Esse cenário permitiu que profissionais das mais diversas áreas ingressassem na carreira acadêmica, muitas vezes sem formação específica em pesquisa, mas com significativa experiência prática.

Sérgio Augusto Carvalho Bernardes foi um dos primeiros nomes a se destacar no contexto da Geografia Agrária no Brasil. Professor-Assistente do Departamento de Geociências, e um dos quatro fundadores do curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), iniciou sua atuação na segunda metade da década de 1960, período em que a área começava a se consolidar no país. À época, a Geografia Agrária ainda não possuía uma disciplina específica, sendo seu conteúdo incorporado a matérias como Geografia Humana e Geografia do Brasil. Essa estrutura curricular refletia a necessidade de organizar e especializar gradativamente os campos do conhecimento dentro da geografia acadêmica.

A trajetória do professor Bernardes ilustra esse momento de transição. Embora não tenha realizado pós-graduação, prática comum entre docentes pioneiros, ele desenvolveu uma produção científica significativa, conciliando a vida universitária com sua experiência como produtor rural, o que lhe valeu uma indicação como diretor da FARSUL² na gestão 1970-1972, o que explica sua vinculação ideológica e a alegada objetividade científica. No entanto, esse contato direto com a realidade agrária possibilitou contribuições originais, estabelecendo uma relação singular entre teoria e prática.

² Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. Fundada em 1927, a entidade congrega proprietários de terra e produtores rurais gaúchos, possuindo uma longa tradição na defesa dos interesses do agronegócio.

O percurso do professor Bernardes exemplifica o perfil de muitos dos pioneiros do magistério superior no Brasil, cuja atuação esteve inicialmente voltada predominantemente para o ensino, enquanto a pesquisa ocupava um papel secundário — realidade que começaria a se transformar com a Reforma Universitária de 1968 (Baeta Neves; Martins, 2015). Ainda assim, sua contribuição foi decisiva no processo de consolidação das universidades e no fortalecimento das áreas de conhecimento emergentes. Como primeiro docente de Geografia Agrária da UFSM, Bernardes desempenhou um papel estratégico na formação de novas gerações de profissionais, e na edificação das bases acadêmicas que sustentaram a pesquisa e a produção científica a partir de então.

Entre suas contribuições, destaca-se um estudo sobre a produção da bovinocultura em Roraima, realizado no campus avançado da UFSM em Boa Vista. A pesquisa, intitulada *A criação de bovinos em Roraima: Contribuição para o estudo da pecuária nas regiões tropicais*³, foi desenvolvida em parceria com o professor Ivo Lauro Muller Filho e publicada em edição especial de 1971, tornando-se uma das primeiras publicações da UFSM na área.

O estudo seguiu os princípios da Geografia Tradicional vigente à época, adotando o “método fisionômico” de Leo Waibel, fundamentado em observações de campo e entrevistas com pecuaristas. A aplicação desse método permitiu a identificação de quatro principais áreas produtoras: o lavrado, os tesos, as enseadas e as serras. A pesquisa aborda inicialmente os aspectos naturais da região, seguida pela análise dos fatores humanos, com destaque para o povoamento e os chamados “gêneros de vida”, para então aprofundar a descrição da atividade pecuária e sua comercialização.

O artigo *A estrutura fundiária do município de Santa Maria*, de Sérgio Augusto Carvalho Bernardes, Ivo Lauro Müller Filho e outros pesquisadores, publicado em 1988, oferece uma análise detalhada da organização fundiária da região. O estudo examina a posse e a dimensão das propriedades rurais ao longo de um período de 15 anos, identificando tendências de concentração e fragmentação da terra.

Uma das principais contribuições do artigo para a análise das condições da agricultura no município é a identificação do aumento significativo do número de propriedades com menos de 100 hectares. Esse fenômeno reflete um processo de pulverização fundiária, que pode impactar diretamente a produtividade agrícola e a viabilidade econômica das pequenas propriedades. Além disso, os autores utilizam o Coeficiente de Gini para medir o nível de concentração da posse da terra, constatando uma forte desigualdade na distribuição fundiária.

O estudo também discute a relação entre a estrutura fundiária e o desenvolvimento regional, sugerindo que, dadas as condições físicas e socioeconômicas da época, a concentração de terras poderia ser mais benéfica do que uma fragmentação excessiva, que poderia desestimular a produção agrícola e contribuir para o êxodo rural. O caráter conservador dessa perspectiva pode ser analisado a partir de sua defesa da concentração fundiária como um fator positivo para o desenvolvimento agrícola e regional. Essa visão parte de pressupostos tradicionais da economia agrária, nos quais a grande propriedade seria

³ Este texto está reproduzido nesta obra, na página 35.

mais eficiente em termos produtivos, favorecendo a estabilidade econômica e reduzindo impactos negativos, como o êxodo rural.

Essa perspectiva desconsidera outros modelos alternativos de organização fundiária, como a distribuição mais equitativa da terra e o incentivo à agricultura familiar. O argumento de que a fragmentação fundiária desestimula a produção agrícola pode ser visto como limitado, pois ignora o potencial de sistemas produtivos diversificados que valorizam práticas sustentáveis e promovem maior inclusão social. Além disso, a defesa da concentração fundiária muitas vezes desconsidera os impactos socioeconômicos sobre pequenos produtores e trabalhadores rurais. O acesso restrito à terra pode aprofundar desigualdades e limitar oportunidades de autonomia econômica para populações agrícolas locais. Ao reforçar essa perspectiva, o texto apresenta uma abordagem tradicional mais alinhada a políticas agrárias que historicamente favoreceram latifundiários e grandes produtores, em detrimento de sistemas mais democráticos de distribuição fundiária.

Apesar do caráter conservador das aulas e as incipientes pesquisas conduzidas pelos professores pioneiros da Geografia Agrária da UFSM em um período em que a ciência era amplamente percebida sob uma perspectiva de pseudo-neutralidade, o avanço da disciplina não foi contido por essa abordagem inicial. A necessidade de compreender as dinâmicas do campo e os desafios estruturais das questões agrárias impulsionou o desenvolvimento de uma Geografia Agrária mais crítica e comprometida com os problemas sociais e econômicos rurais. Esse movimento permitiu que novos pesquisadores adotassem perspectivas inovadoras, promovendo um diálogo mais próximo com as realidades do campo e contribuindo para uma ciência menos distanciada das demandas concretas da sociedade.

Uma das figuras que rompeu com as abordagens tradicionais foi a professora Vera Maria Favila Miorin, pioneira entre os geógrafos da UFSM a obter o título de doutora em Geografia pela UNESP Rio Claro, em 1989 (Miorin, 1989). Integrante da primeira turma do curso de Geografia da UFSM, ingressou na graduação em 1965 e concluiu seus estudos em 1968. Durante sua formação, teve como professor Sérgio Bernardes, de quem recebeu a missão de dar continuidade ao ensino da Geografia Agrária na instituição.

Fundadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas Regionais (LEPER), a professora Vera Miorin desempenhou um papel fundamental na consolidação das pesquisas sistemáticas em Geografia Agrária, envolvendo ativamente os estudantes do curso de Geógrafo⁴, antiga denominação do Bacharelado em Geografia. Mesmo sem a exigência formal do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), um número significativo de acadêmicos optou por investigar temas relacionados à Geografia Agrária, tendo a professora Vera Miorin como referência e orientadora, evidenciando sua influência e dedicação ao avanço da disciplina.

⁴ O Curso de Geógrafo, cujo objetivo era formar bacharéis em Geografia, foi fundado na UFSM em 1977, com grande participação da professora Vera Miorin, coordenadora do curso por várias gestões.

Os primeiros trabalhos de conclusão de curso de Geógrafo voltados para a Geografia Agrária marcaram um momento decisivo na consolidação da área dentro da UFSM. Mesmo sem a exigência formal do TCC, diversos acadêmicos demonstraram interesse em analisar a dinâmica do espaço rural, abordando temas como estrutura fundiária, produção agrícola e impactos das políticas agrárias. Essas pesquisas pioneiras, orientadas por professores comprometidos com uma visão mais crítica da realidade do campo, contribuíram significativamente para a construção de um conhecimento geográfico aplicado às questões agrárias, influenciando gerações futuras de pesquisadores e fortalecendo o papel da Geografia Agrária dentro da universidade.

Os primeiros TCCs, apresentados em 1980, foram orientados pelo professor Sérgio Bernardes. “Análise do espaço agrário de Dona Francisca - RS”, foi realizado por Dilene Migotto e “Processo de ocupação humana na área rural do município de Guaraciaba - SC e sua agricultura”, por Teomar Ceretta. A partir de 1983, os trabalhos de conclusão de curso na área da Geografia Agrária passaram a ser orientados pela professora Vera Miorin. Neste ano, foi apresentado o trabalho: “Tipologia agrária da região centro-fronteira-oeste do Rio Grande do Sul, de autoria de Nelba de Azevedo e Denise Labrea Ferreira. Em 1984, “Determinação da área e atividade hortigranjeira do município de Santa Maria”, de Mônica Krieling. Em 1985, Vera Miorin orientou a realização dos seguintes TCCs: “Característica da olericultura caseira no perímetro urbano da cidade de Santiago - RS”, de Marilu Campagner May; “Comportamento da estrutura fundiária da microrregião homogênea da lagoa Mirim - MRH 319”, de Lilian Hahn Mariano da Rocha e “Comportamento da estrutura fundiária da microrregião homogênea 321 - Período de 1940 - 1980”, de Maria de Fátima Machado. Em 1986, duas pesquisas foram orientadas por ela: “A transformação da pequena produção a partir da re-produção das relações de produção - um estudo de caso no município de Santa Cruz do Sul, de Salette Beatriz Ferreira e “Comportamento da estrutura fundiária da microrregião homogênea Colonial das Missões - MRH 323 Período 1960/1980”, de Regina Weinert La Bela, ambos publicados na primeira edição da Revista Geografia Ensino & Pesquisa, em 1987.

Durante seu mestrado na UNESP Rio Claro, a professora Vera Miorin desenvolveu a pesquisa intitulada *Características da Modernização da Agricultura no Centro Noroeste do Rio Grande do Sul*, sob orientação do professor Miguel Cezar Sanches (MIORIN, 1982). Sua investigação aprofundou a análise dos processos de modernização agrícola na região, evidenciando as transformações produtivas e estruturais que impactaram o setor rural. Profundamente influenciada pela Geografia Teórica, consolidou sua abordagem analítica no estudo da tipologia da agricultura. Suas pesquisas estabeleceram conexões com outras universidades, como a Universidade Federal de Sergipe, que possuía uma das pós-graduações em Geografia mais destacadas do país, com forte influência do professor Alexandre Diniz. Essa interação acadêmica permitiu o desenvolvimento de investigações mais aprofundadas sobre as dinâmicas agrícolas, ampliando o diálogo entre diferentes correntes teóricas e fortalecendo a construção do conhecimento geográfico voltado à estrutura produtiva do campo.

No doutorado em Geografia, também pela UNESP Rio Claro, a professora Vera Miorin desenvolveu a tese intitulada *Modo de Produção e Organização do Espaço Agrário: Uma Abordagem Teórico-Metodológica* (MIORIN, 1989). Seu estudo investigou as formas de produção agrícola e sua influência na configuração espacial do campo, explorando as relações entre os modelos produtivos e a organização territorial. Com uma abordagem metodológica detalhada, sua pesquisa analisou os impactos econômicos e sociais das estruturas agrárias, oferecendo uma compreensão aprofundada sobre os processos de transformação rural.

Coordenou a organização do V Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Santa Maria em 1985. O evento representou um marco na consolidação dos estudos agrários no Brasil. O evento reuniu pesquisadores, professores e estudantes de diversas instituições, promovendo debates sobre as transformações no espaço rural e os desafios enfrentados pela agricultura familiar. As discussões abordaram temas como estrutura fundiária, políticas agrárias e impactos socioeconômicos das mudanças produtivas no campo. Além das apresentações acadêmicas, o encontro fortaleceu redes de pesquisa e colaboração entre universidades, contribuindo para o avanço da Geografia Agrária como campo de estudo essencial para a compreensão das dinâmicas rurais brasileiras. Estiveram presentes no encontro grandes nomes da Geografia Agrária brasileira, como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Lucia Helena de Oliveira Girardi.

No texto *A questão agrária na perspectiva geográfica*⁵, de sua autoria, publicado na revista *Geografia Ensino & Pesquisa* em 1991, abordou a questão agrária sob uma ótica geográfica, analisando a distribuição da terra e suas implicações socioeconômicas. Uma das principais contribuições do texto é a abordagem interdisciplinar, que conecta aspectos geográficos, históricos e econômicos para compreender a estrutura fundiária e os desafios da reforma agrária. No entanto, nota-se a ausência de uma análise mais aprofundada sobre os impactos das políticas agrárias contemporâneas à época. Embora o texto discuta a questão fundiária, ele poderia ter explorado mais as dinâmicas políticas e institucionais que influenciam a distribuição da terra. Além disso, o artigo apresenta uma visão detalhada sobre a organização espacial da produção agrícola, mas poderia ter incluído a discussão sobre os conflitos agrários e os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária. A inclusão de dados empíricos e estudos de caso também teria enriquecido a análise, tornando-a mais concreta e aplicável à realidade brasileira. Apesar dessas limitações, o trabalho de Miorin é relevante para o debate sobre a questão agrária, especialmente por sua perspectiva geográfica, que muitas vezes é deixada em segundo plano em análises predominantemente econômicas ou sociológicas. O artigo continua sendo uma referência importante para estudiosos da geografia agrária e da estrutura fundiária no Brasil.

A trajetória da professora Vera Miorin no campo da Geografia Agrária ultrapassou os limites de sua produção acadêmica na UFSM, refletindo-se na formação de uma geração de pesquisadores que hoje ocupam posições em diversas universidades e centros de pesquisa no Brasil. Seu compromisso com a

⁵ Este texto está reproduzido nesta obra, na página 78.

análise das dinâmicas rurais e sua preocupação com uma abordagem metodológica rigorosa influenciaram diretamente seus orientandos, que levaram adiante seus ensinamentos e expandiram os horizontes da Geografia Agrária. Por meio de sua atuação docente e das inúmeras pesquisas que coordenou e orientou, Miorin não apenas consolidou um campo de estudo essencial para a compreensão do espaço agrário, mas também fomentou redes acadêmicas que contribuíram para o avanço teórico e metodológico da disciplina. Seu legado é perceptível na diversidade de investigações realizadas atualmente, que ecoam os princípios fundamentais de sua obra e reafirmam sua relevância na estruturação dos estudos agrários no país.

Outra professora que teve grande destaque na Geografia Agrária da UFSM foi Meri Lourdes Bezzi. Ela concluiu seu mestrado na UNESP Rio Claro, sob orientação da professora Lúcia Helena de Oliveira Girardi, com um estudo sobre a redução do espaço destinado à pecuária bovina em São Borja (RS), devido ao avanço da lavoura arrozeira (BEZZI, 1986). Ao ingressar na UFSM, já com o mestrado concluído, passou a integrar o LEPER, sob a coordenação da professora Vera Miorin. Embora nunca tenha lecionado a disciplina de Geografia Agrária, então ministrada exclusivamente pela professora Vera Miorin, a professora Meri Bezzi atuou em disciplinas da área de Epistemologia da Geografia e Metodologia Científica. Ainda assim, dedicou-se intensivamente à pesquisa e aos estudos em Geografia Agrária, desenvolvendo projetos de iniciação científica e, posteriormente, orientando trabalhos de mestrado e doutorado nessa área.

No final da década de 1980, o LEPER consolidou-se como um dos principais núcleos de produção científica em Geografia Agrária e Rural na UFSM, tornando-se uma referência na Geografia Brasileira. Seu prestígio foi resultado tanto dos projetos de pesquisa desenvolvidos quanto da formação de recursos humanos na área, apesar da ausência de programas de pós-graduação em Geografia na UFSM naquele período. Muitos egressos da UFSM buscaram continuidade acadêmica no programa de pós-graduação da UNESP Rio Claro, reconhecido como um dos principais centros de formação intelectual na área. A influência de grandes nomes dos estudos rurais, como os professores Miguel Cezar Sanches, Antônio Olívio Ceron, Lúcia Helena de Oliveira Gerardi, Lígia Celória Poltronieri, Silvio Carlos Bray, Enéas Rente Ferreira, Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira e Vera Mariza Henriques de Miranda Costa, entre outros, contribuiu significativamente para a consolidação desse espaço de pesquisa e formação.

Durante esse período, o professor Glaucio José Marafon integrou o LEPER, contribuindo significativamente para os estudos desenvolvidos no núcleo. Ele obteve seu mestrado em Geografia pela UNESP Rio Claro, onde conduziu pesquisas sobre Complexos Agroindustriais, um tema essencial para a compreensão da dinâmica produtiva no espaço rural brasileiro. Sua investigação foi orientada pela professora Vera Mariza Henriques de Miranda Costa, cuja expertise na área permitiu aprofundamentos metodológicos e teóricos sobre as relações entre agricultura, indústria e território (MARAFON, 1988). No LEPER, sua atuação reforçou as análises sobre o desenvolvimento rural e as transformações agrárias no Brasil.

No início dos anos 2000, a área de Geografia Agrária e Rural na UFSM passou por um importante processo de reconfiguração. A professora Meri Lourdes Bezzi, então vinculada ao grupo liderado pela professora Vera Maria Favila Miorin, deu início a uma nova trajetória acadêmica ao fundar o Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (NERA). A criação do NERA representou a ampliação das abordagens teóricas e metodológicas no campo da Geografia Agrária, consolidando-se como um espaço dinâmico de pesquisa, formação e debate.

Desde sua fundação, o NERA se destacou pela intensa participação de estudantes de graduação e pós-graduação, envolvendo bolsistas de iniciação científica, mestrandos e doutorandos em projetos voltados ao estudo dos espaços rurais, das políticas públicas e das dinâmicas regionais. A emergência de novos núcleos e linhas de pesquisa nesse período contribuiu para o fortalecimento institucional da área, promovendo a diversidade de olhares e o aprofundamento das investigações sobre o campo brasileiro.

Os estudos de iniciação científica, incluindo os trabalhos de conclusão de curso, desempenharam um papel fundamental na pesquisa sobre o meio rural conduzida pela Geografia da UFSM, especialmente no que se refere aos aspectos locais e regionais das atividades agrárias e suas implicações socioespaciais. No entanto, um avanço significativo ocorreu com a implantação, no segundo semestre de 1990, do curso de especialização em Geociências, com área de concentração em análise dos usos e recursos do espaço no Rio Grande do Sul. Esse novo programa impulsionou ainda mais a produção acadêmica, por meio do desenvolvimento de monografias especializadas que aprofundaram o conhecimento sobre o tema.

A primeira monografia defendida no curso de especialização foi de autoria de Cesar De David, em 1991, com o título “O Complexo Agroindustrial da Soja em Cruz Alta – RS”, sob orientação de Glaucio José Marafon. O trabalho analisou o complexo agroindustrial da soja, um setor estratégico para a economia do Rio Grande do Sul. Tratou-se de um estudo de caso, em Cruz Alta, um município com forte tradição agrícola, especialmente na produção de grãos, o que torna o estudo relevante para entender as dinâmicas econômicas e territoriais da região. A pesquisa antecipou discussões sobre agricultura familiar versus agronegócio, que se tornariam centrais em sua pesquisa futura, servindo como base para sua atuação posterior em temas como territorialidades rurais, educação do campo e desenvolvimento regional (DE DAVID, 2022).

Incentivado pelos professores Gláucio Marafon e Meri Lourdes Bezzi, Cesar De David ingressou no mestrado em Geografia na UNESP de Rio Claro, no período de 1991 a 1995, fase decisiva na consolidação de sua atuação como pesquisador em geografia agrária e desenvolvimento rural. O título da dissertação foi: *A Estrutura da Produção Agrícola e as Transformações Decorrentes da Modernização da Agricultura no Município de São Sepé – RS*, tendo como orientador o prof. Antonio Olívio Ceron (DE DAVID, 1995). Nela, investigou os impactos da modernização agrícola sobre a estrutura produtiva de São Sepé, município do interior gaúcho com forte tradição agropecuária. A dissertação abordou questões como a transição de modelos tradicionais para formas mais intensivas e mecanizadas de produção, as implicações

sociais e espaciais da modernização, especialmente sobre agricultores familiares e a reconfiguração do território rural diante das novas lógicas do agronegócio.

Ainda mestre em Geografia, Cesar De David ingressa na UFSM como professor associado, em 1998, fundando um novo grupo de pesquisa, o GPET - Grupo de Pesquisa em Educação e Território. A atuação e consolidação do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET) da UFSM é um exemplo marcante de compromisso acadêmico com a transformação social e a valorização dos territórios rurais. O grupo surgiu a partir de ações iniciadas em 1996, com atividades junto às Escolas Itinerantes do MST, antes mesmo de sua formalização como grupo de pesquisa no CNPq, em 2005. Junto com Ane Carine Meurer, Cesar De David foi um dos fundadores e líderes do grupo, articulando docentes e estudantes dos cursos de Geografia, Pedagogia e Ciências Sociais em torno de temas como educação do campo, territorialidades rurais e movimentos sociais. O grupo se consolidou como referência nacional na interface entre educação popular e geografia, com forte atuação em projetos de extensão e pesquisa aplicada.

Já docente da UFSM, Cesar De David ingressou no doutorado em Geografia, junto à UFSC, em 2001, representando um aprofundamento decisivo em sua pesquisa sobre o mundo rural e os processos de desenvolvimento territorial. O título da tese foi *Estratégias de reprodução familiar em assentamentos: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS*, orientada pela profa. Walquíria Krüger Corrêa. O trabalho investigou como famílias assentadas em Canguçu, no sul do Rio Grande do Sul, constroem estratégias para garantir sua reprodução social, econômica e territorial. A pesquisa trouxe à tona os desafios enfrentados por agricultores familiares em contextos de reforma agrária, a importância das redes de solidariedade, práticas produtivas e acesso a políticas públicas para a sustentabilidade dos assentamentos, assim como ofereceu uma leitura crítica sobre os limites estruturais do modelo de desenvolvimento rural vigente, propondo alternativas baseadas na valorização dos saberes locais (DE DAVID, 2005).

A entrada da professora Carmen Rejane Flores no Grupo de Pesquisa e Extensão em Territórios e Educação do Campo (GPET) marcou uma nova etapa na consolidação das ações de formação e pesquisa voltadas ao campo brasileiro. Com sólida trajetória na docência e no trabalho com comunidades rurais, sua atuação tem sido fundamental para o fortalecimento das práticas pedagógicas comprometidas com a realidade dos territórios populares.

Como docente formadora, a professora Carmen tem contribuído intensamente para a preparação de educadores voltados à Educação do Campo, articulando saberes acadêmicos e experiências vividas junto às populações rurais. Sua abordagem valoriza a dimensão humana, social e territorial da prática educativa, promovendo uma formação crítica e sensível às especificidades do campo.

No âmbito da pesquisa, sua dedicação ao estudo da agricultura familiar tem ampliado o entendimento sobre as estratégias de reprodução social, os desafios enfrentados pelos agricultores e o papel das políticas públicas na sustentação dos modos de vida rurais. Por meio de projetos integrados ao

GPET, tem desenvolvido investigações que dialogam com os movimentos sociais, os assentamentos da reforma agrária e as dinâmicas territoriais do sul do Brasil.

A presença da professora Carmen no GPET representa não apenas o enriquecimento das linhas de pesquisa do grupo, mas também o aprofundamento do compromisso com a formação de sujeitos críticos, capazes de atuar na construção de uma educação transformadora e de uma geografia engajada com as lutas do campo

A chegada do professor Anderson Luis Machado dos Santos ao Grupo de Pesquisa e Extensão em Territórios e Educação do Campo (GPET) trouxe novas perspectivas teóricas e metodológicas para o estudo dos territórios rurais, especialmente a partir de uma abordagem afrocentrada e antirracista na geografia. Sua inserção no grupo representa o fortalecimento de uma geografia comprometida com as lutas dos povos negros, quilombolas e periféricos, ampliando o escopo crítico das pesquisas desenvolvidas no âmbito do GPET.

Durante seu doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF), o professor Anderson realizou um estudo pioneiro sobre os rincões da Campanha gaúcha, explorando as territorialidades negras invisibilizadas pela historiografia oficial e pela cartografia dominante. Sua pesquisa revelou os modos de vida, as resistências e as memórias de comunidades afrodescendentes que habitam esses espaços, contribuindo para a construção de uma geografia que reconhece e valoriza os saberes subalternizados (SANTOS, 2018).

No GPET, sua atuação tem se voltado à formação de educadores e pesquisadores sensíveis às questões étnico-raciais, às desigualdades territoriais e às epistemologias negras. Por meio de projetos de extensão, orientação de estudantes e produção acadêmica, o professor Anderson tem promovido o diálogo entre universidade e comunidades negras rurais, fortalecendo a construção de uma geografia afro, plural e insurgente.

Sua presença no grupo reafirma o compromisso do GPET com a diversidade de vozes e com a produção de conhecimento territorialmente situado, que contribui para a justiça social e o reconhecimento das múltiplas identidades que compõem o campo brasileiro.

A atuação do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET) da UFSM é um verdadeiro laboratório de formação crítica e engajada para jovens pesquisadores nas áreas de geografia agrária, geografia rural e educação do campo. Sob a liderança de professores como Cesar De David, Ane Carine Meurer, Carmen Rejane Flores e Anderson Luis Machado dos Santos, o grupo construiu uma trajetória sólida e transformadora, tendo sido responsável pela formação de dezenas de mestres e doutores, com pesquisas voltadas para as territorialidades rurais e campesinato; Educação do campo e pedagogia dos movimentos sociais; conflitos agrários e dinâmicas socioespaciais no Brasil e América Latina.

Muitos dos egressos do grupo atuam hoje como docentes universitários, educadores populares e gestores públicos, levando adiante os princípios da geografia crítica. O grupo publicou livros, artigos e organizou eventos científicos que se tornaram referência nacional, desenvolveu projetos junto a

comunidades rurais, escolas itinerantes e assentamentos, promovendo o diálogo de saberes entre universidade e campo e participou ativamente de programas como o PROLICEN e o PRONERA, ampliando o acesso à educação superior para populações do campo.

O GPET tem contribuído para a valorização da educação do campo como política pública, influenciando currículos, práticas pedagógicas e políticas de formação docente. Estimula uma formação cidadã, sensível às desigualdades e aos desafios enfrentados pelas populações rurais.

A atuação do professor Eduardo Schiavonne Cardoso na Universidade Federal de Santa Maria tem sido marcada por uma sólida contribuição à Geografia Crítica, especialmente nas interfaces entre trabalho, território e meio ambiente. Sua inserção inicial no Grupo de Pesquisa e Extensão em Territórios e Educação do Campo (GPET) foi fundamental para o desenvolvimento de ações junto às escolas itinerantes do MST, promovendo práticas educativas voltadas à realidade dos assentamentos rurais e à formação de sujeitos sociais comprometidos com a transformação territorial.

No GPET, o professor Eduardo participou de projetos de extensão e pesquisa que articularam educação do campo, territorialidades populares e práticas pedagógicas insurgentes, fortalecendo o vínculo entre universidade e movimentos sociais. Sua atuação junto às escolas itinerantes contribuiu para o reconhecimento da educação como ferramenta de emancipação e para o aprofundamento das discussões sobre o papel do trabalho na construção dos territórios rurais.

Posteriormente, consolidando sua trajetória acadêmica, fundou o Grupo de Estudos: Geografia, Trabalho e Ambiente (GEGTA), ampliando os horizontes da pesquisa geográfica na UFSM. No GEGTA, tem se dedicado à Geografia do Trabalho, com ênfase nos estudos sobre pesca artesanal, aquicultura e os modos de vida das comunidades pesqueiras, abordando as relações entre trabalho, natureza e território em contextos marcados por conflitos socioambientais e transformações produtivas.

Sua produção acadêmica e atuação extensionista têm contribuído para o fortalecimento de uma geografia engajada, que reconhece o protagonismo dos trabalhadores e das populações tradicionais na construção de alternativas sustentáveis e justas para o uso dos recursos naturais. A trajetória do professor Eduardo representa a diversidade de caminhos que emergem da Geografia Agrária e Rural na UFSM, reafirmando o compromisso com a pluralidade de saberes e com a justiça territorial.

A contribuição mais recente do professor Marcelo Cervo Chelotti à Geografia Agrária e Rural na Universidade Federal de Santa Maria tem ampliado os horizontes teóricos e metodológicos da área, ao incorporar a Geografia da Alimentação como vertente estratégica de pesquisa e formação. Sua atuação tem se voltado à compreensão das dinâmicas alimentares em seus múltiplos territórios — da produção ao consumo —, abordando questões como soberania alimentar, circuitos curtos de comercialização, políticas públicas e práticas agroecológicas.

Em parceria com o professor Cleder Fontana, Chelotti fundou o Núcleo de Estudos em Geografia, Agricultura e Alimentação (NUGAAL), consolidando um espaço inovador de investigação e formação voltado às relações entre alimentação, território e sociedade. O NUGAAL tem se destacado

por promover pesquisas interdisciplinares, ações de extensão e atividades formativas que dialogam com agricultores familiares, consumidores, educadores e gestores públicos, contribuindo para o fortalecimento de redes alimentares sustentáveis e territorialmente enraizadas.

A criação do NUGAAL representa uma renovação conceitual dentro da Geografia Agrária, ao integrar dimensões culturais, econômicas e ambientais da alimentação aos estudos territoriais. Além disso, o núcleo tem se tornado referência na formação de estudantes comprometidos com os desafios contemporâneos da segurança alimentar, da justiça socioambiental e da valorização dos saberes locais.

A atuação do professor Marcelo Cervo Chelotti, junto ao NUGAAL, reafirma a vitalidade da Geografia Agrária e Rural na UFSM, abrindo novas trilhas de pesquisa e intervenção que articulam território, trabalho, cultura e alimentação como elementos centrais na construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

Desde sua estruturação, o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (PPGGEO/UFSM) tem desempenhado um papel central na consolidação da Geografia Agrária e Rural como uma das áreas de excelência da instituição. A pós-graduação tem sido espaço privilegiado para o aprofundamento teórico, metodológico e político das questões que envolvem o campo brasileiro, contribuindo decisivamente para a formação de pesquisadores comprometidos com a realidade rural e com os desafios territoriais contemporâneos.

Ao longo das últimas duas décadas, especialmente desde 2003, o PPGGEO⁶ tem ofertado disciplinas que estruturam e qualificam essa área de conhecimento, tais como: Desenvolvimento rural sustentável; Espaço agrário e desenvolvimento rural; Territórios rurais: Dinâmicas e conflitos; Dynamiques des campagnes: Paysages et ruralité (o programa e a bibliografia dessas disciplinas podem ser acessados na página do PPGGEO na internet, no seguinte endereço: www.ufsm.br/ppgge). Essas disciplinas têm sido ministradas por docentes com atuação consolidada na pesquisa e na extensão, e têm atraído estudantes de diversas regiões do país, interessados em compreender e intervir nas dinâmicas do espaço rural brasileiro.

Desde 2003, o programa acumula um expressivo número de dissertações e teses dedicadas à Geografia Agrária e Rural, abordando temas como: Assentamentos da reforma agrária, agricultura familiar, estratégias de reprodução familiar, políticas públicas para o campo, desenvolvimento rural, agroecologia, territorialidades rurais, pesca artesanal, comunidades tradicionais, paisagens e patrimônio rural, movimentos sociais do campo e educação do campo. Essas pesquisas têm contribuído para o avanço da produção científica na área, fortalecendo o diálogo entre universidade, movimentos sociais e comunidades rurais. Além disso, muitos dos trabalhos desenvolvidos no PPGeo resultaram em publicações, participação em eventos nacionais e internacionais, e articulação com redes acadêmicas voltadas à geografia crítica.

⁶ As dissertações e teses defendidas no PPGGEO, de 2003 a 2025, na área de Geografia Agrária e Rural encontram-se relacionadas em anexo a esta coletânea.

O Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSM, portanto, não apenas consolidou a Geografia Agrária e Rural como campo de pesquisa institucional, mas também como espaço de formação política e cidadã, reafirmando o compromisso da universidade com a transformação social e com a valorização dos territórios populares.

O ensino da Geografia Agrária e Rural na UFSM transformou-se ao longo desses 60 anos, conforme atestam os programas das disciplinas no currículo dos cursos de graduação em Geografia, tanto da Licenciatura quanto do Bacharelado. A evolução dos programas da disciplina de Geografia Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), entre os períodos de 1985/1991, 2003 e 2013/2023, revela transformações significativas nas abordagens teórico-metodológicas adotadas, refletindo as mudanças paradigmáticas da Geografia Agrária e Rural no Brasil. A seguir, são analisadas as principais características de cada momento curricular, com destaque para os conteúdos programáticos, objetivos pedagógicos e referenciais teóricos (Anexo 2).

O programa implantado entre 1985 e 1991 apresenta uma estrutura voltada à compreensão funcional da atividade agrícola, com forte influência da Geografia Tradicional e Econômica. Os conteúdos enfatizam os fatores produtivos (terra, trabalho e capital), a estrutura fundiária e os sistemas de comercialização, com foco na classificação dos tipos agrícolas e na expressão espacial da produção.

A abordagem metodológica é predominantemente positivista, centrada na descrição e categorização dos elementos do espaço rural. A ausência de bibliografia básica indica uma orientação mais técnica e pragmática, voltada à formação de profissionais com domínio sobre os aspectos operacionais da agricultura. O meio natural é tratado como recurso e restrição, com referências às correntes deterministas e possibilistas, sem aprofundamento crítico sobre os impactos socioambientais.

O currículo de 2003 marca uma inflexão teórica importante, incorporando elementos da Geografia Crítica e da abordagem socioambiental. O espaço rural passa a ser concebido como produto das relações entre sociedade e natureza, com destaque para a urbanização do rural, a dialética cartográfica e a diferenciação de escalas.

A inclusão de temas como agropecuária alternativa, desequilíbrios ambientais e políticas de abastecimento revela uma preocupação com os impactos ecológicos da agricultura convencional. A bibliografia básica e complementar é robusta, reunindo autores clássicos e contemporâneos, como Graziano Neto, Veiga, Harvey e Altieri, que contribuem para a construção de uma visão mais complexa e integrada do rural.

A disciplina passa a valorizar a diversidade dos sistemas de produção e a formação das regiões multifatoriais, ampliando o escopo analítico para além da produtividade e da eficiência econômica. O espaço rural é entendido como território em disputa, onde se articulam forças sociais, políticas e ambientais.

O programa mais recente, implantado em 2013 e atualizado em 2023, consolida uma abordagem crítica e territorial da Geografia Rural, alinhada às discussões contemporâneas sobre o campo brasileiro.

Os conteúdos abordam as relações entre agricultura e natureza, os impactos da Revolução Verde, a expansão do capitalismo agrário e os conflitos fundiários.

A disciplina incorpora temas como reforma agrária, movimentos sociais rurais, agricultura familiar, agroecologia e multifuncionalidade do espaço rural, evidenciando uma perspectiva marxista e pós-estruturalista. A prática de trabalho de campo é valorizada como instrumento de reconhecimento da diversidade produtiva e cultural do rural, promovendo uma formação mais engajada e reflexiva.

A bibliografia básica inclui autores como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes e Miguel Altieri, cujas obras fundamentam a crítica à mundialização da agricultura e à mercantilização da terra. O espaço rural é concebido como território de resistência, onde se manifestam múltiplas ruralidades e formas de vida.

A análise comparativa dos programas da disciplina de Geografia Rural da UFSM revela não apenas uma evolução curricular, mas também o reflexo das transformações epistemológicas e políticas que marcaram a Geografia Agrária e Rural no Brasil nas últimas décadas. Cada versão do programa expressa, em seu conteúdo e abordagem, o contexto histórico e teórico em que foi concebida, evidenciando o papel da universidade como espaço de produção e reprodução de saberes geográficos.

Essas transformações curriculares refletem, portanto, o amadurecimento da Geografia Rural como campo de conhecimento, que deixou de ser apenas uma geografia da produção para se tornar uma geografia das relações, dos conflitos e das territorialidades. A disciplina assume um papel estratégico na formação de geógrafos comprometidos com a justiça social, a sustentabilidade e a valorização das múltiplas ruralidades que compõem o Brasil contemporâneo.

A trajetória da Geografia Agrária e Rural na Universidade Federal de Santa Maria consolidou-se como uma referência nacional no campo da geografia, com destaque para as abordagens sobre territorialidades rurais, educação do campo, agricultura familiar e as transformações socioespaciais no meio rural. Ao longo das últimas décadas, essa área tem se fortalecido por meio de pesquisas comprometidas com a realidade dos espaços rurais brasileiros, com atenção especial às dinâmicas territoriais do campo gaúcho. Dessa trajetória, podemos destacar alguns temas relevantes que marcaram a trajetória da Geografia Agrária e Rural da UFSM:

- Estrutura fundiária e reforma agrária: Estudos sobre a distribuição da terra, conflitos fundiários e os assentamentos rurais como espaços de produção e reorganização territorial.
- Agricultura familiar e multifuncionalidade rural: Pesquisas que abordam a diversidade produtiva, os circuitos curtos de comercialização e o papel da sociobiodiversidade.
- Territorialidades rurais e dinâmicas regionais: Análises sobre as permanências e transformações do espaço agrário, com destaque para regiões como a Campanha Gaúcha e a região central do estado do Rio Grande do Sul.
- Planejamento territorial e políticas públicas: Investigações sobre a inserção do rural nos planos, projetos e políticas locais e regionais e a relação entre legislação e espaço agrário e rural.

- Paisagem e abordagem socioespacial: Reflexões conceituais sobre o uso da paisagem como categoria analítica, especialmente no contexto do Pampa Brasileiro e da Quarta Colônia.

A criação de núcleos de pesquisa e grupos de extensão, como o LEPER, o GPET, NERA e NUGAAL, impulsionou a formação de jovens pesquisadores engajados com os desafios do campo brasileiro. Esses espaços têm promovido uma formação cidadã e crítica, articulando ensino, pesquisa e extensão em projetos que envolvem trabalho de campo, produção de materiais didáticos, organização de eventos científicos e publicações coletivas.

Além de contribuir para a formação de professores comprometidos com a educação do campo, a atuação da Geografia Agrária e Rural na UFSM tem gerado conhecimento relevante sobre o campesinato, os assentamentos rurais e as estratégias de reprodução familiar. A interlocução constante entre universidade e movimentos sociais tem sido um dos pilares dessa trajetória, promovendo o diálogo de saberes e a construção de práticas transformadoras.

Esse percurso revela um conjunto de vertentes que indicam com clareza a vitalidade e a continuidade dos estudos e pesquisas sobre o campo, desenvolvidos na UFSM. Essas linhas de investigação refletem o dinamismo teórico e metodológico que caracteriza a Geografia Agrária e Rural da instituição, reafirmando seu papel como referência acadêmica no cenário estadual e nacional:

- Educação do campo e territorialização do conhecimento: Estudos que articulam práticas educativas com os saberes locais e a valorização dos sujeitos que vivem e trabalham no espaço rural.
- Agroecologia e sustentabilidade territorial: Pesquisas sobre produção agroecológica, feiras livres e circuitos alternativos de produção, comercialização e consumo.
- Dinâmica do agronegócio e commoditização do território: Análises críticas sobre o avanço das culturas voltadas à agroindustrialização e aos mercados globais e seus impactos espaciais.
- Planejamento rural e gestão territorial local e regional: Abordagens que discutem a integração do rural nos instrumentos de planejamento regional e territorial.
- Comunidades tradicionais e territorialidades híbridas: Estudos que ampliam o escopo da Geografia Agrária para incluir comunidades tradicionais e práticas produtivas não convencionais.
- Cultura rural, tradições, patrimônio e alimentação: Investigações sobre as expressões culturais do campo, os saberes tradicionais, as festas, os modos de vida e as práticas alimentares como dimensões fundamentais da territorialidade rural.
- Formação acadêmica e redes de pesquisa nacional: A atuação de egressos da UFSM em instituições de ensino e pesquisa em todo o Brasil, fortalecendo a projeção nacional da Geografia Agrária e Rural.

Esse percurso acadêmico reafirma o papel da Geografia Agrária como campo estratégico para compreender e interpretar as dinâmicas territoriais do Brasil rural, consolidando a UFSM como um polo de excelência e inovação científica nessa área.

REFERÊNCIAS

BARÉA, Neiva M. M. dos S.; MIORIN, Vera Maria Favila. Desenvolvimento: das dimensões teóricas do conhecimento à geografia rural. **Anais do 4º ENGRUP**, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Iolanda Lopes de; FREITAS, Luíz Felipe Sausen de; MIORIN, Vera Maria Favila; STURZA, José Adolfo Iriam. A multifuncionalidade e a pluriatividade na agricultura familiar: estudo no Assentamento Zumbi dos Palmares – Dom Aquino/MT. **Revista Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 13, n. esp., p. 94-111, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>. ISSN 1678-698X.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 439–470.

MIORIN, Vera Maria Favila. **Modo de produção e organização do espaço agrário: uma abordagem teórico-metodológica**. Tese (Doutorado em Geografia – Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1989.

MIORIN, Vera Maria Favila. **Características da modernização da agricultura no centro-noroeste do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Geografia – Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1982.

BEZZI, Meri Lourdes. **São Borja: transformações do espaço agropecuário – o processo de despecuarização**. Dissertação (Mestrado em Geografia – Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1986.

MARAFON, Glaucio José. **Modernização da agricultura e constituição do complexo agroindustrial: o caso do município de Marau–RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia – Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1988.

DE DAVID, Cesar. **A estrutura da produção agrícola e as transformações decorrentes da modernização da agricultura no município de São Sepé – RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia – Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1995.

DE DAVID, Cesar. **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS**. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

DAVID, Cesar De. **Notações em torno do tempo: narrativas de um educador viajante**. Florianópolis: Casa de Hiran, 2022. Disponível em: <https://estrabao.press/edhiram/index.php/ch/catalog/book/11>

SANTOS, Anderson Luiz Machado dos. **Nos rincões do Brasil meridional: des-re-territorialização, subalternidade e r-existência na formação territorial da Campanha Gaúcha**. Tese (Doutorado em Geografia – Ordenamento Territorial) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

Parte I

Mestres da Terra: O Legado Intelectual da Geografia Agrária e Rural na UFSM

A CRIAÇÃO DE BOVINOS EM RORAIMA: CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA PECUÁRIA NAS REGIÕES TROPICAIS⁷

Ivo Lauro Müller Filho
Sérgio Augusto Carvalho Bernardes

Doi: 10.48209/978-65-5417-576-2

APRESENTAÇÃO

Roraima é um território de contrastes. Integrante da Amazônia, é uma mancha tropical encravada na região equatorial. Seu clima tropical severo, provável herança de flutuações paleoclimáticas que variaram do quente e úmido ao quente e seco de hoje, reflete-se nas formas de evolução do relevo e no desenvolvimento da cobertura vegetal. As planuras típicas da região amazônica têm sua monotonia quebrada pela presença de Serras nela ilhadas, até serem sucedidas pelo Maciço das Guianas. **Tesos e cordilheiras**, na análise de pormenor, ondulam as superfícies uniformemente planas do Território. A savana e a floresta se delimitam e se conflitam, restando determinar qual das duas é a formação vegetal pioneira.

Como todo o interior da Amazônia, Roraima é território de ocupação recente, que data de forma efetiva da segunda metade do século passado. O surto inicial de seu povoamento, entretanto, não esteve — como até hoje não está — relacionado prioritariamente com a exploração da floresta que lhe encobre mais de metade da superfície. Relaciona-se com a pecuária e com a mineração, em que a presença do índio, do **caboclo**, de sua mestiçagem com o branco e, em menor escala com o negro, mantém um quadro étnico cada dia mais raro no restante do país.

A ocupação efetiva do Território foi e é realizada, de maneira predominante, pela atividade pastoril, visto que o garimpo é essencialmente nômade, e não se atém a fronteiras. A criação, apesar de extensiva dadas as condições de solo e clima, representa a confirmação da nacionalidade do Território e de seu povo. É a atividade econômica que mais caracteriza a região.

O estudo ora apresentado cingir-se-á a uma análise preliminar da pecuária no Território Federal de Roraima. Restringe-se por isso à área de savanas. Resulta de contatos diretos dos autores com o quadro natural na zona de criação, com criadores e vaqueiros, com autoridades do Território. Não se fundamenta, a não ser no imprescindível para exemplificações, em dados estatísticos, por serem incompletos ou desatualizados. Baseia-se essencialmente nas observações e conclusões a que chegaram os autores, a partir dos contatos realizados. O método de trabalho foi um dos mais simples que se empregam em Geografia Agrária — o "método fisionômico" de Waibel:

⁷⁷ Publicado originalmente: Coordenação do Campus Avançado de Roraima, Publicação Especial, n. 2, 1971.

O trabalho foi realizado durante o mês de março de 1971, quando os autores estiveram em Roraima como integrantes da Equipe 03/71 do Campus Avançado da Universidade Federal de Santa Maria, sediado em Boa Vista. Percorreram cerca de 2300km no Território, em busca dos conhecimentos essenciais para a compreensão do uso pastoril da terra roraimense.

1) Um zoneamento preliminar do quadro físico permitiu distinguir quatro compartimentos pastoris: o **lavrado**, os **tesos**, as **enseadas** e as **serras**, diferenciados pela qualidade pastoril da vegetação.

2) Entrevistas com criadores, escolhidos aleatoriamente em cada um dos quatro compartimentos criatórios, afastada em princípio a seleção de estabelecimentos-modelo, procuraram determinar a problemática da pecuária roraimense no momento atual. Foram entrevistados quase uma centena de criadores, sendo consultados a respeito de: área em posseção, área efetivamente utilizada, problemas zootécnicos, técnicos, técnicas de manejo, comercialização e rendimento da produção.



POSIÇÃO DE RORAIMA NO ESPAÇO BRASILEIRO

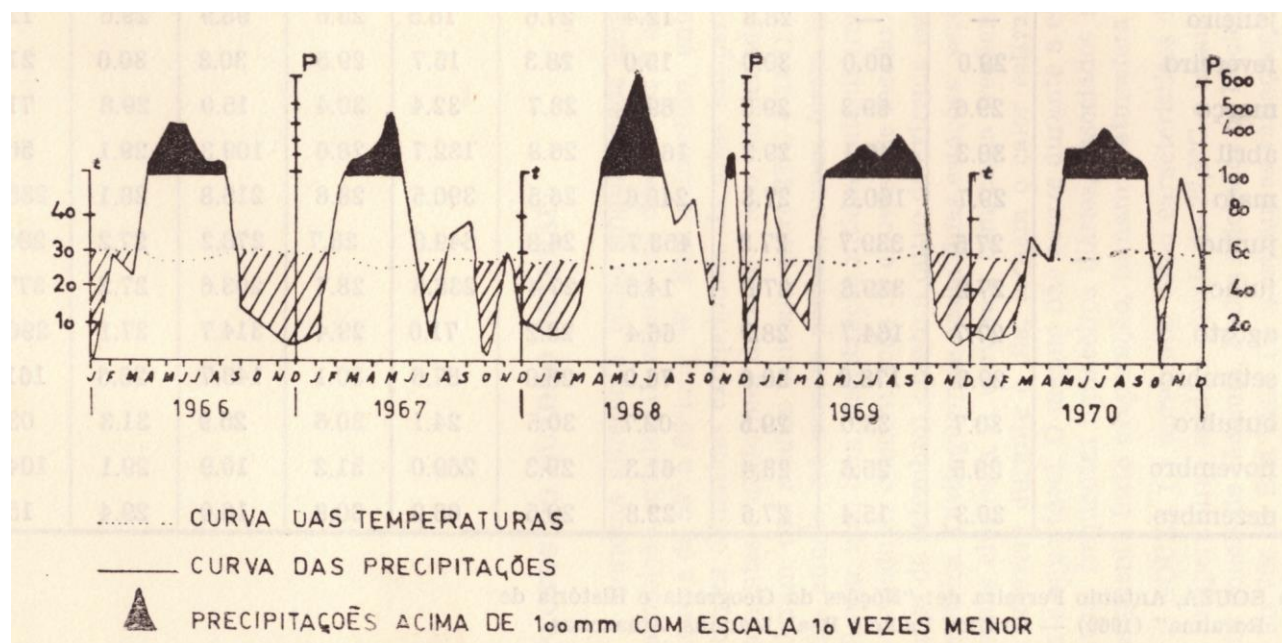
O Território Federal de Roraima, com área de 230660 km², corresponde a pouco menos de 50% do espaço brasileiro que se estende pelo Hemisfério Norte. Tem divisas nacionais com o Amazonas e o Pará, e internacionais com a Venezuela e a Guiana.

ASPECTOS DO QUADRO NATURAL

Roraima apresenta, como singularidade característica, uma posição equatorial: estende-se desde 1°lat S até cerca de 5°lat N, e de 59° a 65°long W. Está submetido, entretanto, a condições climáticas excepcionais. As altas temperaturas são dominantes e uniformes durante o ano; no período 1967-1970 oscilaram, nas médias mensais, entre 27°C e 31°C. As precipitações anuais, no mesmo período, nunca foram inferiores a 1200 mm, mas com distribuição nitidamente diferenciada: há um período de concentração de chuvas (de meados de abril a meados de setembro) oposto a outro de extrema escassez pluviométrica. Distinguem-se assim duas estações: verões secos e invernos chuvosos. A **cruviana**, bem como frequentes ventos que ocorrem durante o dia, tornam o calor estival perfeitamente suportável. O mesmo não ocorre durante a estação das chuvas; frequentes aguaceiros diários, associados ao calor e conseqüente forte evaporação, tornam a atmosfera opressiva.

SOUZA apresenta, como característicos do Território, temperaturas médias anuais de 27,5°C e totais pluviométricos anuais de 1584 mm. Dados coletados no Núcleo de Proteção ao Vôo de Boa Vista mostram as variações mensais de temperaturas e chuvas, a partir de fevereiro de 1966:

	1966		1967		1968		1969		1970	
	t°C	Pmm	t°C	Pmm	t°C	Pmm	t°C	Pmm	t°C	Pmm
janeiro	—	—	28.8	12.4	27.6	16.5	28.6	98.9	29.6	12.0
fevereiro	29.0	00.0	30.0	15.0	28.3	15.7	29.5	30.8	30.0	21.8
março	29.6	59.3	29.3	89.6	28.7	32.4	30.4	15.9	29.8	71.2
abril	30.3	49.1	29.3	169.3	26.8	132.7	28.6	109.3	29.1	56.1
maio	29.7	160.3	27.8	248.6	26.5	390.5	28.8	215.8	28.1	285.1
junho	27.5	339.7	27.2	453.7	26.8	649.8	28.7	278.2	27.2	281.8
julho	27.2	339.8	27.8	14.5	27.4	238.8	28.7	203.6	27.2	377.5
agosto	27.7	164.7	28.9	66.4	28.2	71.0	29.4	314.7	27.1	296.4
setembro	29.3	178.0	30.6	76.0	28.9	87.6	30.1	148.7	28.6	161.2
outubro	30.7	33.0	29.5	02.7	30.5	24.1	30.6	25.9	31.3	03.1
novembro	29.5	25.6	28.4	61.3	29.3	269.0	31.2	10.9	29.1	104.7
dezembro	30.3	15.4	27.6	22.8	29.5	08.2	30.8	16.0	29.4	15.2



VARIAÇÃO TEMPERATURA-CHUVAS EM BOA VISTA, RR (1966-1970)

A curva ombrotérmica de Gausen, expressa pela relação $P \leq 2t$, mostra a regularidade das temperaturas e a alternância de épocas secas e chuvosas.

A curva ombrotérmica de Gausen, traçada para o citado período de 1966 a 1970, mostra as relações de temperatura — chuva, assinalando as estações de seca (verão) e de chuvas (inverno).

Verifica-se a uniformidade da curva térmica. As médias mensais mais elevadas (em torno de 28,5°C) correspondem ao período seco, e as mais baixas coincidem com o período úmido, as médias oscilando nos 27°C.

O período seco, estabelecido pela relação $P < 2t$, ocorre de preferência de outubro a maio, havendo, entretanto, meses excepcionais, como o de junho de 1967 (mês seco) e o de janeiro de 1969 (mês úmido).

O regime fluvial da região está condicionado à variação sazonal das chuvas. A rede do Rio Branco, como integrante da Bacia Amazônica, sugere a priori ser constituída por rios de planície, e via natural de ligação do território com o restante da Região Norte. Há fatos, entretanto, que invalidam tal indução: frequentes afloramentos rochosos, expostos durante o período de estiagem, formam corredeiras que dificultam ou impedem a navegação de significado comercial. Os principais tributários do Rio Branco, os mais importantes na margem direita, como o Mucajá e seu próprio formador, o Uraricoera — são também encachoeirados, permitindo somente a navegação em secções. Ao inverno correspondem às grandes cheias; o Tacutu, também formador do Rio Branco, torna-se navegável até Carnaúba (último ponto setentrional de embarque de gado para Manaus). Sob tal regime, ocorre o alagamento das áreas mais baixas às margens dos cursos d'água, pois estes passam a ocupar seu leito maior e, muitas vezes, seu leito de inundação. Formam-se lagos em consequência do aumento de débito, alguns temporários, outros permanentes, com significativa importância para a atividade pastoril. Também os igarapés aumentam de volume e ambos, igarapés e lagos de inundação, apresentam-se orlados de buritizais, representando no estio as manchas de umidade que socorrem os rebanhos.

O verão corresponde ao período em que a vegetação tornasse ressequida e presa fácil de queimadas acidentais ou provocadas. A cobertura vegetal rasteira, com fibras lenhosas, apresenta uma densidade de cobertura de solo muito baixa; raramente tem o aspecto de um manto vegetal contínuo; o solo muito arenoso e poroso absorve com rapidez as escassas chuvas de verão, que por isso pouco colaboram para a conservação do poder nutritivo dos pastos. Por ocasião do inverno a vegetação reverdece: as árvores de folhas caducas readquirem sua folhagem (caso do jenipapo nas **restingas**), e os campos gerais revitalizam. O excesso de chuvas, entretanto, torna-se por vezes prejudicial à vegetação rasteira, afogando-a nas baixadas alagadiças.

MAGALHÃES distingue nas savanas 6 tipos de paisagens vegetais: 1) o lavrado: campos limpos sem árvores, arbustos e subarbustos; 2) os tesos: parte mais alta dos campos, geralmente com cobertura de paricarana, murici, caimbé; 3) a baixa: parte inundável e não inundável, geralmente com capim de baixa (*axonopus afinis*); 4) restinga: orla ao longo dos cursos d'água, que só inunda nas grandes cheias, com jenipapo, copaibeira, tingui; 5) ilha: mato no meio do campo; 6) buritizal: ao longo dos cursos d'água, nas zonas mais úmidas.

A compartimentação topográfica da área pastoril de Roraima, associada à tipologia da vegetação e à distribuição sazonal das chuvas, leva os autores a propor a identificação de quatro paisagens pastoris:

1) o **lavrado**, constituído por extensas superfícies arenosas de planura quase perfeita, domínio absoluto de uma vegetação rasteira distribuída em tufo aglomerados, mas ralos sobre o solo nu; com ele coexistem



LAVRADO

Aspecto característico do lavrado, com ausência total de árvores e arbustos. No último plano, o perfil do Escudo Güllano.

2) os **tesos**, regiões geralmente coliniformes de vertentes muito suaves, nunca atingidos pelas inundações, em que o solo, também arenoso, repousa frequentemente sobre concreções ou crostas lateríticas que mantêm o relevo. As concreções apresentam-se sob o aspecto de pequenos aglomerados, de forma arredondada, envolvidos por uma matriz arenosa e as crostas, camadas ferruginosas compactas, duras, de cor verde-enebecido, constituem frequentes afloramentos que funcionam, localmente, como camada mantenedora. A vegetação rasteira é também dominante, mas o que define os tesos, sob o ponto de vista fitofisionômico, é a presença de uma grande disseminação de árvores xerófilas que lembram os cerrados do Brasil Central. Destacam-se como significativas a paricarana, o murici e o caimbé.

3) A transição das savanas com a floresta equatorial forma uma unidade com características próprios: matas entremeiam-se com vegetação herbácea e arbustiva. Há maior concentração de umidade do solo, mesmo na estação seca. Línguas herbáceas avançam sobre a orla da floresta, o que justifica o nome regional de **enseadas**. Deve destacar-se a participação da atividade humana na ampliação destes campos, pois o fazendeiro, muitas vezes, faz uma derrubada para a implantação de roças e pastagens. Típicas desta unidade são as **ilhas**, matas insuladas nos campos, também procuradas em suas fimbrias para fins de roçados, e as **cordilheiras**, alinhamentos de elevações colinosas, contínuas, em geral encobertas por vegetação arbórea.

4) A **serra**, i. é, os campos das encostas serranas setentrionais: são pequenas manchas de vegetação rasteira, também rala, porém, com densidade de cobertura um pouco maior do que a dos lavrados. Desenvolvem-se em uma topografia densamente colinosa, semeada de matacões desnudos; os solos são siltosos, geralmente esbranquiçados, com uma tênue película orgânica superficial. Apesar das secas serem muito acentuadas, possuem uma capacidade satisfatória de retenção de água, de forma que não ocorre um acentuado aprofundamento do lençol freático. Os campos serranos, na realidade, consistem em uma variante dos tesos: caimbé e paricana são muito frequentes e com densidade arbórea maior do que a encontrada nos tesos propriamente ditos; a diferenciação é função da maior expressão topográfica dos campos serranos: enquanto que, na área do lavrado, o teso é exceção, nos tesos dos campos serranos a planura do tipo lavrado é fato raro. Por outro lado, à margem dos igarapés sempre secos no verão, é flagrante a ausência do buritizal, possivelmente porque o lençol freático, ainda que pouco profundo, mesmo durante a estação das chuvas não alcança a superfície.

A FAZENDA E O HOMEM

O POVOAMENTO

Os primeiros conhecimentos sobre a região do Rio Branco datam da segunda metade do século XVII: em 1670 ou 1671 realizaram-se as primeiras expedições de exploração em sua bacia. Missionários carmelitas fixaram-se na região por volta de 1725, dando início à catequese — um dos meios de integração do indígena à cultura brasileira. Lendas de riquezas atraíram as atenções de estrangeiros — especialmente de ingleses e holandeses, já estabelecidos na Guiana e no Surinam, bem como dos vizinhos comuns a todo o demais Brasil português, os espanhóis. Penetrações estrangeiras levaram o governo português a tornar ostensiva a posse da terra garantida pelo Tratado de Madri de 1750 erigindo a Fortaleza de São Joaquim na foz do rio Tacutu (1765). Pouco mais fora realizado pela ocupação do território no decorrer dos séculos XVII e XVIII. Merece destaque, entretanto, a atuação da Comissão Português de Limites que, chefiada pelo Coronel Lobo D'Almada em 1787, explorou o curso do Rio Branco. Conta a tradição ter sido Lobo D'Almada o introdutor das primeiras reses no território, dando origem aos rebanhos pé-duro que formaram a base da pastorícia roraimense.

A ocupação efetiva ainda que difusa da região somente tomou impulso a partir da segunda metade do século passado. Criou-se a freguesia do Carmo (1858), mais tarde denominada Boa Vista. O território, na categoria de município, vinculava-se à administração do Amazonas, e neste status permaneceu até 1943, quando foi transformado em Território Federal. A partir de então passou a contar com os benefícios de uma administração direta que, lenta, mas efetivamente, foi atendendo as necessidades iniciais mais prementes da área.

O processo geo-histórico de ocupação da terra pode ser compreendido através do desenvolvimento de cinco etapas:

(1) O período de 1670 a 1765, durante o qual ocorreram apenas expedições exploratórias, portuguesas e estrangeiras, sem que houvesse da parte do governo português interesse na ocupação definitiva da região; este interesse só foi aguilhado pela presença cada vez mais insistente do estrangeiro (principalmente inglês), motivo por que a Metrópole instalou na foz do Tacutu o Forte de São Joaquim. A presença desta praça militar assinala o primeiro marco efetivo da posse portuguesa na área do Rio Branco.

(2) O período de 1765 a 1858, em que São Joaquim representa o primeiro núcleo, a primeira colônia militar do território. Sua guarnição constituía-se de tropa de linha e de milicianos recrutados entre os índios locais. Deram-se os primeiros passos para a ocupação efetiva da região. A presença do indígena, já contactado com a civilização através do missionário, facilitava a ocupação da terra, fenômeno comum em todo Brasil-colônia, processado pela mestiçagem. Poucos brancos e muitos índios impuseram a predominância do genótipo ameríndio.

(3) O período de 1858 a 1943, em que a data inicial corresponde à criação da freguesia do Carmo, núcleo jurídico-administrativo da futura Boa Vista, principal centro social, político e econômico da área. Foi um período de fluxos imigratórios, provavelmente vinculados às secas do Nordeste, tendo por resultado a ampliação da área de criação e o aumento da população, especialmente pela mestiçagem.

(4) O período de 1943 a 1969: questões relativas à segurança nacional levaram o governo federal a dar um status administrativo especial a certas áreas longínquas e despovoadas das fronteiras; entre outros, criou o Território Federal do Rio Branco (1943), depois denominado Roraima, que passou contar com os benefícios de uma administração local, com sede em Boa Vista.

Os recursos minerais das Serras do Norte estimulavam o espírito de aventura e a esperança de fortunas rápidas no garimpo, criando uma mentalidade de nomadismo e um espírito aberto às barreiras políticas que, se já existia antes da Segunda Guerra Mundial, estimulou-se com o fim desta. Muita gente desmobilizada do "**exército da Amazônia**", anteriormente empenhada na **batalha da borracha**, tornou-se semi-nômade, garimpando pelo Centro-Oeste e Norte do país, pela Guiana e Venezuela e muitos fixaram-se em Roraima. Pecuária e garimpo, comércio e pecuária, tornaram-se atividades correlatas para o sustento da faixa de população não vinculada à administração pública - e este status permanece praticamente inalterado até hoje.

(5) O período atual, cujo início pode ser datado em 1969, teve seus estímulos em incidentes políticos na Guiana, com repercussões na zona fronteira, que levaram novamente os órgãos de segurança nacional a se interessarem mais detidamente na região; instalou-se em 1969 uma importante guarnição militar, que vem sendo um dos pontos fortes de apoio ao surto de progresso estimulado por todos os demais órgãos públicos.

Que gêneros de vida resultaram das interações homem —meio em Roraima? Como dominante, pelo seu aspecto de suporte econômico da região, pelas marcas que deixa impressas na paisagem, a atividade pastoril. Como miragem de riqueza rápida de muitos, mas certa de muito poucos, o **garimpo**.

Como atividade secundária, quase inexpressiva, dadas as dificuldades de enfrentar o quadro florestal dominante em quase todo o território, a **atividade extrativa florestal**.

Os três gêneros de vida têm seu **habitat** próprio.

A atividade pastoril é aquela que caracteriza a ocupação das savanas do Rio Branco, e a que possibilitou um fraco esboço de concentração demográfica muito dispersa, vinculada àquilo que Vidal de la Blache denominou "tirania das águas", tríplex tirania que se reflete sobre o sítio do estabelecimento rural, sobre os ciclos de recuperação sazonal das pastagens e sobre as possibilidades de transporte (logo, de comercialização) de tropas para os mercados consumidores.

O garimpo, concentrado nas montanhas cristalinas do Norte, na verdade não respeita as fronteiras políticas, pois gera um gênero de vida seminômade; é verdade que favorece a concentração, dando origem a povoados de garimpeiros, que, entretanto, esvaziam mal esgota-se a pedra preciosa; restam aldeias semiabandonadas que vegetam em uma mineração de subsistência, sem rendimentos. Tal atividade, entretanto, sofre surtos de riqueza rápida que atraem os idealistas do diamante — que necessitam comer: e aí está o gado do criador da serra!

A atividade extrativa florestal tem seu **habitat** na Floresta Amazônica, i. é, naquela região natural que corresponde a mais da metade do território de Roraima. É pouco significativa no quadro atual da economia roraimense, e consiste mais em uma forma de sobrevivência do que em uma atividade econômica produtiva.

Estes três gêneros de vida se interpenetram. O garimpo, pela sua própria instabilidade, torna o garimpeiro um **profissional polivalente**, um profissional que, afetivamente, sempre será garimpeiro, mas que pode ser também vaqueiro, mateiro ou mesmo pequeno comerciante em Boa Vista. Da mesma forma o vaqueiro da área de enseadas transforma-se, de tempos em tempos, em caçador, para completar seu orçamento e proteger o rebanho.

Roraima, na realidade, é o local do Brasil em que não somente se fundem gêneros de vida. O próprio povo é o produto de uma fusão étnica e sociológica, que merecerão por certo estudos aprofundados. Nota-se, à primeira vista, a forte influência do genótipo indígena, presente no caboclo e em seu mestiço. O elemento branco, de procedência predominantemente nordestina, também pode trazer vestígios do ameríndio ou do africano. Roraimenses natos de terceira geração formam um grupo relativamente escasso na faixa de idade dos 30-40 anos; geralmente seus pais são oriundos de outros locais do país, se não eles mesmos! Os gentílicos acrescentados ao prenome, para identificarem-se mutuamente na zona rural, é um exemplo marcante do fato, haja vista apelidos como Chico Baiano, Bastião paulista, Manoel mineiro, o paraíba, escolhidos dentre tantos outros.

Tal heterogeneidade de origem torna o quadro cultural do Território uma colcha-de-retalhos de usos, de tradições, de estórias que são um repositório do todo brasileiro. Pode-se afirmar que não há um folclore roraimense (exceto o indigenal): há reminiscências do folclore nordestino, goiano, mineiro paulista, paraense, de onde quer que tenham vindo grupos significativos de povoadores de Roraima.

Um fato, entretanto, deve ser salientado: a profunda consciência de brasilidade, arraigada em todo homem rural do Território, ainda que estabeleçam uma nítida diferença entre Roraima e o "Sul".

De qualquer modo, Roraima é o local onde a nacionalidade funde-se, feita de parcelas de quase todo Brasil.

O REGIME FUNDIARIO

O Território Federal de Roraima foi criado em 13 de setembro de 1943, deixando de ser, desta data em diante, o isolado município do Estado do Amazonas, para surgir como embrião de uma nova unidade da Federação brasileira. No que se refere ao regime fundiário essa data é significativa, pois que o Estado do Amazonas forneceu, em terras do então município, alguns títulos de posse definitiva aos seus usuários, fato que não mais aconteceu após a transformação desta área em Território Federal.

O Território está dividido em duas grandes paisagens vegetais: a floresta amazônica e extra-amazônica (cerca de 80% da área total do Território) e as savanas (menos de 20% do total do Território). É exatamente sobre esta paisagem de savanas, que totalizam aproximadamente 36.000 km², que restringir-se-á esta análise do regime de propriedade e suas consequências como fator determinante ou inibidor do desenvolvimento.

Existem 102 títulos definitivos de posse entre todos os 930 títulos existentes no Território. Os demais se constituem numa cessão provisória, a título precário, a usuários sem direitos de propriedade. A terra é usada pelo fazendeiro sob o respaldo de um requerimento de **legitimação**. No presente momento não estão sendo emitidos títulos de legitimação; as autoridades do Governo do Território aguardam a instalação, em Boa Vista, de um Distrito de Terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o qual deverá formular a solução definitiva do caos fundiários em que está envolvido o ruralista do Território.

À primeira vista, o homem da pecuária roraimense sofre, realmente, uma grande influência negativa em razão do aspecto de provisoriedade do uso e posse das terras. No entanto, embora note-se o desejo enorme de regularização da posse, não é este fator o mais determinante do estágio primitivo e alarmante da pecuária do Território. Há outros: os empecilhos e condicionantes climáticos, o isolamento geográfico, as técnicas de manejo, entre tantos que serão eventualmente abordados.

É, no entanto, muito importante o título definitivo, pois o próprio sistema creditício adotado no Brasil inteiro, através de seu órgão mais representativo na conjuntura do crédito rural, que é o Banco do Brasil S.A., presente na agropecuária roraimense, examina, no cadastro do cliente, este aspecto; conforme últimas diretrizes, é fator preponderante para a obtenção de financiamentos, seus juros e prazos condizentes com a atividade pastoril, que é de giro moroso.

Essa irregularidade do sistema fundiário cria no conjunto do ruralismo duas categorias distintas. Na primeira, pouco numerosa, alinham-se aqueles ruralistas que possuem título definitivo de posse de suas áreas, títulos estes emitidos ao tempo em que o Território fazia parte do Estado do Amazonas. A

segunda categoria é formada por numeroso contingente de usuários com posse provisória (conhecida como título de legitimação), e é ainda reforçada por um grupo mais numeroso e em mais precárias condições de posse, que são os **ocupantes** (aqueles que se estabelecem em terras devolutas mediante requerimento de título de legitimação e as ocupam precariamente, na espera da regularização do fato).

Conforme a Divisão de Produção, Terras e Colonização (DPTC) do Território, a situação da posse da terra é a seguinte:

títulos definitivos	102
títulos provisórios	828
ocupantes	1192
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS.	2122

É também controvertida a questão do número total de estabelecimentos pois o INCRA, quando do cadastramento geral, concluiu por maior número do que o conhecido nos organismos que tratam dos assuntos rurais; obteve cadastro de 2800 estabelecimentos, cuja soma de suas áreas ultrapassa, em muito, a superfície total dos campos gerais do Território! Tal fato bem mostra o estado precário do conhecimento da distribuição de terras, ocorrendo provavelmente diversas superposições de declarações e conseqüente acréscimo no total da área de fato existente.

Desta forma, na realidade o Território Federal de Roraima na área dos campos gerais, pela sua estrutura fundiária completamente indefinida, não permite uma análise pormenorizada do regime fundiário dentro dos critérios usuais. Salvo para poucos, não há posse efetiva da terra utilizada. Vastas porções das savanas são do uso comum de diversos fazendeiros ao mesmo tempo. A noção efetiva e consciente de propriedade restringe-se na maior parte dos casos ao sítio da sede da fazenda. Por isso, é conveniente utilizar como critério de avaliação do potencial econômico do fazendeiro, não a área declarada, mas a população bovina existente e regularmente ferrada.

Dados colhidos na Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura (DEMA), sob forma de amostragem sobre 760 estabelecimentos rurais, constata a realidade que segue:

n.º de cabeças	n.º de estabelecimentos	% sobre o total
1 a 100	266	35,0
101 a 1000	460	60,6
Mais de 1000	43	4,4
TOTAL	760	100,0

O quadro mostra maior concentração de fazendas na faixa intermediária, de 101 a 1000 bovinos por estabelecimento. A margem de variação desta faixa é muito ampla e por isso não exprime a realidade. Os autores constataram que nela realmente predomina o número de estabelecimentos cujo rebanho é da ordem de 200 bovinos.

Em conclusão: a conceituação de pequeno ou grande criador, de criador abastado ou menos abastado, não deve ser baseada na área do estabelecimento pastoril. Há fazendas de superfície extensa cuja área, porém, não é legalmente definida, e cuja posse não é efetiva. O único patrimônio pastoril do criador é seu rebanho, e não a terra, que em geral é do Estado.

AS INSTALAÇÕES RURAIS

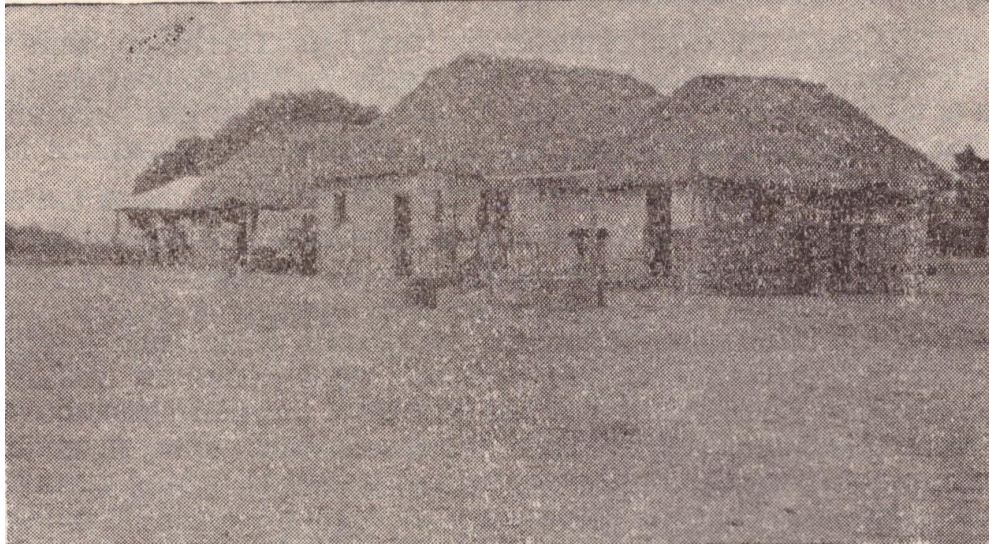
A sede do estabelecimento rural, no Território, tem o sítio vinculado inexoravelmente à água. As instalações da fazenda sempre estão à margem de um igarapé ou nas proximidades de um buritizal, de um lago residual, ou próximas às barrancas de um curso d'água mais importante.

Principalmente no lavrado ocorre uma relativa concentração de habitações na proporção em que aumentam os igarapés. Correm-se vastas planícies sem encontrar sequer um vestígio de habitação. Quando a monotonia do lavrado é quebrada pela presença de um arvoredado mais denso ou quando descortina-se no horizonte a esguia franja dos belíssimos buritizais, quase que certamente depara-se com uma fazenda, sombreada por mangueiras, cajueiros e tantas outras árvores frutíferas, que chega a tornar-se uma mancha verde na paisagem ressequida do verão. O homem de Roraima constrói um microclima agradável dentro destes verdadeiros oásis do lavrado.

A "tirania das águas" (la Blache) tem fácil compreensão, dados os aspectos gerais do lavrado. A seca muito prolongada do verão torna toda a área completamente estorricada, restando as manchas verdes que acentuam-se quando da presença dos igarapés; nessa paisagem cheia de buritis existe um solo mais rico, por deposição e decomposição orgânica, existe um solo mais fértil pela presença abundante da água de superfície e de nível freático pouco profundo. Por tudo isso, a casa e o curral estão aí presentes.

A **casa** na maior parte das vezes apresenta-se singela e construída de material menos nobre. A taipa e o chão batido são as notas dominantes.

A **taipa** é um material de construção que exige um gradil de madeira feito de forma rústica, cujos vazios são preenchidos com barro sovado. A cobertura é frequentemente de buriti, dando ao interior um ambiente térmico muito agradável. Uma característica também dominante são as varandas que envolvem a casa pelos quatro lados; toda a circulação é feita por estes verdadeiros corredores laterais. A casa é um retângulo cujas paredes são interrompidas na altura do "respaldo", com ausência de forro, permitindo assim a livre circulação do ar em todas as dependências. Por essa mesma razão a cozinha quase sempre está separada do corpo da casa; é uma pequena construção que ao mesmo tempo contém o fogão e a despensa, farta de carne seca, de toicinho e de linguiça, que recebem do fogão rústico, feito de alvenaria, com chapa, toda a fumaça que ajuda na "cura" desses produtos que fazem parte diária da refeição do homem rural de Roraima.



SEDE DE FAZENDA

Sede de uma fazenda, em que a talpa é o material de construção. Da direita para a esquerda situam-se: (1) a cozinha, geminada mas formando um corpo à parte em relação a (2) a casa; (3) o barracão dos vaqueiros e (4) um depósito no último plano.

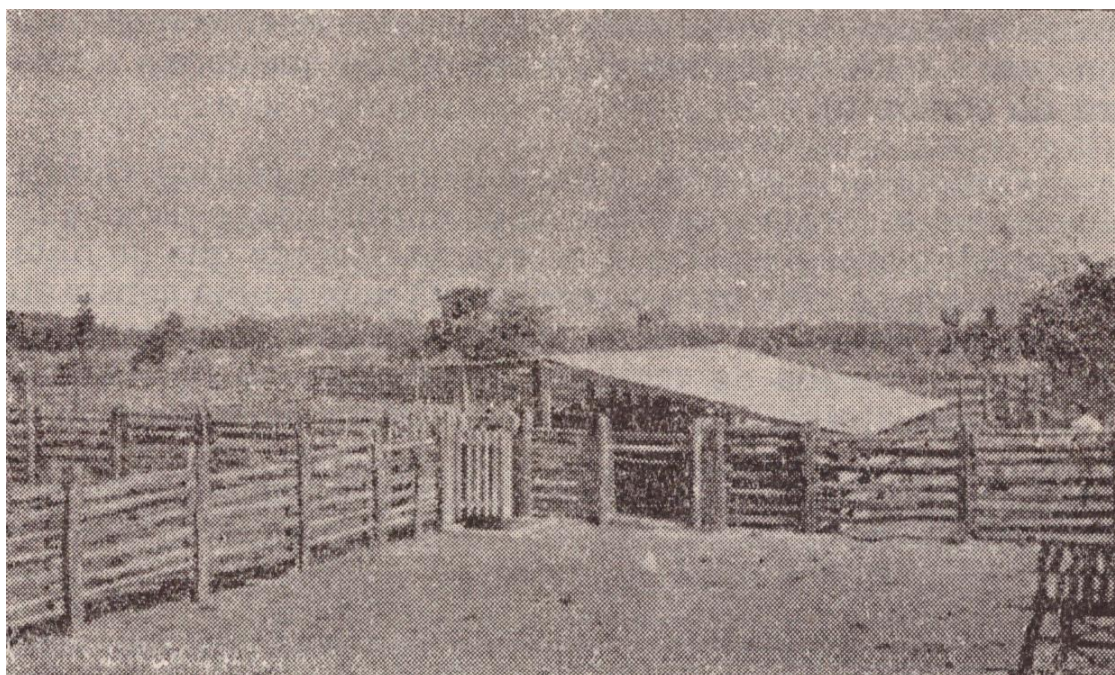
Outro material de construção comum na região rural é o **adôbe**, tijolo grosso e não cozido a fogo, que permite uma parede mais harmônica, muitas vezes revestida de reboco. Nessas condições a casa, salvo o aspecto da cobertura que continua sendo a folha de buriti, tem muito melhores condições, mesmo internas, apresentando um piso de cimento queimado cuja base é feita de **piçarra** (laterita miúda que forma a mistura do concreto).

O mobiliário da casa rural é modesto e rústico. Constituiu-se uma surpresa a verificação de dormitórios e peças quase completamente despidas, à espera do hóspede que de hábito traz consigo a rede para o pernoite. O pote é uma constante na peça da frente, ora sala de jantar, ora sala de recepção; é uma grande vasilha de cerâmica (conhecida no Rio Grande do Sul como "talha"), recipiente onde está depositada água fresca e potável, encimado por uma pequena prateleira em que estão dispostos copos de alumínio ou de louça ágata, dispendo ainda de uma concha em forma de caneco, de cabo longo, para retirar a água (púcaro).

Os vaqueiros moram, quando solteiros, no **barracão**, que é uma habitação coletiva, construção de meia-parede, coberta de folhas de buriti, onde estão guardadas as selas e montados os armadores para prender a rede durante a noite. De maneira geral está afastado da casa, embora muitas vezes seja a construção de vanguarda do conjunto. Provavelmente em razão da reduzida permanência do fazendeiro no estabelecimento, explica-se esta situação do barracão dentro do sítio da sede da fazenda. O vaqueiro casado reside também em um barracão, de taipa e buriti, de menores dimensões.

O **curreal** é a construção mais importante da fazenda, no sentido de sua função econômica: é exatamente a instalação que a identifica. Não são as casas, pois muitas vezes a do patrão e a dos vaqueiros são idênticas, mas sim o curreal, que aponta a existência da atividade criatória. É composto de no mínimo

dois compartimentos, para que seja possível o manejo dos bezerros na árdua e penosa tarefa de amansá-los. Geralmente tem uma área abrigada, de construção rústica e coberta de folhas de buriti, a fim de permitir maior proteção aos animais em lactação e aos bezerros em manejo diário. A presença do curral também confirma a imperiosa necessidade de bom sítio para as fazendas, pois os bovinos em lactação são diariamente movimentados e por esta razão devem estar confinados aos melhores pastos que situam-se nas baixas dos tesos cortados pelos igarapés. A **manga**, estreito corredor por onde passam ou são contidos os bovinos, é um arranjo novo no curral, em virtude da campanha anti-aftosa desenvolvida pela DEMA.



CURRAL

Curral na sede de uma fazenda, com área coberta.

O cercado é a denominação regional dada aos pastos envolvidos por aramados. Os aramados são precários e feitos com tal desmazelo que parecem fruto de uma incerteza quanto à utilidade ou quanto à permanência no local. Geralmente são de três fios de arame farpado, com postes que além de tortuosos não são previamente trabalhados. Fazem lembrar os aramados provisórios usados nas fazendas do Rio Grande do Sul para envolver terras de uso efêmero para agricultura. Os postes são de paricarana, árvore típica da região do lavrado mas que cresce principalmente nos tesos, ao longo dos rios e igara-pés que cortam estas vastas planuras.⁸

Na paisagem fartamente humanizada do sítio das fazendas há ainda um elemento de destaque, fruto de intensa campanha dos técnicos da DEMA: o cocho coberto, padronizado, que serve para uma nascente e necessária mineralização do rebanho bovino, tão carente de sais minerais.

⁸ O acesso ao interior dos currais e cercados realiza-se de modo usual através de tranqueiras, entradas rústicas de troncos lisos e retilíneos que devem ser deslocados horizontalmente para abrir ou cerrar passagem.

A MÃO-DE-OBRA NA FAZENDA:

Os encargos de manutenção, no tocante à mão-de-obra e à alimentação, na fazenda do Território, são quase que exclusivamente da competência do vaqueiro quartoeiro⁹. Este recebe como remuneração a quarta parte da produção de bezerros do ano pastoril. O pagamento da quarta é feito por ocasião da ferra. É comum o capataz das fazendas grandes, ao término de alguns anos, tornar-se um pequeno fazendeiro. O pagamento é proporcional à responsabilidade. Um vaqueiro-chefe de uma fazenda de 2000 bovinos pode receber por ano, em média, até 75 bezerros, o que equivale em espécie a Cr\$ 12.000,00, ou seja, Cr\$ 1.000,00 por mês. No entanto não é líquido este rendimento, pois as despesas de alimentação feitas na fazenda correm às expensas do quartoeiro, cabendo ao proprietário apenas o abastecimento de carne e sal. Uma fazenda consome em média 1 (uma) vaca por mês. A matolotagem¹⁰ incide sempre sobre matrizes já em idade avançada, inúteis para a procriação. A criação de fundo de quintal é sempre do vaqueiro-chefe, que consegue com o suíno (engordado com frutos do buriti) e com as aves uma substancial diminuição nas despesas de alimentação. A horta, pouco comum, também fornece alimentos para a mesa do homem rural. É importante na dieta do homem do campo a carne de caça e pesca¹¹; principalmente as fazendas da região do Mucajaí e das enseadas têm nos rios e igarapés um verdadeiro prolongamento da despensa.

O porco e o carneiro são criados em quase todos os estabelecimentos rurais do Território. Os porcos vivem soltos, sem o mínimo trato alimentar; vagam pelas savanas em busca de alimentos que nem sempre são fartos. O ano em que o buritizal carrega, o porco engorda¹² e vive nos lagos e baixas próximos às fazendas. Há anos críticos em que os suínos tornam-se vorazes, depredando tudo que encontram; tornam-se perigosos carnívoros, dizimando o rebanho de carneiros. Nessas épocas são abatidos a tiro, considerados como verdadeira caça.

O carneiro, criado apenas para consumo da fazenda, tem vida confinada durante a noite em curral próprio. Dadas as condições climáticas quase não desenvolve lã.

A agricultura de subsistência não é encontrada a não ser nas regiões onde existem matas insuladas, as ilhas, ou matas-galeria dos rios mais do Sul. O fazendeiro, no caso da agricultura, não tem interesse direto sobre o produto da lavoura (arroz, milho, jerimum, macaxeira) mas sim na implantação do capinzal¹³ que é feita após duas safras dos produtos agrícolas. Este interesse é tão grande, que o vaqueiro recebe ajuda na mão-de-obra necessária para o desmatamento e limpeza das roças (feita através de queimadas), que em Roraima recebem o nome de linha¹⁴. O produto destas linhas embora também sirva ao fazendeiro em suas despesas alimentares urbanas, é na sua maior parte consumido na própria fazenda

⁹ Vaqueiro quartoeiro é aquele que exerce as funções de vaqueiro-chefe; corresponde ao capataz das fazendas do Sul.

¹⁰ Matolotagem ou matutagem: abate de bovinos para o consumo da fazenda.

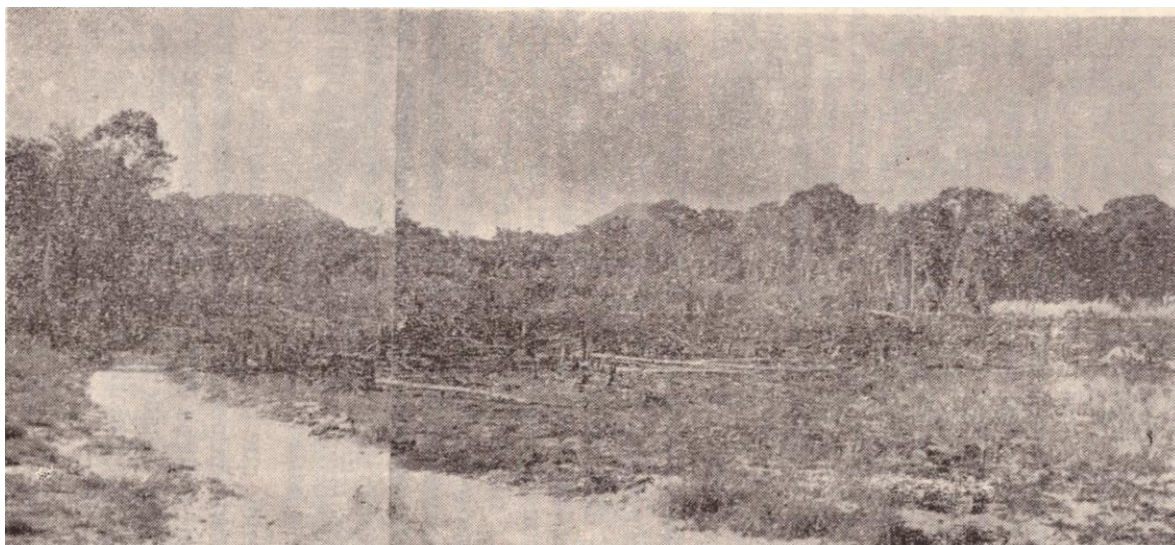
¹¹ Caças preferidas: veado, paca, capivara; pescas preferidas: tucunaré, pacu, cuiu-cuiu, filhote, jundiá.

¹² A banha do porco que engordou com o fruto do buriti não coagula, tornando-se após fria um óleo espesso e de agradável odor.

¹³ Capinzal: pastagem artificial implantada nas regiões de mata do baixo Mucajaí e nas ilhas da região das enseadas. Pastos principais: capim-elefante, sempre-verde, jaraguá, colônião.

¹⁴ Linha: área de 50 braças quadradas, equivalendo a 1/4 de hectare (1. é, 2.500 metros quadrados).

pelos vaqueiros e trabalhadores eventuais. Desta forma verifica-se que o vaqueiro-quarteiro tem despesas reduzidas quanto à alimentação.



ROÇA

Roçado na fimbria de uma “ilha”.

É ainda o quarteiro responsável pelo pagamento dos demais vaqueiros indispensáveis ao bom andamento das lidas campesinas.

É interessante citar que em determinadas regiões, ricas em matas, os rebanhos são frequentemente dizimados por onças e maracajás, carnívoros que atacam de preferência bezerros. O vaqueiro ciente da necessidade, não só de proteger o patrimônio do patrão, mas também sua própria quarta, realiza caçadas periódicas, tendo ainda como estímulo o alto valor da pele desses animais (Cr\$ 1.000,00 para a de onça e Cr\$ 200,00 para a de maracajá).

O vaqueiro é uma figura pobre no sentido da vestimenta. Veste-se sem nenhum toque regional; é comum encontrá-lo de dorso nu, vestindo bermudas e descalço. Tem no entanto um cuidado especial com a sela, à qual incorpora na porção inferior dois suadouros (travesseiros longos, acolchoados com junco esguio que vegeta nos lagos). Enfeita a sela com o xaréu, couro de bode de pelos longos e de cor marrom. Embora trabalhe bem em couro, trançando laços, tem preferido rédeas de corda de nylon. Não dispensa a carabina em suas andanças.

As fazendas ricas em matas contratam, sob forma de empreitada, o mateiro, que tem a função de preparar moirões de pau-rainha para os aramados, e rolos¹⁵ de cedro doce ou amargo para, desdobrados, fornecerem o taboado indispensável para as construções rurais, como: currais, portões, casas, suas divisões e móveis. O mateiro quando contratado para tarefas maiores do que as necessidades do fazendeiro, usa todo o verão para o corte de rolos, fazendo ainda o transporte até o igarapé mais próximo,

¹⁵ Toras de madeira-de-lei.

onde instala a roladeira. Aguarda as chuvas de inverno para lançar às águas os rolos atados de dois em dois. Ao atingirem o Rio Branco os rolos são unidos em forma de grandes balsas, indo até Manaus.

A fazenda que possui reduzida quantidade de reses geralmente é atendida pelo próprio fazendeiro em regime de trabalho familiar. É digna de nota a região da Serra da Lua, onde diversas fazendas sucedem-se dentro de uma mesma família e embora sejam na maioria das vezes grandes, com rebanhos numerosos, ocupam apenas os membros componentes da família, que se ajudam mutuamente.

A presença da mulher no regime das lidas rurais é uma constante. Une-se ao labor do homem, tomando conta da casa e dos trabalhos do quintal. Começa o dia preparando o segura-peito ¹⁶farto e substancioso e segue nos afazeres domésticos, incluindo-se entre eles a fabricação de farinha de mandioca e de seus derivados, como a tapioca. Maneja a prensa, usa o tipiti, as peneiras, o tacho de secagem e as vasilhas de decantação de amido.

O rádio transistorizado, o toca-discos, bem como a geladeira a querosene fazem parte quase que invariável do mobiliário da casa rural, pobre ou rica; é normal ouvir-se a modulação de canções do Nordeste rural, fandindo-se com sons fanfarrões do cancionero gaúcho. É a presença da Zona Franca de Manaus, influenciando beneficemente no ambiente rural de Roraima.

O REBANHO BOVINO

GENERALIDADES

A pecuária do Território é uma das mais extensivas que os autores jamais encontraram em todo o espaço brasileiro. Nas extensas planuras pobremente revestidas do Roraima das savanas, vive um rebanho bovino caquético e tão pouco numeroso que à primeira vista parece ser inexistente quando se percorrem os campos amarelecidos pelos efeitos das grandes estiagens.

Em 36.000 km² de superfície revestida de vegetação rasteira, estão espalhados 230.000 bovinos ¹⁷ com os mais surpreendentes cruzamentos zebuínos que possam ser imaginados. As raças zebuínas que entram nestes cruzamentos indisciplinados são, na ordem de importância: Nelore, Guzerá e Gyr. Fundem-se na mais empírica forma de mestiçagem, resultando produtos nos quais as características raciais perderam a nitidez.

A base da bovinocultura roraimense é o gado conhecido regionalmente como pé-duro (correspondente ao velho gado "crioulo" do Rio Grande do Sul) que foi introduzido por portugueses nos fins do século XVIII, em 1792, ano considerado marco inicial da atividade pastoril deste Território.

¹⁶ É a primeira refeição do dia: café, leite, farinha de mandioca, frutas, ovos, coalhada, queijo, cuscuz.

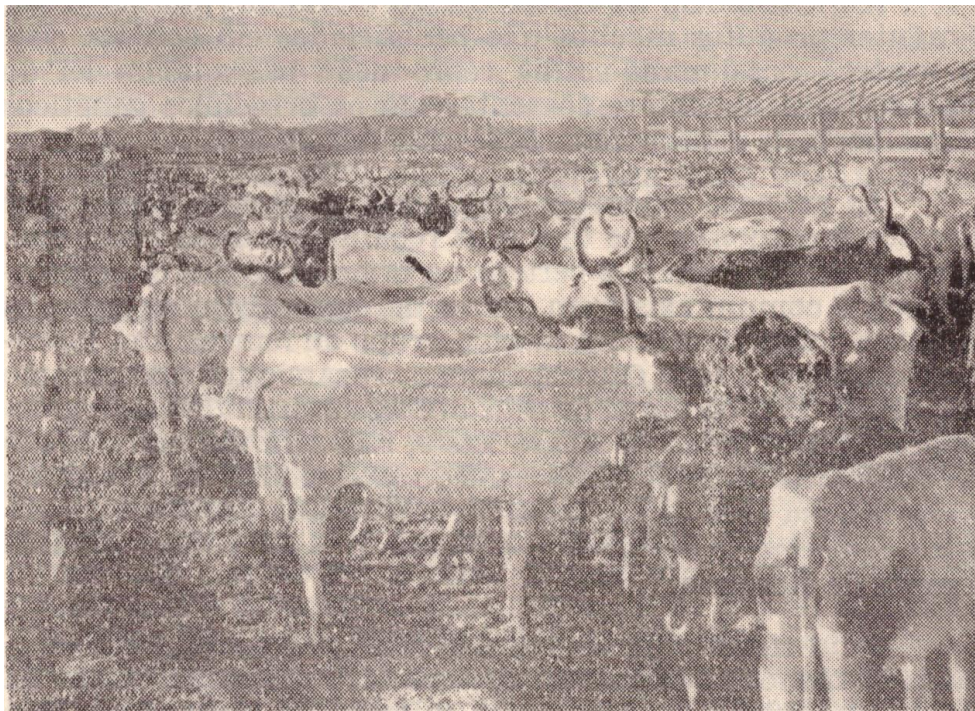
¹⁷ O município de Santa Maria (RS), com pouco mais de 3.000 km² de superfície, abriga 205.000 bovinos.



GADO PÉ-DURO NO LAVRADO

No plano central veem-se algumas reses pé-duro em campos de lavrado. No último plano, árvores e arbustos configuram um teso.

Os cruzamentos dos zebus com o pé-duro determinaram tipos zootecnicamente mais perfeitos para suportar o meio físico adverso, por excesso ora de chuvas ora de estiagens que sucedem-se com precisão quase cronométrica. Embora a simples observação de campo, feita ao final da estação seca, mostre ser o animal pé-duro ou seu produto mestiço com o zebu aquele que apresenta melhores condições de gordura portanto o que possui o melhor mecanismo de conversão das fibras lenhosas dos pastos não é ele o que melhor responde na comercialização, dando um baixo rendimento por carcaça. A afirmativa de diversos fazendeiros e até mesmo a verificação in loco, no Matadouro Municipal de Boa Vista, comprovam que o zebuino, quando nos primeiros cruzamentos inter-raciais, atinge um peso de carcaça mais vantajoso do que o mestiço de pé-duro, embora este tenha um revestimento de gordura mais harmonioso. o que dá à carne in natura, um aspecto muito mais agradável, além de torná-la mais macia e palatável. Em que pesem os esforços isolados de alguns fazendeiros evoluídos e realmente motivados por um desejo de progresso e melhoria zootécnica, todo o rebanho é de baixa produção de carnes e de baixo índice de reprodução.



GADO DE RORAIMA

Rebanho zebuino, com predominância de Guzerá, comendo em um saladeiro ao lado do curral.

O CERCADO

Uma das razões do aspecto geral deficiente do rebanho de Roraima é a ausência de cercas que permitam um manejo disciplinado do gado. Os reprodutores têm livre acesso ao rebanho de cria em qualquer época do ano, não existindo também a mínima preocupação com a seleção das matrizes (ventres). Os ventres de tenra idade, que ainda não completaram convenientemente sua formação, coexistem com matrizes em plena idade de produção e com outras cuja idade avançada e mínima possibilidade de lactação para o bezerro não autorizam seu emprego. Além disso, as grandes extensões percorridas pelo rebanho em virtude da constante busca de água e alimento diminuem em muito as possibilidades de maior índice de natalidade.

A inexistência de cercas obriga o criador, muitas vezes, a manter produtos machos não beneficiados em contato com os ventres, ocasionando uma reprodução baseada na lei do mais forte, nem sempre coerente com os princípios genéticos de melhoria da espécie para fins econômicos.

As grandes extensões utilizadas ao mesmo tempo por diversos fazendeiros que têm seus rebanhos muitas vezes misturados, não permitem a certeza na orientação dos cruzamentos, pois é comum existirem touros de raças distintas entre os zebuínos a disputarem um mesmo grupo de fêmeas. Um fazendeiro ao eleger a raça Guzerá como o cruzamento ideal, mesmo adquirindo reprodutores de alta linhagem oriundos de regiões de pecuária evoluída do Brasil Leste, não terá um produto garantidamente orientado no sentido proposto, pois é comum que a mesma área de pastagem seja utilizada por outro fazendeiro com convicções de que o Nelore é o zebu ideal para os campos de Roraima.

É, no entanto, alvissareira a visão de fazendas com cercados ao menos nas áreas próximas ao sítio de implantação da sede e de outras já com maior número de invernadas, garantindo assim um esboço de repartições das grandes superfícies; é o caso da Fazenda Morro da Glória, na região de enseadas do alto Igarapé Grande, onde os plantéis de Guzerá e Nelore apresentam características de gado puro, vivendo em poteiros isolados e recebendo cuidados especiais.

O **cercado** já é uma presença na paisagem dos campos conhecidos como enseadas, dificultando o livre acesso secular por caminhos abertos nos recônditos mais isolados do Território. A presença da cerca altera hábitos do homem de Roraima, que muitas vezes não entende a interferência do alambrado nas suas idas e vindas, rebelando-se contra este aspecto antinatural através de cortes nos arames ou não fechando as porteiras. Mas o cercado penetra já em muitas regiões do Roraima que começa definitivamente a ser domado, a ser manejado conforme o desejo do homem que cria, que faz pecuária, que carrega recursos para o desenvolvimento desta porção Norte do Brasil equatorial. Ainda que tortuosas e mal elaboradas, pobres e pouco eficientes, as cercas surgem como um marco promissor de conquista e de imensas possibilidades de melhoria. Sabe-se que a subdivisão das áreas de pastagens é a primeira e mais importante medida para uma racionalização da atividade pastoril. "A cerca permite que o homem crie o boi; até hoje somos criados por ele" — esta é a expressão do roraimense que entende que a linha irregular, de postes de paricarana ou de pau-rainha, pau-rainha, significa o horizonte novo que se rasga no isolado Território para um futuro pastoril condizente com a predestinação fitogeográfica desta imensa superfície de savanas da região equatorial.

MÉTODOS CRIATÓRIOS

O grande objetivo de toda a atividade pastoril nas fazendas de Roraima é a pecuária de cria. Praticamente não existe no Território uma área especializada em invernagem. Todo o espaço é destinado à criação, sendo também comum o próprio fazendeiro invernar os machos dela resultantes. Desta forma todo o criador é também invernador, o que é bastante salutar pois o fazendeiro, assim, eliminando um ou dois intermediários, tem mais possibilidades de participar do lucro em todas as suas fases. Praticamente não existe, salvo raras exceções, a figura do recriador e do invernador. Quase todas as fazendas de maior área e que possuem bastante ante produção de bezerros contam com um **depósito** situado em região de melhor pastagem e aguadas fartas, a fim de acumular bois logo após a desmama, fato que ocorre após os 18 meses de vida do bezerro, quando passa a ser chamado de **garrote**. Nos depósitos coexistem bovinos machos beneficiados de diversas idades, que oscilam entre 18 meses e 4 anos. Desta maneira, o mesmo compartimento é utilizado para a recria e para a engorda de bovinos machos produzidos na fazenda.

A permanência dos reprodutores machos no rebanho de cria por todo o ano permite que nasçam bezerros em todas as épocas. A maior percentagem de nascimentos ocorre durante os meses de verão — mais precisamente de setembro a março, porém os meses de dezembro e janeiro assinalam a maior

quantidade de nascimentos. Esta percentagem de nascimentos, maior no último e no primeiro mês do ano, é explicada em razão das condições da pastagem. É exatamente em abril, maio e junho — fim de verão e início de inverno — que as pastagens atingem seu máximo desenvolvimento e apropriam-se, pela palatabilidade e riqueza nutricional, a formar uma condição de engorda mais rápida. O rebanho geral então atinge seu clímax de aproveitamento. As matrizes estando no seu melhor estado, entram maciçamente em cio sendo, portanto, a grande época da fecundação. Como consequência os bezerros, concebidos nesta época farta (abril, maio, junho) em que as pastagens antes estorricadas reverdecem numa verdadeira eclosão de brotos tenros e nutritivos, terão nos primeiros meses uma mãe com condições crescentes de boa lactação, atingindo novamente o seu máximo em junho, quando o bezerro já está com 4 ou 5 meses.

O índice de natalidade é muito baixo. Pode-se afirmar que a média geral da natalidade, considerando as matrizes, é de 35%, e diminui para menos de 15% ao considerar-se o rebanho geral. Explica-se tão baixo índice através de três principais causas fundamentais, negativas, existentes na região pastoril do Território Federal de Roraima:

- 1) as pastagens não oferecem elementos nutritivos suficientes quando em condições naturais;
- 2) o manejo de reprodutores machos e matrizes é super-extensivo;
- 3) não há seleção das matrizes.

Analisando esse tríptico aspecto negativo, verifica-se que a carência alimentar e muito principalmente a desmineralização ocasionam para as fêmeas a falta de arcabouço ósseo bem formado, que invariavelmente reflete-se no próprio bezerro que já nasce debilitado na sua estrutura

É importante salientar que os aspectos da reprodução, hoje ainda negativos, são de fácil solução, ao menos no que tange ao manejo e seleção de matrizes e reprodutores machos. Já existem no Território exemplos de áreas cercadas com o objetivo de solver esses problemas oriundos dos métodos extensivos. Há o caso de um fazendeiro que possui um **cercado** onde mantém 4 touros que recebem grupos de 60 vacas em cio, que são trocadas tão logo esteja realizada a cobertura. A experiência possui apenas duas safras de bezerros, mas seus resultados

São deveras animadores. No ano de 1968 a fazenda colheu 123 bezerros para 430 matrizes, utilizando os métodos tradicionais extensivos. Já em 1969 e 1970 colheu respectivamente 213 e 239 bezerros para um total de 397 matrizes entouradas. O aumento é da ordem de 73% para 1969 e 95% para 1970, simplesmente em função do confinamento ao **cercado**, dos touros e das matrizes em cio, com uma alternância racionalmente elaborada de grupos de fêmeas. É uma experiência válida, a qual faz crescer o índice de natalidade, sobre o número de matrizes, de 35% para 62% fato que significa progresso e esboço de solução econômica para um melhor padrão zootécnico do rebanho. Tal método, além de permitir uma reprodução próxima da ideal, ainda permite a seleção de matrizes e a mineralização mais objetiva.

Há uma constante preocupação de amansar os bovinos e é exatamente neste manejo que ocorrem os mais graves defeitos criatórios da fazenda. A vaca, após o nascimento do bezerro, é trazida para as áreas contíguas à sede, onde é o bezerro preso por cordas tantos dias quantos sejam necessários para o

seu amansamento. Logo após esta espécie de doma, continuam os bezerros a viverem separados da mãe, ficando então isolados dentro do curral por todo o dia, mamando apenas ao entardecer e ao amanhecer de cada dia, por ocasião da ordenha. Nestas condições, o bezerro permanece até os três primeiros meses de vida separado da mãe, exposto ao sol, na maioria das vezes forçado, pela fome, a alimentar-se das pastagens ásperas do verão, sem possuir ainda o mecanismo de transformação adequado para extrair da vegetação rústica os elementos nutritivos indispensáveis ao seu crescimento. São raros os currais adequadamente sombreados e com água à disposição do bezerro. Desta forma eles perdem, nos primeiros meses de vida, todas as possibilidades de adquirir uma base óssea adequada ao crescimento que naturalmente desenvolvem, além de não serem raros os casos de desidratação e morte por diarreia (8% dos bezerros morrem vítimas deste manejo). A necessidade desta modalidade de manejo é naturalmente uma consequência da falta de cercados, que permitam um maior contato do rebanho bovino com o vaqueiro. A criação extensiva acarreta este ônus de manejo para possibilitar um amansamento do bovino em tenra idade, a fim de que se torne mais fácil o trabalho de reunir o rebanho sempre que necessário.

A ausência de delimitações precisas entre as propriedades permite um eterno vagar dos rebanhos, fato que determina uma constante mistura de marcas e tem como consequência a necessidade de anualmente promover a **reunião**.

A reunião ocorre geralmente nos últimos dias do mês de março, fim da estação seca e início provável dos dias chuvosos de inverno. Os bovinos todos reunidos num local chamado **rodiador**, são conduzidos pelos vaqueiros de todas as fazendas interessadas, a um curral onde é realizada a ferra anual. É também nesta ocasião que ocorrem, principalmente na região das serras, o comércio de garrotes e a desmama dos machos, com a finalidade de conduzi-los aos depósitos de recria e de invernagem. Todo o trato dos rebanhos é muito empírico. É comum não se realizar a castração dos machos, ocasionando uma degenerescência tão generalizada que se torna possível assegurar que, salvo raríssimas exceções, não pode o fazendeiro de Roraima afirmar qual o melhor cruzamento industrial entre os zebuínos e o bovino-base, o **pé-duro**.

A vacinação anti-aftosa, controlada e exercida pela Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura Roraima (DEMA-RR), não chega a criar um manejo sistemático, pois não obedece a um calendário pré-determinado. É feita quando um surto desta doença surge, sendo então, com muita dificuldade, em razão das distâncias, efetuado um controle perifocal a fim de que não assumam características epidêmicas.

Em algumas fazendas que já possuem maior controle sobre o rebanho, é usado bimensalmente o discutível **purgante**. Consiste em uma mistura de sal comum com benzocreol, aplicada como empírica medicação terapêutico-profilática contra ecto e endoparasitos.

De uma forma geral apenas 15% do rebanho geral da fazenda é manejado com regularidade, e assim mesmo com alternância. Refere-se à matriz com cria que recebe regularmente sal com compostos minerais, durante o amansamento do bezerro, etapa que dura em média 3 meses.

Pode-se dizer que o gado bovino cria-se quase sem a interferência do homem, que faz o mínimo manejo, apenas o indispensável para garantir a sua posse e a comercialização.

A COMERCIALIZAÇÃO

A pecuária de Roraima conhece apenas uma forma de comercialização de bovinos: venda de gado em pé. No entanto, considerando o destino, é possível analisá-la sob dois prismas:

- 1) comércio de exportação
- 2) comércio interno.

COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO

O rebanho bovino de Roraima é de aproximadamente 230.000 cabeças que vivem em mais de 36.000 km², o que representa uma densidade média de 1 bovino para cada 6,5 hectares. Este resultado, no entanto, não expressa o potencial real do uso da terra. Na verdade, considerando as duas estações, verifica-se que há um período ótimo quando as pastagens são capazes de conter maior número de bovinos: fim da estação seca e início das chuvas, de uma maneira geral para todo o Território. Na região das **serras** (margens do rio Cotingo e alto Parimé) o período ideal transcorre nos meses de outubro e novembro. Durante a estação seca o bovino perambula pela savana na busca constante de pastagens verdes e as encontra apenas ao longo dos buritizais e nos lagos remanescentes da época das cheias. Desta maneira pode-se afirmar que os tesos e a maior parte do lavrado não são utilizados pelo rebanho durante metade do ano. Tal raciocínio leva à comprovação de que as áreas que permanecem mais úmidas têm capacidade de lotação muito maior do que a densidade média analisada como dado absoluto. O lavrado e os tesos somente após a queima, realizada aos fins da estação seca, começam a revestir-se de vegetação nova capaz de conter, durante os meses de maior pluviosidade, o rebanho que abandona a baixa em razão da ação invasora das águas e pragas.

Se por um lado as chuvas determinam uma alternância de ocupação do espaço pastoril, com graves prejuízos para a engorda (exceção feita à região da **serra**) criam por outro lado condições de navegabilidade para os rios Branco, Tacutu e Uraricoera, única maneira de conduzir boiadas gordas rumo a Manaus. O Território possui 5 pontos de embarque de gado, com balança de pesagem de bovinos vivos. No rio Uraricoera estão situados dois pontos de embarque: Nova Fazenda, na margem esquerda, servindo a região do Amajari, Parimé e Surumu; e Alagadiço, na margem direita, atendendo principalmente boiadas oriundas da região dos rios Igarapé Grande e alto Caumé. No rio Tacutu (Itacutu) à margem direita, quase na confluência com o Surumu, está o embarcadouro muito importante denominado Carnaúba, que recebe as maiores e mais pesadas boiadas do Território. As **boieiras** aí embarcam os bovinos oriundos da região da **serra** e do alto Cotingo, principalmente durante o mês de agosto. Também são dirigidas para Carnaúba as tropas procedentes do lavrado das regiões de Bonfim, Normandia e rio Maú. Confrontando com Boa Vista, já no Rio Branco, à margem esquerda, está o porto de São Pedro, que recebe o gado da Serra da

preço médio de Cr\$ 1,00 o quilo vivo¹⁸. Constitui-se no maior e melhor cliente dos ruralistas da região; seu consumo representa 44,2% do total de bovinos comercializados no Território.

Este comércio está inexoravelmente condicionado ao regime dos rios. O criador e invernador da serra, além de viajar vários dias por terra até atingir o embarcador (Carnaúba), vê-se obrigado a largar suas tropas antes de alcançarem seu peso ideal, o que aconteceria em novembro, em razão de estar o rio já no período de vazante, não sendo mais possível a navegação de boeiras.

Além desses aspectos negativos ainda há o desestímulo à criação de cooperativas de produtores, que permitam uma participação integral do fazendeiro em todas as etapas da comercialização. Se Manaus consome 44,2% dos animais abatidos, naturalmente o potencial de matéria prima, que justificaria a montagem de cooperativas e frigoríficos, fica totalmente prejudicado.

O COMÉRCIO INTERNO

Boa Vista consome 16,5% do abate geral de Roraima.

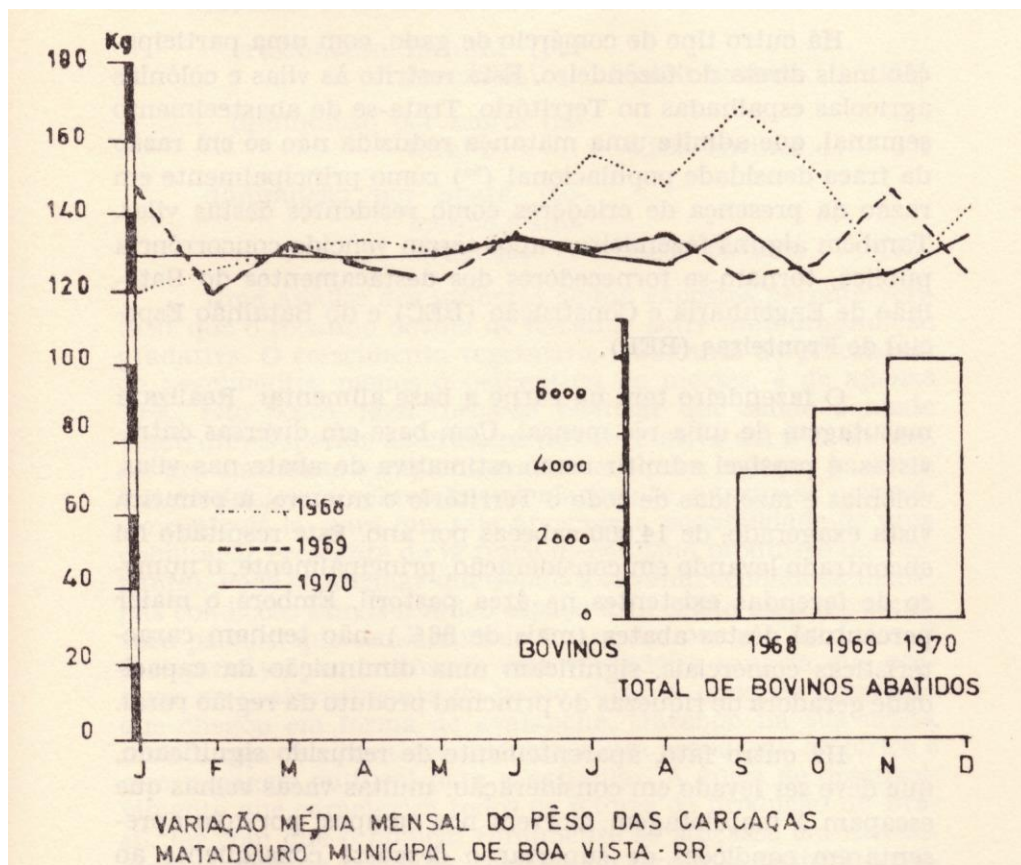
O comércio interno tem, no Território, aspectos sui generis.

O grande comprador é a Prefeitura Municipal de Boa Vista. O sistema de compra não favorece o pecuarista. A administração municipal mantém um matadouro que recebe do produtor, através de um sistema de inscrição rigorosamente cronológica, as tropas sujeitas à inspeção ante-mortem. O administrador do abatedouro não seleciona a tropa na origem. Há também uma inspeção post-mortem. Todos os riscos destas inspeções são de conta e risco do criador. Tal sistema acarreta, por vezes, sérios ônus, como retorno de tropas julgadas inadequadas para o consumo, e condenação de carcaças.

O preço sempre inferior ao de Manaus, sugere ao criador a remessa de bovinos em condições inferiores aos vendidos para a capital do Amazonas. É comum encontrar no curral do Matadouro vacas velhas, já descarnadas, e chamurros¹⁹. Somente durante o verão, quando é impossível o comércio com Manaus, que as condições do bovino abatido para o consumidor de Boa Vista equiparam-se às boiadas que descem o Rio Branco durante o inverno.

¹⁸ Os fazendeiros pretendem, para a safra de 1971, um reajuste do preço do quilo vivo da ordem de Cr\$ 0,51 e a obtenção de preços equivalentes nas duas grandes praças consumidoras. Levando em conta o custo dos insumos e os riscos e despesas no transporte. Torna-se evidente que, além de justas, as reivindicações são oportunas.

¹⁹ Reprodutor inservível que foi beneficiado (castrado), sendo também chamado boi de-briga.



VARIAÇÃO MÉDIA MENSAL DO PESO DAS CARÇAÇAS MATADOURO MUNICIPAL DE BOA VISTA, RR

As médias foram calculadas sobre um total de 16123 bovinos, abatidos em 3 anos, resultando uma carcaça média de 133 kg.

Os aspectos negativos, com referência a riscos, estão presentes nesse tipo de comércio exclusivista e estatal. A necessidade de enfrentar riscos deve ser compensada por uma participação efetiva nas demais fases da comercialização da carne, quando o produtor tem ainda, nas etapas subsequentes ao abate, participação no lucro, tal como ocorre nas cooperativas.

Há outro tipo de comércio de gado, com uma participação mais direta do fazendeiro. Está restrito às vilas e colônias agrícolas espalhadas no Território. Trata-se de abastecimento semanal, que admite uma matança reduzida não só em razão da fraca densidade populacional²⁰ como principalmente em razão da presença de criadores como residentes destas vilas. Também alguns fazendeiros, após terem vencido concorrência pública, tornam-se fornecedores dos destacamentos do Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) e do Batalhão Especial de Fronteiras (BEF).

O fazendeiro tem na carne a base alimentar. Realiza a matutagem de uma rês mensal. Com base em diversas entrevistas, é possível admitir como estimativa de abate nas vilas, colônias e fazendas de todo o Território o número, à primeira vista exagerado, de 14.000 cabeças por ano. Este resultado foi encontrado levando em consideração, principalmente, o número de fazendas existentes na área pastoril.

²⁰ Caracarái, embora sede de município, por possuir escassa população (800 habitantes) inclui-se neste comércio frágil e pouco representativo.

Embora o maior percentual destes abates (mais de 86%) não tenham características comerciais, significam uma diminuição da capacidade geradora de riquezas do principal produto da região rural.

Há outro fato, aparentemente de reduzido significado, que deve ser levado em consideração: muitas vacas velhas que escapam à matotagem morrem nos campos, por não apresentarem condições de suportar o desgaste consequente ao deslocamento das boiadas aos pontos de embarque. Representam um capital que não foi usufruído totalmente.

DECORRÊNCIAS DA CONJUNTURA ATUAL DO COMÉRCIO DE GADO

A conjuntura atual do comércio de gado em Roraima pode ser deduzida do quadro abaixo:

Rebanho total de Roraima.....	230.000 bovinos.....	100%
Crescimento natural (por nascimentos)	35.400 bovinos	15%
Diminuição por morte natural.....	6.900 bovinos	3%
Diminuição por abate (comércio e subsistência)	36.000 bovinos	15%

Uma análise dos números acima expostos permite verificar que o rebanho bovino de Roraima sofre uma diminuição gradativa. O crescimento vegetativo, resultante do percentual de nascimentos menos o percentual de mortes, é de apenas 12%. Isto posto, fácil torna-se verificar que sendo o abate (desfrute) superior ao crescimento vegetativo em 3% ao ano, há um constante e rápido esvaziamento dos espaços pastoris. Tal diminuição é sobremaneira alarmante, e torna-se necessário controlá-la, para que seja afastada a possibilidade de uma debilitação crescente do já fraco mecanismo produtivo do Território. Pode-se afirmar que sendo a savana, economicamente, nas condições atuais o único espaço útil, existe uma monocultura pastoril que tem asfixiado financeiramente o produtor. É indispensável ser estancada esta verdadeira sangria que ocasiona o empobrecimento da gente rural. A onda de progresso que chegou em forma de avalanche, trazendo na sua crista muitos aspectos positivos, encontrou um pecuarista empírico e sem bagagem cultural para a assimilar. A ânsia de desenvolvimento que caracteriza todos os setores de produção no Brasil, fez com que o homem roraimense se lançasse em investimentos, embora pouco expressivos no conjunto pastoril brasileiro, onerosos em demasia em relação ao baixo índice de produtividade do seu rebanho. Por outro lado, a crescente atração exercida por Boa Vista, que recebeu, repentinamente, um equipamento terciário dinâmico e superevoluído em relação ao meio onde está inserida, faz nascer no fazendeiro o desejo de dar aos filhos não apenas a escola, mas principalmente o ambiente moderno da capital. A já baixa rentabilidade pastoril não suporta dois encargos de despesas violentas, dizimantes dos orçamentos antes confinados à fazenda, dentro de esquemas tradicionais e coerentes com suas disponibilidades. É comum a afirmativa de que a escola em Boa Vista é responsável pela crise do pecuarista. Resulta, destes fatores geradores de progresso, uma necessidade sempre crescente de maiores recursos. As técnicas criatórias não acompanharam tal evolução com rapidez, o que realmente

não poderia acontecer por tratar-se de uma atividade dependente totalmente de injunções físicas, mutáveis algumas somente à custa de investimentos incompatíveis com os rendimentos atuais da pecuária. Tais fatos obrigam o fazendeiro a aumentar o número de venda de animais; contrariando até a legislação em vigor, lança mão de matrizes em plena idade reprodutiva para, abatendo-as, conseguir atenuar os efeitos das despesas asfixiantes. Com esta medida o número de bezerros tende a diminuir e o crescimento do rebanho torna-se insuficiente para manter os atuais percentuais de abate.

É importante notar que o fazendeiro em Roraima suporta esse quadro crítico quando é também funcionário público ou comerciante em Boa Vista, ou quando é tão pequeno que não chega a compreender a possibilidade de aceitar conselhos orientados para uma evolução que não entende. O grande fazendeiro, principalmente aquele das regiões da serra, que possui bois invernados, embora sinta os efeitos da crise não é envolvido por ela, pois o volume de negócios lhe permite, ganhando menos, sempre ganhar o indispensável.

A baixa rentabilidade da atividade pastoril, fruto de um custo de produção exagerado e de um índice de produtividade muito baixo, encontra explicação no verdadeiro isolamento em que vive o Território em relação ao Brasil do Hemisfério Sul, e no ilhamento das fazendas face os mercados consumidores e empórios de abastecimento mais próximos.

O custo dos insumos é caríssimo:

produto	unidade	custo em Cr\$			% sôbre Boa Vista
		Boa Vista	fazenda	RGS	
sal comum	saca 30 kg	12,00	17,00	5,00	220
farinha de ossos	saca 50 kg	60,00	70,00	9,00	666
vacina anti-aftosa	dose 5 cc	0,30	—	0,12	250
grampos para cêrca	1 kg	5,00	—	1,00	500
Tetramisole	vidro 250 cc	30,00	—	18,00	166
					360

O quadro acima mostra que os produtos básicos para a melhoria do estado geral sanitário e do manejo dos rebanhos, são 360% mais caros do que no Rio Grande do Sul. Além das distâncias, que oneram com o frete principalmente os produtos mais pesados, há um fraco consumo que acarreta preço de custo maior na aquisição. Desta forma, vê-se o fazendeiro num dilema criado pelas próprias condições empíricas da exploração pastoril: não pode melhorar pois seus rendimentos não autorizam despesas

maiores, e não melhorando tende a desaparecer, por não suportar a crescente solicitação de despesas que o meio urbano de Boa Vista exige.

Analisando uma fazenda de 1.000 bovinos, que nessa conjuntura já são pouco numerosas, ter-se-á uma ideia da debilidade financeira do ruralista. Em uma fazenda já instalada, 1.000 bovinos de rebanho geral produzem 15% de acréscimo sobre o total no fim de um ano pastoril, que diminuídos do índice de mortes naturais (3%), dá como resultado os 12% do crescimento vegetativo. Um nascimento de 150 bezerros autoriza o fazendeiro a comercializar por ano 120 cabeças. Considerando que cerca de 50% dos nascimentos são de machos, haverá uma venda de 60 bois (já deduzidos os 3% de mortes) e 60 vacas maduras. A média do peso dos bovinos machos em condições de abate tem sido de 300 kg, valor este que multiplicado por Cr\$ 1,00 (preço estimado para efeito de cálculo para o quilo de peso vivo) resulta em um valor final bruto de Cr\$ 18.000,00. Se considerar-se que a vaca não é comercializada na totalidade ²¹ apenas 1/3 do disponível é abatido e que pesa em média 220 kg, haverá um rendimento bruto de Cr\$ 4.400,00. Somando as duas parcelas chega-se ao total de comercialização de uma fazenda de 1.000 reses: Cr\$ 22.200,00 ao ano. Do rendimento bruto é necessário retirar todas as despesas que incidem sobre o estabelecimento, que vão desde o imposto devido ao INCRA, que não é inferior a Cr\$ 3.000,00 por ano, levando em conta o tamanho do estabelecimento necessário para conter 1.000 bovinos 6.500 hectares e a baixa renda retirada de tal área, até despesas de melhorias, empregados, vaqueiro-quarteiro, e outras inerentes à atividade, ocorrerá que na melhor das hipóteses há uma despesa de 30% sobre o comercializado. A renda líquida reduz-se para Cr\$ 15.400,00 anuais, quantia insuficiente para permitir ao fazendeiro suportar os encargos do status social a que foi guindado em consequência de sua própria função de líder social e de pioneiro da ocupação do território. O fazendeiro que estiver abaixo dêste limite, não possuindo outra fonte de renda, deverá viver dentro dos horizontes escassos do próprio estabelecimento, não podendo mais, às próprias expensas, dar educação aos filhos na cidade de Boa Vista. É a fazenda de 1.000 reses o limiar entre a marginalização e a possibilidade de continuar o ruralista a manter uma posição conquistada por quase dois séculos de ocupação efetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1) A atividade pastoril em Roraima é extensiva, e é um caso anacrônico do condicionamento que o meio físico pode impor ao homem; o pecuarista roraimense aceita os condicionantes naturais, e pouco luta para superá-los.

2) As técnicas de manejo do gado são primitivas e inadequadas para uma atividade orientada para a comercialização de caráter lucrativo. São técnicas que garantem apenas a sobrevivência.

3) O suporte da economia roraimense é a pecuária, que deve ser melhorada e estimulada, atendendo-se os característicos regionais do meio físico. Outras atividades econômicas são subsidiárias.

²¹ Devido à matolotagem e às mortes no campo.

A agricultura de caráter comercial tem futuro somente em áreas restritas do Território, em que condições excepcionais de solo a aconselham.

4) Os solos das regiões pastoris não se prestam para a agricultura intensiva. São arenosos e rasos, sem cobertura vegetal suficiente para mumificá-los. A atividade agrícola, por isso, não subsidia a pastoril na região das savanas. Há apenas culturas de várzea e de quintal, suficientes somente para o consumo interno da fazenda.

5) Problema também de base é o dos transportes: são escassos e condicionados pelas condições climáticas. A falta de condições permanentes de navegabilidade dos rios não atende às necessidades de comunicação e de comercialização da produção. O mesmo ocorre com as estradas vicinais, intransitáveis na estação chuvosa.

6) A comercialização da produção busca dois mercados consumidores: Boa Vista e Manaus. O maior volume destina-se a Manaus.

7) O número de cabeças que formam o rebanho espelha a situação do criador com mais exatidão do que a área das terras que constituem seu estabelecimento.

8) O rebanho bovino tende a diminuir. Dificuldades financeiras do pecuarista obrigam-no a vender também matrizes, o que ocasiona uma diminuição progressiva dos nascimentos, e conseqüente diminuição do total de cabeças do rebanho.

9) Um dos problemas de base da ocupação da terra é a situação jurídica de sua posse. Há que enfrentar o problema, dando ao pecuarista condições para o reconhecimento legal da posse da terra.

10) O Território Federal de Roraima, hoje ainda paupérrimo, representa ônus para a administração brasileira. Entretanto a forma efetiva e produtiva de ocupação e posse do Território é realizada através da atividade pastoril. O fazendeiro roraimense, que empobrece a cada dia, representa a posse viva do extremo norte do Brasil. O homem da zona rural de Roraima não é apenas um pioneiro e um desbravador: é essencialmente o guardião da vanguarda norte da nacionalidade da Pátria.

DIMENSÃO AGRÁRIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - USO DA MÉDIA ARITMÉTICA COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO ²²

Ivo Lauro Muller Filho

Doi: 10.48209/978-65-5417-576-3

RETROSPECTO HISTÓRICO

O processo de ocupação do território sul-rio-grandense teve suas origens na política colonial portuguesa, orientada para a ocupação da margem esquerda do estuário platino. A indefinição do Tratado de Tordesilhas (assim julgada pela Coroa lusitana, mas não pela espanhola...) serviu de pretexto e estímulo para o estabelecimento luso, vis-a-vis com Buenos Aires, da Colônia do Sacramento, em 1680. Desencadeou-se a partir de então o processo de luta pela posse do espaço intermediário, compreendido entre o recém-fundado estabelecimento militar e o núcleo meridional de Laguna: ocupar o Continente de São Pedro do Rio Grande tornou-se meta lusitana, a fim de garantir a sobrevivência, sempre periclitante, da Colônia do Sacramento. A ocupação iniciou pelo cordão litorâneo, mas em questão de pouco tempo não escaparam ao trânsito luso-brasileiro os campos da região planáltina - aliás já conhecidos dos bandeirantes paulistas do ciclo da caça-ao-índio.

A meta política - povoar o Rio Grande para alcançar o Prata - foi apoiada na força das armas e em uma base econômica abundante e gratuita: o gado alçado proveniente das missões jesuíticas da margem esquerda do rio Uruguai. A courama, o gado-em-pé e o charque encontraram logo mercado ao norte, particularmente nas Minas Gerais, atraindo os primeiros povoadores a se estabelecerem com fazendas de criação tanto nos campos de cima-da-serra (as vacarias dos pinhais) quanto nos localizados ao sul do baixo-Jacuí e no litoral (as vacarias do mar).

A despeito das marchas e contra-marchas da reação castelhana, tanto militar quanto diplomática (Tratados de Madri, El Pardo, Santo Ildefonso, Badajós), a confirmação da posse portuguesa da região continentina tornou-se um fato irreversível, ainda que o mesmo não tenha ocorrido com toda a região cisplatina, como era de suas intenções.

Exército, estâncias e charqueadas formaram o tripé da ocupação inicial do Continente, assegurando-lhe a posse, o povoamento e a vida econômica. Terras eram doadas em enormes extensões, cuja unidade de medida era légua-de-campo, ultrapassando sempre a dezena de milhar de hectares. O decorrer do tempo, ainda em meados do século XVIII, mostrou a conveniência de uma ocupação mais adensada do espaço meridional; a solução encontrada foi a implantação da "política dos casais", que buscava a formação de pequenos (SIC) estabelecimentos rurais a serem trabalhados por agricultores ilhéus vindos majoritariamente dos Açores. Datas de terras foram distribuídas a famílias açorianas com tamanho-padrão de um quarto de légua em quadro (i.é, 272 hectares). Passaram, a partir daí, a coexistir

²² Publicado originalmente no periódico: GEOGRAFIA, v. 10, n. 20, outubro de 1985. ISSN 0100-7013

o grande e o pequeno (na verdade, médio) estabelecimento.

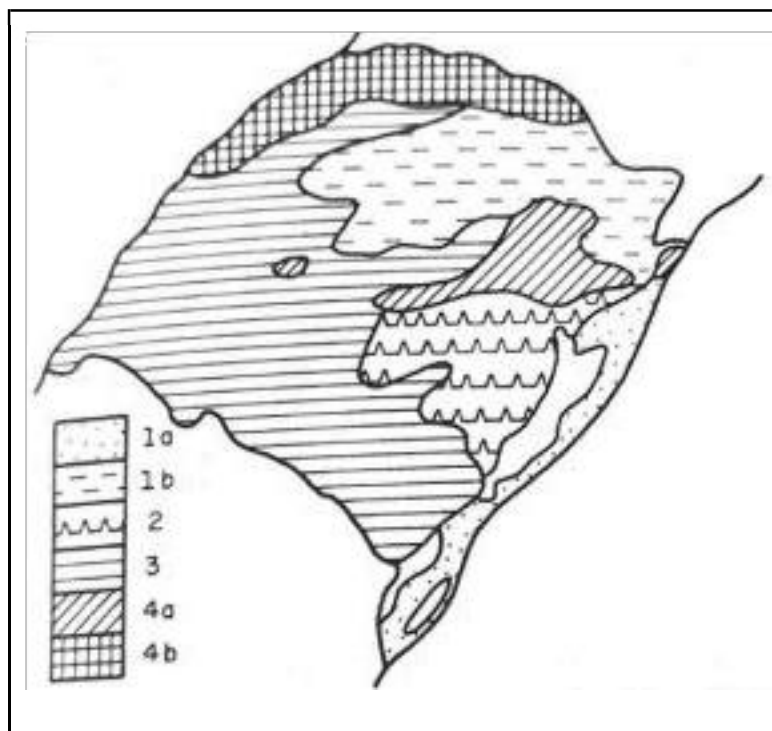
O malogro da dominação luso-brasileira sobre a Cisplatina apenas viria a se configurar após a Independência, em 1828, de modo que às suas injunções não escapou a instalação de imigrantes alemães, a partir de 1824, nas matas e várzeas da Encosta Inferior do Nordeste (vale do rio dos Sinos). Instalados em *colônias* doadas pelo Império, serviriam para preencher os vazios demográficos e complementar a economia da Província com suas atividades agrícolas desenvolvidas em pequenas propriedades (cuja dimensão inicial beirava os 77 hectares).

A partir de então, mesmo com o apagar do "sonho platino", a imigração europeia de origem não-lusitana foi o processo de ocupação e expansão da fronteira agrícola do Rio Grande, coexistindo sem conflitar com a anterior ocupação pastoril. Na realidade, colonos e estancieiros formavam dois grupos sociais que conviviam no tempo, não no espaço, e poucas relações mantinham entre si (LANDO & BARROS, 1980).

O processo de expansão da fronteira agrícola prosseguiu, pelo braço imigrante, durante as primeiras décadas do presente século; colonizou-se com extraordinária rapidez a região de matas do Noroeste do estado, no vale do rio Uruguai, de tal modo que, em meados da década de 1940, já não mais existiam - oficialmente - terras devolutas no Rio Grande do Sul.

O breve retrospecto ora apresentado pode ser periodizado em quatro etapas, que compreendem todo o processo de ocupação e colonização do Rio Grande agrário (vide mapa 1):

Mapa 1- Etapas da ocupação do espaço sul rio grandense.



1. povoamento pastoril disperso:

- (a) com origem no litoral meridional (povoadores lagunistas e vicentinos): ocupação das vacarias do mar, desde antes de 1730;
- (b) com origem no planalto paulista (povoadores piratininganos, ituanos, curitibanos): ocupação das vacarias dos pinhais, em torno de 1730 e em diante;
- 2. povoamento agro-pastoril concentrado (SIC) de origem ilha, em torno de 1760;
- 3. povoamento pastoril disperso sincrônico ou posterior à conquista das Missões, a partir dos idos de 1800;
- 4. povoamento agrícola concentrado, de origem europeia não-lusitana: (a) fase colônia velha, a partir de 1824 até o fim do século XIX;
- (b) fase colônia nova, a partir da primeira década do século XX.

No tocante à estrutura fundiária, a ocupação do território começou sob o domínio da grande propriedade - geralmente obtida por posse e posterior doação sob a forma de sesmarias. As estâncias assim formadas eram imensas; a concessão de sesmarias variava em torno da doação de estabelecimentos com 3 léguas de campo, mas não poucos sesmeiros dominavam áreas de 16 a 20 léguas (BERNARDES, 1962) - extensão maior do que a da maioria dos atuais municípios das regiões coloniais do Estado, e equivalente à área de municípios como Barra do Ribeiro, Getúlio Vargas ou Nova Prata, escolhidos como elementos de comparação.

Em processos quase coincidentes no tempo, a Metrópole procurou estimular, em complementação ao uso pastoril da terra, a fixação de pequenos produtores voltados para a lavoura; este foi o significado da instalação e penetração progressiva pelo vale do Jacuí, dos casais açorianos, em datas de terra com dimensão bem menor do que a das sesmarias de campo: 272 hectares (SILVA, 1979), para a época e para a Capitania considerada "pequenas". A aquisição das glebas também ocorreu pelo sistema de doação - muito praticado por sinal, durante a invasão espanhola, entre 1763 e 1776. Passados os anos, entretanto, os açorianos e, principalmente, sua segunda geração, não resistiram aos atrativos do criatório; relegaram a lavoura às atividades de subsistência e transformaram-se também em grandes proprietários (CESAR, 1979).

O sistema da pequena exploração agrícola retornou com os primeiros anos da Independência: lotes com pouco mais de 77 hectares (LA SALVIA & HANDSCHUNCH, 1974) isto é, cerca de a quarta parte de uma data açoriana, foram distribuídas, ainda por doação, a imigrantes alemães a partir de 1824, os quais em poucos anos (cerca de uma geração) avançaram com suas colônias desde São Leopoldo até as proximidades de Santa Maria, sempre ocupando com lavouras as terras de matas da encosta inferior do planalto meridional, em largos traços acompanhando o vale do Jacuí sem entretanto se superpor às áreas de ocupação açoriana. Apenas a partir de 1850, com a promulgação da Lei de Terras, o sistema de doação de terras devolutas foi proibido e substituído pelo de venda (Lei n.º 601, de 18/09/1850, Art. 1.0: "Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra").

De 1874 até o fim do século, novos assentamentos de colonos, agora em maioria italianos, ocorreram nas áreas de matas da "região serrana" (a Encosta Superior do Nordeste) e nos contrafortes ocidentais do rebordo do planalto (Jaguari e Ernesto Alves), além de alemães na região de Ijuí. Encerrava-se o ciclo da Colônia Velha, para dar lugar, a partir de 1908, à ocupação rápida e devastadora do vale do Uruguai na região noroeste do Estado, quando a colonização pivoteou em eixos em Santa Rosa e em Erechim. Foi a fase da Colônia Nova, instalada sobre terras compradas majoritariamente do governo estadual (LA SALVIA & HANDSCHUNCH, 1974). Aliás, convém acentuar este fato: os estabelecimentos coloniais da Província e, após a República, do Estado, assentaram-se predominantemente sobre terras públicas, a dimensão dos lotes coloniais variando no decorrer dos anos: diminuiu progressivamente de 77 hectares para uma dimensão-padrão de 25 hectares.

Uma característica física do espaço sul-rio-grandense deve ser salientada: a associação relevo-vegetação, principalmente por suas correlações com a coexistência paralela e não-conflitante de duas sociedades que se instalaram sobre um espaço morfológico e fitofisionômico diferenciado - a zona dos campos de topografia suave, onde se instalou o pecuarista, e a zona das matas de vales e encostas, destinada aos (e não escolhida pelos) colonos, por não serem adequadas à criação extensiva.

AS UNIDADES DE MENSURAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO

Padrões de medidas lineares e de superfície oriundas do período colonial até hoje estão presentes nas zonas rurais do Rio Grande do Sul, mormente nas áreas de pecuária tradicional. Em todas elas está subjacente uma unidade padrão, a braça de 2,2 metros de comprimento. Outras medidas lineares dela derivadas são a quadra, que mede 132 metros, i.é, 60 braças, e a légua, com 3000 braças ou 6600 metros.

Unidades de superfície nas áreas agro-pastoris antigas, não-coloniais, são a quadra, a quadra de campo e a légua de campo. A quadra (a rigor, quadra quadrada ou quadra em quadro, em algumas regiões conhecida também como quadra de arroz) corresponde a 17424 metros quadrados, i.é, a um quadro com 132 metros de lado. É unidade usual em áreas de lavoura, especialmente rizícola. A quadra de campo, também conhecida como quadra de sesmaria, mede 50 quadras quadradas ou 87,12 hectares. É ainda hoje a medida de referência dos estabelecimentos de pecuária a céu aberto. Estabelecimentos ainda há, em diversos municípios do Rio Grande, que são medidos em léguas de campo ou léguas de sesmaria, cada uma equivalente a 50 quadras de campo ou 4356 hectares.

Nas regiões coloniais a unidade de mensuração dominante é o hectare: usa-se também a colônia, que corresponde, via de regra, a 25 hectares.

A dependência cada dia mais acentuada aos créditos bancários para o financiamento das lavouras comerciais de hoje (soja, trigo e arroz), a cujos atrativos os pecuaristas grandes-proprietários não conseguiram se furtar, tem levado ao abandono do uso, nos documentos pertinentes, das unidades agrárias tradicionais, e à sua substituição pela unidade oficial do sistema métrico decimal, o hectare.

ESQUEMA ATUAL DA ESTRUTURA AGRÁRIA.

Até aqui não houve preocupação formal em dar rigorismo a termos indicadores do imóvel rural, tais como propriedade, estabelecimento, data, sesmaria, exploração. Todos significavam, em seu sentido pretérito, que o detentor era dono de sua terra, e dono reconhecido pelo poder estatal (ultramarino ou imperial). Porém a partir do momento em que, desde 1850, o direito à apropriação de terras devolutas foi codificado pela sua compra, a distinção conceitual tornou-se necessária.

Definem-se diferentemente, dentre os imóveis rurais, propriedade e estabelecimento. Sem entrar em rigorismo jurídico, é possível afirmar: (1) propriedade rural é o imóvel rural que tem dono de jure; sob a denominação de "imóvel", é a unidade de avaliação do INCRA;

(2) estabelecimento rural é o imóvel ou sua fração explorado economicamente por seu proprietário ou por terceiros, por ele autorizados ou não; é a unidade operacional do IBGE; 3) produtor rural é aquele que explora o imóvel com fito econômico, podendo ser, conforme o IBGE: proprietário, arrendatário, parceiro, ocupante.

Afirma-se que, desde a década de 1940, não mais existem, do ponto de vista oficial, terras devolutas no estado; todas as terras têm proprietário, seja ele o Poder Público ou Particulares, estes últimos como pessoas físicas ou como pessoas jurídicas. Isso significa que, dentro das divisas territoriais do Rio Grande do Sul, maior número de propriedades só poderá surgir por parcelamento das existentes, e que a expansão da fronteira agrícola apenas terá condições de se processar pelo reaproveitamento das terras dentro de cada propriedade, através do aperfeiçoamento agro e zootécnico, ou pela derrubada das escassas matas residuais ainda existentes em terras agricultáveis.

Os resultados do Censo Agropecuário de 1980, levantados e publicados pelo IBGE, consignaram para o estado um número total de 475286 estabelecimentos rurais, e estes estabelecimentos totalizaram uma superfície de 24057612 hectares declarados. A Tabela 1 agrega os dados de dimensão dos estabelecimentos rurais:

Tabela 1- Dimensão dos estabelecimentos rurais no estado do Rio Grande do Sul. IBGE, Censo Agropecuário de 1980.

dimensão (Ha)	número		área total abs.	(Ha)		Área mé- dia (Ha)
	abs.	%		abs.	%	
0-5	75515	15.88	194269	0.80	2.57	
5-10	85626	18.01	595815	2.47	6.95	
10-20	131825	27.73	1818072	7.55	13.79	
20-50	115863	24.37	3411253	14.17	29.44	
50-100	30674	6.45	2070718	8.60	67.50	
100-1000	31768	6.68	9018707	37.90	283.89	
mais de 1000	3389	0.71	6948768	28.88	2050.38	
sem declaração	626	0.13	—	—	—	
RGS	475286		24057612			

Os estabelecimentos ocupavam 89,92% da superfície do estado: 240576.12km² comparados ao total de 267528 km² do Rio Grande, diferença que deixa em aberto um saldo de 26951,88 km² (10,07% do estado), área em nada negligenciável, pois equivale ou ultrapassa, por exemplo, as de Alagoas ou

Sergipe: é verdade que deve ser considerada neste computo a superfície da região lagunar sul-riograndense, que ultrapassa os quatorze mil quilômetros quadrados, mas, mesmo assim, resta em haver cerca de metade daquele saldo, valor que continua sendo elevado e não explicado somente pelo espaço ocupado pelos núcleos urbanos.

O número de estabelecimentos tem distribuição bimodal, nas classes de 10-20 e 20-50 hectares (52,1% do conjunto); quanto às áreas, a distribuição pode ser considerada unimodal, com valor máximo na classe de 100 a 1000 hectares (37.9% das áreas declaradas).

Ao nível de agregação das 24 microrregiões homogêneas, o estado apresenta o seguinte panorama (vide Tabela 2):

Tabela 2- Número e área dos estabelecimentos rurais no Rio Grande do Sul, conforme as microrregiões homogêneas. IBGE, Censo Agropecuário de 1980.

microrregião	estabelecimentos	área (Ha)	área média (Ha)
Porto Alegre	9958	485787	48,78
Colonial da Encosta da Serra Geral	22905	351897	15,36
Colonial do Baixo Taquari	21720	284861	13,11
Fumicultora de Santa Cruz do Sul	31353	587304	18,73
Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	13877	372292	26,82
Vale do Jacuí	18650	1129244	60,54
Lagoa dos Patos	30444	1322991	43,45
Litoral Oriental da Lagoa dos Patos	7015	507626	72,36
Lagoa Mirim	4977	1092107	219,43
Alto Camaquã	17673	1809480	102,38
Vinicultora de Caxias do Sul	17468	396849	22,71
Colonial do Alto Taquari	17560	416163	23,69
Colonial das Missões	20516	935167	45,58
Colonial de Santa Rosa	52149	752328	14,42
Colonial de Irai	40437	659281	16,30
Colonial de Erechim	41922	1085296	25,88
Colonial de Ijuí	10331	357326	34,58
Passo Fundo	16040	682978	42,57
Colonial do Alto Jacuí	3680	132496	36,00
Soledade	11983	420089	35,06
Campos de Vacaria	13391	1609658	120,23
Santa Maria	14190	749285	52,89
Campanha	20694	5905354	285,34
Triticultora de Cruz Alta	16653	2011742	120,80
Rio Grande do Sul	475286	24057612	50,62

Medidas estatísticas elementares, referidas à área média dos estabelecimentos, mostram os seguintes resultados:

média das áreas médias	: 62,37 Ha
desvio-padrão	: 65,50
mediana	: 39,28 Ha

O desvio-padrão elevado, superior ao valor da média aritmética, mostra a alta dispersão dos valores correspondentes à dimensão dos estabelecimentos: média de 285 hectares na Campanha, contra 13 hectares no Baixo Taquari; a mediana reflete com mais aproximação à realidade agrária: estabelecimentos cuja área oscila em valores próximos aos 39 hectares representam melhor a mais numerosa parcela fundiária. Como todos valores estatísticos, entretanto, este também só deve ser

utilizado com as devidas precauções.

Como era de ser esperada, a maior densidade de estabelecimentos coincide com as regiões coloniais, onde se encontram as áreas médias mais baixas: são regiões com tradição agrícola camponesa. As áreas de pecuária tradicional, cuja ocupação remonta ao período anterior à independência, mantém estabelecimentos extensos, haja vista as médias disso indicadoras, tradicional, cuja ocupação remonta ao período anterior à Independência, como as da Campanha, da Lagoa Mirim, do Alto Camaquã e da Triticultura de Cruz Alta. Antigos campos de pecuária planaltina, como em Santo Ângelo e Palmeira das Missões, explicam a média elevada da área dos estabelecimentos na microrregião colonial das Missões. Em parte, explicação idêntica serve para a de Porto Alegre, onde remanescentes pastoris nos dos estabelecimentos rurais (além de Guaíba e Barra do Ribeiro).

Na microrregião de Porto Alegre ocorre a maior concentração demográfica do estado e, paralelamente à expansão industrial, o crescimento urbano. O fato é mais marcante no eixo viário Porto Alegre-*Novo Hamburgo*, mas se processa também com forte intensidade na direção dos balneários marítimos a leste e nordeste da capital (municípios de Osório, Tramandaí e Torres). A forte especulação imobiliária daí decorrente põe em xeque a possibilidade de sobrevivência das glebas rurais da Região Metropolitana.

A ESTRUTURA AGRÁRIA NA DIMENSÃO MUNICIPAL: CONSIDERAÇÕES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As considerações precedentes levaram em conta a dimensão dos estabelecimentos na escala de estado e de microrregião. Há conveniência, além disso, em desenvolver o tema ao nível de resolução de Município, de modo que seja possível identificar cada um de acordo com sua estrutura agrária, empregando-se como indicador a dimensão dos estabelecimentos.

Do ponto de vista metodológico, a proposição fundamental consiste em verificar se é possível identificar os municípios de acordo com sua estrutura agrária, utilizando-se como indicador um critério dimensional: o tamanho dos estabelecimentos rurais. Observe-se que o problema proposto apresenta duas questões afins, correlatas mas não idênticas: (1) está subjacente a ideia de *parâmetros de dimensão* dos estabelecimentos, conforme sua área ou conforme sua classe de atividade econômica; (2) a questão da *distribuição das terras* dentro de um espaço administrativo, o *município*, levando em consideração a categoria dimensional (grande, médio ou pequeno) mais caracterizadora desse espaço, e não algum índice de concentração das diferentes categorias de estabelecimentos.

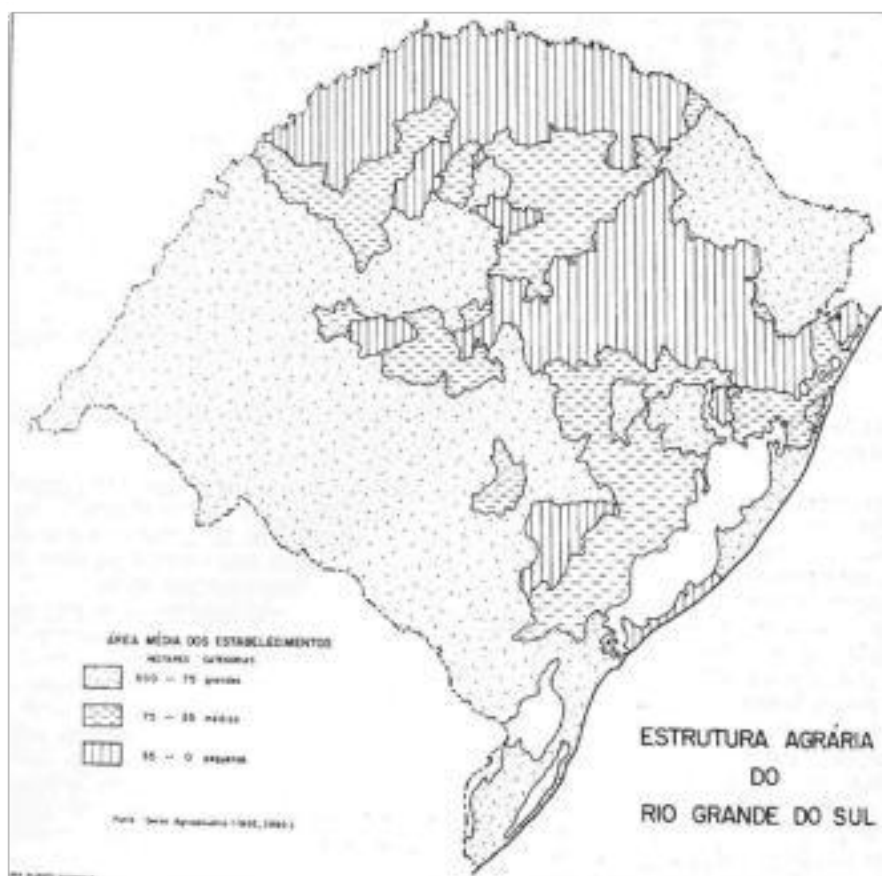
Não é propósito deste artigo discutir em profundidade a questão da dimensão dos estabelecimentos. É notório o subjetivismo dos conceitos do que pode ser *grande, médio ou pequeno*, variáveis de região para região, seja dentro do Brasil, ou mesmo dentro de cada unidade da federação. Assim o consenso popular gaúcho, ainda que vago, classifica a *fazenda* como um estabelecimento *grande* e

a *colônia* como um *pequeno*. E o *estabelecimento médio*? é todo aquele que não é grande nem pequeno, que está entre a fazenda e a colônia...

Idêntica complexidade apresenta o problema quando considerado na escala de Município, porque o subjetivismo da delimitação dos tamanhos se repete, e por isso exige uma definição prévia de parte do investigador, definição esta que também pode ser inculpada de subjetivismo... Dois podem ser os critérios para classificar os municípios em uma categoria dimensional mais representativa de seu espaço agrário:

(1) de acordo com a classe de área que ocupa maior parcela do espaço municipal; (2) de acordo com a classe de área que contém o maior número de estabelecimentos dentro do mesmo espaço.

Trata-se então de delimitar com anterioridade as diferentes classes de área, numérica e/ou nominativamente, isto é, definir até quais valores um município será considerado como representativo de pequenos, médios ou grandes estabelecimentos.



Outra questão refere-se à unidade de observação: imóvel ou estabelecimento rural. Duas razões sugeriram a conveniência de trabalhar com estabelecimentos. Uma, de ordem regional: na evolução da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, o processo de apropriação das terras resultou em que imóveis e estabelecimentos vieram a ter números bastante aproximados (o Censo de 1980 mostrou que 77,80% dos estabelecimentos eram explorados por seus proprietários, e que esta condição do produtor equivalia a 85,59% da área total dos estabelecimentos). O outro motivo é de ordem operacional: os dados

referentes ao estabelecimento como unidade de mensuração, fornecidos pelo IBGE, são mais acessíveis do que os relacionados ao imóvel, unidade de observação utilizada pelo INCRA.

Uma terceira questão prende-se ao procedimento operacional: buscou-se uma técnica tanto quanto possível simples, rápida e eficaz, para calcular os parâmetros diferenciadores das diversas categorias de área a serem consideradas. Parte-se da ideia de que não é necessário usar técnicas sofisticadas quando as simples são eficientes e a rapidez de seu cálculo não prejudica a confiabilidade nos resultados. Poder-se-iam empregar técnicas de agrupamento para separar as diferentes categorias, a exemplo dos modelos de Weaver e de Ayyar, ou empregar índices de concentração como o de Gini. Procedimentos estatísticos elementares que se referem a algumas medidas de tendência central, como a mediana e a moda, seriam ainda indicadores eficientes. Todos, porém, revestem-se de um característico: exigem listagens e/ou cálculos fáceis, mas demorados de serem efetuados. Pelas razões arroladas, considerou-se o uso da média aritmética como um procedimento que atende os três requisitos acima indicados: é de cálculo simples e rápido (nada mais exige do que uma operação de divisão entre valores já agrupados pelo Censo: área total dos estabelecimentos na escala de município e seu número total na mesma unidade de observação) e, como as demais medidas de tendência central, apresenta suas vantagens de uso. Ao lado de inofismáveis inconvenientes. É um parâmetro de uso consagrado, que às vezes superestima, às vezes subestima a realidade que busca representar, porém apresenta os mesmos característicos da densidade demográfica: como esta, a média aritmética é uma abstração representativa...

O procedimento metodológico utilizado para a elaboração deste trabalho foi o usual dos estudos de natureza classificatória, como é o presente caso.

O universo da investigação abrangeu os 232 municípios existentes no Rio Grande do Sul no ano do Censo Agropecuário de 1980. Foram trabalhadas, de cada município, as informações concernentes à área e ao número de estabelecimentos rurais.

As quinze classes de área, discriminadas no Censo, foram reaglutinadas em sete, dimensionadas em hectares: menos de 5; 5 a menos de 10; 10 a menos de 20; 20 a menos de 50; 50 a menos de 100 100 a menos de 1000, mais de 1000. Buscou-se uma classificação dimensional dos estabelecimentos, baseada em critério diferenciador exclusivamente espacial, mas fundamentado na percepção do espaço específico de estudo, o território sul-rio-grandense, onde há um conceito suficientemente generalizado do que seja pequeno ou grande em termos de dimensão agrária. Os dados foram levantados para cada uma das sete classes de área, e foram calculadas as respectivas percentagens em relação aos totais de cada município.

A discriminação em sete classes permitiu reagrupá-las em três categorias dimensionais descritivas do tamanho dos estabelecimentos: grandes, médios e pequenos, sem a preocupação em pormenorizar sub-tipos dentro de cada uma. Nesta etapa prevaleceu, forçosamente, a percepção do investigador, ao ser necessária a explicitação dos limites de dimensão entre os três grupos. Para as finalidades do trabalho - caracterização de um tamanho-padrão dos estabelecimentos rurais em escala municipal - preferiu-se um critério diferenciador fundamentado em uma unidade espacial, a área média das unidades de exploração,

mais do que empregar um parâmetro indicador da classe de área representativa do número majoritário de produtores rurais. Ao nível de resolução do município como unidade a ser classificada, consideraram-se as três categorias antes referidas:

(1) municípios caracterizados pelos grandes estabelecimentos: a área média dos estabelecimentos é igual ou superior a 75 Ha;

(2) municípios caracterizados por estabelecimentos de porte médio: a área média dos estabelecimentos é igual ou superior a 35 mas inferior a 75 Ha;

(3) municípios caracterizados pelos pequenos estabelecimentos: a área média é inferior a 35 Ha.

A área média foi calculada de acordo com sua expressão mais singela: $a = A/N$ em que a é a área média, A é o total de área dos estabelecimentos recenseados no município, e N é o número total de estabelecimentos na mesma unidade de observação. A eficácia da média aritmética como indicadora da dimensão agrária municipal foi avaliada pela sua comparação com a área média da classe modal do número de estabelecimentos. Em 149 casos (64,2% dos municípios) a média municipal das áreas e a média das áreas da moda do número de estabelecimentos coincidiram na mesma classe; em 77 municípios (33,2% dos casos) a média ficou superdimensionada em relação à moda do número de estabelecimentos, isto é, correspondeu a uma classe de área superior à da moda; em apenas 6 municípios (2,6%) a média ficou subdimensionada, a saber, correspondeu a uma classe inferior à da moda. Por outro lado, ao se considerarem as três categorias dimensionais (municípios de pequenos, médios ou grandes estabelecimentos) houve um acréscimo de 41 casos no grupo em que há coincidência entre a categoria da área média e a da moda do número: ainda que não houvesse coincidência nas classes de área, tanto a média quanto à moda enquadraram-se dentro dos limites da mesma categoria dimensional, em uma proporção de 81,9% do universo estudado.

A ESTRUTURA AGRÁRIA NA DIMENSÃO MUNICIPAL: OS RESULTADOS

Em decorrência da aplicação da média aritmética, a classificação dos municípios de acordo com um tamanho de estabelecimentos rurais que lhes seja representativo é a seguinte:

I - Municípios de pequenos estabelecimentos:

1. classe de área média - mais de 0 a menos de 20 hectares:

Agudo, Alecrim, Alpestre, Anta Gorda, Arroio do Meio, Bento Gonçalves, Boa Vista do Buricá, Bom Retiro do Sul, Braga, Caiçara, Campina das Missões, Candelária, Cândido Godói, Carlos Barbosa, Cerro Largo, Constantina, Crissiumal, Cruzeiro do Sul, Dois Irmãos, Encantado, Estrela, Feliz, Frederico Westphalen, Garibaldi, Gaurama, Gramado, Guarani das Missões, Horizontina, Humaitá, Igrejinha, Iraí, Itatiba do Sul, Ivoti, Lajeado, Liberato Salzano, Mariano Moro, Maximiliano de Almeida, Miraguai,

Montenegro, Muçum, Nova Bréscia, Nova Petrópolis, Novo Hamburgo, Palmitinho, Planalto, Porto Lucena, Porto Xavier, Putinga, Redentora, Roca Sales, Rodeio Bonito, Salvador do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Santo Cristo, São Leopoldo, São Martinho, São Paulo das Missões, São Sebastião do Caí, São Valentim, Seberi, Severiano de Almeida, Taquara, Taquari, Tenente Portela, Torres, Três Coroas, Três de Maio, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi, Venâncio Aires, Vera Cruz, Vicente Dutra.

2. classe de área média - 20 a menos de 35 hectares:

Ajuricaba, Antônio Prado, Aratiba, Arroio do Tigre, Arvorezinha, Augusto Pestana, Barão de Cotegipe, Barros Cassal, Cacique Doble, Caibaté, Campinas do Sul, Campo Bom, Campo Novo, Canguçu, Casca, Caxias do Sul, David Canabarro, Dona Francisca, Erechim, Erval Grande, Erval Seco, Estância Velha, Farroupilha, Faxinal do Soturno, Flores da Cunha, Fontoura Xavier, Getúlio Vargas, Giruá, Gravataí, Guaporé, Ibiraiaras, Ibirubá, Ijuí, Ilópolis, Independência, Jacutinga, Machadinho, Marcelino Ramos, Mata, Nonoai, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Prata, Paim Filho, Palmeira das Missões, Paraí, Portão, Porto Alegre, Rolante, Ronda Alta, Rondinha, Roque São Marcos, São Nicolau, São Pedro do Sul, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Gonzales, Sananduva, Santo Antônio, São José do Norte, São José do Ouro, Sarandi, Selbach, Serafina Corrêa, Sobradinho, Tapejara, Tapera, Veranópolis, Viadutos.

II Municípios de estabelecimentos de porte médio:

1. classe de área média - 35 a menos de 50 hectares:

Barracão, Cachoeirinha, Canela, Canoas, Catuípe, Chapada, Ciríaco, Colorado, Condor, Coronel Bicaco, Dom Feliciano, Espumoso, General Câmara, Ibiaçá, Jaguarí, Marau, Não Me Toque, Nova Palma, Osório, Panambi, Pelotas, Restinga Seca, Santo Ângelo, Santo Augusto, São Jerônimo, São Lourenço do Sul, São Luiz Gonzaga, Sertão, Soledade, Triunfo.

2. classe de área média - 50 a menos de 75 hectares:

Camaquã, Carazinho, Chiapeta, Esteio, Formigueiro, Passo Fundo, Pedro Osório, Pejuçara, Rio Pardo, Santa Maria, Santana da Boa Vista, Tapes, Viamão.

III Municípios de grandes estabelecimentos:

1. classe de área média 75 a menos de 100 hectares:

Alvorada, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Encruzilhada do Sul, Esmeralda, Lagoa Vermelha, Mostardas, Piratini.

2. classe de área média 100 a menos de 1000 hectares:

Alegrete, Arroio dos Ratos, Arroio Grande, Bagé, Barra do Ribeiro, Bom Jesus, Bossoroca, Butiá, Cacequi, Cambará do Sul, Cruz Alta, Dom Pedrito, Erval, Guaíba, Itaqui, Jaguarão, Júlio de Castilhos,

Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Quaraí, Rio Grande, Rosário do Sul, Santa Bárbara do Sul, Santana do Livramento, Santa Vitória do Palmar, Santiago, Santo Antônio das Missões, São Borja, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, São Gabriel, São Sepé, São Vicente do Sul, Tramandaí, Tupanciretã, Uruguaiana, Vacaria.

Foi referido anteriormente que, em 83 municípios, a média das áreas e a moda do número dos estabelecimentos não coincidiram na mesma classe dimensional. A Tabela 3 discrimina, quantitativamente, esses casos:

Tabela 3. Número de casos, por classe de área, em que a média das áreas e a moda do número de estabelecimentos não coincidem na classe dimensional: (A) classe da média superdimensionada, e (B) classe da média - subdimensionada em relação à moda do número de estabelecimentos.

classes de áreas	subtotal de municípios	(A)	(B)
0 — 10	1	—	—
10 — 20	73	6	4
20 — 50	100	42	—
50 — 100	21	19	2
100 — 1000	37	77	—
Total	232	77	6

São municípios em que a média das áreas está superdimensionada: Braga, Cruzeiro do Sul, Redentora, São Leopoldo, Taquari e Torres, na classe de 10 a menos de 20 Ha.; Arroio do Tigre, Augusto Pestana, Barracão, Barros Cassal, Caibaté, Campinas do Sul, Campo Novo, Canela, Canguçu, Canoas, Chapada, Ciríaco, David Canabarro, Erval Grande, Erval Seco, Estância Velha, Fontoura Xavier, General Câmara, Giruá, Independência, Jacutinga, Nonoai, Osório Palmeira das Missões, Portão, Porto Alegre, Rolante, Ronda Alta, Roque Gonzales, Sananduva, Santo Ângelo, Santo Antônio, Santo Augusto, São Jerônimo, São José do Norte, São José do Ouro, São Luiz Gonzaga, São Nicolau, São Pedro do Sul, Sapucaia do Sul, Sarandi e Soledade, na classe de 20 a menos de 50 Ha.; Caçapava do Sul, Cachoeira Sul, Camaquã, Carazinho, Chiapeta, Encruzilhada do Sul, Esteio, Formi Biro, Lagoa Vermelha, Mostardas, Passo Fundo, Pedro Osório, Pejuçara, Piratini, Rio Pardo, Santa Maria, Santana da Boa Vista, Tapes e Viamão, na classe de 50 a menos de 100 Ha.; Barra do Ribeiro, Cruz Alta, Guaíba, Júlio de Castilhos, Rio Grande, Santa Bárbara do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, Tupanciretã e Vacaria, na classe de 100 a menos de 1000 Ha..

São municípios em que a média das áreas está subdimensionada: na classe de 10 a menos de 20 Ha., Agudo, Anta Gorda, Guarani das Missões e Novo Hamburgo; na classe de 50 a menos de 100 Ha., Alvorada e Esmeralda.

Em dezessete municípios, a moda do número de estabelecimentos incide na classe "menos de 5 Ha.". Sete encontram-se na Região Metropolitana: Canoas, Estância Velha, Esteio, Portão, Porto Alegre,

São Leopoldo, Sapucaia do Sul: cinco estão no litoral: Osório, Torres, Mostardas, Rio Grande e São José do Norte; cinco são áreas coloniais: Cruzeiro do Sul, São Nicolau, Braga, Erval Seco e Redentora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A distribuição das categorias fundiárias em cada município não é simétrica, o que vem a prejudicar a fiel representatividade da média aritmética. Mesmo assim, em grande número de casos, ela não se afasta, com significância, da moda do número de estabelecimentos rurais. As maiores discrepâncias correspondem, grosso modo, a cinco situações:

(1) permanência de resíduos da estrutura antiga (latifúndio) em municípios industrializados e com predominância de população urbana, como acontece em Viamão; (2) desorganização da antiga estrutura fundiária devido à expansão urbano-industrial recente, e à correlata especulação imobiliária, a exemplar do que ocorre em Gravataí; (3) penetração da empresa lavoureira (granja) nas áreas de latifúndio, situação exemplificada por Júlio de Castilhos; (4) coexistência antiga de áreas de grande e de pequena propriedade (estâncias e colônias), exemplificada por Santa Maria; (5) parcelamento das propriedades via direito de sucessão (partilha por herança), como acontece em todo o estado.

A pormenorização dos cinco casos ora arrolados poderá vir a ser objeto de futuras investigações que visem melhor compreensão do espaço agrário gaúcho, pois ele está sujeito a transformações significativas por pressões sociais, a despeito de sua tradicional estruturação fundiária fundamentada mais na propriedade do que na posse ou mera ocupação das terras.

A lotação das áreas ocupadas pelas três categorias dimensionais de estabelecimentos (vide mapa em anexo) permite a sugestão de um modelo de transformação do espaço agrário, modelo que procura espelhar uma *tendência estrutural* de ocupação do espaço: um foco de pequenos estabelecimentos avança sobre a área circunvizinha de grandes estabelecimentos, produzindo um espaço intermediário, ocupado por estabelecimentos de porte médio. Em uma *concepção geométrica*, gera-se um modelo quase concêntrico, "thüniano", o qual esquematiza as consequências espaciais da inserção de núcleos de pequenos estabelecimentos em áreas de grandes estabelecimentos: estes últimos tendem a se parcelar, por propagação dos primeiros, gerando, em etapa intermediária, a formação de estabelecimentos de porte médio, os quais, *a fortiori*, transformar-se-ão, com o correr do tempo, em pequenos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDES, Nilo. Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul. Boletim Geográfico, Ano XX, nov.-dez. 1962, n.o 171. pp. 587-620.

CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL & GONZAGA (org.). RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, pp. 7-28.

IBGE. Censo Agropecuário - 1980 - Rio Grande do Sul. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, IBGE, 1984.

LANDO, Aldair Marli e BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização - os alemães no Rio Grande do Sul. In: RS: Imigração & Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980, pp. 9-46.

LA SALVIA, Flávia e HANDSCHUNCH, Nilbiamater. Processo de colonização no Rio Grande do Sul. Boletim Geográfico do RGS. Ano 19, n.o 17. jan.-dez. 1974, pp. 3-43.

SILVA, Elmar Manique da, Ligações externas da economia gaúcha (1736- 1890). In: DACANAL & GONZAGA (org.). RS: Economia e Política. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1979, pp. 55-91.

-

A QUESTÃO AGRÁRIA NA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA ²³

Vera Maria Favila Miorin

Doi: 10.48209/978-65-5417-576-4

Por mais que se reafirme o caráter urbano da sociedade brasileira, nos últimos tempos, o meio rural vem polarizando a atenção do País, quer pelas questões ligadas ao abastecimento interno de política agrícola, quer pelos conflitos, pela posse da terra ou, ainda, pelas discussões associadas à determinação da Constituição Nacional e às Leis Complementares que virão.

Pode-se afirmar, sem dúvida, que a problemática rural não é nova e que ela tende a se expandir cada vez mais, na medida em que ocorre a expansão do capital na agricultura. Isso porque assimilamos um sistema econômico sem ter realizado as reformas e mudanças estruturais necessárias em nosso sistema sócio-político-cultural.

Qualquer focalização ou avaliação das diferenciações espaciais que configuram a problemática rural deve estar associada à escala de produção. Será preciso avaliar, particularmente, os aspectos da organização agrária mais diretamente articulados com os temas cruciais da agricultura:

- A questão Agrária no Brasil é eminentemente política. Existem milhares e até milhões de pessoas impedidas de produzir alimentos baratos para si e para terceiros, devido à concentração da estrutura fundiária brasileira;

- A falta de uma reforma agrária e o encarecimento do trabalho no campo fazem com que a produtividade agropecuária (por área e por pessoa) continue sendo muito baixa em termos internacionais; e,

- O barateamento dos alimentos para o consumidor final não depende apenas da produtividade do campo, mas também - e principalmente - das condições de comercialização dos produtos agropecuários, sejam eles *in natura* ou industrializados.

A estrutura agrária concentrada não é obstáculo à continuidade do processo de crescimento econômico, mas sim desenvolvimento sócio-econômico, que eleva a qualidade de vida da população rural e da urbana.

A desigual distribuição da terra no Brasil, historicamente determinada, acentuou-se ao longo do desenvolvimento da agricultura, por força de políticas agrícolas de caráter discriminatório, que possibilitam o acesso a novas formas de riqueza somente aqueles que já monopolizavam a propriedade de grandes extensões de terra.

Desse modo, o quadro nacional deve-se à herança do sistema colonial. Convém ressaltar que a agricultura, como atividade econômica especializada, intensiva e permanente, constitui uma prática relativamente recente no Brasil. Ela começou a existir concretamente, como setor econômico

²³ Palestra proferida no Seminário de Estudos da Pós-Graduação em Extensão Rural/CCR. Publicada originalmente no periódico: Geografia Ensino & Pesquisa. Vol. 5, n. 1, jan/dez (1991).

diferenciado, após a independência política do País e formação, em seu interior, de uma economia de mercado.

Suas origens podem remontar - como de fato remontam aos primórdios do período colonial, mas o seu desenvolvimento endógeno e auto-sustentado só teve início depois da materialização das condições de consumo interno e economia de mercado.

Enquanto o Brasil foi colônia de Portugal e apêndice de seu mercado interno, as atividades agrícolas e aqui existentes nunca chegaram a constituir-se em um setor econômico claramente delimitado. Isso pode ser perfeitamente compreensível quando se leva em conta o sentido da colonização brasileira.

Na modalidade de colonização aqui adotada, o objetivo dos povoadores não era o de produzir por conta própria (e menos ainda por meio de seu próprio trabalho), mas, primordialmente, enriquecer o mais depressa possível pela exploração dos recursos disponíveis e do trabalho alheio em bases servis.

Desse modo, embora rural e agrária, a civilização que aqui se instaurou, no período colonial, não era uma civilização agrícola, voltada, em caráter permanente, para os trabalhos do solo. Seus componentes eram:

- A grande propriedade fundiária;
- Monocultura de exportação;
- O trabalho escravo;

que se conjugaram em um sistema típico de exploração do trabalho e da natureza, sobre o qual acabaram se assentando todas as atividades econômicas da sociedade colonial - desde as lavouras até a mineração, passando pelas raras atividades urbanas e mercantis. Padrões diversos só podiam ser encontrados em atividades marginais e subsidiárias como a pecuária extensiva nos sertões ou pequenas culturas de subsistência que em nada afetam a economia colonial.

Com a vinda da Família Real em 1808 e, posteriormente, com a independência política em 1822, a vida econômica e social brasileira foi, vagarosamente, tornando-se mais autônoma. O rompimento do Pacto Colonial não teve reflexos imediatos na situação interna do País; levou, pelo contrário, a uma consolidação de suas estruturas, ou seja, ao mesmo tempo em que se tornava politicamente autônomo, ele reforçou sua condição da economia primário-exportadora, mantendo, por muitos anos, tanto a grande lavoura como o escravismo colonial no cerne de sua organização social.

A economia herdada do período colonial se manteve por toda a primeira metade do século XIX, e novas bases só ocorreram depois de 1850, com a formação de um novo tipo de empresário rural no Brasil, proveniente da cafeicultura.

A fazenda de café era um empreendimento capitalista baseado no trabalho escravo, semelhante ao que se desenvolvera no engenho açucareiro, criado no Brasil-Colônia. Assim, apesar de baseada no mesmo processo da produção açucareira, a lavoura cafeeira distinguia-se pelo caráter permanente, e não

temporário do seu cultivo, e também pelas menores necessidades de capital que acarretava, mantendo-se ao alcance de um maior número de empresários do que o engenho açucareiro.

Os empresários não tardaram em mecanizar o beneficiamento do café, a fim de liberar mão-de-obra para o seu cultivo, e também a diversificar suas atividades para além da simples produção e comercialização.

Por outro lado, as modificações introduzidas no tradicional ramo açucareiro limitaram-se à novas variedades de cana e à modernização parcial do segmento manufatureiro, mediante a incorporação de equipamentos e técnicas desenvolvidas no bojo da Revolução Industrial europeia (moendas de metal, máquinas vapor, caldeiras a vácuo, processos químicos, etc.).

No que se refere à disponibilidade de conhecimento técnicos para a agricultura, na primeira metade do século XIX, havia um certo progresso em relação ao período colonial. Contudo, para que começasse, didaticamente, a difusão do conhecimento técnico, foi preciso esperar mais de 50 anos para a criação de uma Escola Agrônômica, que veio a resultar no que é hoje o Instituto Agrônômico de Campinas.

Outro centro irradiador de ideias novas foi a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que mais tarde se tornou o Centro Industrial do Rio de Janeiro. Essa sociedade publicava livros, folhetos técnicos sobre culturas como fumo, arroz, café e cana-de-açúcar; sobre máquinas e motores agrícolas e sobre fertilizantes; imigração de trabalhadores e química agrícola.

Muito importante, quanto às suas consequências imediatas, foram, no entanto, as políticas governamentais relativas à propriedade da terra e ao regime de trabalho, instituídas em 1850.

Para muitos historiadores de política econômica, a desvalorização do trabalho escravo foi compensada, a longo prazo, pela valorização da propriedade fundiária por meio da Lei de Terras (que permanece em vigor até hoje), não obstante todas tentativas de reforma agrária que houve neste País. Essa Lei não apenas transformou a terra em mercadoria, como impossibilitou o seu acesso a todos que não tivessem dinheiro para adquiri-la.

Os trabalhadores livres e os libertos da escravidão só poderiam subsistir na agricultura mediante a venda de sua força de trabalho aos proprietários das terras e do capital. Ao mesmo tempo, a nova legislação propiciou liberação de capitais antes engajados ao tráfico negreiro e a aplicação produtiva em diversos ramos de atividades, inclusive agricultura.

Desse modo, criaram-se as disposições necessárias à formação de um mercado de trabalho capitalista. Porém o surgimento desse mercado só se materializou, inicialmente, nos principais centros urbanos e em algumas áreas rurais, como a da lavoura cafeeira do oeste paulista. Mesmo assim, há quem discuta a materialidade dessa questão nessas áreas.

De qualquer forma, a abolição da escravatura foi um passo importante e decisivo na direção da mudança das relações de trabalho. Um segundo passo igualmente importante, a Lei de Terras de 1850, propiciou a consolidação da estrutura agrária e apontou para a direção desse mercado de trabalho como

única forma de trabalhar a terra. Instaurou-se, pois, um mercado de trabalho capitalista, baseado na disponibilidade de homens livres, porém destituídos de meios de produção.

Essas novas relações sociais de trabalho deslocaram os trabalhadores livres nacionais da economia de subsistência no campo para a economia de mercado nas fazendas e nos núcleos urbanos.

O êxodo rural decorrente deve ser entendido como a expressão máxima da chamada acumulação primitiva de capital, que é a expropriação dos produtores diretos e sua transformação em trabalhadores sem outra coisa para vender que sua força de trabalho.

Como muitos autores concordam, a transição do escravismo para o regime de trabalho livre do modelo econômico primário exportador foi acompanhada, como não poderia deixar de ser, por um grande avanço, quantitativo e qualitativo, da agricultura no Brasil, sobretudo nas regiões mais intensamente afetadas pelo processo da lógica capitalista.

Até o final da década de 20, a economia brasileira foi predominantemente rural e correspondia, grosso modo, ao chamado modelo primário-exportador no qual o setor agropecuário constituía o setor dominante. A partir de então, evoluiu para uma economia urbanizada e industrializada, na qual o setor agropecuário deixou de constituir o segmento dominante, cedendo lugar aos setores industrial e de serviços. Desenvolvia-se uma industrialização voltada para a substituição de importações, num processo de urbanização ensejado e acelerado, em boa parte, pela intensificação do êxodo rural anteriormente referido.

Nesse período, ocorreu uma crescente concentração espacial da indústria na Região Sudeste e uma difusão do processo de urbanização acelerada em todo o território brasileiro.

Obviamente, esses fatores refletiram no da produção agropecuária, acarretando a crescente desenvolvimento introdução de processos produtivos modernos no setor agropecuário, o que veio determinar, mais tarde, a chamada industrialização da agricultura no Brasil. Nesse período, que se estende até 1970, completou-se a integração funcional dos setores agropecuários e industriais da economia brasileira.

Para a compreensão da questão agrária atual, devem-se examinar os fatores determinantes e as principais características das transformações nas relações de trabalho e da política agrária governamental no setor agropecuário. É preciso considerar que tanto essas características como a política agrária são determinadas:

- Pela disponibilidade e utilização da mão-de-obra engajada na produção agropecuária;
- Pelas modalidades de uso do solo vigentes na referida produção; e,
- Pela estrutura fundiária que condiciona tanto política como as características de evolução do setor.

Para examinar e/ou interpretar o desenvolvimento recente da produção agropecuária no Brasil, (IBGE. Brasil: Uma Visão Geográfica Nos Anos 80, 1988: 87-125), deve-se utilizar o enfoque espacial, pois o território agrícola brasileiro é regionalmente desagregado. Isso se deve ao fato de que a produção

não constitui um todo uniforme, homogêneo e harmônico no território brasileiro, e também porque a industrialização, além de redefinir vínculos de produção interna e externamente, deu origem a uma nova heterogeneidade entre as diversas regiões do País. Desse modo, tais regiões passaram a integrar-se em uma nova e única divisão trabalho social a nível nacional.

Tanto os produtos de subsistência - alimentos para o consumo, como os produtos exportáveis estão cada vez mais sendo absorvidos pela transformação agroindustrial interna.

A indústria nacional cada vez mais toma para si o caráter de compradora da produção agropecuária e de fornecedora dos bens utilizados no setor. Por outro lado, a maioria dos ramos dessa parte da indústria nacional, ao contrário do setor agropecuário, tende a se concentrar em certas regiões e áreas, dando origem a determinadas relações de troca entre campo e cidade e entre pólos industriais. Por outro lado, o que não estiver plenamente integrado a essas relações vai formar uma ampla periferia, voltada para a produção agropecuária.

Desse modo, estreitam-se, em algumas áreas, as relações entre produção agropecuária e atividades urbanas e industriais da economia, o que regionaliza e altera a divisão do trabalho no País.

A partir desse raciocínio, afastamo-nos da possibilidade de ter uma agricultura brasileira em geral ou até mesmo um único setor agropecuário. Passam a existir sistemas de produção agropecuária diferenciados por região quanto ao grau de capitalização, tecnologia, modernização, produção e mercado.

Por outro lado, as formas de evolução do setor, por se diferenciarem quanto à expansão da área agrícola, das pastagens, e também quanto à mão-de-obra, e ao preço da terra, não só repartem o espaço como geram regionalmente disparidades sócio-econômicas.

Desse modo, segundo o sistema de produção, pode-se repartir o território brasileiro contemporâneo em três regiões, cujas situações são bastante diversas entre si:

- O sistema de produção agropecuário relativamente desenvolvido do Centro-Sul, constituído pelas regiões Sudeste Sul;
- Sistema de produção agropecuário tradicional do Nordeste; e,
- O sistema de produção agropecuário vigente nas áreas de expansão da fronteira agrícola: Amazônia e Centro-Oeste.

Esses três sistemas têm em comum a alta concentração da estrutura fundiária, sendo formados por uma grande maioria de pequenos estabelecimentos contra uma minoria de estabelecimentos de grande porte, que ocupam a maior parte das áreas disponíveis.

Hoje, por todo o espaço brasileiro, tem-se como certa a expansão dos grandes estabelecimentos, crescendo a concentração fundiária; em contrapartida, há um decréscimo dos pequenos estabelecimentos. Pesquisas particulares, desenvolvidas por instituições O IBGE, mostram que a participação relativa dos como latifúndios tem aumentado em todas as regiões do País quer em termos numéricos quer em áreas ocupadas.

Por outro lado, a presença de duas fazendas com menos de 2 hectares, caracterizando o minifúndio, é extremamente elevada nos estados do Maranhão e Piauí, continuando-se por uma faixa da porção oriental da Região, que se estende pelo cotovelo nordestino do RN até o Recôncavo Baiano, abrangendo zonas da mata, agreste e sertão (IBGE, 1988: 96).

Quanto aos produtores sem terra, sabe-se que a viabilização da reforma agrária depende, principalmente, da capacidade de organização dos grandes proprietários, de um lado, e dos sem-terra, de outro. Ainda que constituindo um patamar numérico significativo do ponto de vista social, os produtores não proprietários concentram-se em estabelecimentos com menos de 10 ha e detêm uma fração reduzida da área total dos estabelecimentos. Contudo os proprietários, ainda que numericamente inferiores, monopolizam a maior parte das terras, principalmente nas regiões Norte, Centro-Oeste e grande parte do Nordeste (Maranhão e Piauí).

Por outro lado, na discussão de uma reforma agrária, deve-se considerar a ociosidade da terra e/ou sua baixa utilização, que é outra realidade no setor agropecuário brasileiro. A distribuição espacial do nível de ociosidade das terras associa-se a formas bem contrastantes de ocupação do território. Por exemplo: a pecuária bovina, além de se constituir em uma atividade funcionalmente separada da agricultura, com frequência não se destina prioritariamente a fins produtivos nem está propriamente voltada para o abastecimento sistemático dos mercados consumidores de carne e/ou de leite. A não ser nos estados mais desenvolvidos do Sudeste e Sul e, às vezes, mesmo neles, os rebanhos bovinos tendem a ser encarados pela maioria de seus proprietários mais como uma reserva de valor do que como uma fonte de receita, que, ao mesmo tempo, lhes assegura o domínio sobre a propriedade de vastas áreas de terras.

Na verdade, as áreas produtivas, em geral, são menores, em absolutos, nos grandes estabelecimentos do que nos termos absolutos, nos grandes estabelecimentos do que nos pequenos. Tal quadro evidencia a ociosidade especulativa como o padrão dominante entre os estabelecimentos de mais de 1000 ha no Brasil. Estaria ocorrendo, nas áreas de expansão da fronteira consolidadas, a valorização imobiliária via revenda ou via loteamento das terras mantidas em reserva.

Essa conjuntura, é incompatível com qualquer processo de modernidade sócio-econômico-cultural da sociedade e contrária a processos de integração internacional, por apresentar uma sociedade sem maturidade cultural, uma economia fraca pela presença de distorções em suas estruturas de sustentação desequilíbrios sociais advindos da falta de igualdade nas possibilidades de produzir.

Ingressar na modernidade do século XXI, integrando-se a nações, sem resolver os problemas básicos e mais urgentes da sociedade brasileira, é desejar promover saltos qualitativos (como até aqui tem sido feito) sem ter esgotado quantitativamente os processos de amadurecimento sócio-econômico-cultural. É como se alguém saído do I Grau pretendesse acompanhar o ensino superior sem problemas de amadurecimento científico e de conhecimento básico.

Isso permite entender que a sociedade brasileira, ao desejar queimar etapas em sua evolução, deveria não só ter disposição como metas para tanto. Porém, fazendo-se uma análise dos conteúdos constitucionais e das políticas adotadas pelos governos ao longo da história política do Brasil, no que se refere à busca de equilíbrio entre os setores econômicos e justiça social entre as classes da sociedade economicamente produtiva neste País, chega-se à conclusão de que, faltando da parte de dois líderes, faltando da parte de dois parlamentares, tudo fica restrito aos limites da fala.

Temos exemplo o descompasso entre o acesso à terra e as garantias do trabalhador rural, no desenvolvimento da legislação sobre a propriedade fundiária. Embora essa legislação iguale os direitos do trabalhador rural com os do setor urbano, aquele não tem acesso à terra a não ser através de compra, para a qual não há facilidades ou financiamentos.

Antes dos anos trinta, a situação dos trabalhadores rurais no Brasil - quaisquer que fossem suas condições legais - caracterizava-se por uma total falta de proteção jurídica nas suas relações com o proprietário da terra e dos demais meios de produção.

O crescimento da urbanização e industrialização fazia com que no País se processassem transformações na economia. Contudo, o setor agropecuário mantinha-se como antes e até pior do que antes em muitas áreas. A pauperização dos trabalhadores rurais e agravamento da questão agrária não se definia apenas no Nordeste, mas, cada vez mais, ganhava o âmbito nacional. São dessa época as primeiras propostas de reforma agrária, sempre descartadas com base nos dispositivos legais e constitucionais em vigor. (Na verdade, a falta de vontade política das elites dirigentes da sociedade brasileira foi a responsável pela manutenção do "status quo").

Por falta de respaldo do Poder Legislativo, algumas iniciativas governamentais tornaram-se medidas paliativas, imediatistas e começaram a contemporizar. "Elas foram numerosas e começaram a tomar corpo já no início da década de 50, com a criação de entidades como a Comissão Nacional de Política Agrária (1951), o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (1954) e o Serviço Social Rural (1955). Essas três entidades foram integradas e substituídas em 1962 pela Superintendência de Política Agrária (SUPRA), da qual iriam originar-se, depois do golpe militar de 1964, O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), ambos posteriormente unificados no atual INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária" (SZMRECSÁNYI, 1990).

Todas essas entidades, inclusive a última, foram mais ou menos inoperantes, e não impediram, na prática, quer o prosseguimento do êxodo rural e das migrações para as regiões de expansão da fronteira agrícola, quer a continuação do empobrecimento progressivo dos trabalhadores no campo, quer ainda a multiplicação e intensificação das tensões e conflitos que têm acompanhado a crescente concentração fundiária e a evolução recente das relações de trabalho no setor agropecuário.

É preciso entender que o desenvolvimento da agricultura capitalista moderna passa por uma integração econômico- social, e a permanência do êxodo rural retrata a insistência de uma variação

primitiva do sistema capitalista, o qual teimamos em conservar. Porém sua permanência fere selvagemmente uma fatia significativa do conjunto sócio-econômico brasileiro.

O Estatuto da Terra (Lei N.4504 de 1964), teoricamente voltado para a efetivação da reforma agrária, acabou sendo relegado pela militarização da questão agrária ocorrida no final do regime autoritário, e não foi ratificado pela Nova República, embora tenha sido bandeira de luta no movimento das "Diretas Já".

A Constituição de 1988, dominada pelas forças vinculadas aos interesses dos grandes proprietários de terras e ao capital financeiro nacional internacional, empreendeu uma derrota legislativa e jurídica às classes subalternas do campo.

Na verdade, a reformulação da estrutura agrária do País coloca-se como uma exigência da democracia.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **BRASIL: Uma Visão Geográfica nos Anos 80**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988, p. 87-125.

SZMRECSANYI, T. **Pequena História da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1990.

A DIALÉTICA DA REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL²⁴

Vera Maria Favila Miorin
Meri Lourdes Bezzi

Doi: 10.48209/978-65-5417-576-5

Na sociedade capitalista, as relações entre as diferentes classes sociais (capital e trabalho), em determinado momento, provocam antagonismos que as transformam ao longo do tempo. Essas transformações acionam e forçam alterações constantes do capital em crescimento.

A distinção entre as classes que formam a estrutura social capitalista tem por base pólos opostos de um mesmo fenômeno (econômico-social) que, por não ser indiferente a si próprio, está em mútua interação.

A prática do sistema capitalista no setor agropecuário do país revelou, no final da década de 70, concentração da posse da terra, significando que a área cultivada por pequenos proprietários decresceu e o latifúndio avançou. Surgiu, deste modo, espaço para discussão das necessidades de políticas de aproveitamento de área e de mão-de-obra, capazes de gerar produção e valorizar a terra, procedendo uma distribuição social da renda gerada por esta produção.

O Estatuto da Terra, sem utilização efetiva há 20 anos, foi retomado e a partir dele foi elaborado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República que procura beneficiar 1,5 milhões de famílias por ano e atingir uma área de 130 milhões de ha.

A intervenção do Estado, através do PNRA, foi exigida pela situação fundiária nacional, inviabilizadora do sistema econômico responsável por conflitos de terra que se agravavam a cada ano. Esta situação promoveu a incongruência, fruto da contradição inerente ao próprio sistema, definida pela classe dos proprietários da terra, detentores dos meios de produção, e da classe dos sem-terra, despojados destes meios e necessitando garantir sua sobrevivência. No momento, a reforma agrária representa mudanças nas relações econômicas e políticas, bem como do direito e das normas da moral que traduzem mudanças no estado social. A nível do sistema capitalista, significa uma nova etapa em seu desenvolvimento que virá através do antagonismo e da variação dos elementos que o compõem.

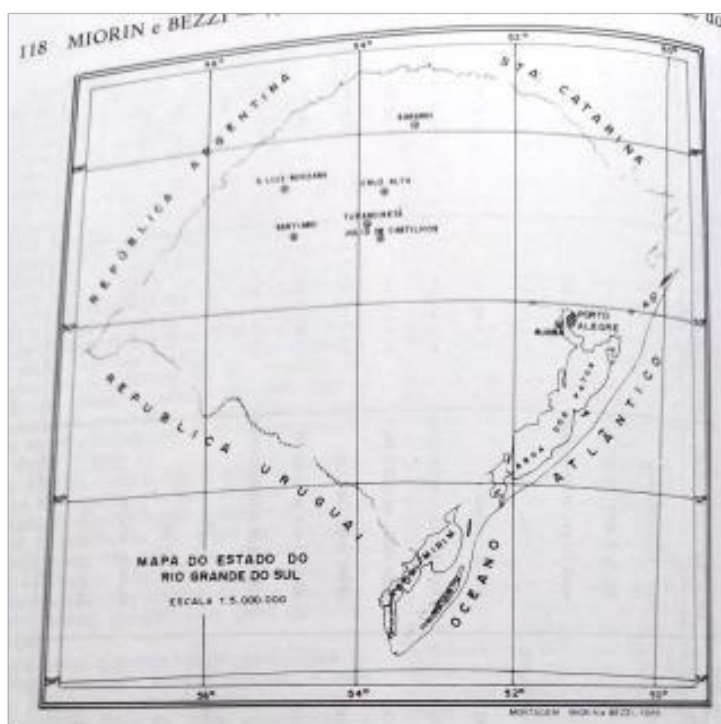
Procurando relacionar a teoria com a realidade, foi analisado o antagonismo para compreender o nível de variação e desenvolvimento da realidade em seu automovimento e para identificar as modificações que estão ocorrendo e a maneira como estão ligadas.

O antagonismo no Rio Grande do Sul teve início no momento em que o governo da Nova República passou do discurso à ação prática, implantando o PNRA (Quadro 1).

Tal atitude gerou a manifestação contrária daqueles que se opõem ao PNRA e de todos os seus desdobramentos no Rio Grande do Sul. O segmento da sociedade representante desta ideia contrária

²⁴ Publicado originalmente no periódico: *BOLETIM DE GEOGRAFIA TEORÉTICA*, 18(35-36): 115-122, 1988.

identifica-se através de órgãos como a FARSUL (Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul) que, desde o começo do ano, iniciou movimentos crescentes e contrários à política de reforma agrária e de desapropriação de terras (Figura 1).



A FARSUL representa a voz dos proprietários do campo no Rio Grande do Sul, agregando especialmente fazendeiros, pecuaristas e produtores de arroz que ocupam grande parte das áreas das regiões Campanha e Planalto. Ela reúne os interesses dos sindicatos dos proprietários rurais e das associações rurais disseminadas pelo território gaúcho.

Este órgão, por representar uma classe de "poder e mando", sempre exerceu e teve forte influência nas decisões econômico-sócio-políticas que, até aqui, escreveram a história Sul-rio-grandense. No momento, esta instituição defende uma classe que tem seus interesses e privilégios ameaçados por um poder central comprometido com mudanças sociais e econômicas. Seus pontos de vista atendem a questões como: (a) a dependência do êxito da Reforma Agrária da obtenção de recursos federais; (b) a necessidade de um planejamento a nível nacional e estadual; (c) seleção de apenas "Sem-terra", realmente agricultores; (d) afastamento de algumas entidades do debate como os partidos políticos e parte do clero que apoia os colonos; (e) apenas a FARSUL, FETAG e Governo deveriam discutir a Reforma Agrária.

O outro lado da contrariedade é determinado pela classe dos "Sem-terra", despojados de todos os meios de produção e representados pela FETAG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura). Ela, ao representar os trabalhadores do campo, assume posições contrárias aos sindicatos de produtores e demais órgãos representantes de classe dos proprietários. Defende o PNRA e tem em suas metas

direcionar, através da Reforma Agrária, a produção para a geração de alimentos necessários ao mercado interno, bem como de somar esforços em torno de uma política econômica voltada ao pequeno produtor. No momento, reestuda a contribuição previdenciária e os benefícios que são pagos ao trabalhador do campo, como a aposentadoria de meio salário mínimo. Basicamente, deseja que seu plano de assistência, montado há mais de um ano, seja transformado em lei onde reivindica igual atendimento ao homem do campo e da cidade.

Propõe que a Nova Constituição altere a justiça e regulamente a posse de propriedade agrícolas no Brasil. Pede que todos os processos envolvendo desapropriações para fins de reforma agrária, sejam efetuados de forma sumária e reivindica profundas mudanças na condução dos assuntos econômicos na agricultura, como a necessidade de políticas de crédito, adequadas ao pequeno agricultor. No momento a FETAG junta-se ao INCRA na concretização da Reforma Agrária no Estado e na solução de questões de ordem social e econômica, principalmente para a classe dos chamados "Sem-terra".

Em outubro de 1985, grupo de Sem-terra, filhos de "Parceiros" se reuniram aos militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra do Rio Grande do Sul e estabeleceram uma estratégia de luta pela terra com uma ação radical por terem esgotado todos os canais de conversação com políticos e governantes. Esta ação se traduziu na invasão das terras da fazenda Annoni, que ainda estava sendo contestada na Justiça. Os 6500 colonos, desde 1985 acampados na fazenda, têm nela a cabeça-de-ponte para ocupação de outras áreas. Daí partiram as romarias, as caminhadas em direção à capital (Porto Alegre), a ocupação da Assembléia Legislativa e do INCRA/RS.

Os "Sem-terra" exigem, a rigor, terras produtivas no Estado e solicitam desapropriações no montante de 32000 ha, o que consideram suficiente para assentar todos os "Sem-terra" (Afogados, Afogadinhos, Parceiros, Filhos de Parceiros e Sem-terra). Esta atitude dos "Sem-terra" representa uma nova luta que pretendem gerar a fim de forçar as decisões governamentais, por entenderem que o Governo tem apenas a intenção de amenizar os conflitos, enquanto eles desejam resolvê-lo.

As estratégias no sentido da busca de soluções são manifestadas através de:

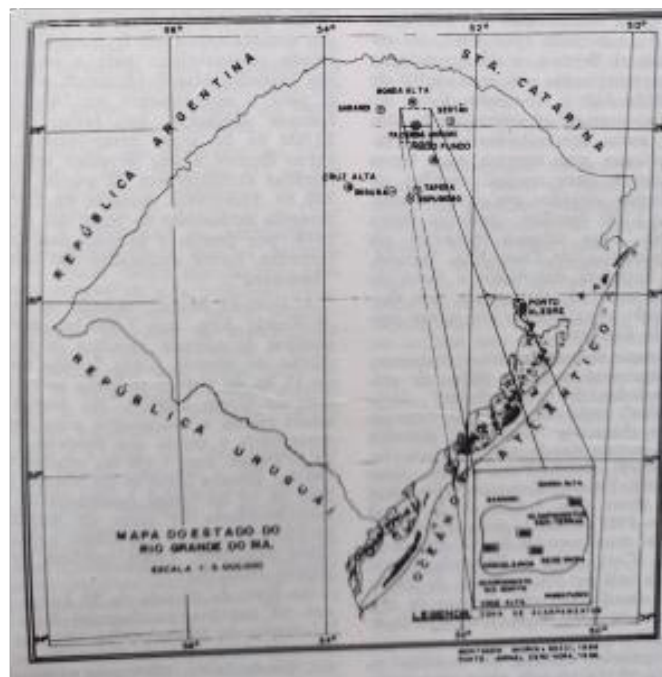
- Protestos na capital do Estado;
- Acampamentos na Assembleia Legislativa do Estado;
- Acampamentos em frente à sede do INCRA/RS;
- Caminhada das crianças, filhos de "Sem-terra", promovida pelas Comunidades Eclesiais de Base;
- O jejum na frente da sede do INCRA/RS;
- Encontro das mulheres promovido pela CPT e lideranças da FETAG;
- Comissões dirigidas à Brasília, levando sugestões para o MIRAD e INCRA nacional;
- Invasão das áreas das prefeituras em várias localidades;
- Ocupação do Fórum de Sapucaia do Sul;
- Tentativas de invasões nas fazendas declaradas de utilidade pública;
- Passeatas pelas ruas das cidades;

- Retenção de funcionários de órgãos públicos;
- Cartas de reivindicações endereçadas aos partidos políticos; e,
- Romaria da terra.

Conscientes de seu número em votos (1 300 000), eles elaboram documento reivindicatório, apontando nomes de candidatos que pretendiam colocar na constituinte para consolidar, na nova constituição brasileira, políticas favoráveis à classe e eliminar os conflitos externos e secundários à incongruência existente. Nas suas reivindicações contam com o apoio da CNBB, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da CUT, CGT, do PT, de alguns políticos, do apoio popular, do Comité de Apoio à Reforma Agrária e da Federação Sul-riograndense de Associações Comunitárias de Amigos de Bairros (Porto Alegre). Assim, podemos entender a ação da Igreja e dos partidos políticos como elementos secundários da contrariedade existente e que a ela se somam, emprestando sua ação política e contribuindo, com sua prática, na alteração de segmentos da sociedade à qual se ligam. A estratégia mais usada pela Igreja, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), é de apoiar a ocupação passiva de terras ociosas por parte dos Sem-terra" e a criação de acampamentos onde essas ocupações não forem possíveis. Além da Igreja, os partidos políticos têm atuado na consolidação da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul.

A "Zona dos Acampamentos dos 'Sem-terra'", existente hoje no Estado, e que a seu modo pressiona assentamentos, corresponde a uma área do Planalto Gaúcho que tem a fazenda Annoni (município de Sarandi) como centro e os municípios de Cruz Alta, Passo Fundo e Ronda Alta como limites (Figura 2).

Figura 2 - Localização da Zona de Acampamentos dos Sem-Terra no Estado do Rio Grande do Sul, 1986.



A evolução do conflito da luta pela terra no Rio Grande do Sul teve início com o fechamento da

fronteira agrícola na década de 50 originando, na continuidade do crescimento populacional, o problema de espaço para a sobrevivência de populações excedentes de áreas coloniais e de pequena dimensão.

O primeiro assentamento de terra, com o fechamento da fronteira agrícola do Estado, data de 1951 quando um grupo de colonos, oriundos de áreas próxima a Porto Alegre, dirigiu-se para a área de várzea localizada no município de Camaquã, próximo ao Colégio de Camaquã, onde foram assentados após 1964. Este fato ficou conhecido como "Reassentamento do Banhado do Colégio".

Com área de 4.800 ha, dividida entre 240 famílias que formaram propriedades de 20 ha cada uma, o assentamento de Camaquã possui hoje cooperativas, escolas e prédios necessários às atividades, mantendo-se atento à formação de sua infra-estrutura. Nesta época, também, um certo número de agricultores foi trabalhar com fazendeiros da área, em regime de parceria, meeiro ou outras formas de contrato. Hoje, o espaço agrário de Camaquã apresenta uma organização na forma de minifúndios.

Somado a falta de terras proveniente do fechamento da fronteira agrícola do Estado, a tensão no campo aumentava com as desapropriações para construção de barragens hidrelétricas, provocando após 1960, no governo de Leonel Brizola, a desapropriação de 23 000 ha localizados nos municípios de Sarandi, Ronda Alta e Rondinha. Estas desapropriações visavam o assentamento dos "Afogados", assim denominadas as 1.600 famílias de colonos que tiveram suas terras desapropriadas e duas opções: receber dinheiro ou serem alojados em outros locais. A maioria, 1.100 famílias, preferiu terras para plantar. Estes colonos moravam em terras do município de Cruz Alta, Ibirubá, Espumoso, Fortaleza dos Valos e Salto do Jacuí. De lá para cá, eles vagam sem destino esperando assentamento em terras prometidas pelo Governo.

Com o passar do tempo muitos morreram, existindo hoje seus herdeiros (filhos de afogados) chamados de "Afogadinhos". Hoje os "Afogados" estão vivendo em acampamentos dos chamados "Sem-terra" situados nos municípios de Ronda Alta, Sarandi (Fazenda Annoni), Sertão Passo Fundo, Cruz Alta, Ibirubá, Tapera, Espumoso, Fortaleza dos Valos, Passo Real e Salto do Jacuí. O INCRA em 1969 iniciou o assentamento de 528 famílias nas fazendas Itaíba (Ibirubá), Boa Vista (Cruz Alta) e Colorado (Santa Bárbara do Sul) em lotes médios de 25 ha para cada família no que chamou de primeira etapa da colonização do Passo Real.

Na segunda etapa, para assentamento das famílias restantes, colocou 51 famílias na fazenda SAGRISA (Ronda Alta), 28 famílias na Estação Engenheiro Englert (Sertão) e deu início aos assentamentos na fazenda Annoni (Sarandi), com colonos de uma leva de 190 famílias, mas reassentando, apenas - 54 em lotes de 25 a 33 ha. O desentendimento entre os proprietários da terra e o INCRA aconteceu em março de 1972, quando a família Annoni entrou na Justiça contestando o valor da desapropriação. Na época, o INCRA vacilou nas suas determinações. Poderia ter recorrido aos termos da legisla -Decreto Lei n. 554 assinado em 25.04.1969 pelo então Presidente da República, Arthur da Costa e Silva desapropriando a área, assentando os colonos e continuando a discutir, judicialmente, a questão do preço das terras.

As 54 famílias assentadas em 1972, na fazenda Annoni, por receberem as primeiras parcelas de terra, são chamadas de "Parceleiros", hoje compartilham a área juntamente com o restante dos "Afogados" que lá estão acampados desde 1982.

Em uma terceira etapa, o INCRA processou assentamentos nas fazendas Macali (destinada originalmente para o assentamento nas fazendas Macali (destinada originalmente para o assentamento dos "Afogados") e fazenda Brilhante, que fazem parte dos 23 000 ha de terras desapropriadas no governo Brizola e que deveriam assentar 400 famílias divididas em 12 granjas de 150 a 200 ha. Entretanto, somente em 1969 houve garantia de imissão na posse das terras. Em 1979, por pressão e invasão pacífica nestas fazendas, foram assentadas 200 famílias de "Sem-terra".

A fazenda Macali, situada no município de Ronda Alta, com 1600 ha, recebeu 100 famílias de colonos expulsos da reserva indígena de Nonoai. Cada família teve posse de 15 ha de terra e trabalhou no restante da área de forma coletiva. No momento, está sendo criada a cooperativa para compra de maquinaria e venda dos produtos. A Fazenda Brilhante, com 1 450 ha, recebeu 80 famílias em sistema igual ao da Macali. Em uma área de 10 ha foram assentadas 20 famílias com problema de força de trabalho; são agricultores idosos, sem filhos, e viúvas com filhos pequenos. Todos recebem assistência técnica reforçada.

No final da década de 70 foram assentadas 60 famílias na fazenda Bom Retiro, município de Palmeira das Missões, e criado o acampamento de Encruzilhada Natalino, dissolvido em 1982, cujo problema acionou a pressão pacífica dos colonos e do segmento político da CNBB/CPT, possibilitando o assentamento de Nova Ronda Alta com 118 ha e a formação de acampamentos provisórios como o de Capão Bonito (1 100 ha) com 85 famílias de colonos e Rio Bonito com 80 famílias que reúnem "Afogagados" e "afogadinhos" e esperam o assentamento por parte do INCRA e as definições do Governo. Além destes, existem outros com caráter de acampamentos clandestinos.

Alguns "Afogados" não existem mais, outros não esperaram a lenta e emperrada máquina administrativa do INCRA e foram para outros estados. Poucos, com mais sorte, conseguiram arrendar algum pedaço de terra em outras regiões, tornando-se, mais tarde, proprietários. Muitos viram seus nomes desaparecendo da listagem do INCRA e deste modo não se tem, com precisão, o número de "Afogados"; são eles 330 famílias como dizem, ou 241 como declara a listagem dos sindicatos de 5 municípios da região do Passo Real, ou menos de 200 como imaginam alguns técnicos do INCRA, que ainda não pensaram nos herdeiros a espera das indenizações há tanto tempo. O certo é que eles estão espalhados pelos acampamentos existentes ou perambulando pelas vilas das cidades que cercam a barragem do Passo Real, trabalhando como biscateiros.

Os "Parceleiros" que receberam, em 1970, lotes de terra e fazem parte das 315 ou 330 famílias de agricultores desalojadas de suas terras, na década de 60, na região de Cruz Alta, para a construção da barragem de Passo Real, argumentam que os hectares ganhos, na época, foram insuficientes para um plantio rentável de soja, principal lavoura da região, apresentando lucros compensadores quando

produção de grande área. Como não conseguiram capitalizar e adquirir novas glebas para seus filhos (hoje somam mais de 92 pessoas em idade adulta) eles voltam a reivindicar uma distribuição de terra mais equânime.

A pressão e a ação dos "Sem-terra" que ficaram no Estado, somadas a dos "Afogados" de Passo Real e à expansão populacional desse grupo, provocou a ocupação e criação de acampamentos na então discutida judicialmente fazenda Annoni. Esta fazenda, com aproximadamente 8.000 ha considerados de utilidade pública, teve sua desapropriação jurídica concluída em agosto de 1986 e deverá assentar 250 a 265 famílias, numa área de 4 500 ha de terras aptas à agricultura. A área será dividida em 280 lotes de 18 ha em média, e alojará os "Afogados" de Passo Real e os 65 "Parceiros" que já ocupam parte da fazenda desde 1972.

Em 1986, a fazenda Annoni estava com 6 700 colonos em conflito com a Polícia Estadual que cercou o acampamento tentando impedir que, antes do assentamento pretendido pelo INCRA, os colonos que não seriam alojados na fazenda iniciassem a caminhada em direção às áreas declaradas de utilidade pública e aí formassem novos acampamentos.

Este impasse, gerado no centro da contradição já apontou duas soluções em relação à questão da terra no RS:

- a Justiça deu imissão na posse da fazenda São Pedro (município de Guaíba) ao INCRA que deverá processar o assentamento dos 1.600 ha da área judicialmente desapropriada;

- o fazendeiro Dorival Terra negociou diretamente com o INCRA a questão da fazenda Santa Ana, trocando-a pela fazenda Bela Vista, no município de Tupanciretã, com 978 ha. Esta atitude caracteriza a forma negociada de preservar a fazenda Santa Ana, no município de Cruz Alta, e dar ao INCRA condições de agilizar rapidamente o assentamento de colonos "Sem-terra" e de retirar propriedades da rota das invasões dos "Sem-terra".

A possibilidade de ocorrer novos acampamentos, a partir de Annoni, fez com que, além das questões mencionadas, outros proprietários conscientes da incongruência existente e que tiveram suas terras consideradas de utilidade pública, procurassem negociar com o INCRA na busca de soluções mais rápidas para resolver o conflito. A desapropriação e a demora do questionamento judicial que só vem prejudicar a todos, proprietários, "Sem-terra" e poder político, tem acionado a busca de soluções mais rápidas. Cita-se o caso da fazenda Santa Rita, no município de Santiago, que recebeu 40 famílias de colonos provenientes do acampamento da fazenda Annoni e que, mesmo contrariando os objetivos das autoridades municipais, desejosas em colocar os sem-terra de Santiago, estão sendo assentados pelo INCRA em lotes de 25 ha por família e deverão desenvolver plantio comunitário.

Novos conflitos surgirão no decorrer da execução dos PNRA & PRRA. Como exemplo temos, em 1987 a desapropriação da fazenda Santa Inês no município de São Luiz Gonzaga, cujo proprietário está recorrendo à justiça e alegando a produtividade da fazenda, enquanto acampados, da fazenda Annoni, preparam-se para possível assentamento na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fechamento da fronteira agrícola, na década de 50, criou condições para que a luta de contrários (proprietários e "Sem-terra") emergisse no espaço socioeconômico do Rio Grande do Sul. Identificou-se, através da análise desenvolvida, a ocorrência cíclica de períodos de incongruência, responsáveis por mudanças no arranjo sócio- econômico das classes, e de períodos de unidade entre as mesmas.

A estratégia adotada pela classe dos "Sem-terra", após-1950, tem sido a da invasão pacífica de áreas, estabelecendo o momento da luta considerada mais viável, pois através dela é que ocorreram os assentamentos. Por outro lado, se os acampamentos estabelecem o momento da luta e trazem em si a contradição absoluta, única e capaz de gerar mudanças em direção ao desenvolvimento, os assentamentos representam mudanças e volta ao estado de unidade entre as classes. Deste modo, os acampamentos e assentamentos são elementos de um mesmo processo. Enquanto um representa a práxis da tese (luta), o outro, por indicar a unidade, sugere a síntese. No interior da síntese será elaborada, em um novo período de tempo nova tese que induzirá a novas contradições em cuja práxis, representada pela luta, emergirá a antítese, reproduzindo um novo processo, em outro espaço/tempo. Portanto, na lei da unidade está o germe da contradição (alimentador da tese e antítese).

Visto por este ângulo, a presença de acampamentos na fazenda Annoni representa a tentativa de impedir que, ao alcançar a síntese das relações das classes (pelos assentamentos que o INCRA realiza), se forme, simultaneamente, nova tese. Porém, se de um lado é impedida a formação de um novo movimento, reverso de uma mesma questão, a luta inquestionavelmente virá, sendo apenas, uma questão de tempo. Será proveniente do crescimento vegetativo da população e dos anseios naturais do homem, aspirando satisfazer suas necessidades de sobrevivência e a produção dos meios necessários e inerentes a ela. A reforma Agrária, vista neste processo, é responsável pelas mudanças que ocorrem nas relações de classes de um segmento da sociedade, marcando, obviamente, o seu desenvolvimento no futuro.

Parte II

Novas Vozes, territórios em movimento: A Geografia Agrária e Rural Contemporânea na UFSM

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL: PROCESSOS HISTÓRICOS E TRANSFORMAÇÕES RECENTES²⁵

Cesar De David

Doi: 10.48209/978-65-5417-576-6

INTRODUÇÃO

Nos estudos sobre a formação do espaço agrário no Rio Grande do Sul, é recorrente a referência ao latifúndio pastoril como marco inicial da exploração econômica da terra. Essa estrutura fundiária, baseada na pecuária extensiva, é frequentemente apresentada como o ponto de partida de uma trajetória linear que culmina na configuração atual de um espaço rural multifacetado, marcado por uma crescente diversidade de usos, atores e práticas produtivas.

Contudo, este texto propõe uma abordagem crítica a essa narrativa tradicional, buscando romper com a linearidade histórica que predomina nos escritos clássicos. Em vez de considerar a diversidade como um fenômeno recente ou derivado de transformações posteriores, pretendemos demonstrar que ela está presente desde os primeiros momentos da ocupação e apropriação do território gaúcho. A heterogeneidade dos processos produtivos agrários e agrícolas, as distintas formas de organização do trabalho, os arranjos territoriais e as relações sociais que se estabeleceram ao longo do tempo revelam que o espaço agrário sempre foi plural em sua essência.

Ao longo da escrita, pretendemos aprofundar a análise das múltiplas dinâmicas que compõem o espaço agrário gaúcho, considerando não apenas os grandes marcos econômicos, mas também os agentes sociais, as práticas culturais, os conflitos fundiários e as estratégias de resistência que contribuíram para a sua conformação. Assim, teremos como objetivo geral analisar a formação e transformação do espaço agrário no Rio Grande do Sul, evidenciando a diversidade estrutural e funcional presente desde os primeiros momentos da ocupação territorial até os processos contemporâneos de reconfiguração rural. Entre os objetivos específicos, elencamos: a) Investigar as origens históricas da ocupação do território gaúcho, com ênfase nas formas de apropriação da terra e nas atividades produtivas iniciais; b) Identificar os principais agentes sociais envolvidos na conformação do espaço agrário, considerando suas práticas, saberes e relações de poder; c) Desconstruir a narrativa linear que associa a diversidade rural apenas às transformações recentes, evidenciando sua presença desde os primórdios da colonização; d) Mapear as transformações socioespaciais que contribuíram para a emergência de novas territorialidades.

RAÍZES DA OCUPAÇÃO: TERRITÓRIO, PECUÁRIA E A FORMAÇÃO DO LATIFÚNDIO PASTORIL

²⁵ Esse texto é uma versão atualizada, revisada e ampliada do Capítulo II da minha Tese de Doutorado (DE DAVID, 2005), intitulado: Formação socioeconômica e a produção do espaço rural no Rio Grande do Sul, acrescida de reflexões advindas de outros escritos de minha autoria já publicados e de outros autores citados nas referências.

A ocupação inicial do território que hoje compõe o estado do Rio Grande do Sul esteve profundamente marcada por dinâmicas geopolíticas, interesses econômicos e estratégias de controle territorial que remontam ao período colonial. A fronteira sul do Brasil, disputada entre os impérios português e espanhol, foi palco de tensões que influenciaram diretamente a forma como a terra foi apropriada e utilizada.

Nesse contexto, a introdução da pecuária extensiva como atividade econômica predominante desempenhou papel central na conformação do espaço agrário gaúcho. A criação de gado, favorecida pelas vastas áreas de campo natural e pela baixa densidade populacional, consolidou-se como prática dominante, moldando não apenas a paisagem, mas também as relações sociais e fundiárias. A terra, vista como recurso abundante, passou a ser ocupada em grandes extensões, dando origem ao latifúndio pastoril — uma estrutura fundiária caracterizada pela concentração territorial e pela baixa intensidade produtiva.

Essa forma de ocupação, embora funcional às necessidades econômicas da época, teve implicações duradouras. O latifúndio não apenas definiu os contornos iniciais do espaço rural gaúcho, como também estabeleceu padrões de desigualdade no acesso à terra que persistem até hoje. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que, mesmo nesse estágio inicial, havia diversidade nas formas de apropriação e uso do território. Pequenos criadores, indígenas, comunidades afrodescendentes e outros grupos sociais também participaram da construção desse espaço, ainda que muitas vezes invisibilizados pelas narrativas oficiais.

Portanto, compreender as origens do latifúndio pastoril exige ir além da descrição econômica da pecuária extensiva. É necessário considerar os múltiplos agentes envolvidos, os conflitos fundiários, as estratégias de ocupação e os arranjos sociais que deram forma a um território já plural em sua gênese.

A formação do território está profundamente vinculada às disputas de poder entre os reinos ibéricos de Portugal e Espanha. A região da Bacia Platina, estratégica para o controle comercial e territorial da América do Sul, tornou-se palco de intensos conflitos diplomáticos e militares. Para consolidar sua presença, a Coroa Espanhola incentivou a ocupação dos estabelecimentos missionários guaranis, enquanto a Coroa Portuguesa, interessada no estuário do rio da Prata, fundou a Colônia do Sacramento em 1680, na margem esquerda do estuário, em frente a Buenos Aires.

Essa fundação não apenas intensificou os embates territoriais, como também revelou o interesse português em controlar o comércio contrabandista de gado e metais preciosos oriundos das colônias espanholas. A indefinição das fronteiras, alimentada pelas ambiguidades do Tratado de Tordesilhas (1494), sustentava as reivindicações territoriais de ambas as coroas.

Com o fracasso em manter o domínio sobre as terras próximas ao rio da Prata, Portugal redirecionou sua atenção para o território de São Pedro do Rio Grande do Sul, cuja posição estratégica permitia o acesso à Bacia Platina pelos rios Uruguai e Paraná. Apesar de não oferecer riquezas imediatas como o pau-brasil ou a cana-de-açúcar, a região passou a ser ocupada por razões geopolíticas e militares.

Durante o período anterior à Restauração Portuguesa (1636–1641), as missões jesuíticas espanholas estabelecidas desde 1626 foram destruídas por bandeirantes paulistas. Os jesuítas e os indígenas sobreviventes se retiraram para a margem ocidental do rio Uruguai, enquanto muitos indígenas foram capturados e levados como mão de obra escrava para as regiões açucareiras.

Com a destruição das reduções, o gado que havia sido domesticado dispersou-se pelos campos, reproduzindo-se livremente e formando grandes manadas. Essa riqueza animal deu origem à chamada Vacaria do Mar — uma vasta área de campos naturais que se estendia do litoral da Lagoa dos Patos até o rio Uruguai e, ao sul, até o rio da Prata. A abundância de gado atraiu o interesse das coroas ibéricas, tornando-se um dos principais motores da ocupação portuguesa.

Em 1687, os jesuítas espanhóis retornaram à região e fundaram os Sete Povos das Missões, que se tornaram centros de produção e organização territorial. As reduções jesuíticas desenvolveram atividades agrícolas e pastorais diversificadas, cultivando milho, mandioca, trigo, arroz, cana-de-açúcar e algodão, além de extrair erva-mate e criar gado. Segundo Müller (1998), havia mais de 70 mil pés de erva-mate, tornando-se uma das principais fontes de renda das missões.

As estâncias jesuíticas se espalharam por todo o território, formando a Vacaria dos Pinhais no norte e Planalto Serrano, e estendendo-se ao oeste e sul até o rio Uruguai e além dos rios Vacacaí e Jacuí. A riqueza representada pelo gado e a demanda por animais nas regiões mineradoras do Brasil motivaram a ocupação definitiva do território pelos portugueses.

A expulsão dos jesuítas na segunda metade do século XVIII desarticulou esse modelo produtivo. A ocupação foi retomada com a política de doação de sesmarias, iniciada em 1732. Essas terras devolutas, com cerca de 1.300 hectares cada, foram concedidas a militares e ex-tropeiros, especialmente na região litorânea, expandindo-se posteriormente para o oeste e sul do estado. Segundo Lando & Barros (1976), a concessão das sesmarias funcionava como uma forma de reconhecimento político e social, equivalente a um título nobiliárquico.

A política de sesmarias cumpriu dois objetivos centrais: assegurar a posse efetiva do território e aproveitar o gado disperso. A criação extensiva, baseada no apresamento do gado xucro, estreitou os laços econômicos da província com o centro do país, especialmente com a região mineradora, que demandava carne e animais de tração.

Müller (1998) destaca que, mesmo antes da destruição das missões, a Coroa Portuguesa já incentivava a colonização do Rio Grande do Sul como forma de garantir o abastecimento das minas e afirmar sua soberania. Os beneficiários das sesmarias recebiam grandes extensões de terra — até três léguas em quadro, ou cerca de 13.068 hectares — e tinham como missão ocupar o território, criar rebanhos e compor tropas para enfrentar os espanhóis.

Com isso, consolidou-se a base da economia gaúcha por séculos: os latifúndios pecuaristas. Torronteguy (1994) observa que, na Macrorregião Sul, a estrutura fundiária de grandes propriedades gerou pobreza estrutural, devido à exclusão da maioria da população do acesso à terra. Lando & Barros

(1976) complementam que a terra passou a ser vista como capital, e sua posse tornou-se requisito para participação nos negócios públicos. A estância, embora representasse fixação territorial e aproveitamento da riqueza pastoril, limitava o povoamento, pois os grandes proprietários ocupavam apenas pequenas áreas, deixando vastas extensões improdutivas.

AS ORIGENS CAMPONESAS NO ESPAÇO RURAL GAÚCHO

Ao lado da estrutura dominante dos latifúndios pecuaristas, que historicamente moldaram o espaço agrário gaúcho com base na concentração fundiária e na criação extensiva de gado, emergiram formas alternativas de ocupação e produção que desafiaram, silenciosamente, a lógica excludente do modelo hegemônico. Esses espaços, muitas vezes invisibilizados pelas narrativas oficiais, constituem o que se convencionou chamar de “brecha camponesa” — territórios de resistência e produção desenvolvidos por camponeses, quilombolas, indígenas e outras populações tradicionais (CARDOSO, 1988).

A brecha camponesa não é apenas uma metáfora de sobrevivência; ela representa uma realidade concreta de organização social e econômica que se estabeleceu nas bordas, interstícios e zonas de menor interesse do latifúndio. São áreas onde a terra, embora marginalizada pelo poder econômico, foi transformada em espaço de vida, cultivo e cultura. Nesses territórios, a agricultura familiar floresceu com práticas adaptadas ao ambiente local, baseadas no trabalho coletivo, na diversidade produtiva e na relação simbiótica com a natureza.

Camponeses e comunidades quilombolas, por exemplo, desenvolveram sistemas de produção que incluem o cultivo de alimentos básicos como milho, feijão, mandioca, batata-doce e hortaliças, além da criação de pequenos animais e da coleta de frutos nativos. Essas práticas não apenas garantiram a subsistência das famílias, como também contribuíram para a segurança alimentar regional e para a preservação de saberes ancestrais.

A coexistência entre o latifúndio pecuarista e a brecha camponesa revela um espaço agrário marcado por tensões, mas também por complementaridades. Enquanto o latifúndio se orientava para o mercado externo e para o abastecimento das regiões mineradoras, os espaços camponeses mantinham viva uma economia de base comunitária, voltada para o autoconsumo, o escambo e, em muitos casos, para o abastecimento dos núcleos urbanos emergentes.

Essas brechas também foram palco de lutas por reconhecimento e permanência. A resistência das populações tradicionais frente à expansão da fronteira pecuarista e à pressão por terras revela a persistência de formas alternativas de viver e produzir. Em muitos casos, esses grupos enfrentaram processos de expropriação, violência e marginalização, mas mantiveram suas práticas produtivas e culturais como forma de afirmação identitária e territorial.

Portanto, a brecha camponesa deve ser compreendida como um componente essencial da diversidade rural gaúcha. Ela não apenas desafia a narrativa da homogeneidade pecuarista, como também evidencia que a pluralidade produtiva e social esteve presente desde os primeiros momentos da ocupação

do território. Reconhecer esses espaços é fundamental para entender a complexidade do espaço agrário e reconhecer os sujeitos históricos que o construíram.

A formação do espaço agrário gaúcho é marcada por uma complexa articulação entre o latifúndio pastoril, os posseiros e as formas de produção familiar e comunitária, que se configuram como faces de uma mesma moeda. Embora apresentem complementaridades, essas estruturas revelam profundas tensões, conflitos e confrontos entre diferentes sujeitos sociais: grandes proprietários fundiários, povos indígenas, escravizados e quilombolas, trabalhadores rurais despossuídos e ocupantes de terras marginais.

Em síntese, no período inicial da ocupação das terras gaúchas, desde o período colonial, a ocupação do território sulino foi impulsionada por interesses geopolíticos e econômicos da Coroa portuguesa, que distribuiu sesmarias como forma de consolidar o domínio sobre a região. Essa política favoreceu a concentração fundiária e a formação de latifúndios voltados à pecuária extensiva, especialmente na Campanha Gaúcha, onde a criação de gado e as charqueadas se tornaram pilares da economia regional no século XIX (RODRIGUES; BEZZI, 2011).

Paralelamente, populações indígenas — como os Guarani, Kaingang e Xokleng — foram sistematicamente expropriadas de seus territórios, seja pela ação dos bandeirantes, seja pelas políticas de colonização e catequese promovidas pelos jesuítas. As reduções missioneiras, fundadas entre 1626 e 1636, foram importantes núcleos de resistência e organização social indígena, mas acabaram sendo desmanteladas com o avanço da colonização luso-brasileira (DA ROS, 2006).

Os escravizados também desempenharam papel fundamental na conformação do espaço agrário, não apenas como força de trabalho nas charqueadas e estâncias, mas também como agentes de resistência. Através de pequenos espaços de cultivo concedidos ou ocupados à margem do sistema escravista — desenvolveram práticas agrícolas autônomas e comunitárias, que deram origem a núcleos quilombolas, muitos dos quais persistem até hoje e lutam pela regularização fundiária de seus territórios, ou aos rincões onde floresceu o campesinato negro gaúcho (SANTOS, 2018).

OS PRIMEIROS PASSOS DA IMIGRAÇÃO EUROPEIA: OS AÇORIANOS E O CULTIVO DO TRIGO

A chegada dos imigrantes açorianos ao Rio Grande do Sul marca um dos primeiros movimentos organizados de povoamento europeu na região, promovido pela Coroa Portuguesa a partir da primeira metade do século XVIII. Diferente da lógica fundiária do latifúndio pecuarista, que predominava nas vastas áreas da Campanha Gaúcha, os açorianos foram assentados em áreas litorâneas e próximas às lagoas, com o objetivo de consolidar a ocupação efetiva do território e diversificar sua base produtiva.

Esses colonos, oriundos do arquipélago dos Açores, trouxeram consigo saberes agrícolas, técnicas de construção, práticas culturais e religiosas que contribuíram para a formação de núcleos urbanos e rurais com características próprias. A agricultura de subsistência passou a ocupar papel central em suas

comunidades, com destaque para o cultivo de milho, mandioca, feijão e, especialmente, trigo, que foi introduzido como uma das principais culturas alimentares e comerciais.

O trigo, até então pouco cultivado na região, encontrou nos campos do sul condições favoráveis de solo e clima. Os açorianos desenvolveram técnicas de plantio adaptadas às condições locais, promovendo a expansão da cultura e estabelecendo as bases para uma economia agrícola que se somava à pecuária extensiva dominante. A produção de trigo não apenas atendia às necessidades alimentares das famílias, como também passou a abastecer mercados internos, contribuindo para o surgimento de uma rede de trocas e circulação de bens.

Além da produção agrícola, os açorianos desempenharam papel fundamental na construção de vilas e cidades, como Porto Alegre, Viamão e Rio Grande, articulando o espaço rural com o urbano e promovendo uma ocupação mais densa e diversificada do território. Essa presença consolidou uma nova lógica de povoamento, baseada na pequena propriedade, no trabalho familiar e na policultura, que contrastava com a estrutura fundiária concentrada dos grandes estancieiros (MULLER, 1988).

Assim, os primeiros momentos da imigração europeia no Rio Grande do Sul, protagonizados pelos açorianos, representam não apenas uma estratégia de ocupação territorial, mas também o início de uma transformação produtiva e social que ampliou a diversidade do espaço agrário gaúcho.

A partir da segunda metade do século XVIII e, sobretudo, ao longo do século XIX, começaram a emergir novas dinâmicas territoriais e produtivas que alteraram significativamente o perfil do espaço rural gaúcho. A chegada de imigrantes europeus — inicialmente açorianos e, posteriormente, alemães, italianos e outros grupos — introduziu práticas agrícolas intensivas, formas de organização comunitária e novos arranjos fundiários, marcados pela pequena propriedade familiar.

Esses colonos, assentados em regiões como o Vale do Rio dos Sinos, a Serra Gaúcha e o Vale do Taquari, desenvolveram sistemas produtivos voltados para o autoconsumo e o mercado interno, com destaque para a policultura, a produção de alimentos, o artesanato e, mais tarde, a agroindústria. A agricultura passou a ocupar papel central na economia dessas comunidades, com cultivos como milho, feijão, batata, trigo e hortaliças, além da criação de suínos e aves.

Esse processo de diversificação produtiva não apenas transformou a paisagem rural, como também promoveu uma nova lógica de ocupação territorial. Ao contrário do latifúndio pecuarista, que concentrava terras e excluía grande parte da população, os núcleos coloniais baseavam-se na distribuição mais equitativa da terra, na valorização do trabalho familiar e na construção de redes locais de cooperação.

A coexistência entre o modelo latifundiário e os núcleos coloniais gerou um espaço agrário multifacetado, onde diferentes formas de produção, organização social e relação com a terra passaram a conviver. Essa pluralidade, longe de ser uma ruptura com o passado, revela-se como uma continuidade histórica marcada por disputas, adaptações e resistências.

Além disso, a diversificação do espaço rural gaúcho foi impulsionada por fatores externos, como a expansão das ferrovias, a urbanização crescente e a integração ao mercado nacional e internacional. A

produção agrícola passou a atender não apenas às necessidades locais, mas também às demandas de exportação, especialmente com o avanço da cultura da uva e da produção vinícola na Serra Gaúcha.

Portanto, a transição do modelo pecuarista para formas mais diversificadas de uso da terra não deve ser vista como uma substituição simples, mas como um processo complexo de reconfiguração territorial. A pluralização do espaço agrário gaúcho é resultado de múltiplas trajetórias históricas, que envolvem agentes sociais distintos, práticas produtivas variadas e relações de poder em constante transformação.

A CONSOLIDAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E O “COLONATO GAÚCHO”

Com a chegada dos imigrantes europeus ao Rio Grande do Sul, especialmente alemães e italianos, nas primeiras décadas do século XIX, iniciou-se um processo de diversificação produtiva que alterou profundamente a estrutura econômica da província. Até então, a pecuária extensiva era a principal atividade, praticada em grandes propriedades com baixa densidade populacional. Com os colonos, passou a desenvolver-se a agricultura familiar, baseada em pequenas propriedades e trabalho doméstico, voltada inicialmente à subsistência, mas que logo começou a gerar excedentes destinados ao mercado. A produção era diversificada, combinando policultura com pecuária leiteira, o que permitia certa autonomia alimentar e, posteriormente, inserção econômica.

Os primeiros imigrantes foram alemães, que se estabeleceram na região do rio dos Sinos, fundando a colônia de São Leopoldo. A partir dali, expandiram-se para os vales dos rios Caí, Taquari e Jacuí. Müller (1998) relata que muitos escravizados e libertos foram removidos das áreas destinadas aos colonos para evitar o contato entre os grupos, embora tenham ocorrido conflitos. O governo chegou a deslocar militares para expulsar os chamados “maus elementos, desordeiros, ladrões e bandidos” para regiões como as Missões ou para incorporá-los às companhias militares. Segundo o mesmo autor, cerca de 5.000 imigrantes alemães foram assentados, em sua maioria, em terras devolutas. A colonização alemã, iniciada pelo governo imperial, prosseguiu com iniciativas provinciais e particulares, resultando na fundação de diversas colônias: Mundo Novo (Taquara, 1847), Padre Eterno, Sapiranga e Picada Verão (1850), no vale do rio dos Sinos; Bom Princípio (1846), Caí (1848), Montenegro (1857) e Nova Petrópolis (1858), no vale do rio Caí; Estrela (1853), Lajeado (1853), Teutônia (1868), Monte Alverne (Santa Cruz, 1849) e Santo Ângelo–Agudo (próxima a Cachoeira, 1855), na bacia do Jacuí; e, já no final do século XIX e início do XX, colônias nas terras altas como Sobradinho (1901), Erechim (1908) e Ijuí (1890) (MÜLLER, 1998, p. 86).

Os italianos, por sua vez, eram oriundos principalmente da região do Vêneto, mas também incluíam lombardos, friulinos e trentinos. Estabeleceram-se na região nordeste do estado, entre o rio das Antas e as colônias alemãs dos rios Caí e Taquari. As primeiras colônias fundadas foram Conde D’Eu (atual Garibaldi) e Dona Isabel (atual Bento Gonçalves), em 1870. A imigração estrangeira também gerou conflitos. Kliemann (1986) observa que os luso-brasileiros e alemães haviam ocupado as melhores terras,

restando aos italianos áreas montanhosas e cobertas por matas, como o Alto Uruguai e a faixa de dez léguas da fronteira. Nessas regiões, surgiram disputas por terras, despejos de posseiros e processos de indenização de proprietários cujas terras foram invadidas pelo governo ao lotear novas colônias.

Paulilo (1998, p. 89) compara as dificuldades enfrentadas por imigrantes e nativos. Os primeiros sofriam com a falta de apoio oficial, ausência de infraestrutura, escolas e proteção legal, além de receberem lotes pequenos, geralmente de 25 hectares. Os nativos, por sua vez, tiveram suas terras confiscadas ou invadidas, e praticavam uma agricultura itinerante, sem recursos para recuperar o solo esgotado. A instalação de colônias, portanto, provocou intensa migração interna.

Inicialmente voltada à subsistência, a agricultura colonial passou a produzir excedentes que eram comercializados com os mercados do Sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, por meio de comerciantes intermediários que se apropriavam do capital gerado pela produção agrícola. Segundo Brum (1988), esses intermediários conseguiram acumular capital dentro das colônias. A expansão cafeeira no Sudeste exigiu a importação de alimentos de outras regiões, e o Rio Grande do Sul tornou-se fornecedor de milho, trigo, feijão, mandioca e outros produtos.

Esse período também foi marcado pelo desenvolvimento do estado, após o fim da Revolução Farroupilha e da Guerra do Paraguai. Dois polos regionais se consolidaram: Pelotas–Rio Grande, com forte presença da pecuária e da indústria saladeril; e Porto Alegre–São Leopoldo, com produção agrícola e indústria artesanal das colônias. Ao final do século XIX, destacavam-se duas formas de produção: a pecuária extensiva nas áreas de campos do sul do estado (Campanha, Depressão Central, Serras de Sudeste e Campos de Cima da Serra) e a agricultura colonial nas regiões de mata do Planalto Meridional, no nordeste e norte do estado. Brose, ao analisar essas formas de ocupação, observa que o perfil econômico do Rio Grande do Sul era agropecuário, voltado ao abastecimento interno, o que lhe rendeu o título de “celeiro do Brasil” (PESAVENTO, 1994).

A crise da pecuária foi parcialmente revertida com a instalação dos frigoríficos, como o Frigorífico Rio Grande, que buscava promover a acumulação de capital e o desenvolvimento das forças produtivas locais. No entanto, a incapacidade da pecuária de gerar essa acumulação levou à entrada de companhias estrangeiras. Pesavento (1980) destaca que, com a falência do projeto nacional, o setor mais dinâmico da industrialização da carne ficou nas mãos de empresas estrangeiras, enquanto os criadores e charqueadores locais enfrentavam uma nova crise.

Essas transformações impactaram profundamente a estrutura socioespacial do estado. Bandeira (1994) aponta a migração de jovens descendentes de colonos das colônias antigas para a fronteira agrícola no norte do estado, até o final da década de 1940, ampliando a área ocupada por pequenas propriedades. As terras de matas e parte das áreas antes destinadas à pecuária foram convertidas em espaço agrícola. Além da migração e do fracionamento das propriedades, outro fator relevante foi a apropriação dos lucros da agricultura por intermediários, o que motivou a organização dos produtores em cooperativas. O cooperativismo, iniciado nas primeiras décadas do século XX, fortaleceu os agricultores e contribuiu

para a expansão das relações capitalistas de produção no campo gaúcho, impulsionando a agricultura moderna.

A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA GAÚCHA

A partir do final da década de 1930, a agricultura no Rio Grande do Sul passou por um processo de modernização que transformou profundamente sua estrutura produtiva. A economia agrícola estava então dividida em três segmentos: a pecuária extensiva baseada no latifúndio na metade sul do estado, a agropecuária familiar nas colônias do Norte, e a agricultura comercial do arroz, também concentrada na metade sul, desenvolvida por meio do arrendamento. O cultivo do arroz representou uma alternativa lucrativa para os pecuaristas, que mantinham uma postura conservadora, mas encontraram no arrendamento uma forma segura de rentabilizar suas terras. Segundo Bescow (1986), diversos fatores impulsionaram a lavoura orizícola: barreiras tarifárias ao arroz importado, expansão do mercado interno, organização das classes proprietárias, disponibilidade de capital e infraestrutura, além da associação entre grandes propriedades e arrendatários capitalizados, o que viabilizou inclusive a exportação do excedente.

Na sequência, a cultura do trigo passou a ganhar destaque. Embora já cultivado anteriormente por indígenas nas Missões e por imigrantes açorianos, alemães e italianos, foi a partir da década de 1930 que a triticultura incorporou técnicas modernas. A mecanização das lavouras, o interesse de empresas transnacionais e o apoio governamental à substituição de importações foram decisivos para essa expansão. Medidas como a liberação de máquinas e insumos, criação de estações experimentais, controle de preços mínimos e financiamento rural, através do Serviço de Expansão do Trigo, permitiram adequar a produção ao padrão capitalista nacional. A triticultura moderna se consolidou inicialmente no Planalto Médio e depois se espalhou pela metade norte do estado.

Com a intensificação do capital na agricultura, o arrendamento se fortaleceu como forma de acesso à terra, tanto para produtores não proprietários com recursos financeiros quanto para proprietários que buscavam renda pela cessão do solo. Essa dinâmica elevou o preço da terra e pressionou o aumento da produtividade, exigindo maior tecnificação. A partir da segunda metade da década de 1950, o setor agrícola enfrentou uma crise profunda, que deu início a uma nova fase de modernização tecnológica. No final da década de 1960, com a redução da ajuda alimentar dos Estados Unidos e a necessidade de ampliar o mercado interno de bens duráveis produzidos no Sudeste, o governo retomou medidas protecionistas ao trigo, incentivando a produção nacional e promovendo o uso intensivo de insumos e máquinas agrícolas.

Nesse contexto, a soja passou a ocupar papel central na modernização da agricultura gaúcha. Embora já presente desde os tempos da agropecuária colonial, especialmente nas Missões, associada à suinocultura e à subsistência, foi a partir da década de 1950 que sua importância comercial cresceu. No

final da década de 1960, com o avanço do modelo agroexportador, a soja tornou-se protagonista do processo produtivo. Entre os fatores que explicam essa expansão estão o aumento dos preços internacionais, o desenvolvimento do complexo agroindustrial da soja, a possibilidade de rotação com o trigo, a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e a estrutura cooperativista que integrou inclusive pequenos produtores ao sistema capitalista, provocando o declínio da agricultura familiar.

Brose (1999) observa que essa conjuntura permitiu a ampla difusão da soja no norte do estado. A monocultura apropriou-se dos avanços tecnológicos da triticultura e inaugurou uma nova fase de desenvolvimento agrícola, marcada pela figura dos “granjeiros”, empresários rurais com capital urbano que impulsionaram o crescimento das cooperativas. Na década de 1970, a soja chegou a ocupar 60% da área plantada no estado, com um crescimento de 1.075% na área cultivada e de 2.118% na produção entre 1968 e 1981. A frente de expansão concentrou-se na agricultura familiar da metade norte, substituindo o modo de vida colonial pela agricultura modernizada.

Com a soja, o Rio Grande do Sul consolidou-se como referência em agricultura tecnificada, incorporando novos espaços ao sistema produtivo capitalista. A facilidade de comercialização e os incentivos governamentais fizeram da soja um produto de vanguarda. No entanto, essa modernização gerou efeitos colaterais significativos. Brose (1999) aponta que, nas áreas mais mecanizadas, houve redução de postos de trabalho, aumento da informalidade e elevação do preço da terra, tornando-a inacessível para as novas gerações da agricultura familiar. O esgotamento do modelo nos anos 1980 gerou um contingente expressivo de pobres estruturais, concentração fundiária, aumento das desigualdades e intensificação do êxodo rural. Surgiram também novas formas de ocupação, como os sistemas integrados com agroindústrias de suínos, aves e fumo.

No início da década de 1980, a queda nas exportações provocou retração na produção de soja, e ao final da década, o colapso do modelo agroexportador inaugurou uma nova fase na agricultura gaúcha. O esgotamento do padrão tecnológico dos anos 1960/70, o fim do intervencionismo estatal e a abertura comercial promovida pelo MERCOSUL exigiram rearticulações dos diversos segmentos produtivos. Brose (1999) identifica os principais indicadores da pobreza rural emergente: a favelização do meio rural, o fortalecimento de movimentos sociais como o MPA e o MST, e a crescente dependência das famílias rurais da aposentadoria como fonte de renda.

TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO CAMPO GAÚCHO NO SÉCULO XXI

O espaço agrário do Rio Grande do Sul adentra o século XXI atravessado por profundas reconfigurações que alteram radicalmente suas estruturas tradicionais. A clássica contraposição entre pecuária familiar, agricultura moderna e agricultura familiar, que por décadas moldou o território rural gaúcho, dá lugar a uma nova dinâmica marcada pela intensificação produtiva, pela especialização territorial e pela crescente financeirização das práticas agrícolas.

Nesse novo cenário, as atividades agropecuárias passam por um processo acelerado de transformação e rearticulação de suas cadeias produtivas. A lógica da produção deixa de estar centrada no abastecimento do mercado interno e na segurança alimentar nacional — que outrora conferia ao estado o título de “celeiro do Brasil” — para se alinhar às exigências dos mercados globais de commodities. O avanço do agronegócio exportador, altamente tecnificado e voltado à produção em larga escala, redefine não apenas os usos da terra, mas também as relações sociais, culturais e ambientais que sustentam a vida no campo.

Essa mundialização da agricultura gaúcha implica em uma série de impactos socioespaciais: Concentração fundiária e territorial, com o avanço de grandes propriedades monocultoras sobre áreas antes ocupadas por agricultores familiares; Deslocamento de populações rurais, que perdem espaço e protagonismo diante da mecanização e da lógica empresarial do agronegócio; Homogeneização paisagística, com a substituição da diversidade produtiva por extensas áreas de soja, milho e trigo voltadas à exportação (DE DAVID, 2019); Reconfiguração das redes de circulação, com infraestrutura voltada à logística internacional, em detrimento das necessidades locais; Mudanças nas relações de trabalho, com a precarização de vínculos e o enfraquecimento de formas tradicionais de cooperação comunitária.

Essas transformações não ocorrem de forma homogênea, tampouco pacífica. Elas geram tensões, resistências e novas formas de organização social no campo, como movimentos de luta pela terra, redes agroecológicas e iniciativas de educação do campo que buscam preservar modos de vida ameaçados pela lógica do capital global.

A pecuária de corte — outrora marcada por práticas tradicionais e rebanhos voltados ao consumo interno — atravessa um processo de profunda modernização e especialização. O que antes se configurava como uma atividade familiar, com manejo extensivo e baixa tecnificação, hoje se reinventa sob os imperativos da produtividade, da genética de elite e da integração a nichos de mercado cada vez mais exigentes.

A emergência das cabanhas — propriedades dedicadas à criação de raças bovinas altamente selecionadas — representa um marco dessa transformação. Raças como Angus, Hereford e Brangus, por exemplo, são aprimoradas por meio de rigorosos programas de melhoramento genético, visando atender a um mercado que valoriza não apenas o volume, mas sobretudo a qualidade da carne, com foco em marmoreio, maciez e sabor. Essas cabanhas operam como verdadeiros laboratórios, onde ciência e tradição se encontram para produzir animais de alto desempenho zootécnico.

A modernização da pecuária não se limita à genética. Ela se estende ao uso intensivo de vacinas, rações balanceadas, suplementos nutricionais e técnicas de manejo avançadas, que garantem maior ganho de peso, menor tempo de abate e maior resistência a doenças. Os pastos também são transformados: passam por processos de correção de solo, adubação e escolha de espécies forrageiras mais nutritivas e adaptadas ao clima regional, elevando a eficiência alimentar dos rebanhos.

Paralelamente, a criação de cavalos de raça ganha protagonismo com a ascensão dos haras especializados, voltados à produção de linhagens geneticamente superiores, como os cavalos Crioulos, Mangalarga Marchador e Quarto de Milha. Esses animais não são apenas criados para competição ou lazer, mas também para um mercado altamente sofisticado de comercialização de sêmen e embriões, que movimentam cifras expressivas e conecta o campo gaúcho a redes internacionais de genética equina.

O resultado é um campo que, embora mantenha traços culturais e simbólicos da tradição pecuarista, se insere de forma cada vez mais intensa nas lógicas da economia globalizada, da biotecnologia e da valorização de produtos *premium*. A pecuária gaúcha do século XXI não é apenas uma atividade econômica — é um sistema complexo de inovação, identidade e disputa por mercados de alto valor agregado.

No século XXI, a agricultura familiar no Rio Grande do Sul deixa de ser vista apenas como uma atividade de subsistência ou de abastecimento local e passa a ocupar um papel estratégico na estrutura produtiva e social do campo. Essa transformação se dá por meio da especialização produtiva e da crescente integração à agroindústria, tanto em formatos familiares quanto em redes articuladas com grandes empresas do setor agroalimentar.

Em diversas regiões do estado, famílias agricultoras investem na agroindustrialização de seus produtos, agregando valor à produção primária e diversificando suas fontes de renda. Laticínios artesanais, embutidos coloniais, pães caseiros, doces, geleias e conservas são exemplos de produtos que carregam não apenas qualidade, mas também identidade territorial e cultural. Essas agroindústrias familiares operam em pequena escala, mas com alto grau de especialização, atendendo nichos de mercado que valorizam o sabor, a origem e a sustentabilidade (GUIMARÃES; PINHEIRO, 2018).

Ao lado das iniciativas familiares autônomas, muitos agricultores acabam se inserindo em redes de integração com grandes empresas agroindustriais, sobretudo nos setores de frangos, suínos e leite. Embora esses arranjos ofereçam insumos, assistência técnica e garantias de compra, eles também impõem rigorosos padrões de produção, cronogramas e exigências técnicas que limitam fortemente a capacidade de decisão dos produtores. A padronização e a escala, tão valorizadas pelas empresas, acabam por subordinar o agricultor às lógicas empresariais, transformando-o em um elo vulnerável dentro de uma cadeia produtiva global.

Essa relação, apesar de trazer ganhos em tecnologia, produtividade e aparente estabilidade econômica, fragiliza a autonomia da agricultura familiar, que passa a depender de contratos, preços pré-estabelecidos e insumos controlados por terceiros. O agricultor deixa de ser protagonista de seu processo produtivo e se torna, muitas vezes, um prestador de serviço dentro de sua própria propriedade, com pouca margem para inovação, negociação ou ruptura. A especialização imposta por essas redes pode gerar eficiência, mas também aprisiona o produtor em um modelo de dependência estrutural, onde qualquer oscilação de mercado ou mudança contratual pode comprometer sua sustentabilidade econômica e social.

Além da produção animal e agroindustrial, a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção de hortigranjeiros, frutas e flores no estado. Esses produtos abastecem mercados locais, feiras livres, programas de alimentação escolar e iniciativas de consumo consciente. A presença ativa dos agricultores familiares nesses segmentos é fundamental para a segurança alimentar, a manutenção da biodiversidade agrícola e a oferta de alimentos frescos e saudáveis à população urbana.

A comercialização direta, por meio de feiras rurais, cooperativas e associações, fortalece os laços entre produtores e consumidores, reduz intermediários e valoriza o trabalho no campo. Essas formas de organização coletiva ampliam o acesso a mercados, promovem a troca de saberes e consolidam redes de solidariedade econômica. A especialização e diversificação da agricultura familiar têm efeitos profundos na manutenção da população rural, na geração de empregos locais e na dinamização das economias regionais. Ao oferecer alternativas viáveis de renda e protagonismo, essas práticas contribuem para conter o êxodo rural, preservar modos de vida e estimular a juventude a permanecer no campo.

Em meio às transformações aceleradas do espaço agrário gaúcho, a produção voltada ao autoconsumo, embora cada vez mais residual em termos de escala, permanece como uma prática vital para a segurança alimentar, especialmente entre populações e comunidades tradicionais — indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos e camponeses. Nesses contextos, cultivar, colher, pescar e preparar o próprio alimento não é apenas uma estratégia de sobrevivência: é expressão de autonomia, identidade e vínculo com o território.

Essa produção, geralmente diversificada e adaptada às condições locais, garante o acesso contínuo a alimentos frescos, nutritivos e culturalmente adequados, mesmo fora das lógicas de mercado. O autoconsumo permite que famílias e comunidades mantenham dietas baseadas em saberes ancestrais, com uso de sementes crioulas, técnicas agroecológicas e manejo sustentável dos recursos naturais. É uma forma de resistência silenciosa à homogeneização alimentar imposta pelas cadeias industriais.

Além de abastecer diretamente os lares, essa produção gera excedentes que circulam em mercados informais e redes alternativas, como feiras locais, trocas comunitárias, doações e vendas diretas. Muitos desses alimentos — hortaliças, frutas, pescados, farinhas, mel, ovos, entre outros — não passam pelos circuitos convencionais de certificação ou fiscalização sanitária, o que não significa que sejam de baixa qualidade ou inseguros. Ao contrário, são produtos que carregam práticas de cuidado, manejo artesanal e vínculos de confiança entre produtores e consumidores.

Essa rede de abastecimento alimenta uma população expressiva que busca alimentos mais acessíveis, saudáveis e conectados com o território, especialmente em regiões periféricas urbanas e rurais. Ela também sustenta formas de economia solidária, fortalece vínculos comunitários e preserva modos de vida ameaçados pela expansão do agronegócio e pela mercantilização da alimentação.

O espaço agrário do Rio Grande do Sul tem testemunhado, nas últimas décadas, a emergência de novas matrizes produtivas que vêm redesenhando sua paisagem agrária e suas dinâmicas territoriais. Entre essas, destacam-se a silvicultura comercial — com o avanço de monoculturas de eucalipto e pinus — e a

olivicultura, voltada à produção de azeites finos e derivados. Essas atividades representam uma diversificação econômica importante, especialmente em regiões antes marcadas pela estagnação produtiva ou pela baixa rentabilidade.

A silvicultura, impulsionada por grandes grupos empresariais e políticas de incentivo, ocupa vastas áreas com espécies exóticas de rápido crescimento. Embora seja apresentada como alternativa sustentável e geradora de empregos, sua expansão tem gerado fortes tensões socioambientais: conflitos fundiários, impactos sobre a biodiversidade, redução da disponibilidade hídrica e descaracterização de paisagens rurais. A monocultura florestal, ao se sobrepor a territórios antes ocupados por agricultores familiares, comunidades tradicionais e ecossistemas nativos, acentua processos de concentração fundiária e de homogeneização territorial (DE DAVID, 2016).

Por outro lado, a olivicultura surge como uma atividade de nicho, com forte apelo mercadológico e vínculos com o turismo rural e a gastronomia de alto padrão. A implantação de oliveiras em regiões da Campanha e da Serra gaúcha tem promovido novas formas de ocupação e valorização da terra, com investimentos em tecnologia, certificações e identidade territorial. No entanto, mesmo essa matriz, aparentemente mais integrada à lógica da agricultura familiar, não está isenta de contradições: exige capital elevado, acesso a mercados sofisticados e pode gerar exclusão de pequenos produtores que não conseguem acompanhar os padrões exigidos (BELING, 2022).

O espaço rural do Rio Grande do Sul vive um processo silencioso, porém significativo, de reconfiguração territorial das culturas agrícolas, impulsionado por transformações econômicas, ambientais e simbólicas. Culturas historicamente associadas a determinadas regiões — como a vitivinicultura na Serra Gaúcha — começam a migrar para outras áreas do estado, como a Campanha e o Sul, em busca de novos *terroirs* que ofereçam condições edafoclimáticas diferenciadas e potencial de construção de identidade territorial (CASSOL, 2019).

A produção de uvas para vinhos finos, por exemplo, há décadas concentrada nos vales serranos, encontra na Campanha Gaúcha um ambiente propício à elaboração de vinhos de alta qualidade, com características singulares. O solo profundo, o clima seco e as amplitudes térmicas da região favorecem a maturação das uvas e conferem aos vinhos perfil sensorial distinto, valorizado por mercados especializados. Essa migração produtiva não representa apenas uma estratégia técnica, mas também uma reinvenção simbólica do território, onde o vinho passa a ser expressão de uma nova paisagem e de uma nova narrativa rural.

Esse movimento não se restringe à vitivinicultura. Outras culturas, como as oliveiras, como referido anteriormente, também têm se expandido para áreas da Campanha e do Sul, consolidando uma olivicultura emergente que aposta na produção de azeites extravirgens de alta qualidade. A busca por *terroirs* adequados — com solos bem drenados, clima mediterrâneo e baixa umidade — tem levado produtores a investir em regiões antes pouco exploradas, diversificando a matriz produtiva e criando novas vocações territoriais.

No entanto, esse deslocamento produtivo também complexifica as tensões no campo. A chegada de novas culturas e empreendimentos pode gerar disputas por terra, água e infraestrutura, além de alterar dinâmicas sociais locais. Pequenos produtores, comunidades tradicionais e agricultores familiares podem ser pressionados por processos de valorização fundiária e mudanças nos usos da terra. Ao mesmo tempo, surgem oportunidades de integração produtiva, turismo rural e valorização da cultura local, desde que haja políticas públicas e arranjos institucionais que garantam inclusão e sustentabilidade.

O campo gaúcho, portanto, não é estático. Ele se transforma, se reinventa e se desloca, revelando novas territorialidades produtivas que desafiam os mapas tradicionais da agricultura. As transformações dos cultivos, o surgimento de novas matrizes produtivas e a busca por *terroirs* não é apenas técnica — é também cultural, econômica e política. E cabe à Geografia Agrária compreender essas dinâmicas, seus impactos e suas possibilidades.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Paulo Sérgio. As raízes históricas do declínio da Região Sul. In: ALONSO, José Alonso Figueroa; BENETTI, Marcos Diniz; BANDEIRA, Paulo Sérgio. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: Causa e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.

BELING, Helena Maria. **Produção do espaço rural e as marcas na paisagem do Pampa gaúcho: os olivais no município de Caçapava do Sul/RS**. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/24307>

BESCOW, Paulo Roberto. **O arrendamento capitalista na agricultura: Evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

BROSE, Marcos. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

BRUM, Argemiro. **RS: Crise e perspectivas**. Ijuí-RS: Ed. da UNIJUÍ, 1988.

CASSOL, Kelly Perlin. **Territorialização da vitivinicultura no município de Dom Pedrito/RS**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19164>

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **A escravidão no Novo Mundo: a formação da Afro-América**. São Paulo: Atual, 1988.

DA ROS, César Augusto. Gênese e constituição da estrutura de posse e uso da terra no Rio Grande do Sul: uma análise a partir do processo de ocupação e apropriação do território. **Revista Ruralidades**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1–20, 2006. Disponível em: https://r1.ufrj.br/cpda/ruralidades/arquivos/arquivos_producao/35_ARQ.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

DE DAVID, Cesar. **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu – RS**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102912>

DE DAVID, Cesar. A geografia agrária e as paisagens rurais. Em: MARAFON, Glaucio; CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.). **Temas em Geografia Rural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019. p. 273 - 292.

DE DAVID, Cesar. L'expansion de la monoculture dans la Pampa Gaucha et son impact sul le paysage. **ESO travaux & documents**, n. 40, p. 75-80, mar. 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eso/325>

GUIMARÃES, Gisele Martins; PINHEIRO, Rogério Oliveira. Patrimônio cultural e produção artesanal de alimentos: o saber-fazer em sistemas de produção na Quarta Colônia - RS. Em: DE DAVID, Cesar; VARGAS, Daiane Loreto de. **Saberes tradicionais e artesanato: expressões culturais do campo brasileiro**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 44 - 61.

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. **RS: Terra e poder: História da questão agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul: Uma interpretação sociológica**. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1976.

MÜLLER, Carlos Alberto Ávila. **A história econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Banrisul, 1998.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Terra à vista... e ao longe**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República velha gaúcha**. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

RODRIGUES, Aline de Lima; BEZZI, Meri Lourdes. A dinâmica histórica do espaço latifundiário no Rio Grande do Sul e sua manifestação na microrregião geográfica da Campanha Central/RS/Brasil. **Revista Geografia em Questão**, Santa Maria, v. 4, n. 1, p. 55–72, jan./jun. 2011. Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/download/1772/5200>

Acesso em: 12 JUN. 2025.

SANTOS, Anderson Luiz Machado dos. **Nos rincões do Brasil meridional: des-re-territorialização, subalternidade e r-existência na formação territorial da Campanha Gaúcha**. Tese (Doutorado em Geografia – Ordenamento Territorial) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

TORRONTÉGUY, Teófilo. **Origens da pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

ESPAÇO AGRÁRIO DA CAMPANHA GAÚCHA: PERMANÊNCIAS E METAMORFOSES²⁶

Marcelo Cervo Chelotti

Doi:10.48209/978-65-5417-576-7

O espaço latifundiário historicamente forjou a identidade da Campanha Gaúcha. Sendo que toda identidade é uma construção social, entendemos que no século XXI essa região não pode ser identificada com outrora. A instalação de dezenas de assentamentos rurais de reforma agrária nas últimas décadas, provocando um embate entre os latifundiários organizados pela Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), possibilitou a territorialização de suas expressões políticas, econômicas e culturais.

Essa metamorfose territorial na Campanha Gaúcha, é fruto de um processo histórico que encontra suas raízes no final da década de 1970, com o enfraquecimento do regime militar, proporcionou a (re)emergência de movimentos sociais no campo. Nessas quatro décadas, entre idas e vindas, a organização camponesa fortaleceu-se e territorializou-se nas mais diversas regiões do Rio Grande do Sul, mas com especial destaque nessa região, que na década de 1990, transformou-se no principal território da luta pela terra no estado.

Na escala do Rio Grande do Sul foi possível identificarmos algumas características particulares em relação à territorialização da luta pela terra. Tais desdobramentos repercutiram de maneira diferente no tempo e no espaço:

- a. Hegemonia do MST: movimento social que tem conquistado novos territórios para a reprodução camponesa, o MST encontra-se hegemônico no estado, diferentemente de outras regiões do país, onde ocorreram dissidências, originando novos movimentos sociais no campo. A consolidação do MST está associada com sua longa trajetória organizativa no estado, sendo capaz de se territorializar em todas as regiões, inclusive, no entorno da região metropolitana de Porto Alegre.
- b. Reorientação geográfica: as ações do MST, inicialmente atuantes próximas dos antigos territórios de vida dos camponeses desterritorializados, possibilitou a reterritorialização na mesma região

²⁶ Reflexões contidas nas considerações finais da Tese de doutorado em Geografia, defendida em 2009 no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Minas Gerais, com o título “*A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na campanha gaúcha (1990- 2007)*” sob orientação da profa. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa.

de origem dos camponeses. No decorrer das décadas, ocorreu um deslocamento geográfico dos projetos de assentamentos, primeiro em direção a região central do estado e, depois, avançando para a região metropolitana e ao sul, chegando até a Campanha Gaúcha. No decorrer da década de 1990, o Pampa configurou-se como principal reduto para a instalação de assentamentos no Rio Grande do Sul.

- c. Criminalização das ações: após a territorialização do MST no estado, no decorrer dos anos 2000, as ações do movimento foram alvos de criminalização pelo ministério público estadual, enfraquecendo as mobilizações do movimento. A sucessão de governos estaduais contrários a uma política de reforma agrária contribuiu para a evolução desse quadro institucional. As inúmeras ocupações de terras não foram suficientes para que ocorressem desapropriações, jogando “um balde de água fria” nos ânimos dos trabalhadores sem-terra.

A territorialização de novos sujeitos sociais no espaço agrário da Campanha Gaúcha foi capaz de diversificar a matriz produtiva, que por décadas sofreu lentas transformações estruturais em seu território. Com a modernização da agricultura, que representou o avanço das lavouras sobre o território da pecuária, a mudança foi setorial e não estrutural. A modernização da agricultura promoveu significativas transformações socioespaciais, dinamizando a economia, inserindo-a em circuitos mais dinâmicos da economia.

As estruturas arcaicas de manutenção e concentração da posse da terra defrontaram-se, na década de 1990, com novos agentes remodeladores do espaço que passaram a questionar essa questão histórica, que enraizada na matriz territorial da Campanha gaúcha, era considerada pela histórica elite agrária como natural, linear, inquestionável.

A pesquisa revelou-nos que as metamorfoses no espaço agrário da Campanha: agronegócio rizícola, pecuária moderna, fruticultura comercial, florestamento, assentamentos rurais complexificaram esse território. Assim, a Campanha bucólica, a estância, o gaúcho típico, o pampa nativo são, cada vez mais, elementos de um mundo distante daquele que realmente se tem observado no campo.

Portanto, a Campanha Gaúcha não é exclusivamente formada por paisagens de campos nativos e gaúchos andando a cavalo pastoreando o gado. Atividades como a pecuária moderna transformam a paisagem de campos nativos em pastagens cultivadas. O agronegócio avançou sobre áreas de pecuária tradicional imprimindo uma maior fluidez na atividade. Os assentamentos rurais da reforma agrária, instalados no início da década de 1990, também transformaram a paisagem em vários municípios.

Na escala regional, detectamos que a configuração territorial da Campanha Gaúcha no início de século XXI era bastante complexa devido à heterogeneidade de atores envolvidos na trama territorial, apresentando-se como um território onde as rugosidades são evidentes, mas com transformações significativas em curso. Os novos sujeitos sociais (re)configuraram essa porção do território do Brasil meridional. Portanto, detectamos algumas permanências, como também, algumas metamorfoses que se configuram como *múltiplas territorialidades*:

- a) O espaço latifundiário: herança das antigas sesmarias, foi responsável pela fixação das fronteiras no Brasil meridional e pela formação territorial da região, pela projeção econômica da estância pecuarista no cenário nacional, utilizada como símbolo e identidade de um povo. No entanto, na contemporaneidade, observamos usos e racionalidades distintas em relação a estância pecuarista:
 - a.1) A estância pecuarista tradicional: mantém um sistema produtivo que pouco incorporou tecnologia desde os seus primórdios. A criação e o manejo do gado (bovinos e ovinos) seguem quase que, exclusivamente, a dinâmica da natureza, onde o tempo de abate desses animais é bastante longo, gerando poucos lucros e contribuindo muito pouco para a dinamização da economia regional.
 - a.2) A estância pecuarista moderna: incorporou tecnologia no sistema produtivo. Além do melhoramento genético do seu plantel, mudou para uma racionalidade mercadológica, diminuindo o tempo de abate, qualificando o quadro de funcionários; e atendida na demanda de um mercado consumidor, objetivando produzir carnes diferenciadas. Geralmente, é conduzida por indivíduos com formação acadêmica no âmbito das ciências rurais (agronomia, veterinária, zootecnia, dentre outros).
- b) O espaço camponês: contraditoriamente, o território latifundiário gaúcho é também território camponês. Historicamente surgido nas margens da sesmaria/estância como atividade complementar, o camponês fronteiriço permaneceu à margem, empobrecido, esquecido. Devido às suas características socioculturais que pouco se diferenciam do latifundiário, uma vez que ele também é pecuarista (bovinos e ovinos), sua produção e importância econômica jamais poderiam ser comparadas com seus semelhantes das áreas coloniais. No entanto, do ponto de vista social, evidenciamos uma significativa participação na composição da estrutura social da região. No entanto, na contemporaneidade, evidenciamos dois distintos grupos:

- b.1) O camponês fronteiriço (pecuarista familiar): é o tradicional pequeno proprietário de terras da região, tão antigo quanto o latifundiário. É interessante destacar que poucos estudos foram realizados sobre esse segmento, pois sua histórica subordinação ao espaço latifundiário alimentava discursos apoiados na sua inexpressiva participação no contexto regional. Esse segmento, embora empobrecido, desmistifica a territorialidade exclusiva do latifúndio na região. Apenas nos anos 2000, surgiram políticas públicas específicas para esse segmento, que se sentia marginalizado em relação aos camponeses das regiões coloniais.
- b.2) O camponês reterritorializado (*trabalhador sem-terra*): é um sujeito que penetrou na região no final da década de 1980 e principalmente no decorrer da década de 1990, por meio das ações promovidas pelo MST na conquista de novos territórios para a produção camponesa no Rio Grande do Sul. Por sua natureza é um camponês migrante, proveniente de outras regiões do estado, principalmente daquelas com uma forte territorialidade camponesa, mas que desterritorializados pelos processos modernizantes, ingressaram no movimento social, como “último suspiro” para sua reprodução. Em função de sua histórica organização, têm-se mostrado sujeitos inovadores, introduzindo novas racionalidades produtivas, como a produção de sementes ecológicas, formação de bacias leiteiras, fruticultura, provando que existe a possibilidade da reprodução camponesa no domínio latifundiário, desde que apoiado em novas matrizes produtivas.
- c) O granjeiro (empresário rural/agronegócio): territorializou-se na região na década de 1970, buscando novos espaços para cultivar arroz irrigado, que, no decorrer dos anos, transformou-se na principal atividade geradora de impostos para os municípios. Desenvolve uma atividade altamente dependente de financiamento, não é proprietário de terras, pois arrenda parcelas do espaço latifundiário para o cultivo do arroz, e dependendo da conjuntura internacional também cultiva soja. Sendo a agricultura uma atividade mais dinâmica do que a pecuária, são pessoas influentes na política desses municípios, onde a agroindústria orizícola é uma das principais geradoras de empregos. Possuem um forte vínculo político com os latifundiários, pois são atividades que se complementam e necessitam uma da outra.
- d) Novos empreendimentos capitalistas: no final da década de 1990, o poder público visando superar o processo de estagnação econômica da região, lançou políticas

visando diversificar a matriz produtiva regional. Podemos destacar dois grandes projetos, o da fruticultura e o da silvicultura.

d.1) A fruticultura comercial: embora na região já existissem alguns projetos pontuais de fruticultura desde os finais da década de 1970, foi na década de 1990 que essa atividade ganhou impulso. Muitas empresas localizadas na serra gaúcha compraram grandes extensões de terras para a implementação de cultivos de uvas, transformando a região no mais novo pólo vitivinicultor do país. Algumas empresas também se dedicam ao cultivo de cítricos, frutas com caroço, dentre outros. Destacamos que, em sua grande maioria, tratam-se de grandes investimentos em projetos de fruticultura.

d.2) A silvicultura: a demanda mundial por celulose colocou o Rio Grande do Sul no cenário mundial, pois o Estado ofereceu incentivos para a instalação de indústrias. A Metade Sul foi selecionada para implantação dessa política de florestamento no Pampa gaúcho, gerando conflitos de interesses, principalmente, entre os latifundiários e movimentos sociais. A silvicultura ressignificou o espaço latifundiário gaúcho em função de sua grande demanda territorial para o cultivo de florestas.

No espaço agrário da Campanha Gaúcha, que no século XXI nada tem de homogêneo, passam a coexistir diferentes identidades, como a latifundiária e a camponesa, permanecendo em conflito pela conquista/manutenção/expansão de seus territórios.

Na tarefa de compreender a territorialização dos assentamentos rurais, constatamos que nem tudo é feito de adaptação. Existem elementos socioculturais que são mantidos pelos sem-terra, como a maneira de construir suas casas e organizar seus lotes. São pessoas que estão reescrevendo a história de suas vidas, e também a nova geografia da Campanha Gaúcha. Por isso, consideramos os camponeses sem-terra os novos sujeitos sociais inseridos no espaço agrário nos anos de 1990.

Na *escala local*, onde os processos de reterritorialização camponesa são mais evidentes, tanto na esfera material como na imaterial, identificamos a reconstrução de territórios de vida daqueles camponeses que desterritorializados, migraram para a Campanha Gaúcha, nem sempre por suas próprias vontades, mas por força das circunstâncias políticas do momento. A Campanha, novo território de vida, apresenta-se como o novo a ser desvendado, vencido, conhecido, vivenciado. A Colônia, deixada para trás durante os processos desterritorializantes, permanece na memória, nas lembranças, nas saudades, nas gentes que ficaram.

É evidente que as primeiras percepções se deram a partir da relação estabelecida com o meio. Muito se falou das características do clima, muito frio no inverno, e calor intenso no verão, seguido de um período de poucas chuvas. Evidenciou-se que essa foi a primeira adaptação que teve que ocorrer.

Assim, mudou-se a relação homem x meio, já que seus saberes ligados ao clima tiveram que ser reavaliados, como período de plantio que é diferente, o rigor do frio no inverno por ser campo aberto, e o déficit hídrico no verão que restringe o cultivo de certas lavouras.

Apesar das ausências do poder público, a esfera da vida cotidiana se reproduz, reconstruindo novos territórios de vida, de sociabilização, de produção, embora num ambiente natural mais hostil (solos pouco férteis, invernos frios e rigorosos, e verões quentes e secos).

Uma nova racionalidade no âmbito camponês teima em se territorializar na Campanha, podemos citar, como exemplo, a especialização na produção de leite, sementes, frutas. É uma transformação lenta, porém estrutural que reflete diretamente as mudanças verificadas em curso.

Os processos geográficos de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R) apresentam-se como importante viés analítico para interpretarmos a atuação dos movimentos sociais no campo e a construção de novos territórios da produção camponesa. No caso específico do processo de reforma agrária na Campanha Gaúcha, evidenciamos os alguns processos:

- a) Territorialização camponesa: a formação e territorialização do campesinato gaúcho deu-se por duas grandes frentes no tempo e no espaço.
 - a.1) o camponês da campanha – surgiu a partir das atividades complementares à estância pecuarista, ocupando as margens do latifúndio gaúcho, ainda no período anterior ao cercamento dos campos. A sua territorialização ocorreu principalmente na Metade Sul do Rio Grande do Sul.
 - a.2) o camponês da colônia – surgiu com o processo de imigração européia (alemães e italianos) no século XIX, emergindo como um forte segmento de pequenos proprietários de terras. A sua territorialização ocorreu principalmente na Metade Norte do Rio Grande do Sul.
- b) Desterritorialização camponesa: genericamente evidenciamos duas fases distintas desse processo no tempo e no espaço.
 - b.1) Desterritorialização na Campanha: ocorreu com a lei de terras (1850) quando muitos camponeses que viviam nas margens da estância foram expulsos por não comprovarem a titulação de suas terras. A partir daí, foram viver nas periferias das incipientes cidades da região, ou trabalhar como empregados na atividade agropecuária. Outro processo, porém, mais recente, foi o avanço da modernização da agricultura que ocupou significativas parcelas do território, gerando a expulsão desses indivíduos.

- b.2) Desterritorialização na Colônia: ocorreu na medida em que os lotes coloniais (25 hectares) tornaram-se pequenos para a reprodução da família, obrigando os colonos a migrar e ocupar outras áreas. Com a industrialização, muitos camponeses transformaram-se em proletariados na cidade. Em outras regiões, foram o avanço da modernização e a construção de barragens hidrelétricas que desterritorializaram milhares de camponeses gaúchos.
- c) Reterritorialização camponesa: é um processo que também ocorreu de maneira diferenciada no tempo e no espaço.
- c.1) Camponeses da colônia: inicialmente reterritorializados nas novas áreas de colonização, no próprio Rio Grande do Sul, mas também no oeste catarinense, e sudoeste do Paraná, Mato Grosso do Sul, e assim por diante. No entanto, com o passar dos anos, muitos camponeses e seus descendentes decidiram não migrar, permanecendo próximos aos seus territórios de vida. Com a mobilização de setores progressistas da Igreja, de sindicatos e de alguns intelectuais ocorreu a mobilização camponesa para reivindicar sua reterritorialização nas proximidades de seus antigos territórios. Assim, os primeiros assentamentos rurais foram realizados nessas áreas. Mas, com o passar do tempo, ocorreu um deslocamento geográfico desses projetos em direção à Campanha, obrigando esses indivíduos a migrarem para essa região.
- c.2) Camponeses da campanha: diferentemente dos seus semelhantes das áreas coloniais, historicamente tornaram-se proletariados nas periferias urbanas. No entanto, na década de 1990, com a territorialização da luta pela terra na região, o MST incentivou a participação desses indivíduos em suas mobilizações. A partir de então, muitos indivíduos começaram a participar da luta pela terra, até conquistarem um pedaço de terra na própria região. É por isso que nos primeiros projetos de assentamentos rurais realizados na região, não se observava a participação de trabalhadores sem-terra provenientes da própria Campanha Gaúcha, diferentemente dos mais recentes.

No entanto, gostaríamos de destacar que os processos geográficos de T-D-R não são estanques, pelo contrário, configuram-se como processos dinâmicos inerentes à própria sociedade. Assim, não significa que um trabalhador sem-terra assentado (reterritorializado) tenha encerrado esse processo. O que evidenciamos durante a realização da pesquisa, é que muitos desistem do lote e tornam-se novamente desterritorializados. Por isso, os processos geográficos de T-D-R não são encarados como uma fórmula matemática, onde o somatório de fatores gera um resultado definitivo.

Os processos de T-D-R na reforma agrária envolvem dimensões materiais e imateriais. As dimensões materiais dizem respeito às questões de infraestrutura que geralmente são precárias, principalmente, nos primeiros anos de assentamento, associadas à falta de uma verdadeira política de extensão rural e financiamento para as atividades agropecuárias. No plano da dimensão imaterial, entram em cena aspectos culturais, onde falam mais alto os sentimentos de saudade em relação aos familiares, de estranhamento do novo lugar, isolamento geográfico, dentre outros.

Diante do exposto, compreendemos que é bastante complexo analisar a organização do universo interno dos assentamentos apenas por um viés econômico. Falar em assentamentos que deram certo e aqueles que não deram, nos parece um tanto reducionista, haja vista que somente mergulhando no dia-a-dia desses indivíduos é que iremos compreender algumas questões, como por exemplo, o abandono do lote e a volta para região de origem. A complexidade e a contradição estão postas nas análises dos processos geográficos de TDR, sem essa premissa, pouco avançaremos nas análises sobre a reprodução camponesa nos assentamentos rurais da Campanha Gaúcha.

Portanto, é no transcurso do processo de reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha, que as identidades territoriais se encontram e os camponeses percebem que existem muitas semelhanças entre a Campanha e a Colônia. Rapidamente, porém, essas semelhanças que estão mais no plano da subordinação, exploração histórica, deparam-se com as diferenças socioculturais, com a maneira de ver o outro, de se relacionar com a natureza, com a maneira de falar, comer, vestir-se, de compreender o mundo. É durante o encontro que ocorre o desvendar de um mundo novo ou a reclusão em seus espaços tradicionais. Mas, tudo indica, o que está em curso são encontros na busca de produzir novas identidades, agora muito mais híbridas.

Os assentamentos, territórios concretos da luta pela terra, possuem uma unidade, que em muitos casos, é fruto da organização política promovida por movimentos sociais. No entanto, dentro desse território co-existem muitas identidades que, em função da especificidade do processo de luta pela terra, ali se encontram. A identidade exerce um papel importante na articulação interna de um assentamento, porque é ela que vai dar o sentido de pertencimento a um coletivo, a um determinado grupo social.

As questões identitárias são evidentes no Rio Grande do Sul devido à particularidade na ocupação e produção do espaço agrário gaúcho, principalmente em relação à origem geográfica associada à questão étnica. Assim, a produção familiar do norte (área colonial) tem uma íntima ligação com a migração de ítalo-germânicos alicerçados na agricultura colonial. Já a produção familiar do sul (Campanha) está associada a indivíduos de descendência luso-brasileira, alicerçada na exploração da pecuária extensiva e com laços culturais com o latifúndio pastoril.

Portanto, o camponês da Campanha em nada tem a ver com o camponês das áreas coloniais. Enquanto o primeiro tem uma forte ligação com a atividade agro-pastoril, e é de descendência luso-brasileira, o segundo, tem maior identidade com o cultivo de lavouras, e é de descendência ítalo-germânica. Nesse sentido, na medida em que esses indivíduos ou seus descendentes são re-

territorializados em assentamentos na Campanha, passam a conviver e dividir espaços em conjunto muitas vezes, mediados por conflitos associados à diferenciação na origem geográfica ou social.

Assim, evidencia-se que os primeiros assentamentos rurais instalados têm por característica a presença de famílias provenientes principalmente das áreas coloniais do norte e noroeste do estado. Essa característica começa a mudar a partir do ano de 1998, quando se percebe a presença, embora tímida, de famílias da própria região da Campanha. A presença de famílias da própria região nos assentamentos foi fruto da forte atuação do MST em frentes de massa. Assim, muitos ex-trabalhadores rurais de estâncias e de granjas de arroz conquistaram sua própria terra.

Como a luta pela terra na Campanha apresentou-se como um processo tardio em relação a outras regiões do estado, o número de sem-terra da região aparentemente sempre foi menor. Com a atuação do MST na conscientização dessa população, muitos passaram a integrar o movimento e assumiram sua identidade de sem-terra.

No entanto, os assentamentos mais recentes começaram a mudar seu perfil, agora não somente indivíduos das áreas coloniais, mas também de indivíduos da própria região, que historicamente não possuíam a posse da terra. Também, verificam-se as diferentes formas de utilização da terra entre os assentados que são da própria Campanha Gaúcha e os de outras regiões. Os primeiros desenvolvem atividades mais ligadas à pecuária extensiva, enquanto os outros se dedicam ao cultivo de lavouras (policultura).

Ao mergulhar no mundo dos assentados, principalmente no que tange à construção de identidades sociais, constatamos que indivíduos mesmo com interesses em comum, em muitos casos, não conseguem construir afinidades no âmbito das relações sociais, ideia de comunidade, ou senso de pertencimento a um grupo maior. Desse modo, os conflitos internos são dados pela dificuldade no processo de construção da identidade social e individual do assentado.

Em relação à característica das identidades sociais existentes nos assentamentos da Campanha, verificamos que os assentados com origem geográfica do norte apresentam-se mais adeptos à inserção de novas formas de exploração da terra, como a fruticultura e a produção de leite. Os assentados oriundos da própria região são mais resistentes em diversificar a produção, desenvolvendo atividades mais ligadas à exploração da pecuária extensiva.

Dessa maneira, o que se verifica são duas formas distintas de exploração e condução das unidades de produção, geridas na essência da formação sociocultural de cada grupo social e que, num curto espaço de tempo, dificilmente irão compor a mesma identidade social.

Estamos diante, portanto, de uma *nova territorialidade camponesa* que expressa suas manifestações socioculturais por meio de elementos materiais e imateriais, promovendo uma metamorfose no espaço latifundiário que, apesar das transformações, mantém-se simbolicamente como a identidade da Campanha Gaúcha. A partir dessas novas relações, os camponeses reterritorializados expressam nesse

novo território sua identidade territorial. Na esfera territorial, as expressões da reterritorialização camponesa são perceptíveis nas três esferas: econômica, política e cultural.

- a. Expressões da reterritorialização na esfera econômica: após a instalação dos assentamentos rurais, esses territórios que se encontravam em completo abandono, com pouco dinamismo econômico, perda de população rural, ganharam movimento e vida. Comprovamos essa afirmativa durante o trabalho de campo, quando visitamos os municípios de Sant’Ana do Livramento e Hulha Negra. O aquecimento do mercado local com as vendas para os camponeses reterritorializados representou um aquecimento do mercado local, tanto nos bens de primeira necessidade, como nos duráveis. A formação de associações de produtores e cooperativas possibilitou a inserção desse segmento no mercado, sem a presença de atravessadores. O aumento da participação da agricultura familiar na geração de divisas para os municípios, com maior evidência na cadeia produtiva do leite e produção ecológica de sementes. É evidente que não se pode falar numa completa reestruturação da economia regional, pois nos parece um pouco exagerado, mas não podemos negar que ocorreu uma diversificação na matriz produtiva desses municípios.
- b. Expressões da reterritorialização na esfera política: historicamente, o camponês fronteiriço foi submisso aos interesses dos latifundiários, mas o camponês reterritorializado por meio de suas mobilizações foi capaz de chamar a atenção do poder público para suas demandas, que são específicas, distintas do patronal. A formação de uma “força opositora” no âmbito local possibilitou uma prática democrática de acessos aos seus direitos, para uma população que por muitos anos encontrou-se à margem da sociedade. Assim, reivindicações no âmbito da saúde, da educação, da infraestrutura, são realizadas na cidade, mostrando para o poder público e para a sociedade como um todo, que no campo existe mobilização para defender os direitos dos “pequenos”. Essa nova força política já elegeu vereadores para defender os seus interesses e apoiou prefeitos favoráveis à política de reforma agrária na região.
- c. Expressões da reterritorialização na esfera cultural: a condição migrante desses camponeses carrega uma carga simbólica muito grande. Assim, no transcurso do processo de reterritorialização seus espaços simbólicos foram recriados, expressos na maneira de orar a Deus, construir suas casas, costumes, hábitos alimentares, jeito de falar, dentre outros. A identidade territorial camponesa da Colônia encontrou na Campanha um novo

território para tais práticas culturais. No entanto, como a identidade não é algo estanque, tudo indica que alguns elementos serão perdidos, mas outros acrescentados. Na esfera da cultura, tudo indica que cada vez mais a identidade desse camponês reterritorializado se constituirá numa identidade mais híbrida, tendo em vista as incorporações ocorridas pelo caminho. O ser camponês, melhor dizendo, a identidade camponesa na Campanha encontra-se em construção.

As novas territorialidades expressas pelos camponeses reterritorializados incorporaram novos elementos socioculturais no espaço agrário. Os camponeses passaram de uma condição histórico-estrutural de marginalidade e subordinação, para uma condição de protagonistas, evidenciando seu caráter organizacional por meio do movimento social e materializando no novo território de vida, sua cultura, suas crenças, e suas esperanças.

No decorrer da década de 1990, a Campanha Gaúcha foi cenário para diversas políticas públicas com diferentes concepções ideológicas. Entendemos que dentre as políticas, a de reforma agrária do Governo Estadual foi aquela capaz de questionar a histórica concentração fundiária encontrada na região. Do ponto de vista social, e para os camponeses sem-terra, houve a possibilidade de reterritorialização, embora distante de seus tradicionais territórios de vida. Foi essa mobilidade camponesa, portanto, que aproximou essas identidades territoriais: a Colônia e a Campanha.

No mundo contemporâneo, com a globalização da economia, o discurso é que as regiões “perderam” sua identidade, e em muitos casos sucumbindo aos interesses do capital. A Campanha Gaúcha, historicamente se consolidou na sociedade regional, com uma forte identidade associada ao espaço latifundiário, ligada a elementos simbólicos que cultuam o modo de vida campeiro. Com a desestruturação de sua economia regional no início dos anos 1990, sua matriz produtiva latifundiária foi afetada diretamente. No mesmo período, ocorreram na região intensos conflitos fundiários que, posteriormente, resultaram em centenas de assentamentos rurais. Portanto, milhares de sem-terra foram re-territorializados no espaço latifundiário. Outro marco na reestruturação do espaço agrário ocorreu devido aos interesses multinacionais, ligados ao setor de celulose, na captação de grandes extensões de terra para silvicultura, também transformando a fisionomia da paisagem do pampa gaúcho.

Ao encerrar o texto torna-se importante refletir em que medida essa identidade difundida pela grande mídia, agências de turismo e pelas classes dominantes representa o espaço agrário da Campanha Gaúcha contemporânea. Pelo que apresentamos e argumentamos ao longo do texto, somos favoráveis à premissa interpretativa de que a identidade alicerçada no espaço latifundiário, e seus elementos simbólicos não desapareceram, mas foram ressignificadas. No entanto, a reterritorialização camponesa e seus elementos simbólicos foram capazes de penetrar e (re)configuraram o espaço agrário da Campanha

Gaúcha. Eram essas questões que precisavam emergir, para serem interpretadas, desvendadas e conhecidas.

REFERÊNCIA

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990 – 2007)**. 2009. 305 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia, 2009.

NOS RINCÕES DA CAMPANHA GAÚCHA: EXPRESSÕES DE UMA TESSITURA TERRITORIAL INVISIBILIZADA

Anderson Luiz Machado dos Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-576-8

INTRODUÇÃO

Este trabalho reflete aspectos da tese de doutorado intitulada – Nos Rincões do Brasil Meridional Des-re-territorialização, Subalternidade e R-existência na Formação Territorial da Campanha Gaúcha, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense no ano de 2018, a qual dedicou-se ao estudo dos rincões da região da Campanha Gaúcha enquanto territórios de vida de uma gama de sujeitos subalternizados, frente a um contexto de hegemonia e domínio do latifúndio estancieiro e do agronegócio. Trata-se, portanto, de uma geografia social de grupos e sujeitos invisibilizados, silenciados e maltratados no referido contexto regional.

Nossa tese parte compreensão da existência de um campesinato originário da região da Campanha Gaúcha, que no século XIX com o movimento de cercamento dos campos na área de fronteira do Brasil Imperial e a posterior institucionalização da propriedade privada da terra, encontrava-se em uma situação de expropriação. Dentre as consequências desse processo, desenvolvem-se contingências como a “moradia de favor” nas estâncias ou em terras de familiares; sua incorporação à peonagem e, neste processo, o desempenho, do papel de peões-posteiros, responsáveis pelo manejo do gado e ao mesmo tempo pela proteção dos limites das propriedades, vivendo em postos - nas áreas limítrofes das estâncias.

Outro(a)s encontraram na ocupação dos fundos de campo em terras devolutas alternativas para viver, ou até mesmo no interior das vastas propriedades, distantes dos primeiros povoados. Também a ocupação das margens dos chamados corredores, áreas situadas entre as cercas de uma propriedade e as estradas construídas pelos estancieiros no movimento de suas tropas de gado no interior dos campos.

Neste trabalho, apresentamos brevemente, a interpretação de como estes espaços-tempo passaram a formar e a ressignificar a expressão *rincão*, que emerge enquanto espaço-tempo de vida para estes sujeitos e grupos subalternizados. Por sua vez, também apresentamos o deslocamento da análise em direção a perspectiva territorial, visando discutir a tessitura territorial produzida pelos sujeitos, em seus dilemas e na enunciação de seus dispositivos de r-existência. Elementos que contribuem para o entendimento do mosaico da diversidade regional e territorial da Campanha Gaúcha, em detrimento das narrativas que a caracterizam enquanto um bloco monolítico.

O DESTINO DOS SUBALTERNOS: O EMERGIR DOS RINCÕES

O viver dos grupos sociais despossuídos, ou que contavam com poucos recursos para sua reprodução, a exemplo dos peões e camponese(a)s da Campanha no século XIX, situava-se em um limiar, como demonstra Osório (2016).

Para estas pessoas restava a alternativa de abandonar a localidade e seus laços de parentesco e aventurar-se pelas fronteiras, o que deveriam considerar perigoso e pouco rentável, ou submeter-se a viver “a favor” nas terras de algum familiar ou conhecido, única forma de permanecer onde já estavam radicados. (OSÓRIO, 2016 p. 25).

Essa situação é indicativa das dificuldades para se adquirir terras gratuitamente, ou a baixo custo no período. Portanto, evidencia-se que nos caminhos dos sujeitos subalternos estavam postas as contingências dos processos de des-re-territorialização para a reprodução de sua existência, seja no sentido de produzir *linhas de fuga* que, conforme a perspectiva de Deleuze e Guattari (2000 [1980]), são constitutivas do movimento de desterritorialização, para reencontrar-se em um novo território, ou seja, em um movimento de territorialização a se refazer, qual seja, a reterritorialização²⁷. Seja na perspectiva de permanecer em um espaço próximo, já habitado por seus familiares ou conhecidos, mas mediante uma condição subordinada, indicativa de um processo de desterritorialização *in situ*, enquanto precária condição de uso e apropriação do espaço.

A expressão “desterritorialização *in situ*” é sugerida por Haesbaert (2004), ao indicar que muitos grupos podem estar “desterritorializados” sem um deslocamento físico, ou níveis de mobilidade espacial pronunciados, bastando para isso que vivenciem uma precarização de suas condições básicas de vida e ou/ negação de sua expressividade simbólico-cultural. Na descrição deste fenômeno o autor usa dentre seus exemplos o caso clássico da situação vivida pelos Judeus no Gueto de Varsóvia durante a Segunda Guerra Mundial. “Juntamente com os campos de concentração, trata-se de um dos casos mais evidentes de como a desterritorialização pode se processar por imobilização. Quem originalmente habitava no bairro não precisou se deslocar. Foi uma desterritorializado *in situ*, pelo rápido e incontrolável processo de precarização social que se sucedeu, com superocupação das moradias, fome, doenças endêmicas, etc. (HAESBAERT, 2004).

Na mesma medida reafirma-se a noção de Raffestin (1988), acerca da territorialidade humana enquanto uma dinâmica feita na continuidade e descontinuidade, que promove a territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R). Apesar de divergirmos de sua visão cíclica, pois o espaço não se encerra em um ciclo, é multiplicidade, é aberto (ainda que forças atuem para o seu fechamento), é fraturado, des-conectado em seus *decalques*, como a concepção de rizoma em Deleuze e Guattari (2000 [1980]) nos leva a creditar e os elementos de Massey (2005) a aprofundar. Também nos afastamos de sua perspectiva informacional, pois concebemos o campo do poder de maneira mais ampla. Ainda assim, a proposição da desterritorialização como uma crise de limites, uma crise de relações no contexto da territorialidade anterior e a reterritorialização como a nova territorialidade, enquanto um conjunto novo de relações dos sujeitos entre si e com a exterioridade e a alteridade (RAFFESTIN, 1988). Esta linha de

²⁷ Essa questão é retomada por Haesbaert (2004) no diálogo com Gilles Deleuze e Félix Guattari (2000 [1980]) que em sua visão rizomática de mundo, nos falam de territórios em uma perspectiva processual de desterritorializações e reterritorializações que se estendem do plano dos pensamentos (des-re territorializações absolutas) ao âmbito social (des-reterritorializações relativas ao *socius* - *agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação*). Nesse olhar, a desterritorialização diria respeito às “linhas de fuga”, às rupturas inerentes ao rizoma que levam ao abandono do território e à reterritorialização, o movimento de reconstrução do território sob outras bases (HAESBAERT, 2004).

pensamento contribui para refletir sobre as condições geradoras das *linhas de fuga* na desterritorialização e as relações geradoras nas linhas de chegada (diríamos) da reterritorialização.

É em meio a esses processos de des-re-territorialização que visualizamos a ocupação dos fundos de campo, a formação dos postos e dos corredores nas estâncias pelos sujeitos subalternos como origens ao uso e apropriação dos rincões na formação territorial da Campanha Gaúcha. Assim, os espaço-tempos mais invisibilizados e afastados dos povoados, muitas vezes inóspitos por seus atributos físicos, que se constituíam em verdadeiras “fronteiras” como aponta Osório (2016), no interior da formação territorial em construção, transformaram-se em espaço-tempos habitados.

Diante do exposto, destacam-se as primeiras acepções geográficas que a palavra rincão pode denotar²⁸. De acordo com o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Antônio Candido de Figueiredo (2010 [1913]) e do *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul* de Zeno Cardoso Nunes e Rui Cardoso Nunes (2010 [1982]), rincão possui os seguintes significados:

*1) Estria, que o navalhão abre na peça de artilharia, quando introduz ou retira a boca de dentro da alma. 2) A parte cavada nos ornatos de cantaria. Bras. do S. 3) Porção de campo, em volta do qual cresce mato. 4) Lugar oculto, lugar afastado, recanto: “... os mandou vir lá do rincão da Arbia...” Filinto, XVII, 180. 5) * Carp. Cepo para fazer caneluras. 6) * Constr. Cada uma das arestas salientes, segundo as quais se interceptam as águas mestras e as tacaniças do telhado. (Cast. rincón). (p. 1754 [grifos do autor]).*

A) Ponta de campo cercada de rios, matos ou quaisquer acidentes naturais, onde se pode pôr os animais a pastarem em segurança. B) Lugar mais ou menos resguardado, na Campanha. C) Qualquer trecho de campo onde haja arroio, capões ou simples mancha de mato. D) É sinônimo de pagos e de querência. (NUNES; NUNES, 2010, p.432 [grifos do autor]).

Essas acepções expressam um sentido mais absoluto dos rincões enquanto espaços geográficos, ao enfatizar suas características naturais como, “*porção ou ponta de campo situados ao redor de rios e cercados por matas*” (3, 4, A, B, C), ou, seu sentido relativo, de distanciamento e posição em relação a outros espaços dos quais estão “*afastados*” ou “*resguardados*” (4, B). Mas também, já acenam para sua dimensão mais relacional como “*recanto*” e “*sinônimo de pagos, de querência*” (4, D), na medida em que recantos, pagos ou querências, devem ser interpretados como espaços habitados por seres humanos, que denotam um sentido de pertencimento ao espaço, bem como o verbo “*pôr*” e o substantivo “*segurança*” (A), denotam uma ação e reação, a ação de pôr seus animais a pastar e a relação de segurança frente a outros espaços e relações inseguras.

Em seu trabalho, Osório (2016), aborda de maneira sutil tal transformação dos rincões ao apontar que uma das características físicas das estâncias seria ter rincões delimitados por rios ou outros atributos naturais, o que contribuía para que um peão conseguisse cuidar de mais animais no campo, assim o rincão denotaria uma área, em sua acepção puramente física, que contribuiria para a contenção dos animais em campo aberto (sem cercas). Posteriormente, ao abordar a descrição do espaço de moradia dos pequenos

²⁸ Neste campo trabalharemos com a tríade entre as noções de espaço absoluto, relativo e relacional conforme as proposições de Harvey (1980, 2012).

produtores da região, aqueles que possuíam até 100 cabeças de gado vacum no século XIX, descreve que nos inventários *post-mortem* (uma de suas fontes da pesquisa) suas terras recebiam designações como: campos, data de terras, chácara, terras, sítio, *rincão* e, raramente estância.

Um dos processos que levou à ocupação dos rincões pelos demais moradores reside no fato desses locais facilitarem ao acesso à água, lenha e frutas, elementos necessários para sua reprodução, apontados no trabalho de Sá Brito (2010). Dessa forma os rincões passaram a ser ocupados pelos sujeitos de menores posses na formação territorial da Campanha Gaúcha, demonstra uma “metamorfose no espaço habitado”- em referência a Santos (1988)²⁹ - da Campanha Gaúcha, onde o rincão deixa de expressar uma mera designação de espaço natural, transformando-se em um espaço-tempo habitado, apropriado material e simbolicamente, ainda que de maneira precária, pelos sujeitos sociais subalternizados.

Nesse contexto, acreditamos que, os processos de des-re-territorialização dos sujeitos, como os lavradores-pastores (camponeses) e peões abordados nos trabalhos de Osório (2008, 2016) e Garcia (2005, 2008), atribuem aos sentidos de espaço absoluto e relativo que a palavra rincão denota, a condição de espaço-tempo relacional, traduzida em expressões como *pagos* ou *querência*. É neste espaço-tempo que as trajetórias dos sujeitos subalternizados, frente ao regime de *poder soberano* e da *violência*³⁰ dos estancieros sobre as populações locais, se encontraram na formação territorial da Campanha Gaúcha.

Destá forma, compreende-se que a gênese do rincão enquanto espaço-tempo relacional está vinculada ao uso e apropriação (relativa) do que, inspirado em Moraes (2013), pode-se designar como “fundos territoriais” constituintes da formação territorial Campanha Gaúcha. Essa conceituação parte dos estudos realizados por Moraes (2009) acerca da dimensão territorial das formações latino-americanas e da formação territorial do Brasil no contexto do processo de independência e instituição do novo Estado. Onde identifica que “a área de jurisdição formal de controle estatal excedia em muito o espaço econômico articulado à economia-mundo, incluindo grandes extensões de *fundos territoriais*. Sem dúvida, a singularidade brasileira escora-se bastante nessa determinação geográfica” (MORAES, 2009, p. 230 [grifo do autor]). O autor retoma a proposição de Santos e Silveira (2001) acerca da diferença entre

²⁹ A metamorfose no espaço habitado de Santos (1988), corresponde à “ubiquidade do homem” termo pelo geógrafo francês Maximilien Sorre, revelador da capacidade humana de habitar e explorar os lugares mais recônditos do Planeta. Assim, o homem enquanto ser social por excelência, se expande e se distribui, realizando mudanças demográficas e sociais em cada país, em cada região, em cada lugar. “O fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado” (SANTOS, 1988, p. 24).

³⁰ Muito embora a concepção de poder até aqui trabalhada tome como elementos fundamentais as relações de força e correlações de força em Gramsci (2007 [1932-1934]) e Foucault (1999 [1976]) respectivamente, as quais comportam certa dimensão de belicosidade do poder. Enfatiza-se aqui a relação existente entre poder e violência conforme a filósofa Hanna Arendt (1985 [1970]), para quem “a “violência” finalmente, como já disse, distingue-se por seu caráter instrumental. Do ponto de vista fenomenológico, está ela próxima do vigor, uma vez que os instrumentos da violência, como todos os demais, são concebidos e usados para o propósito da multiplicação do vigor natural até que, no último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo” (p. 26). Muito embora, poder e violência sejam fenômenos distintos segundo a autora, geralmente apresentam-se juntos. Onde a violência funciona como último recurso do poder, ou seja, emerge justamente para assegurá-lo em seus momentos de crise. É assim que destacamos o papel da violência segundo Arendt (1985[1970]), no contexto das relações heterônomas de poder.

território e território usado e sintetiza sua compreensão sobre o tema em um de seus últimos trabalhos – *Território na Geografia de Milton Santos* (2013), ao afirmar que,

[...] o território, enquanto conceito essencialmente político, diria respeito ao exercício da soberania (no caso, dinástica) sobre um âmbito espacial delimitado em tratados celebrados entre as Coroas ibéricas e ratificados (ou questionados) pelos Estados pós-coloniais. Seria, portanto, o conceito que responderia ao domínio geopolítico (mesmo que apenas formal), projetando a pretensão de controle político-territorial por parte do aparato estatal em construção. (MORAES, 2013, p. 123).

Já o território usado, diria respeito ao “habitat criado” pelo colonizador, abrangendo as instalações construídas pelo avanço da colonização nas novas terras, as quais possibilitavam sua inserção na economia colonial (MORAES, 2013). Nesta abordagem teórica, os fundos territoriais constituíam as porções do território que não se enunciavam enquanto território usado. “Eram áreas de pretensão de soberania, guardadas para uma ocupação futura” (MORAES, 2013, p. 124). Estes espaço-tempos possuíam uma incorporação e conhecimentos tênues, ao desígnio do controle estatal. “Em nosso ver, a existência destes fundos territoriais marcou profundamente a formação social brasileira, dando à dimensão espacial (e à geografia, em consequência) um papel essencial no desvendamento da particularidade histórica do país” (MORAES, 2013, p. 125).

Como parte desse processo vê-se a ocupação dos fundos de campo no interior das estâncias ou fora dos seus limites, em áreas ainda não incorporadas ao processo de exploração da economia estancieira, seja através da livre apropriação, ou de negociações realizadas pelos sujeitos subalternos para com os estancieiros, e/ou outros sujeitos de maiores posses que as suas (entre familiares e conhecidos, como bem exemplificado por Osório (2008, 2016), acerca da situação do “viver a favor”). Mas, como também já apontado, nunca se diga que este processo tenha sido algo isento de conflitos, relações de subordinação e processos de expropriação.

A partir desta linha de raciocínio, concebemos que os rincões se constituíam em áreas de tênue conhecimento e domínio no vasto território sob o controle político-jurídico dos estancieiros na formação territorial da Campanha Gaúcha. Eram áreas residuais para os estancieiros e margens espaciais as quais se vincularam à vida dos grupos subalternos na Campanha Gaúcha, numa dialética entre o que poderia ser um espaço-tempo sobrando ou uma reserva estratégica para os hegemônicos-dominantes e ao mesmo tempo um espaço-tempo de r-existência para os subalternos, que em suas trajetórias *desagregadas* e *episódicas* conforme sugere Gramsci (2014 ([1934]) acerca da história de grupos semelhantes, transformam os rincões em partes *integrantes*, mas não completamente *integradas* à formação territorial, seja pelo caráter *descontínuo* e *desagregado* de sua ação, bem como de sua invisibilidade e marginalidade promovida pela ação dos grupos hegemônico-dominantes.

Desta maneira, a expressão rincão da Campanha Gaúcha, pode ser aproximada do vocábulo “sertão”, “palavra que qualifica os lugares ambicionados pelo avanço do colonizador, os objetos imediatos ou potenciais da expansão, os estoques de terras e recursos para a exploração futura”

(MORAES, 2013, p. 125). Mas que ao fim e ao cabo, se constituíam nas áreas de sobrevivência das populações originárias e subalternizadas no processo colonial. Constituía verdadeiros territórios para os sujeitos subalternos, porém impactados pela *colonialidade do poder* (QUIJANO, 2007), imposta pelos grupos hegemônicos e pelo Estado territorial em construção.

Uma das estratégias de imposição desta colonialidade reside, justamente, em considerar espaços como os rincões, ou os sertões, enquanto, “vazios demográficos”, expressão que possui um caráter colonial, pois “ao considerar espaços tradicionalmente ocupados como “vazios” autoriza sua ocupação, tornando os que ali habitam não-seres, joões-ninguém” (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2011, p. 6). Portanto, é necessário destacar que do ponto de vista do colonizado e subalterno, os fundos territoriais se constituíam nos espaço-tempo das possibilidades de sua reprodução imediata, diferente da visão ambiciosa dos colonizadores, ressaltada por Moraes (2013).

Assim, a característica elementar dos rincões da Campanha Gaúcha, em relação a outros rincões em outros espaço-tempo possíveis, é a sua condição de *invisibilidade, marginalidade* e até mesmo negação de sua existência, num ordenamento territorial sob a hegemonia e o domínio de estâncias e fazendas. O que impõe múltiplos dilemas no tocante a viver nesses espaço-tempos, sobretudo, na ausência e precarização dos *dispositivos biopolíticos* conforme Foucault (2008 [1978]), que assegurem a permanência dos sujeitos enquanto populações originárias destes territórios. Outro aspecto a ser destacado reside no fato dos rincões representar, a produção de micro-ordenamento territorial que se faz nos interstícios, nas margens e fronteiras de um macro-ordenamento hegemônico-dominante.

Nesse contexto, aos processos de des-re-territorialização do(a)s camponese(a)s e peões da Campanha Gaúcha, nos rincões, enquanto *linhas de fuga* (DELEUZE; GUATTARI, 2000 [1980]), e/ou *desterritorialização in situ* (HAESBAERT, 2004) desencadeados a partir das *relações* ou *correlações de força* (GRAMSCI, 2007 [1932-1934]) e FOUCAULT (1999 [1976]), constitutivas do poder delineado na formação territorial da Campanha Gaúcha. Somaram-se as dinâmicas relativas, a ascensão e crise do trabalho escravizado nas estâncias, que cotejava ao lodo do trabalho “livre” dos peões, assim como o movimento de cercamento dos campos sulinos, nas décadas de 1870-1880, que dentre as consequências para o(a)s camponese(a)s da Campanha foi sua classificação social enquanto intrusos nas terras que habitavam, desencadeando inúmeros conflitos e processos de expropriação; assim como resultou, em grande medida, no descarte da figura dos peões-posteiros responsáveis pela vigilância das estâncias. Segundo estudo de Sá Brito (2010), esses sujeitos passaram a reivindicar os postos, ao mesmo tempo em que foram reincorporados nas lidas campeiras, ou expulsos de suas moradias, constituindo-se em novos peões e/ou camponeses.

Assim, se pode entender, do passado ao presente, a configuração dos rincões como espaço-tempos de encontro e coexistência de múltiplos sujeitos subalternos, dentre os quais temos: os lavradores-pastores, homens e mulheres pobres “livres” de outrora, identificados contemporaneamente na figura dos pecuaristas-familiares ou camponeses fronteiriços (CHELOTTI, 2009), bem como nas famílias de

peões ou ex-peões de estâncias e pequenos arrendatários; as comunidades quilombolas, cujas origens remontam à violência do trabalho escravizado nas estâncias e charqueadas (em suas diferentes configurações, intensidades e formas de violência sobre os trabalhadores escravizados); e mais raramente de comunidades de matrizes indígenas pampeanas vivendo nos rincões da Campanha Gaúcha.

Por sua vez, na medida em que os rincões se transformam em local de residência desses sujeitos sociais, recebem nomenclaturas que se referem aos sobrenomes das famílias que habitam o local há um longo tempo (por exemplo, Rincão dos Machado, Rincão dos Camargo, Rincão dos Flores), aos processos históricos na região, ou às relações com o ambiente. Como exemplos situam-se os rincões estudados neste trabalho, Rincão do(s) 28 e Rincão do Inferno/Paraíso, situadas no município de Alegrete-RS, que recebem estas nomenclaturas, respectivamente, em função de processos históricos. Rincão do(s) 28 recebe seu nome em função de uma emboscada a 28 soldados farrapos realizada no cerro da localidade durante a Revolução Farroupilha (1835-1845) e Rincão do Inferno/Paraíso faz menção ao estancieiro Chico do Inferno, antigo dono das terras onde se localiza atualmente o Rincão, conforme a história oral que nos chega. As comunidades quilombolas do Angico e de Palmas nos municípios de Alegrete e Bagé, por exemplo, fazem referência à relação dos sujeitos com o ambiente, em especial as plantas, a *palma* uma cactácea também conhecida como *tuna* na Campanha e o *angico* uma árvore bastante comum na região. Entretanto, seus significados para os sujeitos, só pesquisas ulteriores poderão refletir.

Portanto, volta-se ao passado para entender o presente territorial, numa história retrospectiva da formação territorial conforme propõe Moraes (2004). Como na metáfora do *palimpsesto* de Santos (2008 [1996]), onde se acumulam tempos desiguais no espaço, em função do desenvolvimento das técnicas, aqui, se acumulam *correlações de força, tecnologias de poder* nas palavras de Foucault (2008 [1978]), numa formação territorial. Opta-se assim, ao contrário de uma periodização estanque, por uma *abordagem genealógica* que procura captar as insurgências do poder em um espaço-tempo relacional. Onde se *des-articulam* em diferentes escalas espaço-temporais, nas relações entre dirigentes e dirigidos, hegemônicos e subalternos na linguagem de Gramsci (2014 [1934]), enquanto multiplicidades de sujeições conforme o olhar de Foucault (2005 [1976a]).

Mas, esta historicidade quer ir além de uma noção tempo e temporalidade, enquanto história reificada, como alerta Massey (2005), acerca da visão de palimpsesto enunciada em alguns estudos cartográficos pós-coloniais e feministas, sobretudo, ao analisar alguns trabalhos de representantes da *Subaltern Studies*, os quais supõem a multiplicidade na forma do palimpsesto. Assim, dentro de uma visão de colagem e superposição de estruturas horizontais, continua a pensar a multiplicidade em termos de camadas, remetendo antes a uma história do espaço, do que à sua contemporaneidade radical, pois o palimpsesto também é arqueológico. Ficar dentro dessa imaginação, falha-se em dar vida às trajetórias que co-formam esse espaço. Feita esta ponderação, compreendemos que Santos (2002 [1978], 2008 [1996]), apesar de remeter-se à temporalidade através da metáfora do palimpsesto, está em pleno acordo

como Massey (2005), pois, o que constitui o *ser-estar* do espaço em sua visão, é vida que o anima, ou seja, a sociedade em movimento.

Não obstante, ressalta-se que estudar os rincões e suas populações no contexto da Campanha Gaúcha, sob um viés territorial e uma epistemologia crítica, visa contribuir para demonstrar que este espaço-tempo é mais rico e diverso do que a simples imagem que lhe foi atribuída secularmente, como espaço de vastos campos, onde o latifúndio estancieiro, o gado, homens livres e guerreiros (os gaúchos), centralizaram a sua constituição. Trata-se de ir mais além deste horizonte, para perceber como a vida das populações dos rincões, evidencia uma *heterogeneidade histórica e estrutural do poder*, conforme nosso diálogo com Quijano (2000, 2007) permite visualizar, bem como resgatar o papel destas *modernidades subalternas* (LANDER, 2000), ocultadas pelas hegemonias no contexto territorial da Campanha Gaúcha. Trata-se, portanto, de aumentar o grau e ajustar os focos de nossas lentes, para ver que nos fundos de uma estância há múltiplos rincões, *loci* de enunciação de experiências liminares e fronteiriças, onde se enfrentam diferentes situações, entre dilemas e potencialidades, em virtude das relações de poder que se exercem nestes territórios.

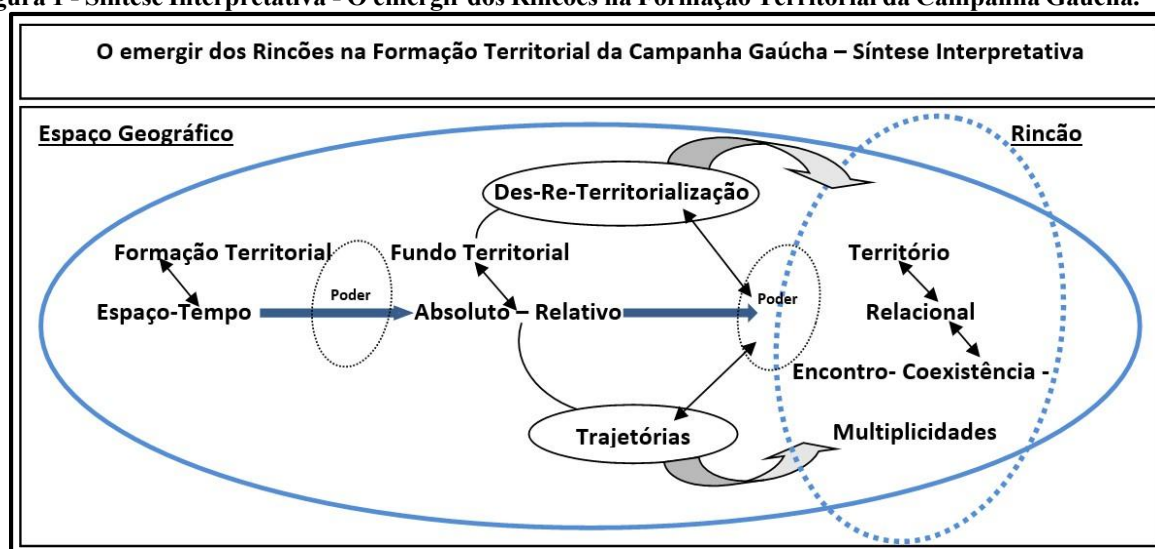
É assim que passamos a reconhecer que as singularidades dos rincões da Campanha Gaúcha residem na própria existência dos sujeitos que os habitam, com destaque para os camponeses-campeiros (termo a ser desdobrado), que representam uma categoria de sujeitos que são mais criadores de gado do que agricultores, que se diferenciam entre pequenos e médios proprietários, bem como posseiros (sem a propriedade formal da terra); utilizam fundamentalmente a força de trabalho familiar e desenvolvem relações de ajuda mútua com a vizinhança, tanto quanto possuem relações singulares com “seu” campo (a terra); os peões de estância e gaúchos changadores; os remanescentes de quilombolas e mais raramente grupos sociais de matrizes indígenas pampeanas. Portanto, os rincões constituem-se nos espaços-tempos, onde, em certa medida, ainda encontramos os sujeitos subalternos nativos da Campanha, aos quais cada vez mais se somam os novos sujeitos da des-reterritorialização subalterna, a exemplo de camponeses colonos (de origem ítalo-germânica) a partir das décadas de 1960-1970 e dos camponeses sem-terra do norte do Rio Grande do Sul organizados no MST, a partir do final do século XX; tanto quanto os novos trabalhadores assalariados nas fazendas de arroz e soja em expansão na região neste limiar de século XXI. Portanto, os rincões da Campanha Gaúcha, caracterizam-se por ser espaços-tempos, por excelência, dos processos de des-reterritorialização e exercício de múltiplas territorialidades subalternizadas no contexto destes confins do Brasil Meridional.

O RINCÃO: UM ESPAÇO-TEMPO DE ENCONTRO DE TRAJETÓRIAS, UM TERRITÓRIO EM CONSTRUÇÃO

*“Antes dos bretes e dos corredores,
Rincões abertos para casco e guampa,
As madrugadas de Deus eram melhores
E mais rosadas as manhãs do pampa (...)”*
Pago Perdido - Gelson Manzoni e Grupo

A estrofe da canção *Pago Perdido*, de Gelson Manzoni (1980), destacada acima, contribui para a tradutibilidade da síntese interpretativa que se apresenta na Figura - 1, acerca da gênese dos rincões enquanto espaço-tempo relacionais e se se configuram enquanto territórios para os sujeitos sociais subalternizados na formação territorial da Campanha Gaúcha. A música traz à tona a memória de um sujeito que se reporta a um tempo passado no qual os rincões estavam “abertos para casco e guampa”, ou seja, abertos para o gado *vacum* e cavalariá percorrê-los livremente, o que *a posteriori* transformou-se com a presença dos “bretes³¹ e corredores”, ou seja, as construções humanas necessárias para o processo de uso deste espaço-tempo, sobretudo no que diz respeito ao manejo dos animais em bretes e à construção dos corredores, as estradas que atravessavam as estâncias tendo em vista o desenvolvimento da comercialização pecuária enquanto atividade econômica.

Figura 1 - Síntese Interpretativa - O emergir dos Rincões na Formação Territorial da Campanha Gaúcha.



Org.: SANTOS, A. L.M., (2017).

Com esta síntese, põe-se em tela um dos aspectos da transformação do rincão de um espaço-tempo absoluto e relativo, para um espaço tempo-relacional, produzido nas *inter-relações* dos sujeitos, os quais a partir de suas diferentes trajetórias se encontram no rincão, constituindo-o enquanto *esfera de possibilidade da existência das multiplicidades*, no qual *distintas trajetórias coexistem* (MASSEY, 2005). Por sua vez, em termos de *formação territorial*, as relações de poder no espaço-tempo, transformaram o rincão de um *fundo territorial* (uma espécie de território enquanto reserva estratégica e busca de controle) para os grupos hegemônico-dominantes a um *território em construção* para os sujeitos subalternos.

Todavia, há que se considerar que tal *reserva estratégica* não se constituiu apenas como uma forma expansiva para adquirir recursos futuros (terra, trabalho, corpos e saberes), mas também como uma forma de manter os sujeitos *cativos*, marginalizados no ordenamento territorial hegemônico-dominante, pois

³¹ Bretes: é uma espécie de corredor (de madeira ou alvenaria) que liga a mangueira (local de manejo do gado para o banho, tosa, castração, marcação, inseminação), que permite que os animais fiquem com seus movimentos restritos para realização de tais procedimentos.

muitos rincões também se formaram a partir do pagamento de dívidas de trabalho (escravizado ou livre) com frações de terras estanceiras no pós-abolição. Assim, do ponto de vista hegemônico-dominante, o rincão como *fundo territorial* ainda explicita uma forma *sui generis* de *cativeiro da terra*³² na Campanha Gaúcha, em que se relativamente permitiu/permite o precário acesso à terra e seus recursos, para manter os sujeitos sujeitados, ou seja, cativos ao regime imposto.

Entretanto, para os sujeitos sujeitados, o processo que se origina nas suas trajetórias espaço-temporais, no transcurso das relações de poder, redefine seus desígnios de des-re-territorialização e a partir de suas apropriações do espaço-tempo, ainda que precárias e marginais, explicitam um outro sentido ao espaço-tempo dos rincões, como espaço-tempo de vida, tecido entre a subalternidade e a resistência. Trata-se assim, do rincão como *território em construção*. Essa expressão, *território em construção*, enuncia o permanente processo de tornar-se e desfazer-se dos territórios como atribuem Deleuze e Guattari em suas obras. A exemplo de sua geofilosofia, na qual,

os movimentos de desterritorialização não são separáveis dos territórios que se abrem sobre um alhures, e os processos de reterritorialização não são separáveis da terra que restitui territórios. São dois componentes, o território e a terra, com duas zonas de indiscernibilidade, a desterritorialização (do território à terra) e a reterritorialização (da terra ao território). Não se pode dizer qual é o primeiro (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p.103).

Deste modo, o permanente *devenir*, em sua imanência perfaz o espaço, em sua qualidade de abertura de acordo com Massey (2005). Por sua vez, sob a premissa de que a trajetória dos sujeitos no espaço define seus movimentos de des-re-territorialização, sugere-se que se compreenda a trajetória como uma *ponte conceitual* que permite propor a síntese de abordagem dos rincões de espaços-tempos relacionais a *territórios em construção* (na medida em que focalizadas com mais rigor as relações de poder, onde a própria trajetória dos sujeitos os enunciam). Esse pressuposto se referênciam na pedagogia dos conceitos de Deleuze e Guattari (1992), ainda que estes privilegiam a utilização dos conceitos ao plano filosófico. Para estes autores todo conceito possui componentes e se define por meio deles.

Com efeito, todo conceito tendo um número finito de componentes bifurcará sobre outros conceitos, compostos de outra maneira, mas que constituem outras regiões do mesmo plano, que respondem a problemas conectáveis, participam de uma co-criação. (DELEUZE E GUATTARI, 1992, p. 26).

Assim que traçado um plano determinável, se passa de um conceito ao outro, afirmam Deleuze e Guattari (1992), como por uma espécie de *ponte*. Desta maneira vemos a trajetória dos sujeitos no espaço-tempo se projetar como ponte que contribui para a travessia analítica das amplas águas da categoria espaço ao terreno conceitual das relações territoriais. Pois, ao mesmo tempo em que os conceitos são uma *heterogênesse, uma ordenação de seus componentes por zonas de vizinhança*, onde seus

³² Em alusão a clássica análise do sociólogo José de Martins (2010 [1979]) *O cativeiro da terra*, em que aborda o processo de transição capitalista no Brasil do ponto de vista da relação entre o controle da propriedade fundiária e a exploração do trabalho nos processos de reprodução do capital.

componentes situam-se em *estado de sobrevo*, passando-o e repassando-o como um *ritornelo* de uma obra musical. Seus distintos e heterogêneos componentes possuem uma *inseparabilidade* que se atribui à consistência interna do conceito (DELEUZE; GUATTARI, 1992). A exemplo do que acontece na abordagem territorial, onde não se compreende a formação de um território sem a apreensão dos processos de des-re-territorialização e do exercício de territorialidades (multi-trans-territorialidade), das relações de domínio e apropriação que desenham a materialidade e a identidade territorial, conforme apreendem os trabalhos de Haesbaert (2004, 2009, 2014), os quais vão ao encontro da tríade - território, territorialidade, territorialização - proposta por Porto-Gonçalves (2003).

Por sua vez, Cruz (2010, 2011), vê como os componentes internos (que na sua visão são outros, os quais em nossa concepção representam um ponto da problemática do conceito) ao mesmo tempo formar famílias de *conceitos derivativos* de conceito nuclear de território. Dentre os quais situa a própria territorialidade, a territorialização, a des-territorialização, a re-territorialização, a identidade territorial, o direito territorial, a justiça territorial; dentre outros poderíamos citar a precarização, a contenção, o contornamento e a r-existência territorial em Haesbaert (2004, 2014) e Porto-Gonçalves (2002, 2006) respectivamente.

Por outro lado, além dessa *endo*-consistência dada pela inseparabilidade de seus componentes, o conceito “tem igualmente uma *exo* consistência, com outros conceitos, quando sua criação implica a construção de uma ponte sobre o mesmo plano. As zonas e as pontes são as juntas do conceito” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 28). É nesse sentido que se entende a trajetória dos sujeitos no espaço-tempo como ponte conceitual, pois este movimento no espaço, enquanto produto e produtor de relações de poder, desencadeia processos de des-re-territorialização.

Assim, a partir das proposições de Massey (2005) e Cresswell (2006) aponta-se que a trajetória enquanto ponte conceitual para o entendimento dos processos territoriais, é inerente ao caráter de coetaneidade do espaço, onde uma “pluralidade de trajetórias”, uma “simultaneidade de histórias-até-agora” coexistem, assim tanto “trajetória”, quanto “história”, significam enfatizar um processo de mudança em um fenômeno (MASSEY, 2005). Neste caso, a mudança é espaço-temporal, envolve o movimento no espaço-tempo ou, mais do que isso, diz respeito à produção de mobilidades conforme Cresswell (2006). Logo, como conceitos que se aproximam nas perspectivas de Massey (2005) e Cresswell (2006), trajetória e mobilidade abrangem as mudanças de temporalidades e espacialidades, a partir da produção e percepção das relações sociais, em diferentes escalas. Relações que são produto e produtoras de poder e significados (CRESSWELL, 2006). Acrescenta-se que a temporalidade, além dos ritmos espaço-temporais e da percepção da mudança, aciona o campo de nossas memórias e lembranças (DI MÉO; BULEÓN, 2005).

Portanto, mais do que viajar sob uma superfície quando se está em um trem, por exemplo, ou deslocar-se do ponto A para o B, em termos de trajetória e mobilidade, não se viaja ou se cruza o espaço, “na medida em que o espaço é produto de relações sociais, você também está ajudando, embora, neste

caso, de maneira bem mais sutil, a *alterar* o espaço” (MASSEY, 2005). Assim, Cresswell (2006), enfatiza que há algo a mais na linha de passagem do ponto A para o B, qual seja, a produção de um tempo-espaço social. “Mobilidade, como produto social, não existe em um mundo abstrato do tempo e espaço absoluto, mas de um mundo significativo do espaço social e do tempo social. A mobilidade também faz parte do processo de produção social do tempo e do espaço” (CRESSWELL, 2006, p. 5)³³.

Por sua vez, Bourdieu (1996, p. 81) em sua crítica sociológica aos trabalhos com a noção de “história de vida”, sugere, “à construção da noção de *trajetória* como uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em *devir* e submetido a transformações incessantes”. Sugestão que vai ao encontro das proposições de Massey (2005) e Cresswell (2006) acerca da trajetória e da mobilidade em suas transformações que são produto e produtoras de relações no movimento, tanto quanto pela própria natureza da qualidade de *devir* espacial. O autor, ainda enfatiza a necessidade de compreender a trajetória de um sujeito dentro dos estados sucessivos no campo no qual se desenrolou, assim como em relação ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontam no mesmo espaço possível (BOURDIEU, 1996).

Nesse sentido, o que Bourdieu (1996) vê como “as sucessivas posições no campo”, vê-se aqui, como as sucessivas relações no espaço-tempo (da base material às projeções simbólicas). Entretanto, diria mais que isso, a ideia de sucessão remete a uma concepção de temporalidade restrita ao sequencial, mais rica é a visão fluida e sinuosa da estória-até-agora, que se faz num permanente acontecer. Por sua vez, o campo das relações pode ser traduzido geograficamente no espaço-tempo relacional definido pelos próprios sujeitos. O próprio Bourdieu (1996), aponta que seria um absurdo, por exemplo, “tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre diversas estações” (BOURDIEU, 1996, p. 81). Portanto, o “defrontar-se no mesmo espaço” corrobora a trajetória com a possibilidade do encontro, inerente à esfera da coetaneidade, relacionalidade e abertura do espaço propostas por Massey (2005). São sob essas premissas que se entendem os rincões enquanto espaço-tempo de encontro de múltiplas trajetórias.

3. A PRODUÇÃO DE UMA TESSITURA TERRITORIAL INVISIBILIZADA

Ao focalizarmos o processo de construção dos rincões sob o prisma das relações de poder, entendemos que a subalternidade dos seus sujeitos, se encadeia em um *enlace* entre *precarização*, *contenção* e o que denominados de *compressão territorial*. Pois, os rincões e seus sujeitos, em seus ranchos e moradas dispostas nos corredores e em pequenas aglomerações à beira de estradas, se encontram *comprimidos* e *pressionados* pelo avanço do regime estancieiro e do agronegócio, que procuram tanto marginalizá-los quanto torná-los invisíveis e praticamente inexistentes. O ponto extremo deste processo resulta em *trajetórias de abandono* dos rincões, pela des-reterritorialização para outros espaços-tempos, sobretudo

³³ Mobility, as a social product, does not exist in an abstract world of absolute time and space, but is a meaningful world of social space and social time (CRESSWELL, 2006, p. 5 [tradução livre])

urbanos ou pela morte dos sujeitos sozinhos e abandonados na Campanha Gaúcha. Assim, o *rincão* se faz *tapera*³⁴, diante das expressões de *precarização*, *contenção* e *compressão* das vidas em seu território.

Nesse processo, na precarização e na contenção dos *dispositivos biopolíticos*, empreendem-se tentativas de isolar e desconectar os sujeitos dos rincões de outros circuitos espaciais, na vastidão da Campanha Gaúcha. Mas, trata-se de uma dinâmica complexa, de *longa duração* e intrínseca à ordem moderno-colonial capitalista. É como aborda Porto-Gonçalves (2006).

O arranjo espacial que as populações subalternizadas se viram criativamente obrigadas a conformar em contextos históricos no limite da sobrevivência (genocídio, etnocídio) nos mostra que invariavelmente ocupam áreas longínquas ou de difícil acesso ou desconectadas dos circuitos mercantis principais (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 166).

Portanto, é frente a essas tentativas de isolamento e desconexão, nas linhas de invisibilidade e produção da inexistência pelos grupos hegemônico-dominantes, que os sujeitos subalternos elaboram seu micro-ordenamento territorial, de base zonal e aglomerada, que se expressa senão em uma continuidade, mas em uma *des-contiguidade* espacial, que revela a proximidade das relações sócio-espaciais dos sujeitos, nas áreas limitadas dos rincões – mesmo que seus territórios estejam fragmentados diante das iniciativas dos grupos hegemônicos, fazendo com que os rincões se pulverizem na vastidão da Campanha Gaúcha.

Neste micro-ordenamento, a *vilinha* e os *corredores* são os espaço-tempos próximos dos sujeitos. A *vilinha* é um pequeno aglomerado, uma espécie de povoado na vastidão de campos e coxilhas da Campanha Gaúcha, em que os *ranchos* ou *moradas* estão mais próximos, é onde se localiza a escola e o *bolicho*³⁵ maior destes rincões, uma espécie de *sede social sem o poder da sociedade* como aborda Brandão (2009), um ponto de referência, um *nó* na *tessitura territorial*, mas que não possuem uma infraestrutura como os chamados *bairros rurais*. Todavia, é um dos espaço-tempos próximos onde se realiza a vida dos sujeitos nos rincões, assim como os *corredores*, porém nestes, os *ranchos* ou *moradas*, estão mais dispersos e distantes ao longo de uma estrada vicinal ou de corredor transformado em estrada pública, mas que não deixa de ser um espaço-tempo próximo de construção da sociabilidade. Por fim, o rincão entre seus *corredores* e *vilinhas*, é parte da Campanha enquanto sinônimo de espaço-tempo rural que se opõe à *cidade*, que é para os sujeitos o espaço-tempo distante e grande.

A cidade é para estes sujeitos o lugar das trocas materiais e dos negócios, onde quitam suas contas, fazem compras, recebem salários (em caso de aposentadoria) e mais raramente comercializam alguma

³⁴ Tapera: é a casa, o rancho ou a morada abandonada, resultado do despovoamento do campo, seja por movimentos de des-reterritorialização ou morte dos sujeitos na Campanha. Assim, estes espaços se transformam em ruínas cujas relações são rememoradas através daqueles que permanecem no campo. Sua expressividade nos rincões estudados será alvo de reflexões posteriores.

³⁵ Bolichos de Campanha: são locais de comércio e lazer situados à beira das estradas próximas ou nos rincões, onde se comercializam produtos variados, alimentos, bebidas, fumo e cigarros. Também é um espaço de lazer, onde se realizam jogos como o Truco, o Jogo de Osso (de origem castelhana), o Jogo de Bocha; festejos populares como Bailes, Rodeios e Carreiras (corrida de cavalos de maior estrutura. Na contemporaneidade os bolichos já não se fazem mais tão presentes nas localidades, seja em função do despovoamento, assim como do maior acesso ao comércio e ao lazer urbanos.

produção. Também é o espaço-tempo de uma sociabilidade que se tornou mais distante, nas visitas de algum parente, sobretudo filhos, que se des-reterritorializaram da Campanha Gaúcha (mais especificamente de seu espaço rural). Um processo sobre o qual incidem as expressões territoriais da subalternidade nos rincões.

Entretanto, o que o termo *compressão territorial* quer pôr em questão, é a relação do poder com os limites areolares onde se inscreve a existência dos sujeitos, nos corredores, nas *vilinhas*, nas pequenas aglomerações, onde estão dispostos seus lares, suas casas, seus ranchos e chacrinhas (outra denominação que emerge entre os sujeitos). Isso nos remete à perspectiva de Raffestin (1993 [1980]), acerca das relações entre as *dimensões* e a *natureza do poder*, onde “falar de território é fazer referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço” (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 153). Logo, segundo o autor, delimitar exprime uma relação de poder, pois a instituição de limites, *facilita o enquadramento de um projeto social* (de poder), no qual os mesmos, desempenham diferentes funções, dentre as quais destacamos as: *legais* - em que se delimita uma área onde vigoram determinadas normas e relações; *de controle* - sobre a circulação dos homens, bens e informações; *ideológicas* - que visam ocultar conflitos potenciais. Logo, os limites não são apenas considerados por Raffestin (1993 [1980]), de um ponto de vista linear, mas também zonal e sinuosos, que se tecem numa interface biossocial, a qual comporta a própria historicidade humana, no exercício das relações de poder.

Nesse processo, a formação de uma tessitura ou malha é vista como a “projeção de um sistema de limites e fronteiras, mais ou menos funcionalizado”. Esses limites e fronteiras no caso dos sujeitos subalternizados resultam não apenas de sua ação, mas, sobretudo, das imposições oriundas das forças hegemônico-dominantes, as quais cerceiam, controlam e limitam sua expansão e possibilidades de reprodução no espaço. O que se traduz na expressão cunhada por Raffestin (1993 [1980]), como uma “tessitura suportada”, na qual os sujeitos (comprimidos, neste caso) procuram maximizar as possibilidades de reprodução da população, num espaço-tempo restrito e delimitado. Diferente de uma “tessitura desejada”, que quer “assegurar para a população o funcionamento no nível ótimo do conjunto de suas atividades” (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 154), uma expressão que pode ser entendida enquanto uma das faces biopoder.

Nesse contexto, Raffestin (1993 [1980]), aponta que,

[..] quando a malha é "desejada" por um poder, este se esforça por escolher o sistema que melhor corresponda ao seu projeto, pronto a transformar a existência daqueles que a ele estão submetidos, a menos que estes recuperem o seu poder para se oporem ao outro poder. (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 170)

Logo, no território como *abrigo* Gottmann (2012 [1975]) dos sujeitos subalternos, atravessado pelas clivagens da *precarização*, *contenção* e *compressão* territorial, enquanto mediações biopolíticas e coloniais, que afetam os *instrumentos territoriais* através dos quais os sujeitos *suportam*, as restrições, privações e

contingências, ao mesmo tempo em que constroem, *criativamente*, os *suportes*³⁶ para sua existência em áreas limitadas para sua reprodução biossocial, nos minifúndios, nas pequenas e médias propriedades, dispostas nos fundos de campo, corredores e vilarejos à beira de estradas. Construção que representa formas de r-existência ao poder que se projeta na *tessitura territorial*.

Cabe questionar, o que significa para os sujeitos subalternos viver nestes fundos de campo e à beira de estradas? De um lado identificamos os sentimentos de *benignidade* e *tranquilidade*, onde o *território como abrigo* emerge, do outro entre sentimentos de *abandono* e de *isolamento*, trazem à tona as marcas da subalternização. Por sua vez, a estrada ou corredor, denota suas margens espaço-temporais e, ainda que precárias, representam, para muitos, a única possibilidade de *conexão* com outros espaço-tempos ou circuitos sócio-espaciais. Assim, vemos nos rincões uma espécie de vida nos limites do espaço-tempo, característica dos precarizados, conforme Haesbaert (2014), em que se pode transpor as fronteiras dos espaços, “ou viver em e através delas – e viver refazendo, reconstruindo ou repondo limites, vistos concomitantemente como término e recomeço” (HAESBAERT, 2014, p. 298-299).

Ainda, a *tessitura suportada* oriunda da compressão territorial desenvolve-se entre a lógica espacial zonal e a dos aglomerados, haja vista que se podem identificar as áreas dos rincões e suas disposições internas, ainda que sem demarcações exatas, bem como sua relativa fixação e seus movimentos, sua restrição diante da expansão alheia, em uma contiguidade espacial, não em termos físicos e de distância (o espaço-tempo relativo), mas em termos de proximidade de relações (por isso utilizamos *descontiguidade*). Porém, há uma fragilidade no controle destas áreas e sobretudo dos fluxos nos territórios dos rincões, oriundo da *territorialização precária* dos sujeitos subalternos.

Um traço característico do que Haesbaert (2004) define como parte da lógica dos *aglomerados de exclusão*, em que enfatizamos a expressão *precarização*. Estes, segundo o autor, seriam espaços distintos que não se encaixam plenamente nas lógicas zonais e reticulares, estariam marcados pela *insegurança*, *instabilidade* e *imprevisibilidade* da ação dos sujeitos em sua dinâmica de exclusão. Não entendemos que as dinâmicas dos rincões atinjam tal ponto, apenas situamos que as *vilinhas* e corredores, constituem pequenos aglomerados humanos no espaço-tempo rural da Campanha Gaúcha, marcados pelo *descontrole* das áreas e dos fluxos, frente à territorialização hegemônico-dominante que, como vimos, *afeta*, *influencia* e *tenta controlar* sobretudo, os *dispositivos biopolíticos*, contingenciando os fluxos e as conexões nos territórios alheios. Trata-se, portanto, de uma lógica reticular hegemônica que tenta se impor à uma lógica zonal e gera efeitos de aglomeração em uma *tessitura suportada* na qual os sujeitos r-existem.

Não obstante, neste jogo de relações, o poder de gerir a vida antepõe-se a outra forma de poder, “o poder de expor uma população à morte geral é o inverso do poder de garantir a outra, sua permanência em vida” (FOUCAULT, 1999 [1976], p. 129). Trata-se da tanatopolítica, reconhecida por Foucault (1999

³⁶ Castoriadis (1983), nos instiga a pensar que um *suporte* não é meramente uma matéria indiferente e externa ao ser, mas a união produtiva e produtora do *si* e do *outro* (ou *do mundo*), a qual propicia condições para a atividade do sujeito.

[1976]) e que Agamben (2002) desdobra a partir da noção de “vida nua”³⁷, uma vida exposta e desprotegida, ao mesmo tempo vista como vida indigna, que não merece ser vivida e que, portanto, é conduzida à morte. Assim, o filósofo italiano vê que “em todo Estado moderno, existe uma linha que assinala o ponto em que a decisão sobre a vida torna-se decisão sobre a morte, e a biopolítica pode, deste modo, converter-se em tanatopolítica” (AGAMBEN, 2002, p. 128).

Nesse contexto, as implicações sobre os *dispositivos biopolíticos* de saúde, de educação e mobilidade, que impõem e aprofundam relações de *precarização, contenção e compressão territorial* podem levar inclusive à morte dos sujeitos, como já exemplificado. Mas também, os sujeitos, muitas vezes já senis, que viviam “solitos” e “abandonados” nos territórios dos rincões da Campanha, acabam por morrer. Isso traz a este contexto, facetas tênues da bio e tanatopolítica nos rincões. Ao passo que, por não possuir herdeiros, ou pelo fato dos mesmos, mais jovens, conceberem a Campanha não mais como o espaço-tempo da “bondade”, “tranquilidade” e “realização” e sim sob os efeitos bio-tanatopolíticos da subalternidade, que impõem inúmeras dificuldades no tocante ao viver e se reproduzir nesses territórios, pela morte ou pela des-reterritorialização para outros espaço-tempos, sobretudo urbanos, quando já não se suporta mais a tessitura territorial imposta.

Nesse sentido, emergem as *trajetórias de abandono* dos rincões, que numa dupla face, são resultados da bio-tanatopolítica do abandono (através de invisibilidade e produção da inexistência) das populações dos rincões frente ao Estado e as relações sociais capitalistas de produção, principalmente, onde ao mesmo, ocorre o abandono forçoso dos sujeitos de seus *ranchos* e a perda de seus sentimentos de pertença ao rincão para se des-reterritorializar em outros espaços. Suas expressões se situam no despovoamento dos rincões, pela morte e des-reterritorialização. Outro aspecto revelador desse processo de abandono dos rincões se expressa na presença das *taperas*, oriunda da morte de seus moradores.

Neste a morte dos sujeitos que habitava aquele espaço, produz uma forte marca no espaço, onde o antigo rancho e até mesmo o túmulo dos antigos moradores são os elementos que permanecem no espaço-tempo. Deste modo as *taperas* podem ser compreendidas como *rugosidades*, “o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam no espaço (SANTOS, 2008 [1996], p. 140). Mas, para além desta dimensão de forma e do espaço-tempo produzido ou, a paisagem, a tapera também denota elementos simbólicos que se imprimem na memória dos sujeitos. Segundo De David e Figueiredo (2010, p. 05), “as taperas constituem paisagens solitárias, ou seja, recantos esquecidos nas áreas rurais, apreendidas como memórias que se sustentam na paisagem, no lugar, nos objetos”.

³⁷ Mignolo (2007), pondera que a “vida nua” descoberta por Agamben, que impulsionou a mentalidade branca da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, é tardiamente uma reflexão sobre o que os indígenas e negros já sabiam e viviam desde o século XV nas Américas. Assim, aponta que o pensamento descolonial também compreende os horrores do holocausto, mas o faz desde a sua gestação no século XVI, através de histórias paralelas na Europa, nas Américas e entre as populações da Ásia.

É como na *tapera do Mariano* presente no conto de Simões Lopes Neto (1976), nela está o espaço-tempo material, abandonado pela morte de seu dono, onde florescem outras vidas, os belos pêssegos, mas a *vida humana que anima* aquele espaço-tempo, já não está presente, mas está apreendida na memória do sujeito narrador do conto. Assim, as *taperas* acionam a memória dos sujeitos, nas recordações das vidas que já não são mais vividas, nos *causos* contados sobre aquele lugar abandonado, ou no desejo de uma vida que passou e que gostariam de reanimar. É assim que os sujeitos narram a estória-até-agora – com marcadores temporais como *de primeiro* e *o agora*.

De primeiro tinha bolicho, **tinha de tudo** naquele tempo ali no campo do meu pai de criação. **Morreram tudo** bem dizê, já não tem mais ninguém lá. Vendia bastante, **era povoado**, mas **agora o pessoal está indo tudo embora**. Morreu muita gente também, mas **tinha movimento**, Cacha de Carreira, tinha de tudo lá. (ENTREVISTA AO AUTOR – Morador do Rincão dos 28 Alegrete- RS. [Grifos do autor]).

Sua descrição memorial, é emblemática dos processos que enfatizados desde as mortes até a des-territorialização com o *pessoal indo tudo embora*. Ao mesmo tempo, na descrição da transformação de um território pulsante e em movimento, onde *tinha de tudo, tinha movimento*, para um território em despovoamento e com uma vida menos intensa. É importante destacar que este retorno ao passado de um senhor de mais de oitenta anos, traz em seu discurso elementos de sua juventude, onde obviamente a vida era diferente e mais vigorosa, mas, ainda que consideremos este fator, não devemos desprezar a potência da narrativa enquanto história e memória territorial, tecida na trajetória espaço-temporal de um sujeito.

Entretanto, em meio aos múltiplos processos de subalternização dos sujeitos, sejam ele(a)s peões ou camponês(a)s, que se expressam territorialmente, na *precarização, contenção e compressão* de suas vidas nos rincões, bem como se reverberam em *trajetórias de abandono* que transformam as vidas nos rincões em *taperas*. Processos que resultam por um lado, no *des-controle* dos seus territórios e na *des-articulação* em uma formação territorial mais ampla, a Campanha Gaúcha. Também que emergem os *dispositivos* que permitem a construção e a permanência dos sujeitos subalternizados nos territórios dos rincões, tratam-se de suas formas de r-existência, oriundas da multiplicidade de ações dos sujeitos e que se apoiam mutuamente nos discursos ou silêncios das *vozes subalternas*, entre a produção material e as referências simbólicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve trabalho não foi possível dar conta de abordarmos os múltiplos dispositivos de r-existência que também subjazem a produção tessitura territorial invisibilizada dos rincões. Mas, enfatiza-se que para percebê-la e vivê-la faz-se necessário percorrer cotidianamente, *vastos campos* e *coxilhas* para encontrar uma *vilinha* ou um *corredor habitado*, locais de sociabilidade elementar dos rincões meridionais. Essas são expressões de como nos interstícios, nas margens e fronteiras do regime hegemônico-

dominante, marcado por *estâncias e fazendas*, por *alambrados e cancelas*, por *grandes construções e concentrações* (muito campo, gado, monoculturas, negócios e pouca gente) que *centralizam* a formação territorial, na qual se inscreve um *micro-ordenamento dos subalternos*, de lógicas micro-zonais e aglomeradas, em um caráter de *des-contiguidade sócio-espacial* na vastidão da Campanha Gaúcha. Ele representa uma *tessitura suportada* pelos sujeitos, em que ou se suportam os dilemas e se reinventa a vida, ou se abandona o território diante da imposição da subalternidade, que tem transformado os rincões em *taperas*, como ruínas abandonadas que impactam a subjetivação dos sujeitos de um ponto de negativo em grande medida, mas que, ao mesmo tempo, ressignifica suas necessidades de resistência e construção de territórios de vida.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ARENDT, H. **Da violência**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília: Brasília, 1985 [1970].
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996. p. 74-82.
- BRANDÃO, C. R. **“No rancho fundo”**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: Edufu, 2009.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. 2009. 288 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2009.
- CRESSWELL, T. The production of mobilities: an interpretive framework. In: CRESSWELL, T. **On the move: mobility in the modern western world**. New York; London: Routledge Taylor; Francis Group, 2006. p. 2-24.
- CRUZ, V. C. Uma proposta metodológica para o uso/operacionalização dos conceitos na pesquisa em geografia. **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e espaços de esperança. Porto Alegre, 2010.
- _____. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia**. 2011. 368 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- DE DAVID, C.; FIGUEIREDO, L. C. Paisagens solitárias: as taperas no sul do estado do Rio Grande do Sul. **I COLÓQUIO IBERO-AMERICANO: PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é filosofia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- _____. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000 [1980a]. v. 1.
- DI MÉO, G.; BULÉON, P. **L’espace social: une lecture géographique des sociétés**. Paris: Armand Colin, 2005.
- FIGUEIREDO, A.C de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Edição Livre, 2010 [1913]. Disponível em: <<http://dicionario-aberto.net/dict.pdf>> Acesso em: março de 2024.

- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999 [1976].
- _____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1976a].
- _____. **Segurança, Território, População**. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GARCIA, G. B. **O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense oitocentista**. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- _____. **Senhores de terras e intrusos: os despejos judiciais na Campanha Rio-Grandense oitocentista (Alegrete, 1830-1880)**. In: MOTTA, M; ZARTH, P.A. (Org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. (Coleção História Social do Campesinato v. 1). São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 43-62.
- GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**. v. 2, n. 3, p. 523-525, 2012 [1975].
- GRAMSCI, A. Caderno 13 (1932-1934) - Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre Estado a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3. p. 12-109.
- _____. Caderno 25 (1934) - Às margens da história (História dos grupos sociais subalternos). In: **Cadernos do Cárcere. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália**. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 131-145.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. **Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *et al.* O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**. v. 14, n. 28, p. Niterói, 2012. p. 9-39.
- LANDER, E. Ciencias Sociales: saber coloniales y eurocéntricos. In: LANDER, E. (org.). **La colonialidade del saber: eurocentrismo e ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 11-40.
- LOPES NETO, J. S. **Contos Gauchescos**. Porto Alegre: Globo, 1976.
- MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- MASSEY, D. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- MIGNOLO, W. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 25-46.
- MORAES, A. C. R. Ocidentalismo e história da geografia brasileira. In: LEMOS, A. I. G.; GALVANI, E. (Org.). **Geografia, tradições e perspectivas: a presença de Pierre Monbeig**. São Paulo: Clacso/Expressão Popular, 2009.

_____. **Território na geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

NUNES, Z. C.; NUNES, R. C. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2010.

OSÓRIO, H. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande no período colonial. *In*: MOTTA, M; ZARTH, P. A. (Org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. (Coleção História Social do Campesinato v. 1). São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 43-62.

_____. Pastores e Lavradores do Rio Grande do Sul, séculos XVIII e XIX. *In*: WAQUIL, P. D. [et al]. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p.15-40.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2003. p. 1-11.

_____. A reinvenção dos territórios. A experiência latino-americana e caribenha. *In*: CECENÑA, A. E. (org.) **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 151-197.

PORTO-GONÇALVES, C.W.; ALENTEJANO, P. R. R. A reconfiguração da questão agrária e a questão das territorialidades. **Revista Agência Latino Americana de Informação**. 2011. Disponível em: < <http://www.alainet.org/es/node/150963>>. Acesso em: Marc. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade del poder, eurocentrismo e America Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo e ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

_____. Colonialidad del poder y clasificación social. *In*: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (org.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 93-126.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993[1980].

_____. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. *In*: DUPUY, G. (Dir.) **Réseaux Territoriaux**. Caen: Paradigme, 1988. p. 263-279.

SÁ BRITO, A. N. **Entre o corredor e estância: dinâmicas sociais e produtivas na APA do Rio Ibirapuitã**. 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2008.

PESCADORES E PESCADOS CONECTANDO QUESTÕES AGRÁRIAS, URBANAS E AMBIENTAIS

Eduardo Schiavone Cardoso

Doi: 10.48209/978-65-5417-576-9

INTRODUÇÃO

Duas motivações me levaram a aceitar o desafio de escrever esse capítulo, sobre pescadores e pescado, em uma publicação relacionada aos estudos agrários e rurais, comemorando os sessenta anos dos Cursos de Geografia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

A primeira é a oportunidade de apresentar a abordagem e os questionamentos que tenho trabalhado, sob o prisma do conhecimento geográfico, para o entendimento da produção do pescado, através da pesca e da aquicultura, e dos sujeitos sociais que a realiza, apresentando suas relações com as dimensões econômicas, políticas, naturais e culturais, componentes indissociáveis do espaço geográfico. A segunda motivação é a oportunidade de remontar ao tratamento desta temática, do ponto de vista particular, e os caminhos que culminaram para compartilhá-la, por mais de um terço dos sessenta anos da Geografia - UFSM, a partir do meu ingresso na instituição em 2003³⁸.

Os objetivos e a estrutura do texto remontam a estas duas motivações. Assim, a próxima seção descreve alguns fatos da minha trajetória de formação e da construção do interesse pelo setor pesqueiro, seguida pelos trabalhos desenvolvidos a partir do ingresso na UFSM e finaliza com apontamentos que, acredito, possam contribuir para o avanço dos estudos da questão.

ANTECEDENTES E A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE AÇÃO

A primeira lembrança do mar e da praia reporta a uma localidade chamada Agenor de Campos, no município de Mongaguá – SP. As praias largas e quilométricas, os pequenos riachos descendo da serra e suas barras desaguando no mar, a Mata Atlântica nos contrafortes da serra, o “Morro Redondo”, as costeiras de Itanhaém ao sul com a “Cama do Anchieta”, ao norte a “Vila Belmiro” em Santos, povoando a imaginação dos lances e gols lá acontecidos, narrados pelas rádios. Esta era a parcela do litoral paulista que tinha oportunidade de visitar de forma esporádica. Um espaço urbanizado, com algumas casas de veraneios fechadas, entremeadas das residências dos moradores e suas casas abertas o ano todo. No bairro um pequeno comércio, um entreposto bananeiro, pescadores e as canoas de pesca, lançadas ao mar com ajuda de carretas de mão ou rolos de madeira, puxadas de rede de praia, a proximidade com as terras indígenas guaranis, que circulavam com sua produção, vendida nas margens das vias de circulação,

³⁸ Foco a escrita nos trabalhos desenvolvidos sobre a produção do pescado, ainda que a atuação na UFSM envolva disciplinas e orientações em outros campos da Ciência Geográfica, incluindo MDTs orientadas em temas convergentes às questões agrárias. Deixo as discussões referentes sobre tais questões, entretanto, para os colegas que compartilham a presente coletânea.

Outras cenas e parcelas do litoral paulista foram se somando. Ao norte de Santos, a paisagem litorânea se transforma e as dinâmicas um pouco mais recentes de expropriação das comunidades caiçaras se desencadearam de forma acelerada, forjadas por instrumentos “repaginados” de violência. No litoral sul fluminense as mesmas dinâmicas, com a abertura da rodovia Rio–Santos, trecho da BR 101³⁹. Conheci algumas destas localidades e comunidades, reforçando a admiração pela vida entre o mar e a terra, bem como a indignação frente ao que via. Cogitei estudar Oceanografia ou Biologia, porém a primeira envolvia mudança para cidades que ofertavam esta graduação na época - Rio de Janeiro ou Rio Grande. Sendo paulistano, quinto filho, desde muito cedo órfão de pai, isso era uma opção impraticável. Frente à segunda opção, eu queria estudar a pesca e não necessariamente os peixes. Um amigo formado em Geografia me apontou as possibilidades desse campo do conhecimento e, no início de 1986, comemoramos minha aprovação no vestibular da Universidade de São Paulo - USP.

Com a temática da atividade pesqueira no horizonte, iniciei os estudos de Geografia somando o contato da riqueza dessa ciência aos objetivos iniciais e aos milhares de outros, que foram se configurando. O conhecimento do mundo foi se ampliando e algumas das atividades que desenvolvi culminaram com a delimitação de um tema de estudo e ação. Disciplinas, trabalhos acadêmicos, estágios, caminharam para minha formatura e inserção profissional como bacharel e licenciado⁴⁰. No ano de 1992 ingressei na pós-graduação em Geografia da USP. A essa altura com alguma experiência profissional no trabalho com comunidades pesqueiras, a partir do “Projeto Cultural São Sebastião Tem Alma” – PCSSTA, uma organização civil sediada no município de São Sebastião – SP⁴¹.

A elaboração da dissertação de mestrado sobre comunidades de ilhéus de duas ilhas do Litoral Norte Paulista – Ilha da Vitória e Ilha do Monte de Trigo, representou um primeiro trabalho sistematizado sobre o tema da pesca e dos pescadores. Antes dele, alguns artigos publicados no Boletim Paulista de Geografia, da Seção São Paulo, da Associação de Geógrafos Brasileiros - AGB, além da participação em eventos acadêmicos me inseriram no universo da divulgação científica. Tecendo algumas

³⁹ Não retomarei esta história, bastando apenas o título de um livro publicado pela jornalista Priscila Siqueira em 1984 – “O genocídio dos caiçaras”, assim como o documentário “Vento Contra” – 1981, realizado por Adriana Matoso, reportando a luta dos moradores de Trindade – praia situada no limite sul do litoral do Rio de Janeiro, para se aproximar da truculência do processo.

⁴⁰ Com uma única entrada era possível concluir as modalidades de licenciatura e bacharelado em Geografia. Finalizei o bacharelado em 1989. As disciplinas para habilitação em licenciatura eram exatamente as mesmas do bacharelado, somadas às específicas da Pedagogia e Ensino de Geografia. Assim o curso de licenciatura tinha uma carga horária maior que o do bacharelado e concluí em 1991.

⁴¹ O Projeto Cultural São Sebastião Tem Alma foi criado em 1989, e teve como meta a valorização da cultura caiçara e a criação de espaços e estratégias de manutenção e resistência das comunidades. Encontros reunindo representantes das comunidades tradicionais, órgãos públicos, universidades e outros sujeitos sociais, foram frequentes e sua importância é assim definida pelo Prof. Aziz Ab’Saber, no informe final do “VII Encontro dos Povos do Mar e da Mata Atlântica”, realizado em 2002: “A partir de São Sebastião, as populações tradicionais do ‘Brasil Litorâneo’, puderam se reaglutinar e demonstrar seus valores culturais e a sua garra nas lutas contra a exclusão e o desprezo por parte das elites insensíveis do nosso país.” (PCSSTA, 2022, p. 41).

considerações sobre a dissertação, tentei mobilizar conhecimentos da natureza, o tempo histórico, a produção do espaço geográfico, uma inserção constante com as comunidades, a questão jurídica, educacional, ambiental. Deixo ao leitor o convite para buscar as formulações presentes na dissertação, defendida em 1996 e disponível no repositório digital da USP – “Vitóreiros e Monteiros; ilhéus do Litoral Norte Paulista” (Cardoso, 1996).

Figura 1 – As ilhas e comunidades estudadas no mestrado



Fonte: elaboração do autor

Outros trabalhos acadêmicos e não acadêmicos foram realizados. Para os trabalhos acadêmicos, me remeto à leitura de Umberto Eco (1996), quando se refere que somente fazemos o segundo, o terceiro, o centésimo trabalho científico, porque fizemos o primeiro. No meu caso, a dissertação de mestrado, como já mencionado, foi o primeiro trabalho de pesquisa individual que me outorgou um grau acadêmico, tendo em vista que na USP, à época, não havia a monografia de final de curso. A ela sempre retorno, analisando o processo e o resultado do trabalho, assim como quando tenho oportunidade de retomar o contato com os amigos ilhéus.

Ainda na USP e em contextos profissionais distintos, fiz meu doutorado intitulado “Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social” e defendido em 2001. Outras questões se colocam para análise, desta feita conectando uma realidade local – a Ilha Grande, situada no município de Angra dos Reis – RJ, com um amplo leque de situações presentes no Brasil afora, além de aportes da realidade chilena. A questão da territorialidade pesqueira foi trabalhada, intermeada nos espaços fluidos da água e inserida em contextos urbanos, rurais e ambientais distintos. A articulação terra-água ganha centralidade, seja em ilhas do sudeste brasileiro, em metrópoles litorâneas, nas vilas do pantanal, nas cidades ribeirinhas do São Francisco, nos desertos chilenos. A ela se alia uma geopolítica e uma geoeconomia do pescado – cuja produção envolve processos extrativos ou de cultivo, que demanda recursos e territórios, impactando a vida. A decorrência disso é a luta dos pescadores artesanais, como sujeitos sociais e

políticos, afirmando seu conhecimento, sua cultura, seu território, sua existência e resistência (Cardoso, 2001).

Figura 2 – A conexão terra e mar e os desafios dessa articulação: canoas puxadas na areia das praias (Mongaguá – SP) e as embarcações nas estivas construídas em costões rochosos (Ilha da Vitória – SP)



Fonte: fotos do autor

Com o Bacharelado e Licenciatura em Geografia - tendo atuado como professor de ensino fundamental e superior e em trabalhos com comunidades pesqueiras; Mestre e Doutor em Geografia - com pesquisas, publicações e experiências na docência, estava habilitado para pleitear compor os quadros de uma instituição pública de ensino superior.

A TRAJETÓRIA DE CHEGADA E PERMANÊNCIA NA UFSM

Conheci Santa Maria, por motivos particulares, no final de 1992. O primeiro contato com a paisagem da “Serra” e a cidade, ao descer o planalto, após dois dias no Fiat 147 de meus companheiros de viagem. A chegada e hospedagem na Av. Rio Branco. O movimento do verão, as pessoas circulando e se divertindo nos espaços públicos do centro da cidade, o trem ainda levando passageiros, alguns dias na beira do Ibicuí e depois a sequência da viagem, confirmaram as imagens que vislumbrava por leituras e conversas, colocando Santa Maria na lista das muitas cidades agradáveis que tive oportunidade de conhecer.

Algumas destas leituras e conversas que menciono, decorreram do trabalho realizado durante minha formação, através do estágio extracurricular junto ao PPCAUB – USP - Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, coordenado pelo Prof. Antonio Carlos Diegues. Na elaboração do “Inventário de Áreas Úmidas do Brasil”, parte das notas sobre as planícies e banhados interiores do Rio Grande do Sul, ficou sobre minha incumbência. A Profa. Judith Cortesão também orientava o grupo, com seu conhecimento sobre os processos sociais e ambientais das áreas que foram inseridas nesse inventário (Diegues *et al*, 1990, 1994).

Outras leituras e conversas decorreram das atividades e do conhecimento da AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizadas no andar intermediário do Prédio da Geografia e História da USP, onde situa a sede da entidade e também sua biblioteca. Ali, aprendendo e praticando Geografia, conversando com meus colegas, com os professores da USP, dentre eles minha orientadora de mestrado

– Profa. Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta e o orientador do doutorado - Prof. Gil Sodero de Toledo, além de colegas e professores de outras instituições do Brasil. Ali me deparava com os trabalhos, os periódicos, os relatórios da entidade e da memória de sua atuação, como as Atas da XIII Assembleia Ordinária Anual realizada em Santa Maria no ano de 1958 e o relatório “A região de São Gabriel”, produzido por ocasião do encontro dos geógrafos na cidade, antes da fundação da UFSM⁴².

Dez anos depois de conhecer o centro da cidade de Santa Maria, entrei pela primeira vez no Campus Sede da UFSM em Camobi. Alguns meses após, tomava posse como Professor Adjunto do Departamento de Geociências. O meu ingresso na UFSM se deu quando iniciaram as atividades do Mestrado Acadêmico em Geografia (que previa a ocorrência dos Seminários de Mestrado, realizados inicialmente sob minha coordenação) e entrou em vigor o novo Projeto Curricular dos Cursos de Geografia – Licenciatura e Bacharelado (quando foi inserida a obrigatoriedade do estágio supervisionado curricular). A partir daí, um conjunto contínuo de atividades foram realizadas, inerentes à profissão de professor universitário, das quais elencarei aquelas referentes ao objeto deste artigo.

Se em um primeiro momento pode haver o estranhamento, ao relacionar a atividade da produção do pescado com Santa Maria, o conhecimento da temática em suas bases empíricas e teóricas, vai superando tal concepção e desvelando suas conexões. Assim a questão foi sendo posta, com parcimônia, junto às atividades de ensino, pesquisa e extensão, refletindo em disciplinas, artigos publicados, relatórios de projetos, orientações de iniciação científica, trabalhos de conclusão de cursos de graduação, mestrado e doutorado, participação e organização de eventos, estabelecimento de parcerias, ações juntas e com as escolas e os sujeitos sociais.

Desde então, mais de trinta discentes dos Cursos de Graduação e Pós-graduação de Geografia da UFSM se envolveram diretamente com a temática da produção do pescado, através da pesca extrativa ou da aquicultura, em seus trabalhos de iniciação científica, ensino, extensão, participação em eventos, ou conclusão de etapas de sua formação (TCCs, Dissertação ou Tese), conforme Figuras 1 e 2. As publicações em livros e periódicos, derivadas desses estudos, constam nas referências bibliográficas.

Figura 1 – Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação e de Pós-graduação orientados – UFSM - 2005 – 2025

Modalidade e Data	Localidade	Autores
Trabalho de Conclusão de Curso – 2005	Roque Gonzales	Vivian Michele Bergmann Berwaldt
Trabalho de Conclusão de Curso –	Pirapó	Karine Rambo Rauber

⁴² Como docente da UFSM, coordenei Projetos FIPE e PROBIC que sistematizaram as publicações sobre o Rio Grande do Sul nos veículos de difusão da AGB das décadas de 1940, 1950 e 1960. Juntamente com o Prof. César De David organizamos parte do material em um livro publicado pela AGB – Porto Alegre em 2013. Dois outros artigos foram publicados com discentes ligados aos projetos.

2005		
Trabalho de Conclusão de Curso - 2008	Cruzeiro do Sul	Josué Martins
Trabalho de Conclusão de Curso – 2008	Cachoeira do Sul	Mariele Coletto Furlan
Trabalho de Conclusão de Curso – 2013	Rio Taquari	Caroline Maria Cadore Borges
Trabalho de Conclusão de Curso - 2014	Rio Uruguai	Daniel de Souza Santos
Trabalho de Conclusão de Curso – 2014	Salto de Jacuí	Jonas Gomes Machado
Dissertação de Mestrado - 2015	Rio Vacacaí	Tiago Rossi de Moraes
Trabalho de Conclusão de Curso – 2019	Derrubadas	Uelson Pereira Martins
Trabalho de Conclusão de Curso – 2019	Cacequi	Matheus Bolzan Sangoi
Tese de Doutorado – 2023	São Francisco do Sul	Daniela Feyh Wagner
Trabalho de Conclusão de Curso – 2024	Ajuricaba	Gabrieli Tais Drews Robeck

Fonte: elaboração do autor

Figura 2 – Trabalhos de Iniciação Científica – Ensino, Pesquisa e Extensão - Departamento de Geociências – UFSM - 2005 - 2025

Modalidade e Data	Título	Discentes envolvidos
FIPE – 2005	Os circuitos do pescado em Santa Maria	Veridiana Neu, Maurício Scherer, Igor Correia Pereira, Fabíula da Silva
FIPE -2006	A atividade pesqueira em Cachoeira do Sul	Samir Bitencourt Kemel

FIPE – 2007	Análise e mapeamento da aquicultura no município de Santa Maria - RS.	Hilda M. Rocha, Mariele C. Furlan
FIEX – 2007 e 2008	Sistematização de informações sobre a produção da piscicultura em Santa Maria, como subsídios ao planejamento e à tomada de decisões	Mariele C. Furlan, Hilda M. Rocha
Prolicen – 2008	As atividades pesqueiras no ensino fundamental: análise de materiais didáticos e da percepção dos alunos	Cibele P. Liberalesso, Daniel B. Alves, Joel Rabaiolli
FIPE -2008	Caracterização e mapeamento da pesca e da aquicultura nos municípios de Agudo e Dona Francisca	Gerson J. Schirmer
PROBIC – 2009	Pesca e atividades complementares em águas interiores do Rio Grande do Sul	Samir B. Kemel, Josué Martins, Mariele C. Furlan, Graciéla M. Garcez
FIPE – 2011	Os circuitos econômicos do pescado em Santa Maria - uma primeira atualização	Carmen L. C. Leal, Jéssica M. Costa
FIEX – 2011	Sistematização de informações sobre a produção da piscicultura em Santa Maria, como subsídios ao planejamento e à tomada de decisões	Carmen L. C. Leal, Jéssica M. Costa
PIBIC – 2012	Pesca Artesanal e	Aline B. Bianchi

	território em Torres	
PROBIC – 2013	Pesca no Rio Taquari	Caroline M. C. Borges, Laiane B. Garcia
Prolicen 2013	Geografia , Pesca e Aquicultura – sistematização do acervo	Jonas G. Machado
Rede Geografia(s) da pesca - 2023	A atividade pesqueira em São Francisco de Assis	Vitória M. Contessa
Rede Geografia(s) da pesca - 2023	Sujeitos sociais na pesca e aquicultura	Diulha P. Lottermann, Thaimon S. Socolovski

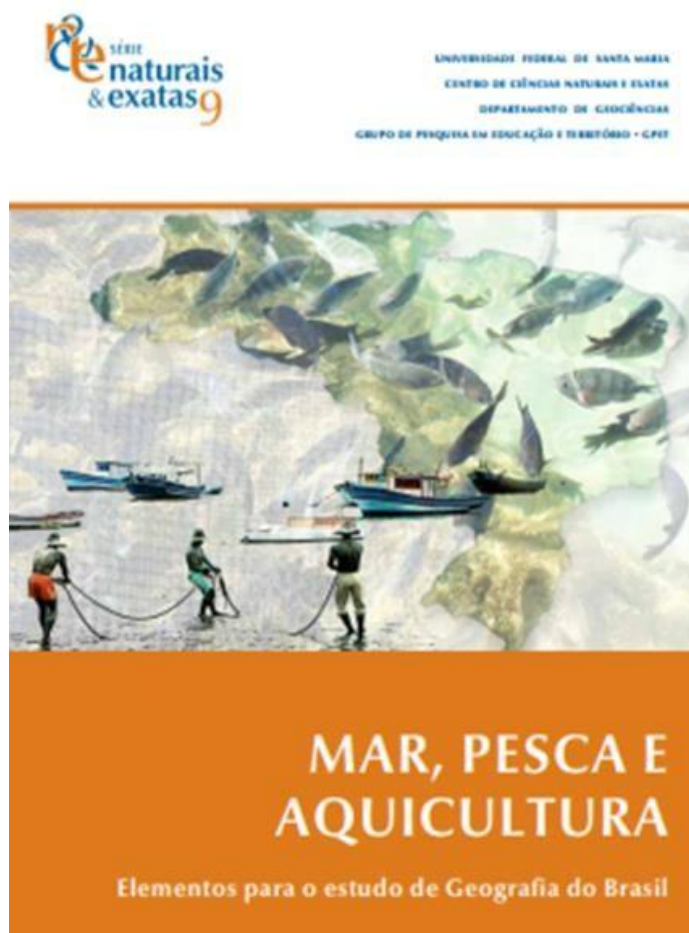
Fonte: elaboração do autor

A aprovação e oferta de uma Disciplina Complementar de Graduação – modalidade presente nos Cursos de Geografia da UFSM na reforma curricular de 2003, intitulada “Geografia e a questão pesqueira” passou a ocorrer desde 2006. Posteriormente foi reformulada e a partir de 2013 passou a intitular-se “Geografia, pesca e aquicultura”. Tal disciplina possibilitou a inserção de mais de uma centena e meia de discentes na temática, refletindo sobre os campos de atuação do geógrafo relativo às questões trabalhadas, bem como as questões do ensino de geografia e a invisibilidade desse setor produtivo no rol dos currículos escolares.

Um caderno didático, com a finalidade de subsidiar as discussões sobre tais temáticas, foi produzido e publicado em 2012 através da Série Naturais & Exatas n. 9 do Centro de Ciências Naturais e Exatas – CCNE da UFSM. Intitulado “Mar, pesca e aquicultura: subsídios para o estudo de Geografia do Brasil” (Figura 3) ⁴³.

⁴³ A ideia de sistematizar o conhecimento sobre a atividade pesqueira, o mar, o litoral, a aquicultura e assuntos correlatos, em um material didático para o Ensino de Geografia, nasce no final da década de 1980 quando trabalhei na educação básica, compartilhando com o Prof. Raul Borges Guimarães e outros colegas e amigos professores as práticas, metodologias, discussões teóricas e produção de materiais didáticos.

Figura 3 – Capa do Caderno Didático



Fonte: foto do autor

Em termos da formação na Pós-graduação, a articulação dos pesquisadores da Rede de Geografia(s) da Pesca⁴⁴ – com ancoragem na Fundação Universidade de Rio Grande - FURG e participação de diversas instituições, proporcionou a oferta da Disciplina “Geografia e Pesca Artesanal” nos anos de 2021 e 2023. Esta disciplina foi ofertada em rede, de forma pioneira, pelos Programas de Pós-graduação em Geografia da FURG, Universidade Federal do Pará - UFPA, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Universidade Federal da Bahia - UFBA e UFSM.

Os destaques que apresentei nessa seção, permitem ao leitor a aproximação com uma parte da produção desenvolvida na UFSM, que subsidiará as considerações presentes na próxima seção deste texto. Como informações ainda a serem destacadas, acrescento o estabelecimento da Linha de Pesquisa

⁴⁴As informações da Rede de Geografia(s) da Pesca podem ser obtidas no site da Fundação Universidade de Rio Grande em: <https://geografiasdapescas.furg.br>

– Geografia, Pesca e Aquicultura, como um dos três eixos temáticos de atuação do “GEGTA – Grupo de Estudos: Geografia, Trabalho, Ambiente”, criado em 2015 e que lidero ⁴⁵.

Figura 4 – Logotipo do GEGTA



Fonte: foto do autor

É importante ainda mencionar a realização do Estágio de Pós-doutorado, supervisionado pelo Prof. Antonio Thomaz Júnior entre agosto de 2009 e julho de 2010, na Faculdade de Ciência e Tecnologia – FCT, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Presidente Prudente. Com o projeto de retomar o estudo dos pescadores e ilhéus caiçaras, o estágio de pós-doutorado possibilitou inserir estes sujeitos no contexto dos aportes teóricos e metodológicos da Geografia do Trabalho, além da participação do pesquisador nas atividades do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - CEGeT da UNESP e da Rede CEGeT de Pesquisadores - RCP⁴⁶. Finalmente, cabe destacar que a reflexão e a produção individual sobre a temática prosseguiram, e prosseguem, desde 2003, de modo que mais de vinte trabalhos foram sistematizados e publicados como artigos em periódicos e capítulos de livros, nacionais e internacionais.

APONTAMENTOS PARA PENSAR O PESCADO EM SANTA MARIA E SEUS REBATIMENTOS NA GEOGRAFIA DO CAMPO, DA CIDADE E DO AMBIENTE

Após a trajetória descrita, chega o momento de refletir sobre o estudo dos pescadores e da produção do pescado e suas especificidades para o caso de Santa Maria e das águas continentais do Rio Grande do Sul.

⁴⁵ GEGTA – Grupo de Estudos: Geografia, Trabalho, Ambiente, cadastrado no CNPq, agrega suas atividades e pesquisas em três linhas: Geografia e educação; Geografia, pesca e aquicultura; Organização espacial e dinâmicas socioeconômicas.

⁴⁶ As informações referentes ao CEGeT e à RCP podem ser obtidas em: <https://ceget.fct.unesp.br>

A análise da produção do pescado parte de uma dupla caracterização geral. A primeira refere-se à forma de produção: extrativa ou através da aquicultura. A segunda reporta ao pescado produzido – oriundo de águas marinhas, ou continentais. No caso gaúcho, tem destaque o pescado oriundo das lagoas e lagoas litorâneas, dada à importância destes ambientes no estado. Outra importante definição para a análise da produção do pescado, remonta às modalidades e agentes produtivos envolvidos. Em um nível mais amplo diferenciam-se os pescadores artesanais, a pesca industrial, os produtores da aquicultura familiar e as empresas aquícolas.

As ordens de grandeza da produção gaúcha apontam para o predomínio da pesca marinha e lagunar, juntamente com a piscicultura continental como a origem de maior parte do pescado produzido. Referente às modalidades de trabalho no setor, os pescadores do Rio Grande do Sul, cadastrados no Registro Geral da Pesca - RGP em 2012, totalizavam 18.168 trabalhadores, dos quais 17.615 atuavam na pesca artesanal e 553 na pesca industrial. Para a produção da aquicultura, o Censo Agropecuário de 2017 apontou a existência de 769 estabelecimentos que desenvolviam esta atividade no Rio Grande do Sul (MPA, 2012; SIDRA-IBGE, 2025) ⁴⁷.

É especialmente com os setores da produção do pescado em águas continentais, tanto através da pesca extrativa, quanto a partir da piscicultura, que se concentram os trabalhos desenvolvidos e orientados junto aos discentes dos cursos de Geografia da UFSM. Em alguns casos os interesses são despertados pelo convívio com familiares que exercem estas atividades de produção do pescado de forma principal, ou como complemento de renda nas propriedades rurais – no caso da piscicultura. Em outros casos, o interesse advém da questão da água e a importância social e ambiental, remontando às comunidades pesqueiras e os conflitos e resistências frente aos processos de expropriação e degradação de seus espaços de vida e trabalho ⁴⁸.

Com relação à pesca extrativa nos rios do estado, o conjunto dos trabalhos orientados abarcou centenas de pescadores nos municípios de Roque Gonzales, Pirapó, Cachoeira do Sul, Cruzeiro de Sul, Agudo, Dona Francisca, Rio Pardo, Manuel Viana, Arroio do Meio, Roca Sales, Encantado, Salto do Jacuí, São Gabriel, Santa Maria, Restinga Seca e São Francisco de Assis. Esses pescadores trabalham na pesca continental dos rios da Bacia do Jacuí, especialmente os rios Taquari, Vacacaí e Jacuí e da Bacia do Rio Uruguai e seu afluente Ibicuí, além de represas e açudes, exercendo uma pesca de pequena escala e com finalidade comercial (Figura 5).

⁴⁷ As fontes de informações oficiais da produção da pesca e aquicultura são dispersas e, via de regra, desatualizadas, permitindo se aproximar das ordens de grandeza dos setores estudados. Os dados apresentados situam o contexto geral da produção do pescado gaúcho nas primeiras décadas desse século, onde a aquicultura se expande consideravelmente.

⁴⁸ Os trabalhos relativos aos processos de produção do pescado marinho também apontam estas dimensões. Duas pesquisas orientadas – uma em Torres e outra em São Francisco do Sul – SC, apresentam questionamentos nesse sentido, além de minha produção, como pesquisador, que abrange também a análise da pesca e aquicultura em águas marinhas e litorâneas.

Figura 5 – Aspectos da pesca fluvial: as embarcações de madeira ancoradas no Porto Velho de Cachoeira do Sul e a pesca de pintados com espinhel no Rio Taquari



Fonte: fotos do autor

Alguns dos pescadores são ribeirinhos e realizam a pesca nas proximidades de suas residências, outros residem distantes dos corpos d'água, nas áreas rurais ou urbanas e deslocam-se diariamente para chegar aos pesqueiros. Existem ainda grupos de pescadores que se deslocam por grandes distâncias e montam acampamentos nas beiras de rios e açudes, onde permanecem por uma temporada de pesca.

O pescado é vendido de forma direta ao consumidor final ou para intermediários. Parte dos pescadores possuem estruturas caseiras de armazenamento e refrigeração e realizam a venda para uma clientela já estabelecida, ao passo que parte do pescado acaba atingindo circuitos de comercialização mais longos.

Quanto à produção do pescado através da piscicultura, os trabalhos abarcam produtores dos municípios de Santa Maria, Agudo, Cacequi, Ajuricaba, São Pedro do Sul e Derrubadas. O manejo e os cultivos de peixes e demais organismos aquáticos no Brasil remontam às atividades tradicionais das populações ribeirinhas e litorâneas, às práticas dos produtores rurais e à ação dos órgãos governamentais e ganham destaque a partir do final do século XX. No caso do Rio Grande do Sul o cultivo de carpas, espécies exóticas aos rios brasileiros, é associado à imigração de origem germânica, sendo favorecido pela tolerância dos peixes às baixas temperaturas e delegando ao estado o título de maior produtor da piscicultura nacional destas espécies.

Além das carpas, os produtores trabalham, em menor escala, com peixes nativos – jundiá e pacu, além do cultivo de tilápias – espécie exótica que se expande como carro-chefe da piscicultura no Brasil e parte do mundo. A produção se realiza nas propriedades de tamanhos diversos, em tanques escavados (Figura 6) ou açudes, por vezes consorciado com os represamentos para a irrigação do arroz e se utiliza de formas e técnicas de produção mais, ou menos, intensivas. O uso de ração depende das espécies produzidas e dos sistemas de manejo empregados.

Figura 6 – A despesca para comercialização do pescado em tanques escavados no interior de Santa Maria



Fonte: fotos do autor

Poucos produtores trabalham exclusivamente com a piscicultura em suas propriedades, podendo haver algum nível de especialização, como a produção de alevinos. Em geral, a piscicultura é uma das atividades que se desenvolvem na economia familiar associada às atividades agropecuárias, ou voltadas ao turismo e recreação no caso dos balneários locais. A produção atende principalmente ao mercado próximo e pode ser destinada para processamento, nos casos dos maiores produtores.

Se a produção extrativa ou cultivada do pescado se realiza na água, a maior parte do consumo se faz em terra, assim como as demais etapas dos processos produtivos: beneficiamento, embalagem, transporte, venda, preparo e mesmo descarte e acondicionamento dos resíduos. Trata-se do encadeamento das ações e sujeitos que viabilizam a circulação da produção e articulam os espaços da geografia econômica do pescado. Nesses termos concentra-se outro foco de interesse dos trabalhos realizados, empregando os conceitos de cadeias produtivas e circuitos espaciais de produção que se realizam no espaço geográfico de Santa Maria.

Partindo da oferta presente nos estabelecimentos do comércio varejista da cidade, foram identificados os produtos e os caminhos que percorreram até as gôndolas e freezers dos mercados. Paralelamente foi realizada uma caracterização sumária dos estabelecimentos que comercializam o pescado, identificando pequenos mercados isolados, mercados articulados em redes locais, grupos comerciais de alcance regional, nacional e transnacional, além das peixarias. Realizados em dois momentos, meados da década de 2000 e de 2010, os levantamentos permitiram apontar algumas transformações e tendências ligadas ao consumo e às redes comerciais do pescado na cidade (Figura 7).

Figura 7 – Pescado filetado e embalado em caixetas (2005) e o filé preparado para congelamento individual conforme se apresenta em 2025



Fonte: fotos do autor

Para além das estruturas e agentes do processo produtivo que fornecem o pescado para o abastecimento de Santa Maria, os trabalhos permitiram identificar os circuitos espaciais de produção que compõem a geografia econômica do pescado que se consome na cidade, nos fixos e fluxos de sua organização espacial. Contrariando uma posição dicotômica, cada tipo da mercadoria pescado articula espaços produtivos em diversas cadeias e circuitos econômicos, mais ou menos longos, e com características operacionais específicas.

Como exemplo de um circuito longo e que se estabeleceu de modo bastante significativo nas últimas duas décadas, encontra-se a oferta de salmão. De alto valor e associado à expansão de estabelecimentos dedicados à culinária oriental na cidade de Santa Maria, grande parte desse pescado é cultivado em águas marinhas frias do Pacífico e importado do Chile. A distribuição percorre caminhos diversos, seja para a oferta de produtos congelados ou frescos, para varejistas ou restaurantes, bem como as próprias estruturas de distribuição das empresas de maior porte.

Numa ponta oposta, em termos de valor unitário e estabelecida no mercado desde longa data, a sardinha, oriunda da pesca extrativa marinha, pode ser encontrada nos mercados sob a forma enlatada ou congelada (inteira ou eviscerada). Outra geografia econômica se expressa para esse pescado, envolvendo capturas nacionais, importação dos países do Atlântico Oriental, as indústrias enlatadoras do sudeste e sul do país e as de beneficiamento e congelamento, em um longo circuito até chegar nas prateleiras dos mercados de Santa Maria, independente do porte ou localização.

No caso da piscicultura e contrapondo aos circuitos produtivos de escala mais ampla, a cidade de Santa Maria e algumas do seu entorno possuem nas Feiras do Peixe a principal forma de comercialização da produção da piscicultura local (Figura 8). Organizadas no período da Páscoa, quando a demanda por pescado amplia-se consideravelmente, representa um evento já consolidado no calendário de feiras das cidades, sendo a produção programada para atender este momento.

Figura 8 – A Feira do Peixe Vivo – em 2008, na Gare de Santa Maria



Fonte: fotos do autor

No caso de Santa Maria, as Feiras do Peixe Vivo já se realizam a mais de trinta anos, organizadas pelos piscicultores com apoio dos poderes públicos e atingiram, em algumas edições, mais de cem toneladas de pescado comercializado. Os pontos de venda se distribuem pela cidade, ofertando o peixe dos cultivos, com a maior concentração de produtores na Gare – localizada no centro da cidade. Trata-se de um circuito curto de produção e comercialização, concentrando localmente as etapas da cadeia produtiva e atendendo uma demanda pontual, que acaba sendo a indutora do processo produtivo.

Ainda com relação aos produtos da aquicultura, especificamente a produção da piscicultura em águas continentais, as primeiras décadas do século XXI trouxeram para o mercado de Santa Maria, os filés de tilápia e panga, congelados individualmente em embalagens de pesos variados. Os primeiros fornecidos por frigoríficos que concentram e beneficiam o pescado nacional, cultivado em tanques escavados ou em tanques redes, por produtores de várias localidades do país, com uma concentração expressiva no oeste do Paraná, ao passo que os segundos oriundos, em grande parte, das exportações vietnamitas.

Finalmente, o pescado extrativo de água doce abastece circuitos curtos de produção e consumo de pequena escala, representado em Santa Maria pelas vendas diretas dos produtores ao consumidor. Em escala regional, alguns fornecedores concentram, beneficiam e distribuem peixes nativos extraídos nas águas continentais do entorno do município.

CONSIDERAÇÕES

Com essa breve apresentação de alguns dos elementos da produção, circulação e consumo do pescado, desvelados a partir dos trabalhos realizados na UFSM, é possível retomar a questão presente no título deste artigo. Os pescadores e a produção do seu pescado, realizada sob a forma extrativa e artesanal, articulam problemáticas e processos, urbanos, agrários e ambientais. Urbanos por ser este o espaço de moradia, ou de conexão entre a terra e a água – para aqueles residentes em cidades ribeirinhas. Também

por ser o espaço de realização do pescado, enquanto mercadoria, no seu circuito produtivo. Agrários por também comportar o espaço de morada e trabalho de alguns desses produtores, consorciando atividades diversas como estratégia de sobrevivência, além de comportar os conflitos do acesso aos corpos hídricos, por vezes cercados pelas propriedades rurais. Ambientais pelo fato da atividade pesqueira ser impactada pela degradação dos recursos hídricos, em suas variantes químicas, físicas e biológicas – estas últimas representadas pelas invasões de espécies exóticas e mesmo nativas nos rios gaúchos ⁴⁹.

Do ponto de vista da produção da piscicultura, as mesmas conexões se estabelecem, com suas especificidades. Embora a produção se realize em grande parte nas áreas rurais, o produtor e os trabalhadores (familiares ou contratados) podem residir nas cidades, para onde se direciona o destino da produção, através das feiras de peixe e do mercado. Em alguns casos a piscicultura se consorcia com a produção agrícola e compartilha o uso da água, dos insumos e dos produtos para a nutrição dos peixes. Para algumas propriedades que realizam a piscicultura em conjunto com as atividades balneárias, moradores das cidades se deslocam para a zona rural em busca das atividades de lazer, rearticulando relações campo e cidade. As questões ambientais também pautam a produção da piscicultura, que na região se desenvolve com base nas espécies exóticas e demandam condições e disponibilidade adequada de terra e água, tendo a produção fortemente impactada pelas questões da estiagem e das enchentes dos últimos anos, com redução e perdas dos estoques de peixes.

Há quase quarenta anos, quando conjuguei meu interesse pela atividade pesqueira com a Geografia, muito pouco se falava da produção do pescado, embora a trajetória de geógrafos clássicos, brasileiros e de outros países tenham desenvolvido trabalhos na temática. Ao iniciar a participação em eventos do campo do conhecimento geográfico, um dilema sempre se apresentava: em que eixo, grupo de trabalho, linha de pesquisa, devo inscrever meu resumo, meu trabalho, meu pôster, ou minha comunicação, sobre as comunidades pesqueiras que vinha estudando.

Por vezes me divertia com isso. Quando presente, optava pelas linhas temáticas ou eixos de Geografia Econômica, que permitiam uma abordagem mais ampla da questão e ao mesmo tempo permitiam tratar das suas especificidades, como um setor extrativo predominantemente animal, mas também vegetal no caso da coleta das algas.

Nesse intervalo de tempo muita coisa se transforma e um campo mais amplo se abre para a discussão da temática da pesca em contextos diversos, relacionados às questões sociais, econômicas, culturais, ambientais, além das lutas das comunidades pesqueiras pelos seus espaços de vida e trabalho e seus territórios. Também nesse intervalo de tempo, a produção da aquicultura se acelera em termos globais e nacionais, trazendo um amplo leque de questões ambientais que acirram a disputa por recursos, água e territórios, além de imprimir uma nova grafia na produção e circulação do pescado mundial.

⁴⁹ É o caso da palombeta, oriunda da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, transposta para a Bacia do Rio Jacuí.

Acompanhei estas mudanças, de forma mais ou menos próxima, trazendo a discussão para meus campos de atuação, especialmente os Cursos de Geografia da Universidade Federal de Santa Maria onde, com orgulho, ingressei em 2003 e permaneço nesse momento em que seus cursos de graduação em Geografia completam 60 anos.

Trago sempre uma dupla problematização, ao falar da ligação da pesca com a Geografia: a) análise geográfica da atividade pesqueira, permite pensar a pesca a partir dos conceitos e instrumentos da Geografia – por exemplo espaço geográfico e território, construídos no entendimento da articulação terra e água (em extensão horizontal, na fluidez e na profundidade da coluna da água); b) de outro lado, o entendimento da atividade pesqueira provoca a Geografia para a revisão de suas análises dicotômicas – por exemplo Geografia Física/Geografia Humana, ambiente/sociedade, campo/cidade e outras.

Tendo isso como mote, aceitei o convite para escrever este texto, agradeço aos colegas organizadores da coletânea e parabeno a todos nós, pela construção dos Cursos de Geografia da UFSM, em seus profícuos sessenta anos de existência.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Caroline Maria Cadore, CARDOSO, Eduardo Schiavone. Pesca e Pescadores no Rio Taquari. **Interface**, n. 6, p. 40 – 48, 2013.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Vitoreiros e monteiros: ilhéus do Litoral Norte Paulista**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Geografia) USP, 1996.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. São Paulo: Tese (Doutorado em Geografia) USP, 2001.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Mar, pesca e aquicultura: elementos para o estudo de Geografia do Brasil**. Santa Maria: UFSM – CCNE, Coleção Naturais e Exatas, n. 9, 2012.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone. Os boletins das seções regionais da AGB de meados do século XX e a geografia do Rio Grande do Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 42, p. 84-93, 2015.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone; RAUBER, Karine Rambo; BERWALDT, Vivian Michele Bergmann. Pescadores do Rio Uruguai: caracterização da atividade pesqueira em Pirapó e Roque Gonzales. **Ciência e Natura**, v. 28, n. 2, p. 43-54, 2006.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone; NEU, Veridiana ; SILVA, Fabíula da ; SCHERER, Maurício de Freitas; PEREIRA, Igor Correia . Os Circuitos Econômicos do Pescado em Santa Maria. **Geografia (Londrina)**, v. 15, p. 81-94, 2008.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone; FURLAN, Mariele Colleto; ROCHA, Hilda Mirian. Oliveira . A piscicultura no município de Santa Maria. **Ciência e Natura**, v. 31, p. 131-140, 2009.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone, FURLAN, Mariele Colleto, MARTINS, Josué, KEMEL, Samir Bitencourt. Pesca e atividades complementares em águas interiores do Rio Grande do Sul. **Anais do 12 EGAL**, Montevideu: EGAL, 2009. Disponível em

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Procesosambientales/Usoderecursos/67.pdf>> Acesso em 20 de outubro de 2024.

CARDOSO, Eduardo Schiavone.; ALTERMANM, Samanta Diuli; , BEZ, Marcelo; DOTTO, Bruna Camila. A produção da Associação dos Geógrafos Brasileiros em meados do século XX e os estudos de geografia do Rio Grande do Sul. **Geografia: Ensino & Pesquisa**, v. 15, p. 217-226, 2011.

CARDOSO, Eduardo Schiavone; LEAL, Carmen Luyara Canabarro; COSTA, Jéssica Medeiros. O mercado e o pescado: uma primeira atualização dos circuitos econômicos e das cadeias produtivas do peixe em Santa Maria - RS. **Ciência e Natura**, v. 35, p. 215-225, 2013.

CARDOSO, Eduardo Schiavone, David, César De (Orgs.). **A geografia do Rio Grande do Sul em meados do século XX: retratos do território e da produção da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Porto Alegre: AGB, 2014.

CARDOSO, Eduardo Schiavone; MACHADO, Denner; SANGOI, Matheus Bolzan. As feiras do peixe na Semana Santa - um estudo de caso na região de Santa Maria - RS. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 2, p. 41-50, 2020.

CONTESSA, Vitória Menezes; CARDOSO, Eduardo Schiavone. A atividade pesqueira em São Francisco de Assis - RS. **Mares - Revista de Geografia e Etnociências**, v. 5, p. 33-40, 2023.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana; CARDOSO, Eduardo Schiavone; OLIVEIRA, Eliana Rita; MOREIRA, André de Castro Cotti; BIAGGI, Enali Maria de; LOPEZ, Gisele Ibetti S; NUNES, Marcia; ROSSI, Maria de Lourdes; OLIVEIRA, Mônica Fleury de; SALES, Renato Rivaben de; RIBEIRO, Sandra Lopes; MALDONADO, Wanda. **Inventário de Áreas Úmidas do Brasil**, São Paulo, PPCAUB-USP, 1990.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana; CARDOSO, Eduardo Schiavone; OLIVEIRA, Eliana Rita; MOREIRA, André de Castro Cotti; BIAGGI, Enali Maria de; LOPEZ, Gisele Ibetti S; NUNES, Marcia; ROSSI, Maria de Lourdes; OLIVEIRA, Mônica Fleury de; SALES, Renato Rivaben de; RIBEIRO, Sandra Lopes; MALDONADO, Wanda. **An Inventory of Brazilian Wetlands**. Gland: UICN, 1994.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Editora Perspectiva, 13ª ed., 1996.

FURLAN, Mariele Coletto; CARDOSO, Eduardo Schiavone. Uso e Ocupação de Áreas Úmidas em trecho do Rio Jacuí – Cachoeira do Sul. In: SILVA, João Márcio Palheta da; SILVA, Christian Nunes da. **Pesca e territorialidades: contribuições para a análise espacial da atividade pesqueira**. Belém: GAPTA/UFPA, p. 175 – 185, 2011.

KEMEL Samir Bitencourt, CARDOSO, Eduardo Schiavone. A atividade pesqueira em Cachoeira do Sul - RS. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 33, p. 253-262, 2008.

LOTTERMANN, Diulha Preste; SOCOLOVSKI, Thaimos da Silva; CARDOSO, Eduardo Schiavone . Sujeitos sociais na pesca e aquicultura. **Mares - Revista de Geografia e Etnociências**, v. 5, p. 21-27, 2023.

MATOSO, Adriana. **Vento Contra: luta e resistência do caiçara trindadeiro**, 1981. Vídeo-documentário disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=4tzltE7FxDo>> Acesso em 27 de julho de 2025.

MPA. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura – Brasil – 2010**. Brasília: MPA, 2012.

MORAES, Tiago Rossi de; CARDOSO, Eduardo Schiavone. A Pesca Artesanal no Rio Vacacaí, RS: as influências da orizicultura irrigada e os potenciais territórios de conflito. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 44, n. 1/2, p. 85 – 100, 2017.

PCSSTA. **Carta do VII Encontro dos Povos do Mar e da Mata Atlântica**. São Sebastião: PCSSTA, 2002.

SCHIRMER, G. J. ; CARDOSO, Eduardo Schiavone . A piscicultura na dinâmica socioeconômica de Agudo-RS. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 36, p. 23-28, 2011.

SIDRA - IBGE. **Censo agropecuário – 2017**. Disponível em <<https://ibge.gov.br>> .Acesso em 22 de julho de 2025.

SIQUEIRA, Priscila. **O genocídio dos caiçaras**. São Paulo: Massao Ohno – Ismael Guarnelli Editores, 1984,

WAGNER, D. F. ; CARDOSO, Eduardo Schiavone . Homens e mulheres do mar apontamentos sobre a pesca artesanal de São Francisco do Sul - SC. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 1, p. 17-26, 2019.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: A CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO DA UFSM

Carmen Rejane Flores

Doi: 10.48209/978-65-5417-576-A

Esse texto pretende resgatar a importância histórica da Educação do Campo no Brasil e Rio Grande do Sul, a partir da contribuição da Geografia, em especial do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET) da Universidade Federal de Santa Maria. Em um primeiro momento serão apresentadas reflexões sobre a luta pela terra e seus antecedentes e a Educação do Campo e como esses temas foram e são tratados nas diversas instâncias institucionais desde as realizações das primeiras Conferências Nacionais de Educação do Campo, promovidas por diversas instituições de Ensino Superior e pelos movimentos sociais de luta pela terra, com destaque ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que culminaram na aprovação das Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo e na criação de políticas públicas, com destaque aos Cursos de Formação de Professores e de Cursos de Licenciatura em Educação do Campo. Em um segundo momento o texto pretende apontar a importância e trajetória do Grupo de Pesquisa em Educação e Território, do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria, no processo de construção da Educação do Campo, no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão, com participação ativa com os movimentos sociais e agentes públicos relacionados à educação do campo.

O MOVIMENTO PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO

O campo brasileiro é um espaço onde historicamente, são observadas desigualdades acentuadas pela territorialização do capital e monopolização do território, e que relegam o agricultor familiar, sem terra, com pouca terra e aos povos indígenas e quilombolas, à condições que acabam por interferir na reprodução social desses sujeitos. A ação hegemônica nos territórios é desigual, à medida que privilegia aos que detém capital e por isso mais acesso à tecnologia, proporcionada pelo processo de modernização da agricultura. Este processo, intensificado nas décadas de 1960 a 1980, foi financiado pelo Estado e gerou em grande medida, a exclusão dos povos tradicionais do campo, destruindo em parte, seus saberes, sua história e identidade.

Neste contexto, os agricultores sem terra e com pouca terra, organizados em movimentos sociais contra hegemônicos, com destaque no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1985, lutam pela conquista da terra. Na medida em que os Sem Terra conquistaram suas terras, através das políticas de Reforma Agrária, perceberam que além da terra, também era importante conquistar a autonomia e os saberes sociais importantes para sua reprodução social e produtiva.

A ideia de uma educação voltada à realidade dos sujeitos do campo é o resultado da luta pela terra, protagonizada no Brasil, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa construção teve suas raízes desde a fundação do MST, em 1985, e veio se desenvolvendo ao longo do

tempo, na conquista pela terra, a partir da implantação de sucessivos Programas de Assentamentos de Reforma Agrária no estado do Rio Grande do Sul e do Brasil. Este reconhecimento é resultado de importantes lutas, construídas por diversos movimentos sociais do campo que reivindicam uma educação de qualidade voltada ao espaço de vida e produção, que atenda suas especificidades e diferenças.

A educação é um dos setores mais importantes, uma das prioridades para o MST. Sobre o tempo de luta pela terra, quando milhares de famílias de Sem Terra estavam acampadas como forma de pressão para conseguirem a sonhada reforma agrária, a construção da educação foi fundamentada na teoria de Paulo Freire. Sobre isso, Isabela Camini (2006, p. 33), afirma que os integrantes do Movimento, pensavam a educação no acampamento como uma fase que depois da conquista da terra, deve ter continuidade, a luta não para aí,

No acampamento, iniciamos o sonho, começamos a experiência que nos leva à outra escola, já lá no assentamento – a Escola do Campo. Evidentemente, uma escola com outras condições, desde o aspecto físico até o Projeto Político e Pedagógico.

Depois de conquistada a terra, das famílias assentadas em seus lotes e a produção iniciada, o trabalho fazendo a terra produzir o alimento, fruto do sonho e da luta, segue o sonho por uma educação libertadora. A luta passa a ser também para uma escola do campo para os filhos dos assentados.

A escola do campo é o espaço/lugar onde se produzem ações e dinâmicas que, na maior parte das vezes, se distanciam da realidade dos sujeitos do campo, que ali vivem, produzem e se reproduzem socialmente. Este desencontro entre a escola desejada pela comunidade a escola real, movimentou diversas ações e políticas públicas, que historicamente desenvolveram a valorização de práticas e ambiências mais ligadas às urbanidades, relegando o campo e seus sujeitos a um plano marginal, que demonstra a falta de protagonismo.

Os movimentos sociais promoveram um rico debate e ações sobre a temática da educação do campo, que contaram com a participação dos movimentos sociais e de diversas Instituições de Ensino Superior, além de Entidades e Instituições a ela relacionada e, como resultado, surgiram políticas públicas que merecem ser citadas: uma delas, são as Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo e outra, os cursos de Licenciatura em Educação do Campo, na modalidade à distância e na modalidade da Pedagogia da Alternância, para formar educadores das diversas áreas para atuar nas escolas do campo

Essas políticas foram e são importantes, no entanto, a realidade nas escolas do campo segue sendo distante da de seus sujeitos, conforme afirma Silva, *et al* (2020).

A ideia de que a formação de educadores poderia contribuir para melhoria dessa realidade, foi comentada por Flores Wizniewsky (2010, p. 27), ao afirmar que,

Percebe-se, entre os educadores, a necessidade de mudança, que pode vir de uma melhor formação acadêmica inicial e permanente, possibilitando a compreensão do lugar onde as escolas do campo estão inseridas. Tais preocupações, manifestadas por profissionais em educação, nos conduzem a uma reflexão crítica acerca do papel das instituições, como Secretarias de Educação e Universidades, no que se refere a formação inicial e permanente de professores que atuam no espaço rural.

É imprescindível compreender como se deu o processo de construção da educação do campo desde as bases da legislação nacional de educação das políticas públicas relacionadas.

O ESPAÇO E TEMPO DAS ESCOLAS DO CAMPO

Segundo o pensamento de Santos (1997), sobre os sistemas de objetos de ações, pode-se afirmar que a educação do campo é reflexo dos processos históricos influenciados por transformações espaciais, onde os sistemas de objetos e ações integram em função da técnica, movida pelo capital. Sendo assim, a resposta dessas transformações, nos leva a compreensão da realidade a partir de processos históricos da educação do campo, e das análises das legislações e políticas, norteadoras da educação brasileira, desvelando ações de segmentos sociais econômicos hegemônicos em nosso país.

Neste sentido, é importante frisar que o sistema educacional brasileiro não havia demonstrado, até finais dos anos 1990, preocupação em fomentar políticas educacionais eficientes, que viessem a atender as necessidades dos povos do campo. Não obstante, a escola brasileira se desenvolveu, como base teórica e metodológica, uma práxis urbanizante. Para Calazans (1993), os princípios norteadores desses processos educacionais estavam aliados com o capital, mais precisamente na ideologia de mercado, que orientou entre outras coisas, a criação de cursos profissionalizantes de formação técnica, cujo objetivo principal era atender das demandas do processo de industrialização em curso.

Neste sentido, Gritti (2003), comenta que na vigência do Estado Novo, as políticas econômicas enfatizavam os modelos de desenvolvimento urbano industrial e a modernização da agricultura, acarretando uma intensificação do êxodo rural e da concentração agrária. Assim, com a promulgação da Constituição de 1946, o Brasil passou a reconhecer os direitos sociais com destaque na regulamentação da educação pública centralizada que se consolidou no período de urbanização e industrialização. E como reflexo desse processo surge uma escola rural com características homogeneizadoras, pensada para os sujeitos do espaço rural, mas não construída por eles. Sobre isso, é importante frisar que esta é uma escola que se localiza no campo, mas não pertence a ele, à medida que seus sujeitos não a forjaram como espaço de vivência. Para Caldart (2000), trata-se da escola **no** campo e não **do** campo.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi a de Nº 4.024/61, que resultou de um longo processo de enfrentamento entre forças políticas e econômicas. Com a queda da política liberal e o retorno de Getúlio Vargas, o modelo nacional desenvolvimentista industrial se consolidou, sendo mais tarde, apoiado pela internacionalização da economia do governo de Juscelino Kubitschek, que evidenciou um caráter fortemente elitista, à medida que mostrou o descompromisso do Estado, no que diz respeito às populações rurais, distantes dos centros urbanos. Isto se explica pelo processo de modernização da produção, que passou a expulsar o homem do campo, gerando um confronto entre os interesses sociais e os econômicos. O Golpe Militar de 1964 proporcionou a vitória ao “grande capital” sobre as

organizações populares, consolidou o sistema capitalista no país, integrado ao capital internacional (Gritti, 2003).

A Lei Nº 5.692/71 prosseguiu com um caráter discriminador em relação às políticas públicas educacionais para as populações rurais. Os professores rurais eram os menos habilitados, e não recebiam qualificação adequada para trabalhar com as comunidades locais. Outro aspecto importante é que os currículos de ensino de 1º e 2º graus, na época, elencavam uma série de disciplinas que compunham um núcleo comum, sendo que a parte diversificada visava atender às particularidades locais. Dos conteúdos que compunham a parte diversificada visava atender às particularidades locais. Dos conteúdos que compunham um núcleo comum, sendo que a parte diversificada, somente dois eram relacionados ao meio rural, e ainda não contemplavam os interesses dos agricultores familiares e sim, dos grandes proprietários (GRITTI, 2003).

Essa Lei se caracterizava pela racionalidade, ligada aos processos produtivos, em que se destacam a eficiência da produtividade, inerentes ao período de modernização da sociedade brasileira, enaltecendo a sociedade industrial e desqualificando o homem rural. A Lei, portanto, exclui as comunidades rurais, sem levar em conta características produtivas, cultura, assim como as particularidades do lugar e de seus sujeitos.

Na década de 1980, o modelo de industrialização se mostrou superado, e a assimilação de novas tecnologias reduziu os custos de produção, aumentando a eficiência e, em muitos casos, dispensando mão de obra. A Lei nº 7.044/82 esclareceu que a qualificação para o trabalho não é responsabilidade do estado no que se refere à Educação Básica e sim a preparação para o trabalho. Da mesma forma que as Leis anteriores não tratam de forma particular as comunidades escolares rurais, tampouco, no que se refere à formação de professores, como nos currículos de educação básica.

Com o fim da Ditadura Militar, em 1985, o governo civil, eleito pelo congresso, promulgou a Constituição de 1988. As transformações advindas daí afetaram a realidade brasileira. As medidas econômicas paliativas não modificaram os elevados índices de desigualdade social e agrária, mantendo os agricultores familiares excluídos das políticas públicas, agravando a situação social. Esse projeto interferiu negativamente no sistema educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394/96, tem uma característica muito marcada, que é a transformação de cidadãos em consumidores. Mesmo com a nova legislação tardia, percebeu-se o caráter concentrador e pouco democrático da legislação, uma vez que não resultou da participação popular do campo ou da cidade.

O debate sobre a educação do campo teve como marco, o Encontro Nacional de Educadores de Reforma Agrária, realizado em 1997, em que passou a se pensar que tipo de educação desejavam os sujeitos que vivem nos campos. Essas reflexões partiram do setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Segundo Fernandes (2004, p. 90):

A luta pela terra e a conquista dos assentamentos construíram um território, onde se desenvolvia uma nova realidade, que são os assentamentos rurais. Nesses territórios os sem-terra com seu jeito matuto deram a cismar que construir outra escola é possível. E quando quase todos diziam que isso era impossível, eles teimam em fazer, como que obstinados do mesmo modo que resolveram entrar na terra, eles decidiram criar escola da terra, onde se desenvolveria uma educação aberta para o mundo, desde o campo.

Segundo o mesmo autor, essa nova realidade era percebida nas universidades, nos centros de pesquisa, à medida que entendiam as novas necessidades do campo brasileiro. Essa perspectiva de ver o campo com um espaço original e não produzido pela cidade, valorizando suas especificidades, compreendendo sua cultura e seus saberes, ficou registrada na Conferência Nacional por uma Educação Básica das Escolas do Campo. Sabe-se, entretanto, que há um distanciamento entre o que se pretendem as Diretrizes e as práticas pedagógicas, à medida que são tímidos os esforços das instituições envolvidas, tornando urgentes medidas capazes para transformar a realidade da educação do campo.

EDUCAÇÃO DO CAMPO, ESPAÇO E TEMPO DE FORMAÇÃO NA GEOGRAFIA

É possível afirmar que existe uma aproximação da escola do campo com a geografia, levando em conta que os conceitos geográficos, como lugar, paisagem e território, conforme Teixeira et al. (2022), auxiliam na compreensão e análise do campo como espaço de vida e produção. O que para Santos (1997), se refere ao mundo vivido. Dentro de uma perspectiva política, Santos (1998), define o lugar como extensão do acontecer hegemônico ou solidário, que pode ser formada por dois gêneros de constituição que são o território a norma, entendida como organização, regimes de regulação. O campo é um espaço de vida, de ação, de produção de cultura e riqueza, onde se constroem novos saberes e se trocam saberes sociais.

O campo não é atraso, é história de vida. A escola do campo deve ser pensada para que seja vivida. A escola do campo deve ser pensada para que seja viva, e interaja com o lugar e seus sujeitos. Para que a escola do campo seja viva, ela deve ser construída por sua comunidade, pensada para ajudar no processo de desenvolvimento social, para manter a cultura e a história daquele lugar. Essa escola deve formar sujeitos participantes e capazes de construir seu próprio caminho, conhecendo a realidade, tendo consciência de seus direitos e deveres e, lutar para serem cidadãos do campo.

A escola necessita romper com o conservadorismo e construir um Projeto Político Pedagógico, está centrado na escolarização e conhecimento, mas sem perder o foco que é a emancipação dos alunos. Para isso o currículo deve ao mesmo tempo significar o lugar e aproximar os sujeitos do mundo, conservar e resgatar os saberes e a cultura, e a natureza ao mesmo tempo que se conecta ao desenvolvimento tecnológico e da informação.

Nesse sentido, a construção da educação do campo implica uma série de dinâmicas:

a) Encontro do professor com o lugar, conhecer a realidade e a comunidade na qual a escola está inserida;

- b) elaboração desenvolvimentos de projetos de ensino, pesquisa e extensão, que abordem o espaço geográfico e o lugar e sejam um veículo de inserção social;
- c) planejamento das atividades pedagógicas de forma que contemplem a realidade dos estudantes e do espaço onde vivem e se reproduzem socialmente;
- d) reestruturação do Projeto Político Pedagógico, com vistas a realidade do lugar e do desenvolvimento sustentável;
- e) práticas pedagógicas e administração de conteúdos com significados para a comunidade;
- f) maior integração da comunidade nos projetos desenvolvidos (decisão e elaboração de projetos).

O campo remete a ideia de *lugar estranho* aos que sempre viveram na cidade, no que se refere à cultura, ao conhecimento, a forma de vida e a identidade de seus sujeitos. Além do estranhamento simbólico, há preconceitos em relação ao trabalho e ao trabalhador do campo. No mundo contemporâneo, a denominação de *colono* assume um sentido pejorativo, que diminui a sua importância cultural e social. Essa visão em torno dos sujeitos é muito presente na sociedade urbana. O agricultor familiar foi e ainda é associado com a ideia de atraso. Neste contexto, a escola foi implantada no espaço rural, com a proposta de *salvar* os sujeitos, levando a eles técnica e tecnologia, cultura urbana e conhecimento, enfim, promover a modernização do campo. E o campo realmente foi modernizado, mas de forma desigual.

É imprescindível que a escola do campo seja construída de forma participativa e democrática. Neste sentido, a comunidade deve participar das atividades além dos professores, alunos e servidores. O sentimento de pertencimento deve trazer o acolhimento, pois além de um espaço de escolarização, a escola do campo é em muitos casos uma referência para a comunidade, e por isso, seus sujeitos, professores, equipe diretiva e servidores devem conhecer e valorizar este espaço, que é de vida.

Assim, nos cursos de formação inicial de professores deve ser aberto um espaço de reflexão sobre o tema, para que sejam introduzidas em seus currículos, disciplinas que pensem um projeto de educação do campo, seja como obrigatória, ou optativas, que participem de experiências e projetos que aproximem a universidade da realidade do campo. É importante citar uma experiência que vem sendo realizada no Curso de geografia da UFSM, a medida em que desde 2006, é ofertada anualmente uma disciplina optativa (DCG com 60 horas) denominada Escola do campo: territorialidade e espaço, disciplina ofertada há 19 anos para diversos cursos de licenciatura da UFSM e cerca de quatrocentos estudantes já cursaram a disciplina que é optativa. A disciplina em questão, foi a primeira a ser ofertada em Instituição de Ensino Superior Pública. Nesse tempo em que a disciplina vem sendo ofertada, são discutidas temáticas diversas que se relacionam à questão agrária, desenvolvimento sustentável e a educação do campo, trabalhos de campo são realizados em assentamentos de reforma agrária e escolas do campo.

Neste sentido, é também importante a criação de Cursos de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ciências Agrárias, em modalidades como

Alternância ou no Ensino a Distância, onde pode ser citado o Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFSM, com habilitação em Ciências Humanas. Também a formação continuada, deve ser promovida pelas instituições de ensino superior, municípios e estados, pois formar o professor para atuar nas escolas do campo, se torna cada vez mais uma necessidade a ser considerada pelo estado e municípios. A formação continuada para professores, têm demonstrado que podem estimular a criação e desenvolvimento de projetos capazes de mudar positivamente o destino de muitos sujeitos, além de tratarem do planejamento e desenvolvimento de práticas pedagógicas que estejam adequadas às Diretrizes Operacionais da Educação Básica do campo.

O GRUPO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO (GPET) E A TRADIÇÃO NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET) é formado por pesquisadores e acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento que desenvolvem suas atividades de ensino, pesquisa e extensão através de temáticas que articulam a educação e o território. O grupo é cadastrado na Plataforma de Grupos de Pesquisa do CNPq e certificado pela instituição desde 2005. Coordenado atualmente pelo professor Anderson Luiz Machado dos Santos, e como participantes Cesar De David, Ane Carine Meurer e Carmen Rejane Flores, todos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria. As atividades de ensino, pesquisa e extensão priorizam as transformações socioespaciais no campo sul-americano. Também se insere nas discussões a problemática do campesinato, dos movimentos sociais e suas formas de territorialização onde a educação se materializa.

Antes de sua formalização como grupo de pesquisa registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes do CNPq, ocorrida em 2005, o GPET já existia na prática desde 1996 quando iniciaram as atividades junto às Escolas Itinerantes do MST, integrando professores dos departamentos de Sociologia e Política, Geociências e Pedagogia da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, e estudantes dos cursos de Geografia e Pedagogia. O marco inicial desse processo ocorreu em agosto de 1996 quando foi realizado um trabalho de campo no Acampamento Palmeirão, do Movimento de Trabalhadores Sem Terra, situado no município de Júlio de Castilhos, onde estavam acampadas 1.421 famílias. Como resultado dessa experiência organizou-se uma Exposição Fotográfica apresentada durante a Semana Acadêmica do Curso de Geografia, no ano de 1997 e elaborou-se o primeiro projeto de extensão submetido ao PROLICEN(Programa das Licenciaturas da UFSM), em sua primeira edição, que foi o primeiro de muitos que tornaram ao tema da educação do campo um pilar importante nas atividades do GPET.

As atividades realizadas nos últimos anos representaram um salto qualitativo no processo de interlocução entre a universidade e a sociedade, pois possibilitou não apenas o diagnóstico de problemas, mas a construção de alternativas e caminhos para a superação dos limites e dificuldades das escolas, através do diálogo de saberes, cursos e oficinas à comunidade escolar, que compreendem momentos do

processo de formação dos educadores dos movimentos/entidades e dos acadêmicos e professores da universidade, ou seja, um componente cooperativo com o sujeito pedagógico.

O Grupo de Pesquisa em Educação e Território ao longo de sua trajetória vem promovendo e ampliando os estudos e pesquisas referentes às temáticas que envolvem a educação do campo e as territorialidades rurais contemporâneas em suas mais diversas abordagens. Esse interesse também surge nos acadêmicos comprometidos com a realidade ainda desigual do campo e da educação, interessando-se pela superação do quadro de pobreza e concentração que persiste no espaço rural gaúcho, brasileiro e latino-americano.

Entre os Eventos organizados pelo GPET em sua trajetória ligada aos movimentos sociais, MST e educação do campo, destacam-se os eventos de educação do campo, com coordenação dos professores, Carmen Rejane Flores, Cesar De David e Ane Carine Meurer. O primeiro evento para educadores do campo da Região de Santa Maria, aconteceu em 2011 e em 2012 aconteceu o Segundo seminário. **(I e II Seminário Regional de Educação do Campo)**. Esses seminários reuniram os professores das escolas municipais do campo de Santa Maria e professores das escolas do campo estaduais da região de abrangência da 15ª Coordenadoria Regional de Educação do Estado do RS. Os dois seminários reuniram um número de cerca de 350 de inscritos, pois além dos professores também participaram alunos de diversos cursos de licenciatura, com predominância dos alunos de Geografia e Pedagogia. As mesas foram criadas com lideranças do MST (setor de educação), professores universitários e professores do campo com experiências a serem compartilhadas. Os participantes receberam certificados de 20 horas.

Em 14 de novembro de 2011, foi realizado em Pelotas sob a Coordenação da Profa. Conceição Paludo, o I Seminário Internacional e Fórum de Educação do Campo (I SIFEDOC), do qual os docentes do GPET fazem parte do Comitê de organização desde sua fundação até a atualidade. Foi decidido em assembleia que os Seminários Regionais aconteceriam a cada dois anos no intervalo dos Seminários Internacionais que também seriam a cada dois anos. Também foi decidido que o I Seminário Regional de Educação do Campo (SIFEDOC): Região do Central do RS, aconteceria em 2013 em Santa Maria, e em 2014, Santa Maria seria sede o II SIFEDOC, este, evento internacional. Como O GPET apresentou a candidatura para que o SIFEDOC fosse realizado em Santa Maria, sob a Coordenação das professoras Carmen Rejane Flores e Ane Carine Meurer.

O **I SIFEDOC** Regional de Educação do Campo: região Centro do RS, ocorreu, portanto, nos dias 21 e 22 de outubro de 2013, no Auditório C do prédio 18 da UFSM. O tema deste evento foi: Projeto de escolas do campo no Rio Grande do Sul. O Evento teve duas mesas em cada manhã, sendo que a tarde aconteceu apresentações de trabalhos e relatos de experiências das escolas do campo, totalizando 25 trabalhos selecionados para serem apresentados. Nesse Evento teve cerca de 300 inscritos.

O **II SIFEDOC**, foi realizado em Santa Maria nos dias 8, 9 e 10 de outubro de 2014, reunindo 960 inscritos, entre eles professores das escolas do campo, representantes de movimentos sociais, estudantes de ensino técnico e de licenciaturas, de 23 estados do Brasil e com 330 trabalhos apresentados

em 10 eixos temáticos. O tema do II SIFEDOC foi: **Educação, Memória e Resistência Popular na América Latina** e contou com palestrantes de cinco países. A centralidade da memória de resistência na atualidade e de sua necessária articulação com debates educacionais, decorre de um esforço dos movimentos sociais populares no sentido de dar organicidade às inúmeras experiências alternativas e/ou de resistências vivenciadas nas últimas décadas. Entre os palestrantes, de notoriedade no tema central do Seminário, estavam pesquisadores nacionais e internacionais, educadores e lideranças dos movimentos sociais de diversos países da América Latina: Silvio Caccia Bava (Le Mond Diplomatique), Roseli Salet Caldart (MST), Maria Antônia de Souza (UTP), Maria de Lourdes Bernartt (UTFP), Manuel Gonzales de Molina Navarro (UPO/ES), Lurdes Helena Silva (UFV), Marcos Borba (EMBRAPA), Bernardo Mançano Fernandes (UNESP), Mário Romanéli (Guardião das Sementes Crioulas de Ibarama), Oscar Oliveira (Liderança Sindical da Bolívia), Hugo Blanco (Liderança camponesa do Perú), Representante do MST, Ana Domingues (UDELAR/UR), Luis Augusto Farinatti (UFSM).

O Seminário teve uma excelente repercussão científica na área da Educação do Campo, pela qualidade do debate das Mesas Redondas e pela qualidade das apresentações de trabalhos científicos e relatos de experiências. Além disso, foi publicado um livro, organizado por mim e pelas Professoras Carmen Rejane Flores e Leonice Aparecida de Fátima Mourad, com capítulos com textos dos palestrantes do II SIFEDOC, O livro foi publicado em 2016, no formato E-book.

Em 2017, os docentes do GPET, Carmen Rejane Flores e Cesar De David, fizeram parte da Comissão de criação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo UAB/UFSM, tendo sido a professora Carmen Rejane Flores, Coordenadora do Curso no período de 2017 a 2019 e 2022 até a atualidade. Essa foi uma construção do grupo do Curso de Especialização Residência Agrária: agricultura familiar e educação do campo. Atualmente o Curso está presente em 15 Polos. Formou mais de 300 educadores do campo na área das ciências Humanas com habilitação nas disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

O GPET tem se dedicado como parte de suas atividades de ensino e pesquisa orientados no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSM, pelos docentes permanentes do Programa, Ane Carine Meurer, Carmen Rejane Flores e Cesar de David, resultando em uma expressiva contribuição do Grupo de Pesquisa para temáticas desenvolvidas em dissertações e teses, que abordam a temática da educação do campo, educação popular e saberes tradicionais camponeses. Segundo dados do PPGGEO/2025, os docentes orientadores do GPET, com orientações na temática da educação do campo, orientaram 20 dissertações e 28 teses de doutorado, deixando uma expressiva marca e legado da UFSM, nessa área. Com essa expressiva participação dos docentes do Grupo na pesquisa relacionada à educação do campo e educação dos camponeses, os docentes do GPET, até junho de 2025, produziram juntos um total de 14 livros e organizações de livros, 32 capítulos de livros e 33 artigos em periódicos relacionados ao tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola do campo é reflexo das políticas públicas levadas a cabo pelos interesses hegemônicos, relacionados ao processo de implantação do capitalismo no campo. As Leis promulgadas em diferentes períodos da história brasileira trataram de homogeneizar as escolas do campo e da cidade, como forma de abrir caminho para o processo de industrialização. É de fundamental importância que as instituições ligadas à educação do campo, garantam a aplicação das Diretrizes Operacionais das Escolas do campo, qualificando os profissionais que atuam nessas escolas, a educação **do** campo e não **no** campo. Contudo, o papel dos educadores do campo, é possibilitar dinâmicas pedagógicas que resgatem a cultura e o significado de se viver no campo com dignidade.

O Grupo de Pesquisa em Educação e Território tem uma sólida trajetória na educação do campo do Brasil e do Rio Grande do Sul, desenvolvendo diversas atividades na área de educação do campo e dos camponeses. Ao longo de 20 anos de fundação o grupo contribui de forma expressiva no ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo as discussões teóricas e metodológicas ligadas ao tema. Trazendo para a sociedade avanços significativos no que se refere a educação do campo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: nova LDB – Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Rio de Janeiro: Qualitymark; Dunya, 1998.
- BRASIL. *Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo*. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli Saete (Org.). Educação do campo: identidade e políticas públicas. Brasília: MEC, 2002. (Coleção Por uma educação do campo, n. 4). RESOLUÇÃO CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002.
- CALAZANS, Maria José Carvalho. *Para compreender a educação do estado no meio rural – traços de uma trajetória*. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nilde; et al. Educação e escola do campo. Campinas: Papyrus, 1993. p. 31–52.
- CALDART, Roseli Saete. *A escola do campo em movimento*. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli Saete; et al. Educação do campo: identidade e políticas públicas. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 67–88.
- DAMASCENO, Paulo Afonso. *A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva*. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nilde; et al. Educação e escola do campo. Campinas: Papyrus, 1993. p. 89–104.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Diretrizes de uma caminhada*. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli Saete; et al. Educação do campo: identidade e políticas públicas. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, [s.d.]. p. 13–23.
- GRITTI, Sirlei Maria. *Educação rural e capitalismo no campo*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2003.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico informacional*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SILVA, Coleida Maria Clista de Souza e; SILVA, Ariadne Celinne de Souza e. Formação de professores e a educação do campo: marcos legais e normativos da política nacional de educação do campo no contexto brasileiro. *Revista Multidisciplinar Humanidades & Tecnologias (FINOM)*, Paracatu, v. 27, p. 144–157, out./dez. 2020.

TEIXEIRA, Christiano Corrêa; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. *Geografia e educação do campo: um campo de possibilidades*. *Revista de Ensino de Geografia, Uberlândia*, v. 13, n. 24, p. 144–158, jan./jun. 2022.

VASCONCELOS, Pedro Augusto. *A cidade, o urbano, o lugar*. GEUSP, n. 6, p. 11–15, 1999.

WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores. *A contribuição da geografia na construção da educação do campo*. In: MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de; WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; MEURER, Ane Carine; DE DAVID, Cesar (Org.). *Experiências e diálogos em educação do campo*. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p. 27–32. (Coleção Diálogos Intempestivos).

Parte III

Raízes que se espalham: A Geografia Agrária e Rural da UFSM no Brasil

ALGUMAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA PENSAR A AGRICULTURA FAMILIAR NO CAMPO EMPÍRICO⁵⁰

Giancarla Salamoni

Doi: 10.48209/978-65-5417-576-B

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a produção familiar camponesa⁵¹ está presente na agricultura de qualquer parte do mundo, apesar das vicissitudes econômicas, políticas e ambientais que ela tem que enfrentar. Foi, sem dúvida, a sua excepcional capacidade de adaptação às condições impostas pelo meio físico-natural, às exigências do mercado capitalista e às descontinuidades das políticas públicas, que possibilitou sua permanência no contexto produtivo, ao longo do tempo.

Nesse sentido, as análises a respeito do campesinato têm focado, principalmente, os processos de reprodução social e econômica dessa categoria social vis-à-vis a consolidação de modo capitalista de produção e suas diferentes formas de articulação com a agricultura. Os debates em torno desse tema produziram especulações bastante diversificadas sobre o destino da produção familiar camponesa.

Tais proposições teóricas podem ser encontradas nos estudos sobre o tema do desenvolvimento rural e o papel da agricultura familiar como portadora dos chamados “ativos” ambientais, sociais, culturais e econômicos com potencial para suportar estratégias diversificadas, associadas a diferentes contextos históricos e geográficos (Borba, 2010).

No sentido de validar a aplicabilidade das abordagens teóricas à realidade do agro brasileiro, conceitos são ampliados com a introdução de novos termos ou, ainda, com novas interpretações para as referências teóricas originais. O resultado é a profusão de trabalhos que produzem um conjunto de categorias empíricas, calcadas na multiplicidade de situações e de processos econômicos, políticos e socioculturais que vêm sendo gestados no campo.

A questão fundamental que perpassa o estudo da agricultura familiar refere-se à necessidade de aprofundar as análises, visando a redução do abismo existente entre as evidências empíricas e a dimensão teórica, assim como, a ampliação da natureza excessivamente economicista que reduz processos sociais a meras determinações das relações de produção (Sacco dos Anjos, 2003).

Para tanto, esse texto propõe uma breve reflexão sobre a noção de multifuncionalidade aplicada ao estudo da agricultura familiar e, em articulação com o conceito de sociobiodiversidade associado a

⁵⁰ Esse texto é derivado das análises propostas no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Multifuncionalidade na organização do espaço pela agricultura familiar: estudos empíricos nos estados de MG, RS, SP, SE, PR e RJ”, desenvolvido junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia-FURG e em articulação com o escopo dos estudos da Rede de Estudos Agrários-REA.

⁵¹ Agricultura familiar e campesinato são compreendidas de modo indissociável, enfatizando a existência de um campesinato na contemporaneidade da sociedade brasileira e o reconhecimento da permanência de lógicas camponesas combinadas a uma diversidade de estratégias socioprodutivas de caráter familiar na agricultura. Essas estratégias combinam produção mercantil com produção para o autoconsumo, associadas à construção do patrimônio familiar (Ribeiro; Salamoni, 2011).

problemática da produção/comercialização como elemento constituinte dos projetos de desenvolvimento rural.

A ABORDAGEM DA MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

Partindo da diversidade espacial como a característica principal do agro brasileiro, temos ao longo da história, o rural organizado distintamente em contextos regionais, assim atrelando culturas a áreas específicas. Constatamos também a diversificação em contextos sociais e econômicos, criando tipos específicos de agricultores e agriculturas.

Uma das formas conceituais de entendimento de uma parte dessa realidade, resultado das “novas” dinâmicas do espaço rural, é a leitura por meio da aplicação da noção de multifuncionalidade. Cabe ressaltar, de que a diversificação e diferenciação de atividades, bem como, a alocação da mão de obra pelas unidades de produção familiar não constitui um fato histórico novo, mas sim, a valorização de tais atividades é que define o “novo” no contexto da multifuncionalidade.

Em decorrência desses fatos, muitas propriedades familiares têm alcançado o seu rendimento através de elementos externos aos limites de suas propriedades, em atividades não agrícolas ou exercendo funções e gerando bens públicos (principalmente segurança alimentar e preservação/conservação dos recursos naturais) e privados (produção de alimentos, fibras e turismo rural). Assim, a diversidade do campo torna-se um componente central que concebe uma multiplicidade de rurais, além de conformar novas articulações com o espaço urbano.

A partir dos anos 80, segundo Silva (2007), surgem novas formas de organização das atividades no meio rural brasileiro, características que podem ser associadas ao processo de modernização da agricultura, a saber:

Esse “novo rural”, como vem sendo denominado, compõe-se basicamente de três grandes grupos de atividades: Uma agropecuária moderna baseada em commodities, e intimamente ligada à agroindústria; Um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas a moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; Um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionados por nichos especiais de mercado. (Silva, 2007, p. 39).

Esta perspectiva provoca um debate sobre quais seriam realmente às funções e/ou as “novas” funções da agricultura. Na percepção de Carneiro e Maluf (2003),

A abordagem da multifuncionalidade da agricultura se diferencia por valorizar as peculiaridades do agrícola e do rural e suas outras contribuições que não apenas a de bens privados, além dela repercutir as críticas às formas predominantes assumidas pela produção agrícola por sua insustentabilidade e pela qualidade duvidosa dos produtos que gera. A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos. (Carneiro; Maluf, 2003, p. 19)

Carneiro e Maluf (2003) analisam as funções da agricultura familiar centrados, principalmente, em quatro dimensões básicas da multifuncionalidade, a saber: a reprodução socioeconômica das famílias,

a partir da composição e das fontes geradoras de renda; as condições de permanência no campo e as práticas de sociabilidade; a promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, abrangendo a produção para o autoconsumo e para a comercialização; a manutenção do tecido sociocultural, se referindo as condições de vida e da reprodução das culturas locais; a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, aqui entendido como referência ao uso de recursos e sua preservação.

Em todas as dimensões apresentadas há a valorização das características dos lugares. Estas múltiplas funções estabelecidas no espaço rural permitem, concomitantemente, o estabelecimento de atividades não agrícolas que diversificam as possibilidades de geração de renda entre as famílias, valorizando os saberes e práticas dos agricultores. Por conseguinte, pode-se compreender duas características do espaço rural, a multifuncionalidade e a pluriatividade⁵² como estratégias de desenvolvimento e de reprodução social das famílias, pois além de geração de renda econômica, proporciona a valorização do patrimônio cultural e natural presentes nas propriedades rurais.

Conforme aponta Carneiro (1998), fenômenos recentes têm chamado a atenção para os novos contornos apresentados pelo meio rural. Seriam eles: certa “migração de retorno” da cidade para o campo ou para pequenas e médias cidades; o crescimento da demanda por atividades não agrícolas no meio rural; a revalorização do meio ambiente; e a ascensão de novos atores/sujeitos no contexto sociopolítico.

Estes fenômenos também foram desencadeados pelo surgimento de novos valores buscados, em grande medida, pela população urbana. São eles: as relações diretas com a natureza; os ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos; ar puro e tranquilidade; o desejo de relações mais profundas; a autodeterminação (Carneiro, 1998).

Efeito desses fatos, o rural passa por uma renovação de princípios norteadores, tanto do ponto de vista conceitual, quanto de políticas públicas. Assim, se verifica uma busca pelo desenvolvimento do rural e não desenvolvimento agrícola (modernização do campo). Com isso, o enfoque territorial passou a ser um instrumento fundamental das políticas públicas, retirando a proeminência das questões setoriais nas discussões sobre o desenvolvimento econômico-social.

Nesse movimento histórico, o território passou a ocupar uma posição central nos debates sobre a questão da diversificação do espaço rural, tornando-se um importante instrumento nas formulações das políticas de desenvolvimento do rural.

No transcurso da última década, a noção de território assumiu importância destacada nos discursos dos gestores de políticas públicas de numerosos países, inclusive o Brasil. No que diz respeito à agricultura e ao meio rural, o território aparece cada vez mais como uma entrada programática, inovadora e privilegiada para renovar a concepção de desenvolvimento rural. (Cazella; Bonnal; Maluf, 2009, p. 25)

⁵² A pluriatividade trata-se de um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolver-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno (Sacco dos Anjos, 2003, p. 90 - 91)

Outro elemento conceitual, que surge no bojo destas transformações, vinculado ao enfoque da multifuncionalidade representa o esforço de rompimento com a ótica setorial da agricultura, ao enfatizar a heterogeneidade estrutural presente no espaço rural.

Assim a noção de multifuncionalidade rural segue dois caminhos teóricos que fundamentam as estratégias de políticas públicas (Ferreira; Maia, 2010). O primeiro caminho está ligado às questões de estratégias de desenvolvimento local, principalmente em áreas onde a atividade agrícola perdeu sua posição central e ocorre a necessária criação de alternativas de sobrevivência para as pequenas propriedades. Fundamentado nas estratégias de desenvolvimento local, este caminho vai inserir a multifuncionalidade dentro das possibilidades que o espaço oferece para a instalação de “novas” atividades econômicas, aproveitando o capital sócio-cultural presente no espaço rural. Como exemplo desse enfoque surge o conceito de multifuncionalidade da paisagem – MFP (Guiomar; Fernandes; Neves, 2008).

Conforme salienta Pinto-Correia (2007), na Convenção Europeia da Paisagem realizada em 2000, a paisagem foi proclamada como um elemento conceitual que pode refletir a diversidade da herança cultural, ecológica e socioeconômica de dado conjunto populacional, tornando-se um dos fundamentos da identidade local e regional.

A paisagem é o resultado, observado pelo Homem, de um sistema complexo e dinâmico de muitos factores naturais e culturais (rocha-mãe, solos, água, relevo, clima, vegetação, uso do solo, estrutura fundiária, povoamento, caminhos e infra-estruturas, etc.) que se influenciam mutuamente e se modificam ao longo do tempo. (Pinto-Correia, 2007, p. 3)

Portanto, no escopo das estratégias para o desenvolvimento de um determinado espaço, o conceito de paisagem torna-se central, balizador para normas e indicações em planos de atividades para a área referida. Com relação ao seu carácter empírico, dentro do objetivo proposto, as paisagens devem manter suas autenticidades e ao mesmo tempo as suas diversidades. Deste modo, a paisagem é compreendida “[...] como simultaneamente uma realidade física e biológica e uma construção social ou cultural, [...]” (Pinto-Correia, 2007, p. 3).

A paisagem geográfica apresenta, simultaneamente, várias dimensões que cada matriz epistemológica privilegia. A dimensão morfológica evidencia o conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana e permitirá que se avalie as formas das propriedades rurais em cada uma de suas realidades específicas. Na dimensão funcional se observará as relações entre suas diversas partes que compõem a paisagem. Como produto da ação humana ao longo do tempo, a paisagem apresenta uma dimensão histórica e na medida que uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre, apresenta dimensão espacial. A paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias tendo, assim, dimensão simbólica.

No segundo caminho conceitual, a multifuncionalidade está relacionada às estratégias de desenvolvimento sustentável, originadas principalmente das questões ambientais, protagonizadas na

década de 80, enfatizando as relações com o desenvolvimento sustentável e seu reflexo no espaço rural, definindo o que a literatura conclamou de multifuncionalidade da agricultura – MFA (Carneiro; Maluf, 2003). Então, fundamentados nas funções atribuídas à uma agricultura sustentável, concordando com Wanderley (2003), os objetivos da multifuncionalidade ligada à agricultura familiar são:

- a reprodução socioeconômica das famílias rurais;
- a promoção da segurança alimentar das famílias e da sociedade;
- a manutenção do tecido social e cultural; e,
- a preservação/conservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Decorrente das transformações apontadas anteriormente, o mundo rural em algumas áreas - onde a agricultura não é a única atividade nas propriedades familiares – e com o objetivo de ampliar as estratégias de reprodução socioeconômica, busca a diversificação de atividades com o objetivo de inserção nos mercados de trabalho e geração de renda.

Neste contexto, determinados espaços rurais procuram estratégias de desenvolvimento pautadas, principalmente, em uma cooperação e um planejamento integrado entre os seus agentes e o Estado. Assim, o espaço rural torna-se atrativo para determinados segmentos da população urbana, gerando novas fontes de renda e abrindo novas oportunidades de trabalho (Saraceno, 1994).

Estas estratégias de desenvolvimento procuram valorizar, além da agricultura, aspectos culturais, naturais e econômicos, oriundos de paisagens que representam o modo de vida rural. Devido ao seu objetivo principal - incentivar a garantia de uma relativa conservação ambiental e sociocultural – e dentro dos preceitos da conservação ambiental, esta noção de multifuncionalidade está ligada às políticas públicas e a regulamentação do Estado. Carneiro e Maluf (2003) apontam que a noção de multifuncionalidade

[...] rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos [...] (Carneiro; Maluf, 2003, p. 19).

Reforçando esta concepção, duas questões ressaltam a importância do papel do Estado. A primeira de caráter social, ligada a agricultura familiar, na qual a aplicação da multifuncionalidade nas unidades familiares rurais auxilia na “[...] passagem do agrícola para o familiar e rural [...]” (Carneiro e Maluf, 2003, p. 20). Outra questão se refere à geração de bens públicos, principalmente, associados à segurança alimentar e nutricional. Ou seja,

Estas iniciativas têm estimulado governos estaduais a criar seus próprios mecanismos de compras públicas e têm estimulado as organizações da agricultura familiar a demandarem e construir novos mercados públicos e privados. Cabe ressaltar que estas ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição etc. (Grisa; Schneider., 2014, p.139)

Dessa forma, estratégias que conectam produção e comercialização, como os mercados institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE, se apresentam como forte instrumento para atender as demandas da sociedade, promovendo a segurança alimentar e nutricional no rural e no urbano.

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS COMO VALORIZAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Cabe lembrar que, na agricultura familiar a produção não depende unicamente de uma simples orientação econômica, valores como a solidariedade, identidade, autonomia, são bens que, contrariamente a outros, mais reais, não são calculáveis nem mensuráveis, mas trazem bem-estar e satisfação para os produtores rurais. O ponto de partida para projetos de desenvolvimento é a viabilização da agricultura familiar em termos de produção e comercialização, acrescida de outras dimensões, ou seja, é preciso garantir aos produtores familiares sua reprodução social, cultural e política. Nesse processo, são necessárias políticas públicas que possibilitem aos produtores familiares se inserirem nos espaços econômicos dos quais estiveram historicamente excluídos.

A comercialização dos produtos agrícolas é, para muitos agricultores familiares, ainda um desafio a ser superado. As dificuldades para a inserção nos mercados estão atreladas há vários motivos, entretanto, segundo Ploeg (2008) a concorrência desigual com grandes corporações agroalimentares é um dos principais fatores restritivos da comercialização de alimentos bons, limpos e justos, oriundos de práticas agroecológicas. Além disso, a sazonalidade da produção, a garantia de preços mínimos, as intempéries climáticas, a dificuldade de garantir a oferta de produtos, a falta de infraestrutura para a produção, armazenamento e escoamento, são alguns dos entraves para a inserção em mercados locais ou regionais.

Frente a isso, encontram-se alternativas que possibilitam aos agricultores familiares realizarem a comercialização dos seus produtos com base em relações econômicas mais justas e solidárias, aproximando agricultores e consumidores por meio de canais curtos de comercialização (Darold, 2013).

Como escreve Salamoni (2020):

Os mercados de canais curtos de comercialização valorizam o agricultor familiar, a economia local, bem como os produtos locais oriundos do mesmo território. Sua principal característica consiste na diminuição dos intermediários, garantindo, assim, a qualidade dos gêneros alimentícios que são entregues ao consumidor. Esses canais de comercialização favorecem uma relação mais próxima entre sociedade e natureza, e também incorporam esferas sociais caracterizados pela economia das unidades familiares, promovendo a segurança alimentar em escala local e regional. (Salamoni, 2020, p.120)

Segundo Darolt (2013) os circuitos curtos de comercialização são classificados em duas modalidades: venda direta e indireta. A venda direta é reconhecida quando a comercialização é realizada diretamente para o consumidor. Sendo assim, a venda pode ser feita em: propriedades, feiras e lojas de associações, feiras na beira da estrada, venda para grupos de consumidores, cestas a domicílio. Já a venda

indireta é caracterizada quando há a mediação de um único intermediário na comercialização dos produtos, sendo caracterizada por: lojas especializadas, lojas de cooperativas de produtores ecológicos, restaurantes, pequenos mercados de produtos naturais, lojas virtuais, programas do governo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A conquista da aquisição de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar prevista na lei 11.947/2009, teve inspiração em um programa instituído anteriormente, que foi o primeiro em relacionar política agrícola com segurança alimentar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Grisa, 2010).

O PAA foi criado em 2003, pela lei nº10.696, artigo 19 (BRASIL, 2003) com o objetivo de alcançar medidas estruturantes no programa “Fome Zero” no combate à fome e exclusão social, além disso, como visto, é importante referência no fortalecimento e a comercialização da agricultura familiar, através de preços mínimos a serem praticados com a garantia de compra, articulando agricultura familiar com mercados institucionais, assegurando o acesso à alimentação saudável à população com baixo poder aquisitivo.

Trata-se da interseção entre elementos da política agrícola e elementos da política de SAN. O governo federal compra os alimentos de agricultores familiares e distribui para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, para a rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos), para instituições socioassistenciais, escolas da rede pública de ensino ou destina à formação de estoques reguladores (Grisa, 2012, p. 20).

A sua estruturação é sistematizada e organizada pelos órgãos gestores que compreendem o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), especialmente através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Ministério da Educação (MEC), e além destes, os órgãos executores como Estado, município e também a CONAB, podendo gerenciar as cooperativas e associações locais. Os fornecedores desse programa compreendem agricultores familiares individuais, cooperativas e associações, assentados da reforma agrária, quilombolas e empreendimentos familiares rurais, e o público atendido são pessoas em situação de insegurança alimentar ou nutricional.

As políticas públicas relacionadas à comercialização dos produtos da sociobiodiversidade como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA são consideradas estratégicas para o desenvolvimento rural e valorização da agricultura familiar.

[...]há uma correlação positiva entre o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e os impactos significativos na agricultura familiar local. No entanto, essa dinamização não pode ocorrer apenas por um curto lapso de tempo, fortalecendo parte da produção local, mas deve permitir uma estruturação mais consistente, que, de fato, garanta uma autonomia comercial para os agricultores fornecedores dos programas institucionais de alimentos. (Mancilia; Salamoni, 2024, p,91)

Apesar da reconhecida importância, nem todos os agricultores familiares operam a comercialização através dos programas do governo, escolhendo outras alternativas como as cestas em

domicílio, restaurantes, lojas virtuais e feiras entre outras opções com características de canais curtos. É necessário compreender que cada unidade familiar tem suas próprias características físico-naturais, de infraestrutura, de gerenciamento, organização e manejo dos agroecossistemas, procurando adequar a produção à demanda dos consumidores.

É interessante analisar o caso das feiras agroecológicas, para compreender a finalidade que há dentro desse mercado, observando a visão na qual as feiras se inserem como espaços de resistência ao sistema dos mercados convencionais. Sobretudo, sob a visão social que está especialmente associada à feira, correlacionando as trocas materiais e simbólicas e também às relações rural-urbano. Nesse sentido, a feira é entendida também como um espaço solidário, tanto de produtores quanto consumidores e é isso que permite a maior aproximação do público, como descrevem Godoy e Sacco dos Anjos (2007):

[...] O grau de organização exercitado pelos produtores e o seu elevado espírito de grupo, bem como o alto nível de confiança existente, quer seja entre os próprios feirantes, entre os consumidores e feirantes e vice-versa. Percebemos não existir o mesmo sentimento de concorrência e individualismo existente entre os componentes das feiras livres convencionais [...] (Godoy; Sacco dos Anjos, 2007, p. 366).

Para Niederle, *et al* (2014), a produção e o consumo presentes nas feiras agroecológicas, emergem justamente como uma resposta à crescente vulnerabilidade econômica e social que atinge grande parte das famílias rurais. Assim, as feiras da agricultura familiar se apresentam como estratégia de valorização da sociobiodiversidade ao permitir a circulação de alimentos enraizados nas tradições agrícolas e nas práticas sociais locais e regionais, desenvolvendo formas inovadoras de produção e consumo que respeitem a relação sociedade e natureza.

O processo de enraizamento nas potencialidades locais, no resgate dos elementos étnico/culturais, na reciprocidade entre famílias rurais, nas relações de confiança e na forma tradicional de produzir os alimentos permite a construção de um novo sentido para os produtos da agricultura familiar no processo de circularidade entre rural e urbano (Cavalheiro, 2010).

Segundo Darold (2013), os consumidores desejam adquirir produtos saudáveis, cultivados de forma ambientalmente correta, a preços justos, conhecendo a origem e quem produz, aliando, assim, os interesses dos consumidores às necessidades de comercialização da agricultura familiar. Ao vender os produtos localmente, os agricultores familiares conseguem melhorar a renda e diminuir o poder dos intermediários, mantendo a sua autonomia sobre o que produzir, como produzir e para quem vender. Nesse sentido, Darold (2013) reforça a ideia de que as feiras da agricultura familiar contribuem para a valorização da agrobiodiversidade e para a manutenção do tecido social e cultural presente nos territórios locais e regionais.

É nesse contexto que o conceito de sociobiodiversidade assume importância como campo do conhecimento que integra a valorização dos agroecossistemas locais e regionais, associados aos biomas brasileiros, e à agricultura familiar (Saraiva; Cruz, 2021). A partir disso, argumenta-se que estratégias de

manutenção da sociobiodiversidade podem colaborar com a promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis (Brasil, 2009; Brasil, 2019), contribuindo para a segurança alimentar e nutricional-SAN. O conceito de SAN incorpora tanto o conceito de alimento seguro (não contaminado biologicamente ou quimicamente) e com qualidade nutricional, sanitária e tecnológica, produzido de forma sustentável, quanto o respeito às culturas locais (Mizzuno, *et al.*, 2021).

A aplicação conceitual de sociobiodiversidade no contexto brasileiro gira em torno do fomento dos produtos das cadeias da sociobiodiversidade. Esses produtos dizem respeito a bens e serviços relacionados a recursos da biodiversidade por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, promovendo a conservação e valorização de suas práticas e saberes, assegurando direitos e renda para esses grupos sociais, implicando melhoria na qualidade de vida e no ambiente em que vivem (Brasil, 2009). Portanto, a sociobiodiversidade deriva da ideia de agrobiodiversidade, abarcando as relações entre as dimensões biológicas, ecológicas, culturais e políticas públicas. Assim, as políticas públicas de apoio à produção agrícola (de enfoque rural) precisam estar coadunadas com as políticas de abastecimento alimentar (de enfoque urbano).

Na esteira desse reconhecimento, tanto os mercados institucionais quanto as feiras agroecológicas promovem a participação das unidades familiares em associações e cooperativas, sendo que estas viabilizam a organização e desempenho sociotécnico dos agricultores familiares frente às demandas do consumo urbano.

Nesse sentido, adquirem importância as iniciativas de estímulo à agroecologia e à venda dos produtos em feiras como forma de ampliar o valor retido pelos agricultores, em paralelo à redução dos custos de produção com a adoção de tecnologias agrícolas adequadas aos agroecossistemas e aos agricultores familiares, apontando estratégias para o desenvolvimento rural em escala local e regional (Maluf, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Wanderley (2009), o agricultor familiar é portador de práticas sociais e culturais diversificadas e possui capacidade de adaptação aos novos contextos econômicos e políticos. Fica claro, portanto, que a perspectiva adotada neste trabalho converge para o pensamento da autora de que o desenvolvimento de novas dinâmicas produtivas na agricultura e no rural brasileiro não significa a implantação de uma forma social de produção homogeneizada (de caráter empresarial). Ao contrário, a diversidade da agricultura familiar permanece ocupando um lugar importante no cenário contemporâneo, ou seja, o agricultor familiar é um ator social que apresenta “rupturas e continuidades” em relação ao seu passado, mas que continua ativo no presente e participando na construção de projetos de desenvolvimento rural.

Não obstante a importância histórica desse segmento, seu reconhecimento por parte das políticas públicas para agricultura no Brasil é extremamente recente, ocorrendo de forma efetiva apenas na década

de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Esse atraso histórico na atenção estatal para com a agricultura familiar explica-se em razão do fato de que as políticas públicas são tributárias de modelos de desenvolvimentos que, geralmente, privilegiam determinados segmentos da sociedade ligados ao capital comercial, industrial e financeiro. Essa conduta do Estado se reflete nas políticas públicas que podem apenas atuar como instrumentos para a manutenção, e não transformação, da realidade.

Sem desconsiderar essa ressalva, é preciso reconhecer que a formulação do PRONAF na década de 1990 representou um grande avanço nos processos de valorização e fortalecimento da agricultura familiar, o qual foi complementado nos anos 2000 com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e com as mudanças realizadas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ambos os programas se direcionam para as compras públicas de alimentos provenientes da agricultura familiar e, em razão de mecanismos específicos de cada um deles, incentivam a multifuncionalidade da agricultura e a valorização da sociobiodiversidade, além de garantirem mercados consumidores para os produtos da agricultura familiar, atuando em favor da segurança alimentar das famílias rurais e urbanas.

É importante frisar a importância da comercialização através dos canais curtos no Brasil sendo fortalecida e alavancada através dos alimentos agroecológicos que vem, gradualmente, se inserindo no mercado de consumo, conectando agricultores familiares e consumidores com alimentos de qualidade e procedência ecológica, incentivando o desenvolvimento rural.

Assim, os debates teóricos gerados em torno das relações entre agricultura familiar, multifuncionalidade, produção/comercialização e valorização da sociobiodiversidade têm evidenciado a importância da valorização dos processos sustentáveis de produzir e consumir. Além do reconhecimento dos agricultores familiares como sujeitos e agentes ativos nos processos de autonomia em relação aos mercados capitalistas hegemônicos.

REFERÊNCIAS

BORBA, Marcos Flávio Silva. **Laboratório de estudos em agroecologia e recursos naturais da Embrapa Pecuária Sul**: articulando produção e conservação. Bagé: Embrapa Pecuária Sul, 2010.

BRASIL. **Lei Nº10.696, art. 19, de 2 de julho de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm. Acesso em abril de 2025.

BRASIL. Grupo de Coordenação Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano nacional de promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes. **Catálogo produtos da Sociobiodiversidade do Brasil** – Ofertados pelos povos e comunidades tradicionais. Brasília: MMA e ICMbio, 2019.

CARNEIRO, M. J. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 53-75, 1998,

CARNEIRO, M. J.; MALUF R. S. (orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CAVALHEIRO, Elizangela Mara. **A Construção Social de Mercados para os produtos da agroindústria familiar**. 2010. 214p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio De Janeiro: Mauad X, 2009.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE; P.A. ALMEIDA; L.; VEZZANI, F.M. (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170.

FERREIRA, D. A. O.; MAIA, Adriano C. Contribuições da ciência geográfica para as discussões sobre a relação multifuncionalidade do rural e turismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, n. 7º, 2010, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: FCT-UNESP, 2010. CD ROM. p. 1-16.

GODOY, W. I.; SACCO DOS ANJOS, F. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 2, n. 1, 2007.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em debate**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

GRISA, C. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 52, p.125-146, 2014.

GUIOMAR, J. P.; FERNANDES, N., NEVES. Modelo de análise espacial para avaliação do carácter multifuncional do espaço. **Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER)**, Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007 - SPER / UAAlg, 2008, CD-ROM. p. 1-13.

MALUF, Renato S. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: LEITE, S. (Org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p.147-170.

MANCILIA, Sandi X.; SALAMONI, Giancarla. A agricultura familiar camponesa e os desafios na produção e consumo de alimentos: a experiência das cozinhas solidárias. In: MENEZES, S.de S. M.; ALVES, F.D. (Orgs.). **Os contrastes do rural brasileiro: desafios e alternativas da agricultura familiar diante do avanço do agronegócio e da crise alimentar**. Aracaju: Criação Editora, 2024.

MIZZUNO, P.B.; COSTA, S.M.; ARANA, A.R.A.; ULIANA, M.R. Políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil e sua relação com a agricultura familiar. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 16, n. 40, p. 91-114, abr., 2021.

NIEDERLE, Paulo André; SCHUBERT, Maycon Noremberg; SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e um modelo de mercados múltiplos. In: DOULA, S.; FIUZA, A.L.; TEIXEIRA, E.C.; REIS, J.; LIMA, A.L. (Orgs.). **A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados**. Viçosa: Suprema, 2014, v. 1, p. 43-68.

PINTO-CORREIA, T. Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise. **Inforgo**. Ed. Associação Portuguesa de Geógrafos. n. 20-21, p. 67-71, 2007.

- PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- RIBEIRO, Veridiana Soares; SALAMONI, Giancarla. A territorialização camponesa no Assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia. v. 6, n. 11, 2011. p.194-217.
- SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.
- SALAMONI, Giancarla. A diversidade do tecido social e cultural na Serra dos Tapes/RS. In: ALVES, F.D.; AZEVEDO, S.de C. (Orgs.) **Análises geográficas sobre o território brasileiro: dilemas estruturais à Covid-19**. Alfenas -MG : Editora da Universidade Federal de Alfenas, 2020.p.111-126
- SARACENO, E. The modern functions of small farm systems: An Italian Experience. **Sociologia Ruralis**, v. XXXN, n. 4, p. 308-328, 1994.
- SARAIVA, R. C. F.; CRUZ, T. CC. S. Conhecimento Tradicional e Educação para a Sustentabilidade. *In: Saraiva, R. C. F. et al. (orgs). Sociobiodiversidade e sustentabilidade no cerrado*. Brasília: Universidade de Brasília, 2021. p. 6-8.
- SILVA, C. A. Pensando o espaço social em benefício da agricultura familiar. **Scripta Nova** (Barcelona), v. XI, p. 245-253, 2007.
- WANDERLEY, M. N. B. Prefácio. In: CARNEIRO, M.; MALUF R. S. (orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.p. 9-15.
- WANDERLEY, M. de N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social na construção do futuro. *In: PETERSEN, P. (org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 33-45.

ASSENTAMENTOS RURAIS E GEOGRAFIA DOS ALIMENTOS: PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE, RS⁵³

Michele Lindner

Doi: 10.48209/978-65-5417-576-C

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos o Núcleo de Estudos Agrários (NEAG) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vem estudando a produção de alimentos agroecológicos dos assentamentos do estado do Rio Grande do Sul (RS). Ao estudar a produção, em todas as suas implicações, desde as motivações e desafios para iniciar na prática agroecológica, a permanência que envolve o acesso à terra, as políticas públicas e a organização dos produtores assentados, pode-se verificar a importância de uma Geografia dos Alimentos, que vai desde a produção, até o escoamento desta, no caso estudado, nas feiras livres, ou seja, os espaços onde os agricultores comercializam sua produção. Esses locais representam espaços de trocas e oportunidades para os assentados, os quais tecem redes de relações e garantem rendimentos em todos os períodos do ano.

Também, no que concerne às feiras livres, torna-se fundamental trazer à tona o seu papel no acesso à alimentação saudável e em alguns casos livres de insumos químicos. As feiras livres representam espaços mais acessíveis do que as grandes redes de supermercados, proporcionando a oferta de produtos *in natura* e minimamente processados de forma direta, aproximando os produtores dos consumidores, ou seja, são circuitos curtos de comercialização.

Dessa forma, a discussão aqui trazida parte de observações realizadas a partir de experiências de trabalhos desenvolvidos ao longo dos anos em assentamentos rurais (Medeiros; Lindner, 2014, 2016, 2017, 2021; Lindner; Medeiros, 2015, 2019, 2022, 2023a, 2023b; Lindner; Brustulin; Medeiros, 2021; Lindner; Medeiros; Schneider, 2021 e Lindner; Vieira, 2022), que buscaram compreender o processo produtivo, econômico e social dos assentados produtores de alimentos agroecológicos no RS. Nesse contexto, entende-se que as hortas agroecológicas dos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) representam diversas possibilidades, visto que se destacam ao oferecer uma grande variedade de produtos frescos e livres agrotóxicos. O escoamento da produção precisa se dar de forma rápida e constante por se tratar muitas vezes de produtos perecíveis, o que traz à tona a importância das feiras para a comercialização.

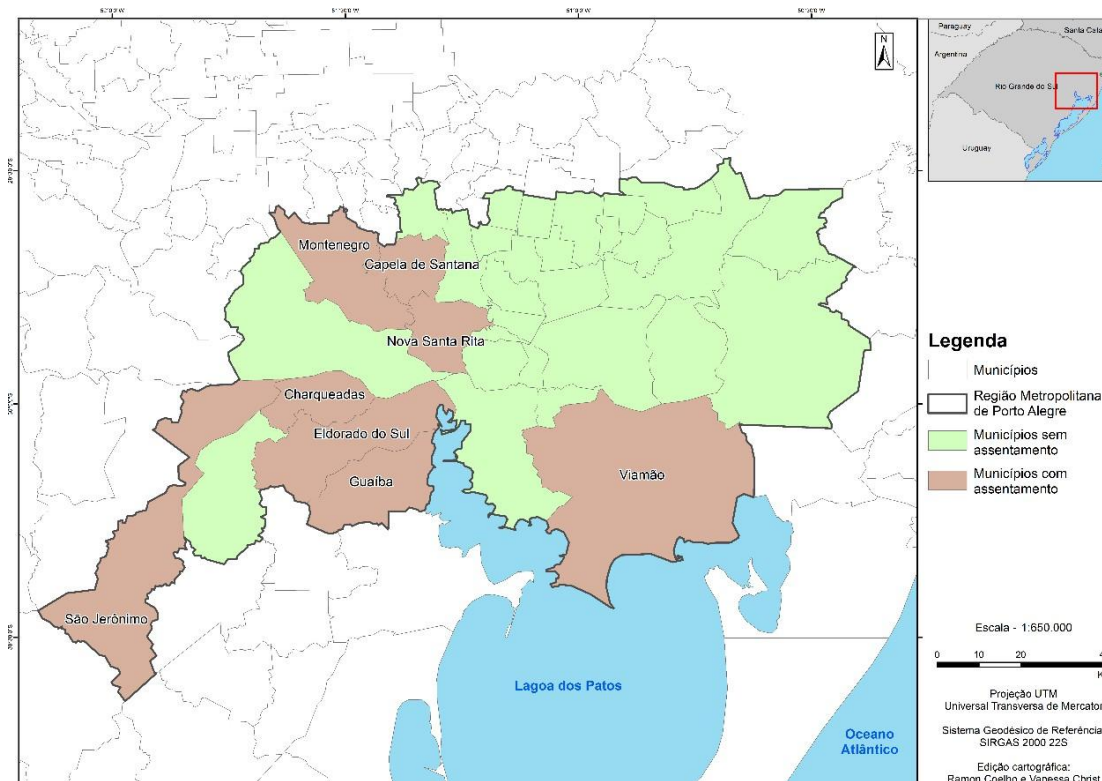
⁵³ Esse artigo é fruto de pesquisas desenvolvidas pela autora no NEAG (Núcleo de Estudos Agrários) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e representa uma atualização da pesquisa e de publicações anteriores, feita para o livro em comemoração aos 60 Anos do Curso de Geografia da UFSM.

No caso dos assentamentos produtores de alimentos agroecológicos na RMPA, a inserção dessa produção nas feiras orgânicas é possível através da garantia de produção orgânica através da OCS (Organismo de Controle Social).

Os assentamentos na RMPA a décadas já se destacam pela produção de arroz agroecológico. Organizados em grupos gestores e integrando cooperativas, a produção iniciada no final dos anos noventa como uma experiência, atualmente configura como a maior produção de arroz agroecológico da América Latina e dá identidade aos assentamentos.

A RMPA composta por 34 municípios (Figura 1), registra a presença de assentamentos em 8 municípios. A proximidade dos assentamentos com a capital gaúcha propicia a abertura de um vasto mercado consumidor para a produção dos assentados, inclusive no que tange a produção de alimentos agroecológicos, nicho de mercado que vem crescendo gradativamente, principalmente em grandes cidades.

Figura 1 – Mapa dos Municípios da RMPA com a presença de assentamentos



Comum a muitos produtores recém assentados, a dificuldade de produzir na nova terra foi um dos problemas enfrentados por diversos assentados da RMPA. Seja por falta de recursos financeiros, seja por falta de conhecimentos técnicos para produzir em áreas diferenciadas das regiões de origem, muitos assentados passam por períodos de fome e miséria, e alguns acabam por abandonar os lotes. Essa situação, nos assentamentos, começou a mudar a partir do desenvolvimento de práticas de educação ambiental que propiciaram a criação de projetos visando solucionar o problema da fome, dando início a organização dos assentados para a produção de alimentos.

Nesse contexto, às hortas agroecológicas passaram a se destacar ao oferecer uma grande variedade de produtos frescos, livres agrotóxicos, tendo atualmente um papel muito importante na permanência dos trabalhadores rurais nos assentamentos.

Assim, a discussão sobre a Geografia dos Alimentos nos assentamentos da RMPA busca focar na análise da produção e comercialização de alimentos produzidos nas hortas pelos assentados, fundamentada no entendimento das práticas agroecológicas, na comercialização direta e na luta pela terra.

AGROECOLOGIA E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS

Ao estudar experiências agroecológicas dos assentados do Rio Grande do Sul, é importante tenhamos claro o que se entende por agroecologia para entendermos as transformações socioespaciais implícitas no processo de produção, comercialização e consumo desses alimentos.

Nesse contexto, o interesse pelo estudo da temática dos alimentos agroecológicos parte da percepção da crescente oferta desse tipo de alimento, seja através da multiplicação de feiras de produtores especializadas em produtos orgânicos, seja nas prateleiras das grandes redes de supermercados. O crescimento da oferta, assim como a multiplicação de produtores dedicados à produção, é estimulado pela constante orientação pela busca por alimentos saudáveis, que faz com que o espaço rural brasileiro, gradativamente venha sofrendo pequenas transformações. Essa nova orientação de consumo, além de trazer melhorias ambientais traz mudanças significativas na qualidade de vida das famílias de agricultores envolvidos na produção e de consumidores desses produtos.

Assim, ao analisarmos experiências de produção agroecológica precisamos ter cuidado na utilização dos termos, pois comumente são colocados como sinônimos termos como agroecologia e agricultura orgânica. Nesse contexto, nos remetemos a Caporal e Costabeber (2002), os quais colocam que cada vez mais há referência a agroecologia como estilos de agricultura menos agressivas ao meio ambiente, que promovem a inclusão social e proporcionam melhores condições econômicas aos agricultores. No entanto, isso demonstra certa confusão de entendimento do termo Agroecologia, o qual se refere à “ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agricultura sustentável e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável” (Caporal; Costabeber, 2002, p. 71).

Seguindo essa lógica Altieri (2004, p. 18) coloca que:

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronômica, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais.

Dessa forma, a agroecologia não pode ser tida como um tipo de agricultura, um sistema de produção ou uma tecnologia agrícola, mas com o resultado da aplicação de seus princípios, “podemos

alcançar estilos de agricultura de base ecológica e, assim, obter produtos de qualidade biológica superior” (Caporal; Costabeber, 2002).

Nesse sentido, entende-se que a produção dos assentados se refere a experiências agroecológicas, visto que envolvem os diferentes pilares da agroecologia. Assim, consideramos que a agricultura de base ecológica é um estilo de agricultura que segue princípios e conceitos da agroecologia, mesclando os saberes tradicionais com os conhecimentos científicos em busca de produções alternativas. Ao encontro dessas afirmações, Candioto, Corrijo e Oliveira (2008), salientam que diferente das formas tradicionais de agricultura, a agricultura chamada de alternativa teve seus métodos desenvolvidos a partir da constatação do impacto de técnicas e métodos convencionais.

Entre esses impactos gerados pela agricultura convencional, temos a degradação ambiental, a pobreza rural gerada pela concentração de terras destinadas a monoculturas, a mecanização da agricultura e consequente desemprego rural e o aumento dos minifúndios que se tornam muitas vezes espaços insuficientes para o sustento de famílias numerosas. Situações como essas que acabaram levando muitos agricultores hoje assentados a ingressar na luta pela terra e após a conquista, rever a forma de produzir, buscando alternativas diferenciadas daquelas que os excluíram do processo produtivo anteriormente.

Assim, as novas formas de agricultura sustentável vêm buscando minimizar impactos gerados pela agricultura convencional e pelo sistema de produção capitalista que visa somente a maximização da produção sem se importar com as consequências sociais e ambientais geradas por tais práticas. A produção de alimentos de forma sustentável em pequenas e médias propriedades demanda mão de obra durante o processo produtivo, além de respeitar as condições locais e os saberes tradicionais.

Dessa forma, todo o processo rumo à agroecologia requer além de um esforço de pesquisa, a participação dos produtores, pois são eles que vão pôr em prática as conquistas da ciência. Os produtores são os agentes do processo, são eles os sujeitos capazes de operar as mudanças e consequentemente transformar suas vidas e de suas famílias.

Portanto, percebe-se que a agroecologia, se insere com grande relevância na temática da produção de alimentos nos assentamentos rurais, apresentada como um conceito importante para a pesquisa, visto que, os produtos produzidos nos assentamentos têm como base seus princípios.

A implantação da agricultura de base ecológica implica em uma série de transformações, sobretudo nas relações sociais de produção, uma vez que exige uma participação ativa do agricultor e uma radical mudança na relação deste com o ambiente rumo a uma produção sustentável. Caporal e Costabeber (2002), ao apresentarem as seis dimensões da sustentabilidade, colocam as dimensões ecológica, econômica e social na base. De acordo com os autores, ao lado da dimensão ecológica, a dimensão social representa um dos pilares básicos da sustentabilidade, visto que a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais só passam a ter relevância quando usufruído pelos diversos segmentos da sociedade. Essa dimensão também inclui a busca de melhores níveis de qualidade de vida através da produção e consumo de alimentos com qualidade biológica superior. A importância dessas

dimensões é facilmente percebida ao se analisar experiências de produção ecológica, vislumbrada na preservação ambiental, diminuição da dependência do sistema convencional e melhorias na qualidade de vida.

Interligada às dimensões ecológica e social, a dimensão econômica também apresenta grande importância nesse tipo de produção, que pode tanto se refletir no bom retorno financeiro através da conquista dos mercados como também na produção para o consumo de subsistência das famílias produtoras.

No centro dos pilares da sustentabilidade, encontramos as dimensões, cultural e política. No que tange a dimensão cultural, Caporal e Costabeber (2002) explicam que é necessário que as intervenções sejam respeitadas com a cultura local. “Os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações rurais precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural” (Caporal; Costabeber, 2002, p. 78). Assim, percebe-se que muitos desses saberes e conhecimentos foram resgatados de experiências anteriores, trazidas de antigos territórios, as quais somadas a novas questões e necessidades se moldam ao contexto da realidade atual.

Já a dimensão política tem a ver com os processos participativos que se desenvolvem na produção agrícola, ou seja, se refere “aos métodos e estratégias participativas capazes de assegurar o resgate da auto-estima e o pleno exercício da cidadania” (Caporal; Costabeber, 2002, p. 79). Portanto, essa dimensão diz respeito à capacidade de organização dos grupos em prol da sustentabilidade, o que no caso da de pesquisa representa uma característica de grande importância, pois através da organização de grupos de produtores foi possível a viabilização da produção e comercialização.

No topo dos pilares da sustentabilidade está a dimensão ética, que representa o comprometimento com a sustentabilidade, a qual inclui responsabilidades individuais e coletivas, ou seja, “quando se aborda o tema da sustentabilidade, a dimensão ética se apresenta numa elevada hierarquia, uma vez que de sua consideração podemos afetar os objetivos e resultados esperados nas dimensões de primeiro e segundo nível” (Caporal; Costabeber, 2002, p. 80).

Portanto, é preciso ter claro que a busca por formas de agricultura sustentáveis requer comprometimento e constantes transformações de atitudes, concepções e valores. E isso tudo não se refere apenas aos agricultores que produzem os alimentos, mas também aos consumidores, os quais geralmente trazem consigo outras formas de se relacionar com o espaço que ocupam.

Nesse contexto, destaca-se que a pesquisa da geografia dos alimentos em assentamentos rurais não se limita unicamente a produção e comercialização dos produtos, pois acaba trazendo consigo diversas outras questões referentes a atitudes e valores que geram transformações socioespaciais tanto no campo quanto na cidade.

A PRODUÇÃO DE ORGÂNICOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Para entender o processo que levou a produção agroecológica nos assentamentos, é importante compreender como se deu a implantação da agricultura de base agroecológica, a qual implicou em uma série de transformações. Essas implicações se deram sobretudo nas relações sociais de produção, uma vez que exigiu uma participação ativa do agricultor e uma radical mudança na relação deste com o ambiente, rumo a uma produção sustentável.

O assentamento Integração Gaúcha, criado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul no ano de 1998, no qual estão instaladas cerca de 67 famílias e que foi um dos pioneiros na produção agroecológica, desenvolveu esse processo por decisão dos agricultores ali assentados, que optaram por produzir dessa forma e que também consideraram as estratégias para a sua sobrevivência nesse território. De acordo com informações do engenheiro agrônomo que dá assistência ao assentamento, via cooperativa COOTAP (Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre LTDA), a maioria das famílias, que fazem parte do assentamento, vieram da região norte do estado e com elas vieram suas práticas produtivas, as quais não eram propícias para o local no qual foram instalados. Dessa forma as famílias passaram por um processo de adaptação produtiva, que envolveu frustrações, crises e buscas por novas alternativas para que permanecessem na terra por eles conquistada.

Assim, as transformações no assentamento Integração Gaúcha se deram através de um processo visando a permanência dos agricultores na terra recém conquistada, como podemos perceber no relato a seguir:

- Na questão mais ligada à produção, para permanecer ali tem que organizar a vida econômica. E nessa organização, das famílias, o pessoal começou a trabalhar o sistema convencional, um modelo dominante, conhecido hoje como a produção com agrotóxico, adubos sintéticos e grandes maquinários (Engenheiro Agrônomo – Informação verbal, out. 2022).

O entrevistado explica que, no início, os assentados começaram com produções de milho e feijão, produções essas que do ponto de vista de aptidão das terras, não eram adequadas. Essas culturas, que eram produzidas na região de origem dos assentados, foram abandonadas, pois as famílias assentadas migraram para a produção de arroz, por ser a mais propícia às condições locais, ou seja, às áreas de várzea predominantes no assentamento, porém ainda produzindo de forma convencional.

Portanto, é possível perceber que a dimensão econômica foi também um fator decisivo para a mudança de orientação produtiva dos assentados ao mudarem da produção de arroz convencional para o agroecológico, não só pela conquista de novos mercados, fator que veio posteriormente, como também por ser fundamental para a sua sobrevivência enquanto produtores.

- O início do processo aqui se deu por uma mudança econômica, que ocorreu quando os camponeses, da agricultura familiar, adotaram o modelo dominante, conhecido como

Agronegócio no Brasil. Elas começaram a produzir e depois de 6/7 anos começaram a entrar em falência econômica (Engenheiro Agrônomo – Informação verbal, out. 2022).

O entrevistado explica que, a maior parte dos serviços e insumos utilizados pelo agronegócio no Brasil está sob o controle das grandes multinacionais e que são elas que detêm a maior parte do processo de produção. “Então, quem está em uma área como o arroz, produzindo de maneira convencional, logo vai entrar em dificuldades econômicas, isso levou muitas famílias a repensar o processo” (Engenheiro Agrônomo – Informação verbal, out. 2022).

Nesse contexto, reunidos em grupos, os assentados começaram a conversar sobre agroecologia e por meio de diversas reuniões discutiram uma mudança de modelo da produção convencional para a orgânica. Foi no início dos anos 2000 que se realizaram diversos seminários, organizados pelos grupos e pelas cooperativas, onde se decidiu pela mudança com base na orientação agroecológica.

Foi nesse contexto, que as experiências com a agricultura agroecológica tiveram início com a produção de hortaliças. A assentada entrevistada explica as dificuldades encontradas, por vir de outro modelo de produção, mas com a vontade de produzir “sem veneno” e nesse sentido, as hortas, as quais existiam em grande quantidade na região e no assentamento, representaram a oportunidade inicial.

- [...] eu fui assentada em 87 e a gente veio de uma região que se plantava milho e soja, chegamos aqui e se apavoram, só tinha água. Vamos plantar o que dentro d'água? Mas daí começamos pelas hortas, nesse assentamento (Assentada – Informação verbal, out. 2022).

Uma das questões mais importantes do sucesso da transição da produção dos assentados, de um modelo convencional para o agroecológico, está na sua organização em grupos, o que no caso estudado possibilitou a viabilização da produção e da comercialização.

Sobre a organização em cooperativas o técnico entrevistado ressalta:

- A ideia desse sistema é atingir as famílias que fazem parte da reforma agrária e trabalhar algumas formas de cooperação simples. O próprio acampamento é uma forma de cooperação, a ideia de trabalhar a cooperação vem da gênese do movimento, e que tem continuidade até quando chegar na terra. Quando chegar na terra tem que ter uma forma de organização (Engenheiro Agrônomo – Informação verbal, out. 2022).

A assentada, por sua vez, explica que existe uma organização hierarquizada do processo produtivo:

- A COOTAP, seria o grande chapéu, onde estão as cooperativas, a grande cooperativa, que têm agroindústria, que comercializam o arroz. E as hortas tão tudo nesse grande chapéu, que é um setor, tem o grupo de gestão do arroz e acompanha as lavouras (Assentada – Informação verbal, out. 2022).

Ficou, portanto, evidente que todo o processo de transição para a agricultura orgânica de base ecológica envolveu o comprometimento dos assentados tanto de forma individual, mas principalmente,

enquanto grupos, o que trouxe, além da viabilidade da produção e da comercialização, uma forte relação de cooperação entre as famílias envolvidas.

AS HORTAS AGROECOLÓGICAS NOS ASSENTAMENTOS DA RMPA

As hortas representam um dos principais pilares de fixação de famílias de trabalhadores assentados no campo. Devido às suas características de envolvimento intensivo de mão de obra na produção e circulação de capital constante, as hortas têm um papel fundamental na ocupação e renda desses trabalhadores.

A experiência das hortas agroecológicas iniciou no final da década de 1990, em pequenas áreas nos assentamentos Itapuí, Capela e Integração Gaúcha, os dois primeiros situados no município de Nova Santa Rita - RS e o último em Eldorado do Sul - RS. No início da experiência, cerca de 20 famílias plantavam suas hortas em lotes individuais. Com o aumento do número de assentamentos nos anos seguintes, o número de famílias produzindo hortaliças de forma agroecológica também cresceu e aliado às mudanças na legislação para produtos orgânicos, houve a necessidade de uma organização das famílias assentadas para a inserção em um processo de certificação.

Nesse contexto, no ano de 2008 foi criado o Grupo Gestor das Hortas, Frutas e Plantas Medicinais, que segundo informações do Grupo, seguem a organização de outros grupos gestores vinculados à COOTAP. O Grupo Gestor que tem como meta o planejamento e a cooperação, estimulando e fortalecendo a comercialização, proporciona às famílias integrantes orientações que auxiliam na formação e capacitação através de cursos, dias de campo e seminários.

O controle da produção dos alimentos agroecológicos das hortas se dá através de um Organismo de Controle Social (OCS) da Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul (COCEARGS). O OCS é uma garantia da qualidade orgânica na venda direta ao consumidor por agricultores familiares sem certificação que garante a credibilidade dos produtos. Trata-se de uma exceção à obrigação de certificação de produtos orgânicos para a comercialização direta aos consumidores finais, onde os agricultores familiares precisam estar vinculados a uma OCS.

Os representantes do Grupo Gestor chamam a atenção para que desde a origem, a produção de hortaliças na RMPA foi orgânica, porém o processo de certificação orgânica veio a qualificar a produção. Segundo informações da COOTAP, no ano de 2024 haviam 24 grupos orgânicos certificados, envolvendo cerca de 130 famílias em 13 assentamentos, além de 4 grupos em transição.

As hortas dos assentamentos da RMPA (Figura 2) também fazem parte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Figura 2 – Horta orgânica no assentamento Integração Gaúcha, Eldorado do Sul – RS



Fonte: Trabalho de campo NEAG, 2018.

No ano de 2024, esses espaços foram profundamente afetados pela enchente (Figura 3) do mês de maio que afetou o estado do Rio Grande do Sul, com mais impactos na RMPA e na região dos Vales. Na RMPA alguns assentamentos ficaram totalmente submersos, como o PA Sinos em Nova Santa Rita e o PE Integração Gaúcha em Eldorado do Sul, com sérios prejuízos devido aos alagamentos em moradias e estruturas produtivas, como galpões, armazéns, estufas e agroindústrias.

Figura 3 – Horta orgânica no assentamento Integração Gaúcha, Eldorado do Sul – RS durante a enchente de maio de 2024



Fonte: COOTAP, 2024.

Após a catástrofe climática, o Grupo Gestor das Hortas, organizou mutirões de limpeza, auxiliou na reconstrução da estrutura produtiva e no planejamento ao retorno às feiras. Segundo informações da COOTAP, 36 famílias de assentados comercializavam sua produção no ano de 2024 nas feiras orgânicas de Porto Alegre (Figura 4) e RMPA, oferecendo mais de 60 variedades de produtos *in natura* e minimamente processados. Nesses espaços produtores e consumidores têm a oportunidade de discutir sobre práticas sustentáveis de produção e consumo de alimentos.

Figura 4 – Feira orgânica do Bairro Menino Deus, Porto Alegre, RS



Fonte: Trabalho de campo NEAG, 2025.

Assim, é preciso entender o papel desse tipo de produção e de espaços como as feiras, que aparecem como espaços privilegiados para os assentados, oportunizando a geração de renda às famílias, que levam a produção da reforma agrária para a sociedade e potencializam o consumo da alimentação saudável a preços mais acessíveis do que os praticados em grandes redes de supermercados. Também, é importante salientar que a demanda por esse tipo de produção está intimamente relacionada a questões locacionais, a proximidade de grandes cidades proporciona a formação de um mercado consumidor com exigências específicas, conhecimentos e poder aquisitivo para o consumo de produtos diferenciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada versa sobre a temática da Geografia dos Alimentos relacionada a produção dos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre. Fala-se em Geografia dos Alimentos, pois essa problemática envolve muito mais do que questões agrônômicas ou sociais, também se referem a um contexto socioterritorial, que vai envolver tanto as condições de produção, quanto de comercialização desta.

A muito tempo já se tem a consciência de que a luta pela terra não finda após a conquista de um lote em um assentamento. Tão importante quanto a conquista da terra é a luta pelas condições que irão possibilitar a produção de alimentos nos assentamentos.

Desta forma, estratégias de produção e comercialização são desenvolvidas pelos assentados e nesse contexto a produção de alimentos agroecológicos vem ganhando cada vez mais destaque nos assentamentos da RMPA. A produção a muito já é uma orientação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no entanto condições favoráveis, como a organização em grupos de produção e a proximidade geográfica com a capital gaúcha, contribuem para o sucesso dessas estratégias de produção. Outras experiências de produções agroecológicas no estado do Rio Grande do Sul estudadas ao longo dos anos pelo NEAG não tem o mesmo impacto financeiro para os assentados, justamente pela dificuldade da formação de um mercado consumidor que valorize e tenha condições de consumir esse tipo de produção.

No contexto da RMPA, assim como em outras grandes cidades, as feiras livres aparecem como espaços privilegiados para os assentados envolvidos com hortas com produções agroecológicas, oportunizando a geração de renda às famílias, que levam a produção da reforma agrária para a sociedade e potencializam o consumo da alimentação saudável a preços mais acessíveis do que os praticados em grandes redes de supermercados.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; OLIVEIRA, Jackson Alano de. A agroecologia e as agroflorestas no contexto de uma agricultura sustentável. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa (Orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 213-232.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Análise Multidimensional da Sustentabilidade**: Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – v. 3 n. 3, Porto Alegre, jul/set de 2002.

LINDNER, Michele; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. A produção de arroz ecológico na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS: inclusão sócio econômica e transformações territoriais. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, número especial (2), p. 158 – 167, Novembro. 2015.

_____. Comercialização direta como estratégia de permanência na terra: hortas orgânicas e o Pão da Terra nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre, RS. **Boletim DATALUTA**, v. 1, p. 2, 2019.

_____. Produção de arroz orgânico em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: práticas de organização coletiva e sua contribuição para a fixação do homem no campo. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 25, p. e36-23, 2022.

_____. Agricultura orgânica em assentamentos rurais: a produção de arroz na Região Metropolitana de Porto Alegre – RS. **Cadernos de Geografia**. 33, p. 400, 2023a.

_____. As ruralidades na Região Metropolitana de Porto Alegre: produção de alimentos orgânicos em assentamentos rurais. In: Danielle Heberle Viegas, Heleniza Ávila Campos e Paulo Roberto Rodrigues Soares. (Org.). **Região Metropolitana de Porto Alegre (1973-2023) - RMPA 50 anos: história, território e gestão**. 1ed.Porto Alegre: Editora Oikos Ltda, p. 152-166. 2023b.

LINDNER, Michele; BRUSTULIN, Felipe S. MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. A produção ecológica nos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. **Confins** (Paris), v. 1, 2021.

LINDNER, Michele; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira, SCHNEIDER, Sergio. Organic rice in land reform settlements of Rio Grande do Sul, Brazil. **The Phantom of Upgrading in Agricultural Supply Chains**. 1ed.: Rainer Hampp Verlag, 2021, p. 91-110.

LINDNER, Michele; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos. Paisagens da luta pela terra: transformações a partir das práticas orgânicas de base agroecológica em assentamentos rurais. In: Glaucio José Marafon; Cesar De David. (Org.). **Paisagem e espaço rural**. 1ed.Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022, p. 133-149.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele (Orgs.). **Assentamentos Rurais, Território, Produção: Novas Alternativas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Evangraf, 2014

_____. **Olhares de ontem e de hoje sobre a paisagem da Microrregião da campanha Ocidental/Rio Grande do Sul/ Brasil**. Boletim Geografico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, n. 27, p. 94-111, mar. 2016.

_____. **Dinâmicas do Espaço Agrário: Velhos e Novos Territórios - NEAG 10 anos**. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

_____. **Os impactos gerados pela instalação de assentamentos rurais na Campanha Gaúcha**. Rio Grande do Sul, Brasil. REVISTA NERA (UNESP), v. 24, p. 202-225, 2021.

O BRASIL DO ‘AGRO’: DINÂMICA DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA E O PROCESSO DE COMMODITIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Flamarion Dutra Alves

Doi: 10.48209/978-65-5417-576-D

INTRODUÇÃO

Este texto é resultado de uma palestra realizada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no dia 11 de julho de 2024, intitulada “O Brasil do ‘Agro’: entre especializações produtivas e resistências territoriais” a convite do Núcleo de Estudos em Geografia, Agricultura e Alimentação (NUGAAL) e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSM.

Na oportunidade tentei discutir as transformações territoriais ocorridas na agropecuária brasileira entre os anos de 1988 a 2022, com ênfase nas culturas de exportações ‘commodities’, que são alvo de inúmeras pesquisas e que encampam o discurso do ‘Agro’, como as atividades que sustentam a economia brasileira.

A questão central deste texto é quais as regiões que estão se beneficiando da commoditização do território brasileiro? Quais culturas agrícolas estão ganhando e/ou perdendo espaço? Como está essa dinâmica, sobretudo nestas primeiras décadas do século XXI?

Sendo assim, este texto tem como objetivo analisar a dinâmica espaço-temporal da agropecuária brasileira, buscando identificar as transformações ocorridas em diferentes regiões, além de discutir os atores envolvidos no processo de commoditização do território brasileiro e compreender algumas das especializações territoriais produtivas existentes e que dão suporte ao agronegócio.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa adotada é uma revisão sistemática dos temas abordados nesse texto, como agricultura familiar e agronegócio a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES e do Portal de Periódicos da CAPES, bem como uma pesquisa quali-quantitativa a partir de dados secundários contidos na Pesquisa Agrícola Municipal e Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2024), Dados da matriz de crédito rural no Banco Central do Brasil (BACEN, 2024) e dados da exportação brasileira na plataforma do comércio exterior (COMEXSTAT, 2024).

É importante ressaltar que o Brasil, desde sua colonização/exploração, sempre foi um país que desempenhou um papel importante no mercado global, no que diz respeito às matérias-primas, desde os *plantations* de cana-de-açúcar, mineração, madeira, borracha, café, etc. Mas o que vemos hoje no século XXI é um processo que muitos autores chamam de neextrativismo ou *neoplantation*, ou seja, como esse comércio global de matérias-primas impacta em diferentes regiões brasileiras.

O agronegócio aqui, para defini-lo, é aquele que é desenvolvido em grande parte por médios e grandes produtores rurais, empresas nacionais e multinacionais, e produz *commodities*, que são bens com um preço definido nas bolsas de valores.

O Brasil em 2024 é o maior produtor de café do mundo, o maior produtor de minério de ferro; o segundo produtor de soja; segundo maior produtor de carne de boi; segundo em carne de frango; terceiro produtor de milho; quarto produtor de carne de porco. Mas a que custo? Quais custos ambientais e sociais precisamos desenvolver para alcançar essas taxas? Quem se beneficia com esse processo? Que regiões ganham e perdem? Qual é a espacialidade desse fenômeno?

AS FACES E SUSTENTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO

Diversos autores discutem as bases do agronegócio e suas diversas facetas e características como Delgado (2012), Leite (2018), Oliveira (2016), Pompeia (2020) e Moreira (2024). Entre os pilares de sustentação, tem-se o Academia, Estado e Mídia (Figura 1), este tripé pode ser analisado separadamente, mas por vezes, trabalham em conjunto em prol do agronegócio.

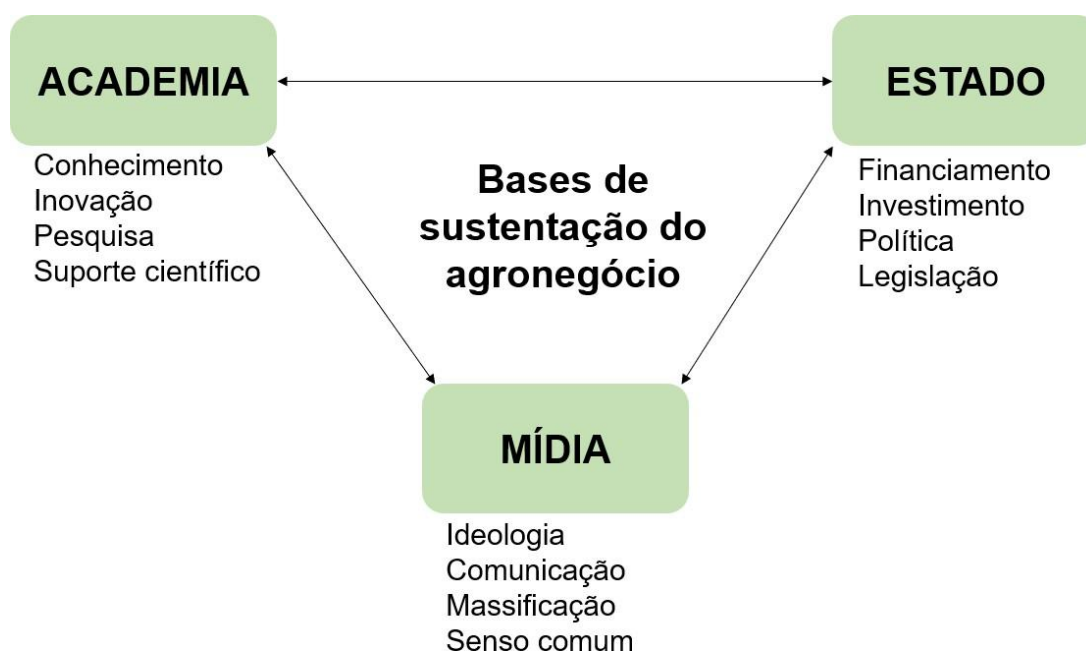


Figura 1 – Bases de sustentação do agronegócio brasileiro.
Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

A Academia é a produção científica das universidades, institutos de pesquisa, sejam eles públicos ou privados. A ciência fornece o apoio técnico necessário para validar a expansão de novas tecnologias e ideias na agroindústria. Foi assim com as sementes e espécies transgênicas, os dispositivos biotecnológicos, a mecanização e o uso de agrotóxicos, tudo em nome da produtividade. O conflito de interesses é grande neste sentido, isso porque estas grandes empresas nacionais e multinacionais do setor do agro financia grupos de pesquisas e pesquisadores, como por exemplo pesquisadores que são financiados por empresas farmacêuticas, agroquímicas, que produzem agrotóxicos, ou ainda, pesquisadores financiados por empresas agroindustriais, que produzem relatórios de sustentabilidade nas fazendas, visando certificações. Esses processos tem uma linha tênue entre interesses financeiros dos pesquisadores e a produção científica comprometida com a sociedade.

Com relação a produção científica sobre o agronegócio e a agricultura familiar em revistas e dissertações e teses no Brasil, há uma disputa acirrada no quantitativo de produções (Tabela 1).

Tabela 1 – Produção científica de artigos entre 1969 a 2024 e dissertações e teses de 1997 a 2024, sobre agricultura familiar e agronegócio no Brasil.

Produção	Agronegócio	Agricultura familiar
Artigos	4.079	5.642
Dissertações de mestrado	4.366	4.609
Teses de doutorado	1.131	1.275
Total	9.576	11.526

Fonte: Portal de periódicos da CAPES (<https://www.periodicos.capes.gov.br/>) e Banco de Teses e Dissertações da CAPES (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>)

Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

Esta busca é importante, porque a ciência não é neutra, quando se escolhe um tema para estudar é necessário estar consciente dos choques ideológicos, teóricos e epistemológicos, pois a produção científica dá o suporte e validação para esses segmentos que atuam no espaço rural, e estão dispersos em todas as grandes áreas do conhecimento, da Ciências Rurais até as Ciências Exatas. No caso da Geografia e Ciências Humanas

Em relação ao termo agronegócio, houve mais de 4 mil artigos, 10% dos quais eram de Ciências Humanas. E quanto as dissertações e teses, houve 5497 produções, das quais 5% foram em Geografia. Em relação ao termo agricultura familiar, houve mais de 5600 artigos, 21% de ciências humanas. Houve 5884 dissertações de mestrado e teses de doutorado, das quais 5% foram em Geografia.

Além destes termos serem distintos, a organização, características e proposições da produção científica são antagônicas (Figura 2), evidenciando que a Academia segue em vertentes diferentes sobre o desenvolvimento rural (Kageyama, 2008; Correia e Alves, 2022).

Figura 2 – Nuvem de palavras sínteses sobre os temas centrais dos artigos e teses sobre o agronegócio e agricultura familiar.



Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

A lógica técnico-economicista prevalece na produção científica sobre o agronegócio, os estudos pretendem afirmar a importância econômica e tecnológica desse sistema para a produção agropecuária no país, sobretudo das exportações para o Produto Interno Bruto. Como é uma atividade que emprega poucas pessoas e muitas vezes, todo processo é mecanizado, a ausência de estudos com os agricultores é uma constante. Já nos estudos sobre a agricultura familiar, a lógica é na diversidade da produção agropecuária, tratando de temas complexos que envolvem o espaço rural, como a sustentabilidade, gênero e identidade. O tema central é a segurança alimentar e a produção livre de agrotóxicos, como a agroecologia.

Com relação ao Estado brasileiro, partimos do princípio que a estrutura fundiária preserva a elite agrária de séculos passados, um perfil elitista, escravista e conservador, pouco progressista e despreocupado com os interesses da maioria da população.

O Brasil não realizou uma reforma agrária, então a concentração da terra é um legado do período colonial. Em 2024, 1% das propriedades rurais ocupam quase 50% da terra agrícola no Brasil, e 80% das propriedades rurais, onde estão localizados os agricultores familiares, concentram-se em apenas 20% da terra.

Mas o Estado brasileiro aprofunda ainda mais essas desigualdades espaciais. Na região Nordeste, que tem o maior número de agricultores familiares, 47% do total do país, recebe apenas 6% do crédito

rural (Figura 3). E a maior parte do crédito vai para a região Centro-oeste, demograficamente baixa de agricultores familiares, mas com grandes áreas de soja, milho e fazendas de gado para exportação.

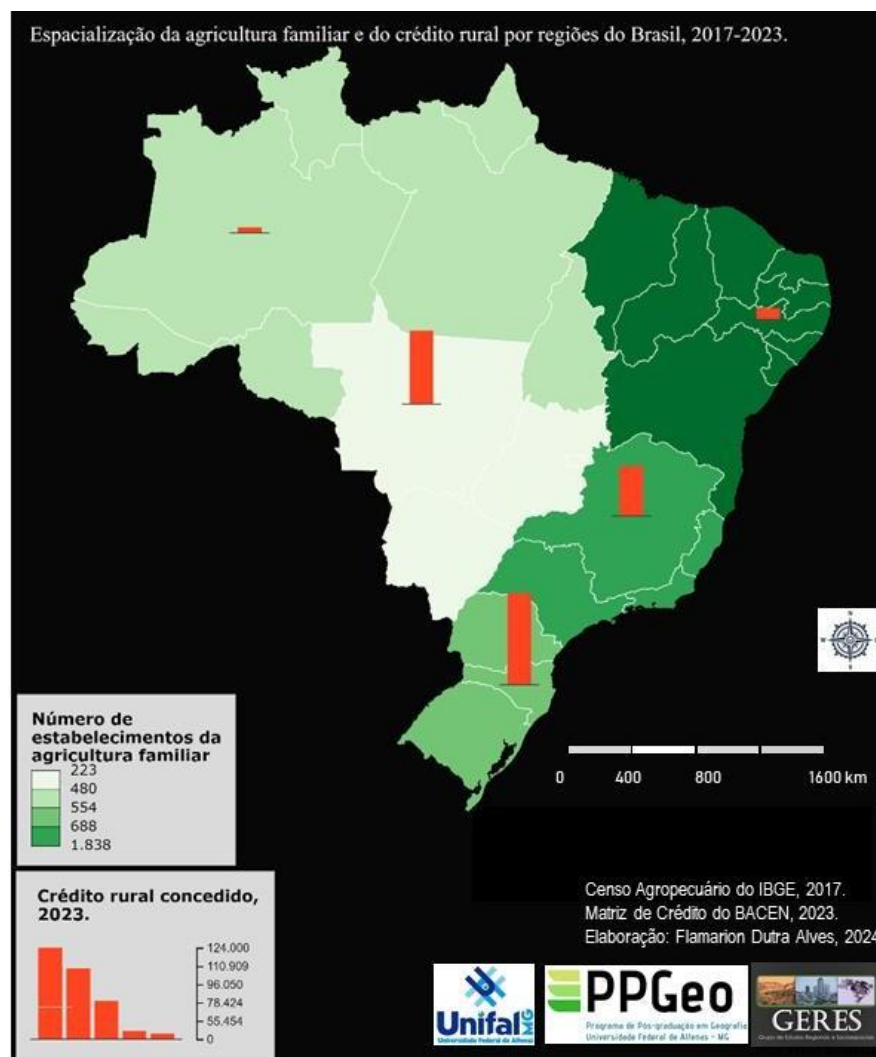


Figura 3 – Espacialização da agricultura familiar e do crédito rural por regiões do Brasil, 2017-2023.
Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

A respeito do crédito rural, o Plano Safra 2024-2025 foi aprovado com um orçamento de quase 500 bilhões de reais. Desse total, apenas 14% serão destinados ao PRONAF, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações junto aos agricultores familiares. Desta forma, o Estado dá o suporte necessário para a consolidação do agronegócio, sem dúvida, sem o crédito rural estatal o agronegócio não teria condições para manter o crescimento que vem ocorrendo nas últimas décadas. Vale reforçar, que mesmo com diferentes presidentes, a política agrícola brasileira sempre privilegiou o modelo agroexportador do agronegócio.

Além do crédito rural, o Estado atua em prol do agronegócio na liberação do uso de agrotóxicos, na flexibilização de leis ambientais para o avanço em área de conservação e ainda no fomento de editais e pesquisas dentro das fundações de pesquisa, como no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação com o Fundo setorial do agronegócio que existe desde a década de 1990, editais específicos da FAPESP,

FAPEMIG e outras Fundações de pesquisa, que consideram o agronegócio como área prioritária de desenvolvimento de pesquisas.

E por fim, a Mídia tem o papel de subsidiar a comunicação com a população em geral, ou seja, a massificação do conteúdo a ser divulgado para o campo ideológico dessa atividade. Lembrando Raffestin (2011) quando afirma que quem controla a comunicação, controla as redes e o território, e por conseguinte, o imaginário, o campo ideológico e a construção do senso comum.

Dentre as ações da mídia em favor do agronegócio, destaca-se a inserção da propaganda na grade da programação da rede globo (Figura 4).

Figura 4 – Propaganda do Agro na Rede Globo.



A campanha publicitária "Agro é tech, agro é pop, agro é tudo" tem como objetivo instigar o público sobre os benefícios do agronegócio, relacionado com a modernidade, tecnologia, inovação, empreendedorismo, além de indicar que o 'agro' está presente em quase todos os setores da sociedade e no nosso cotidiano. Entretanto, faz uma confusão do que é o 'agro' e o que é o agronegócio, pois envolve muitas vezes, o agricultor familiar e outros tipos de produção, dando a entender que o 'agro' é sinônimo de diversidade, conforme há estudos acerca desse tema (Santos, Silva e Maciel, 2019; Cardoso, Sousa e Reis, 2019).

Outra ação importante para mencionar a respeito dos meios de comunicação e mídia, diz respeito ao movimento 'De olho no material escolar', que é uma organização da sociedade civil, que tem como objetivo intervir em conteúdos e materiais didáticos que tratam da questão agropecuária. Este movimento tem uma relação direta com o agronegócio e defende estes interesses. Em seu site, tem uma relação de obras em sua 'agroteca' é uma:

Biblioteca virtual com materiais constantemente atualizados sobre diferentes aspectos do agronegócio para estudantes e profissionais de ensino. Os conteúdos multimídia são baseados em fatos e dados científicos, têm linguagem acessível e são disponibilizados após a curadoria da Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz (ESALQ), unidade da Universidade de São Paulo (USP). (De olho no material escolar, 2025).

Nesta definição, vemos a relação Mídia, Academia e Estado entrelaçados num objetivo comum. Por isso, estes três pilares do agronegócio devem sempre ser analisados em conjunto, pois os interesses podem estar implícitos, mas estão num processo de desmonte da educação pública e na esteira de uma educação neoliberal (Dantas, 2022; Nannini e Marcusso, 2024).

COMMODITIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E ESPECIALIZAÇÕES TERRITORIAIS PRODUTIVAS

Os fundamentos teóricos da Geografia para o estudo do contexto de globalização da agricultura são sustentados por diversos estudos e autores.

Santos e Silveira (1996) e Santos (2012) reforçam o caráter de especialização territorial produtiva dos lugares. As corporações usam territórios em seu benefício com a criação de infraestruturas, a expansão de tecnologias modernas e a ampliando a relação local-global, e constituindo uma unidade econômica no território, de certa forma, criando uma dependência dessa atividade.

Elias (2022) falará sobre cidades do agronegócio, onde cidades, geralmente de médio porte, estarão organizadas com comércio e serviços diretamente ligados à agricultura. Com filiais de multinacionais e corporações, o emprego urbano depende dessa atividade agrícola. Nesse sentido, algumas cidades pequenas e médias reforçam a ideia do lugar de fazer do agronegócio, ou seja, as decisões são tomadas em escala global e sua dinâmica do cotidiano se dá nesses centros regionais das redes rural-urbanas (Guiari, Dias e Alves, 2025).

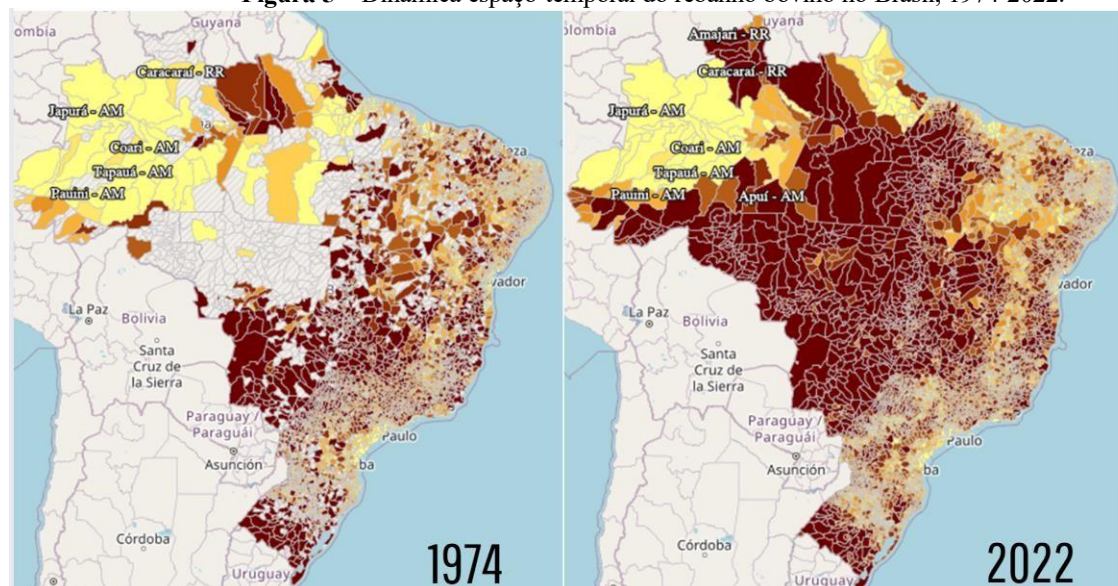
Alves (2021) discutirá a mudança na produção agrícola na região, de alimentos de consumo para *commodities*. Esse processo de mercantilização territorial é caracterizado pelo esvaziamento das áreas rurais, uma paisagem com pouca diversidade e pela presença de corporações multinacionais e exportações.

Todas essas perspectivas teóricas apontam para uma relação cada vez mais intensa e interdependente entre o campo e a cidade, e os fluxos e interações numa escala local-global.

ANÁLISE DA DINÂMICA DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

Neste texto, trataremos algumas culturas agropecuárias que se destacam no contexto da economia rural-urbana brasileira, visando acompanhar as mudanças regionais e o quantitativo ao longo das últimas décadas. Numa primeira análise, observa-se a dispersão do rebanho bovino para as regiões norte e centro-oeste (Figura 5).

Figura 5 – Dinâmica espaço-temporal do rebanho bovino no Brasil, 1974-2022.



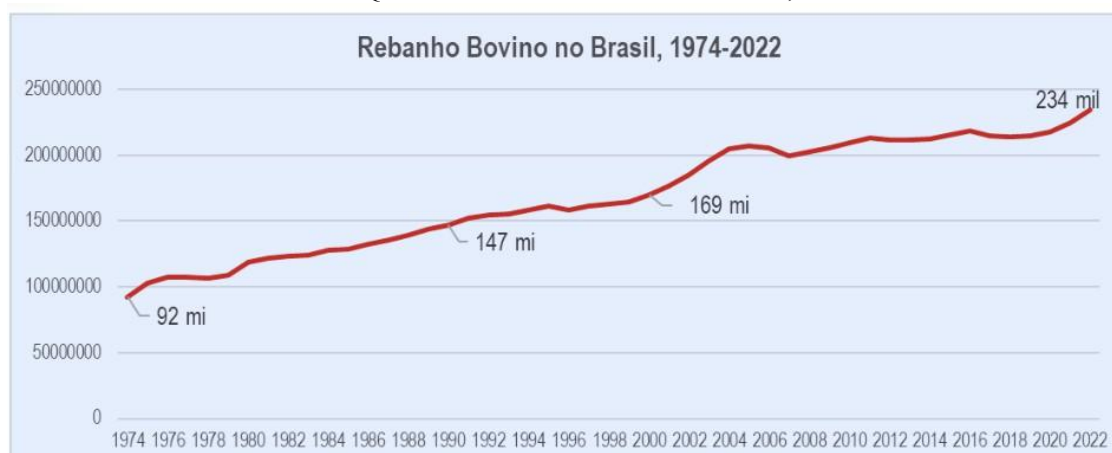
Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE (2024).
Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

O Brasil é segundo maior produtor de carne bovina no mundo, somente atrás dos Estados Unidos. No final do século XX, a criação do rebanho bovino estava mais concentrada no Rio Grande do Sul e parte do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, entretanto houve uma expansão para as áreas de cerrado e da floresta amazônica no século XXI.

O Rio Grande do Sul teve uma leve queda no período de 1974 a 2022, passando de 13 para 12 milhões de cabeça de gado, sendo ultrapassado por Mato Grosso que foi de 11 para 34 milhões de cabeças de gado e o estado do Pará, na Amazônia detém o segundo lugar no país, passando de 1.3 milhões para 24.7 milhões de cabeças de gado, evidenciando esse deslocamento e como consequência os diversos impactos socioambientais como o desmatamento e queimadas nos biomas do cerrado e Amazônia.

No contexto nacional, o crescimento do rebanho bovino foi significativo, e em 2022 o país tem mais cabeças de gado do que pessoas (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Quantitativo do rebanho bovino no Brasil, 1974-2022.



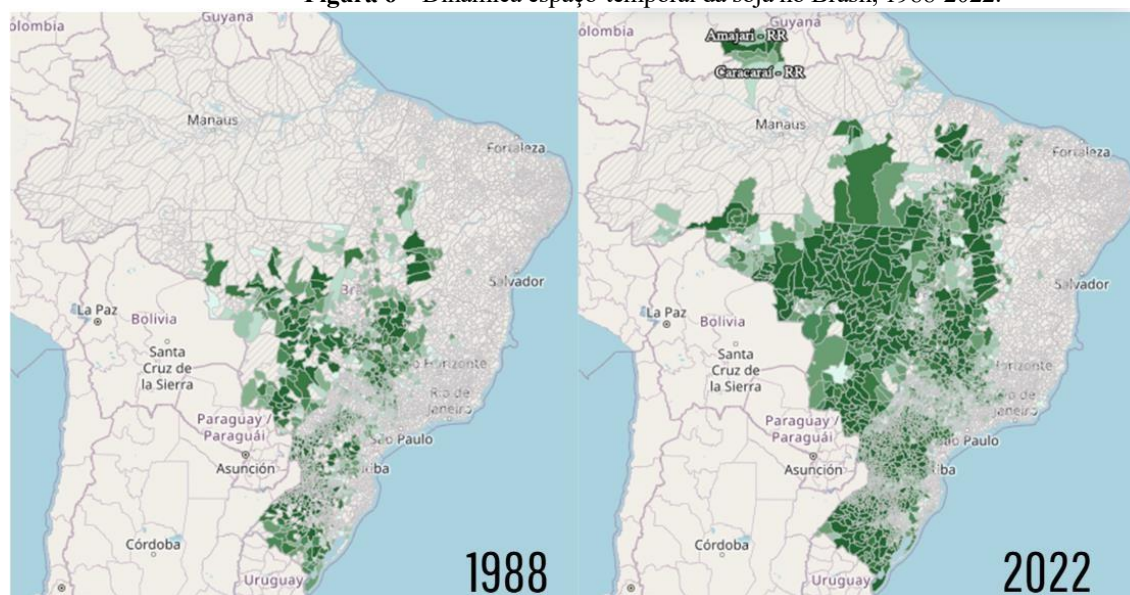
Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE (2024).
Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

O rebanho bovino saltou de 92 milhões para 234 milhões de cabeças de gado, representando um crescimento de mais de 150%. Entre as principais empresas do setor, destaca-se a JBS, que tem filiais e empreendimentos em todo país, mas sobretudo no Centro-Oeste. E que estabelece essas interações do comércio exterior, mas ao mesmo tempo, está em constante conflito, pois suas fazendas estão no chamado ‘arco do desmatamento da Amazônia’ (Borges, 2021).

As exportações das carnes bovinas ocupam o quinto lugar no Brasil, tendo exportados 11.6 bilhões de dólares, num total de 2.5 milhões de toneladas. As exportações seguem uma tendência de alta, em 2014 foram comercializadas 5.7 bilhões de dólares, e tendo duplicado este valor em 10 anos. Com relação aos países compradores, a China em 2024 adquiriu 51% da carne exportada, seguido dos Estados Unidos com 8,1% e os Emirados Árabes Unidos com 5,1%.

Paralelo ao crescimento do rebanho bovino, destaca-se também a sojicultura (Figura 6), que avançou significativamente para as áreas de cerrado e Amazônia ao longo do século XXI.

Figura 6 – Dinâmica espaço-temporal da soja no Brasil, 1988-2022.



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE (2024).
Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

A expansão da sojicultura ao longo de período analisado evidencia a ocupação nas áreas de cerrado, do chamado MATOPIBA, e também em áreas da Amazônia, como em Rondônia e sul do Pará. O Rio Grande do Sul aumentou sua área de 3.4 milhões para 6.3 milhões de hectares, sendo o segundo estado com maior produção, atrás do Mato Grosso com 10.9 milhões, e em terceiro Goiás com 4.1 milhões e Paraná com 5.6 hectares.

Essa expansão está ligada com a crescente procura da soja no mercado internacional, sobretudo com o mercado chinês, que demanda o grão para diversos usos, como ração animal. Desde 2008, a China se tornou o maior parceiro comercial do Brasil, em 2024 o Brasil exportou para China 94 bilhões de

dólares, e a soja foi responsável por 33% dessas exportações, sendo o produto de maior participação (COMEXSTAT, 2024).

Com relação as exportações de soja, em 2024 foram comercializadas 43.9 bilhões de dólares em 98 milhões de toneladas, e a China comprou 73% da soja, seguido da Espanha com 4,2% e Tailândia com 3,6% (COMEXSTAT, 2024).

Por isso, a relação entre a crescente demanda internacional, fez com que a área plantada da soja aumentasse praticamente 4 vezes entre 1988 a 2022 (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Área plantada de soja no Brasil, 1988-2022.

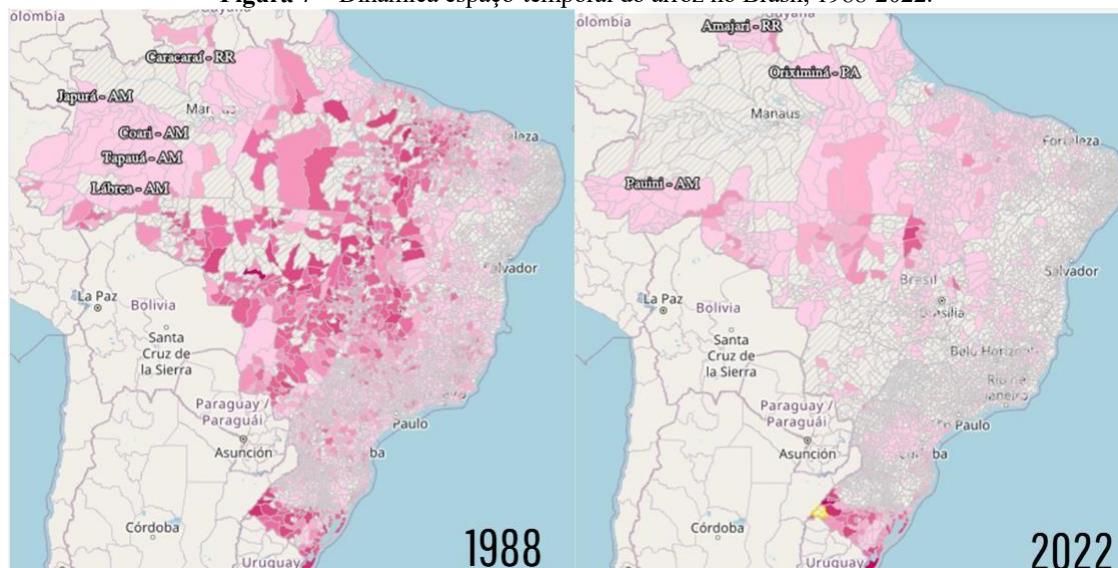


Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE (2024).
Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

Os investimentos estatais para a expansão da sojicultura foram decisivos para que a área plantada tivesse um crescimento exponencial em 34 anos de análise, e o salto ocorreu, sobretudo, na primeira década do século XXI no período chamado ‘boom das commodities’ (Black, 2015). Dessa forma, em 1988 havia aproximadamente 10 milhões de hectares plantados de soja, em 2001 houve um leve crescimento para 14 milhões de hectares, mas o salto se dará após 2010, atingindo 41 milhões de hectares em 2022.

Isso evidencia a política em prol do agronegócio, em detrimento a ações para agricultura familiar e culturas que não tem o mesmo interesse para exportação, como o caso da rizicultura (Figura 7).

Figura 7 – Dinâmica espaço-temporal do arroz no Brasil, 1988-2022.



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE (2024).
Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

A cultura do arroz é importante para a economia brasileira, pois é um alimento que é tradicional na dieta da população, mas não é relevante para o comércio exterior. Em 1988 havia uma dispersão maior da cultura do arroz pelas diferentes regiões brasileiras, o Rio Grande do Sul detinha 32,8% da produção nacional, ao longo do período, além de uma redução de área houve uma concentração regional, e em 2022 o Rio Grande do Sul detém 71,2% da produção nacional (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Área plantada de arroz no Brasil, 1988-2022.



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE (2024).
Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

A redução de área plantada no período selecionado, de 6.1 milhões de hectares para 1.6 milhões de hectares, reflete as ações de desvalorização de culturas agrícolas que não atraem os interesses para o comércio exterior em detrimento do mercado interno. A redução na quantidade produzida foi de 11.8 milhões para 10.6 milhões toneladas, tem repercussões na cadeia produtiva, no preço dos alimentos,

sobretudo, em 2024 quando as enchentes no Rio Grande do Sul impactaram as lavouras de arroz, sendo necessário fazer importações do grão, encarecendo o produto para os consumidores.

Por fim, o crescimento do agronegócio no Brasil parte de diversas frentes: internas, onde o Estado, Academia e Mídia sustentam financeira-científica e ideologicamente, e externas, com a dependência chinesa no comércio mundial, pois em 2001, o Brasil exportou para China 1.9 bilhões de dólares, já em 2023 foram 104 bilhões de dólares, um crescimento expressivo e que tende a ampliar essa relação, tendo em vista as restrições de taxas impostas por Donald Trump⁵⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos altos volumes de exportação e de capital que circula no agronegócio, pouco se reproduz em qualidade de vida para a população, pois cada vez mais com atores e instituições globais envolvidos nesse mercado, o capital e o lucro são drenados para fora do país. Além disso, a produção de *sai? in natura* do país, ou seja, não agrega valor nos outros setores da economia.

Entre os efeitos da commoditização do território é a diminuição de outras culturas agrícolas, que fazem parte do consumo habitual da população, isso afeta diretamente a segurança alimentar. Outro efeito é o uso de crédito abundante para essa atividade, que demonstra a financeirização dos agricultores envolvidos, e o endividamento permanente é uma consequência.

Muitos autores afirmam que o Brasil vive um processo de reprimarização da economia. Será que sempre estivemos num processo de primarização da economia?

REFERÊNCIAS

ALVES, F. D.; CORREIA, G. G. S. Considerações e perspectivas sobre o desenvolvimento rural no Brasil: a produção científica entre 2001 e 2020. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 17, n. 46, p. 01–27, 2022. <https://doi.org/10.14393/RCT174601>

ALVES, F. D. Da diversidade agrícola à commoditização do território: os efeitos do agronegócio na Região Imediata de Alfenas – Minas Gerais. **Boletim Alfenense de Geografia**. Alfenas. v. 1, n. 2, p. 129-150, 2021. <https://doi.org/10.29327/243949.1.2-10>

BACEN – **Matriz de dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural> Acesso em: 12/05/2024.

BLACK, C. Preços de commodities, termos de troca e crescimento econômico brasileiro nos anos 2000. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre. v. 42, n. 3, p. 27-44, 2015

BORGES, L. F. R. **A violência no arco do desmatamento da Amazônia: crimes dos poderosos e danos socioambientais**. Dissertação (Mestrado em Direito). Florianópolis: UFSC, 2021.

⁵⁴<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2025/04/02/veja-quais-sao-os-produtos-que-o-agro-do-brasil-mais-vende-para-os-eua.ghtml>

CARDOSO, A. S. R.; SOUSA, R.A.D.; REIS, L.C. O agro é tech, é pop, é tudo: o (des) velar dessa realidade. **Geosul**. v. 34, n. 71, 2019. <https://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p836>

COMEXSTAT - **Consulta da Exportação do Comércio Exterior**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home> Acesso em: 10/06/2024.

DANTAS, J. S. A ofensiva das frações de classe bolsonaristas no desmonte da educação básica pública: escola sem partido, escolas cívico-militares, homeschooling e o ‘agro’ de olho no material escolar. **Alemur**. v. 7, n. 2, 2022. <https://doi.org/10.70615/alemur.v7i2.5345>

DE OLHO NO MATERIAL ESCOLAR. **Agroteca**. Disponível em: <https://deolhonomaterialescolar.com.br/agroteca> Acesso em: 30/04/2025.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio**: mudanças cíclicas e meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELIAS, D. Consumo produtivo e urbanização no Brasil: as cidades do agronegócio. **Ciência Geográfica**. v. 26, n. 2, p. 1003-1019, 2022.

GUIARI, G.; DIAS, D. A; ALVES, F. D. Cidades pequenas e médias: lugares do fazer e do articular o agronegócio. **Campo-território**. Uberlândia, v. 20, n. 58, p. 71-96, 2025. <https://doi.org/10.14393/RCT205876145>

IBGE – **Pesquisa Agrícola Municipal – 1988-2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria.html> Acesso em: 02/05/2024.

IBGE – **Pesquisa Pecuária Municipal – 1974-2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria.html> Acesso em: 02/05/2024.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceito e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

LEITE, S. P. Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização da agricultura: por uma sociologia das transformações agrárias. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 4, n. 7, p. 1-22, 2018.

MOREIRA, R. **Brasil, espaço e tempo**. São Paulo: Contexto, 2024.

NANNINI, W. T; MARCUSSO, M. “De olho no material escolar”: o agro quer ser pop nas escolas combinando força e consenso. **Pegada: A revista da Geografia do Trabalho**, v. 25, n. 1, p. 319–350, 2024. <https://doi.org/10.33026/peg.v25i1.10370>

OLIVEIRA, A. U. **Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

POMPEIA, C. Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, v. 35, n. 104, 2020.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. 2. ed. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Khedir, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. Globalização e Geografia: a compartimentação do espaço. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 18, jul. 1996.

SANTOS, A. D. G.; SILVA, D.V.; MACIEL, K. N. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Eptic**. v. 21, n. 1, 2019.

PESQUISA SOCIOESPACIAL COM FOCO CONCEITUAL NA PAISAGEM: PONDERAÇÕES

Felipe Leindecker Montebianco

Doi: 10.48209/978-65-5417-576-E

INTRODUÇÃO

São muitos os conceitos utilizados pelos geógrafos na operacionalização de suas pesquisas socioespaciais. Cada um desses conceitos expressa possibilidades em particular de leitura do espaço geográfico, delineando, portanto, também caminhos metodológicos específicos.

Paisagem, território, lugar, ambiente, etc.: o enfoque em uma ou outra dessas categorias vai depender da visão analítica privilegiada por um ou outro geógrafo (SUERTEGARAY, 2001).

Haesbaert (2014, p. 42) denomina exatamente de “foco conceitual” essa [...] priorização que cada conceito dá em relação ao espaço geográfico (e suas regiões)”, possibilitando enfatizar uma determinada perspectiva ou forma de olhar e abordar a questão-problema ou objeto, sem, no entanto, ignorar as demais possibilidades de focalização, ou seja, sem desconhecer a presença de outros elementos que, ainda que não estejam enfocados, permanecem presentes.

Neste texto, trazemos ponderações sobre a pesquisa socioespacial operacionalizada com foco no conceito de paisagem, a partir de estudos e aportes reunidos por ocasião de nossa experiência de pesquisa sobre a dinâmica do Pampa Brasileiro, no Rio Grande do Sul.

Organizamos o manuscrito do seguinte modo: na primeira parte, abordamos a tradição do entendimento da paisagem como sistema material na geografia e de seu exame visual pelos geógrafos, citando o legado deixado, bem como limites da abordagem.

Nos dois itens que seguem, são destacadas as duas ponderações objeto do presente texto, ponderações estas que, em nossa citada experiência, se mostraram fundamentais ao operar com paisagem, a saber: 1) nem tudo que é real pode ser desvelado pela visão e 2) o próprio olhar do pesquisador é condicionado por filtros. Em ambas, trazemos implicações operacionais, que remetem à importância do exame de diferentes olhares contextuais para além do olhar o próprio pesquisador como forma de melhor acessar o potencial analítico do trabalho com paisagem.

Por fim, realizamos uma síntese, reiterando essas ponderações que, em nossa experiência, se mostraram eficazes ao implicarem em coletas de campo fundadas no cruzamento entre observação direta da paisagem e escuta das vozes de suas gentes, complementadas pelas fontes documentais e bibliográficas.

A PAISAGEM COMO SISTEMA MATERIAL E OS LIMITES DA TRADIÇÃO VISUAL DA GEOGRAFIA

A paisagem pode ser entendida como uma inscrição, uma escrita da Terra por uma sociedade, uma geo-grafia em seu sentido literal, segundo explica Berque (1998). Como produto de uma escrita, ela fala de seus autores, sendo, por isso, capaz de manifestar concretamente a relação de uma sociedade com

o espaço e com a natureza, funcionando como um texto passível de leitura e interpretação, como sugere Duncan (2004).

Santos (2006), falava da paisagem como a parte observável do conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. Seria, para ele, a porção visível daquilo chamou de configuração geográfica, substrato material (SOUZA, 2013) ou materialidade do espaço.

Nessa condição, a paisagem em Santos (2006) é expressiva das heranças deixadas pelas sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. Ela é, por isso, um escrito que guarda sinais, cicatrizes ou vestígios de outro escrito anterior que existiu sobre a mesma superfície: um palimpsesto, enfim.

Em suma, na obra de Santos (2006, p. 67), a paisagem é um “sistema material”, traduzido, tal como no dizer de Verdum *et. al.* (2016, p. 212), em “[...] formas, linhas, cores e texturas [...]”. É o que Berque (1998) vai chamar de paisagem-marca: uma manifestação concreta que expressa uma civilização.

Tradicionalmente, foi dessa paisagem enquanto marca sulcada na superfície terrestre que o treinado olhar dos geógrafos clássicos se muniu para documentar o mundo. Foi, também, exatamente essa característica da paisagem, de expressão material visível de uma sociedade, que fez Santos (2006, p. 69) julgá-la como um “precioso instrumento de trabalho” e que também fez Claval (2007) qualificá-la como um documento-chave na compreensão das culturas.

Por outro lado, também tradicionalmente, foi exatamente essa ideia dominante de uma geografia “do visível e não do invisível”, de ciência descritiva do mundo, o que gerou uma certa despreocupação com o rigor conceitual entre os geógrafos. Isso é o que explica Moreira (2011) ao tecer uma crítica ao problema do método na geografia. Para o autor, a ciência geográfica teve o pecado e a virtude de centrar-se em descrições e não em conceitos. A virtude estaria na qualidade das descrições e no legado de documentação do mundo feita pelos geógrafos, enquanto o pecado estaria exatamente na redução da complexidade das paisagens a uma coleção de coisas, exatamente pela ausência de teoria capaz de uma elucidação mais profunda.

Para Moreira (2011, p. 125), é aí, inclusive, que começa o problema da geografia, pois, ao mesmo tempo em que sempre se pretendeu uma ciência que busca desvelar o real, manteve-se restrita à aparência, a um discurso do imediato, no nível epidérmico dos fenômenos, exatamente pela ausência do pensamento, da reflexão intelectual via conceito(s) ou do trânsito pelas “[...] mediações que se colocam entre a aparência e a essência”.

Em opinião parecida, Duncan (2004) julga que os geógrafos limitaram muito seus métodos de pesquisa à observação e à busca de arquivos, de modo que outras técnicas de coleta de dados como a entrevista, que trariam à tona informações sobre percepção, por exemplo, raramente foram tentadas. Segundo o autor, até pouco tempo, os geógrafos estiveram indiferentes ao que ocorria nas ciências sociais ou nas humanidades, com o argumento de que os intérpretes da paisagem não precisavam se preocupar com debates, segundo eles, “esotéricos”.

Assumia-se entre os geógrafos, em particular entre os geógrafos culturais, que “[...] a autoridade interpretativa resultaria da relação desinteressada entre aquilo que simplesmente ‘está lá na paisagem’ e a força do erudito acostumado aos exercícios de campo ou arquivo (DUNCAN, 2004, p. 93)”. Tratava-se, segundo afirma, de um empirismo de corte anti-teórico que via as formas externas e as aparências da superfície de maneira não problemática, como um registro de artefatos entendidos como coisas dadas.

Conforme também argumenta Zusman (2011), o próprio trabalho de campo com o qual a geografia forjou sua identidade enquanto disciplina científica foi aquele ancorado na experiência visual, tendo a observação como forma preponderante no processo de conhecimento. Segundo esta autora, “se suponía que existía una correspondencia directa entre lo que se veía en el terreno y el conocimiento de la realidad (ZUSMAN, 2011, p. 20)”.

Por isso, em campo, as práticas que tradicionalmente caracterizaram a ciência geográfica foram, segundo a autora, notadamente visuais, tais como ler as formas visíveis, fotografá-las e classificá-las a partir da comparação com outras paisagens. Para Zusman (2011), os geógrafos, diferentemente dos etnógrafos, estiveram durante muito tempo reticentes à relevância de, no trabalho de campo, interagir com as populações locais, considerando seus saberes no processo de produção do conhecimento.

Foi apenas a partir da década de 1970, com o advento das chamadas geografias críticas, que as práticas de pesquisa dos geógrafos foram ganhando novos sentidos e sofrendo reformulações. Essas novas compreensões interpretativas deram à geografia o status de uma ciência social, preocupada com temas como o da pobreza estrutural e o das desigualdades sociais, por exemplo. Com isso, as sociedades locais, até então raramente levadas em conta como vozes relevantes nos processos de investigação, foram paulatinamente ganhando maior protagonismo (ZUSMAN, 2011).

Além disso, Zusman (2011) explica que, sobretudo a partir da década de 1990, muitas pesquisas também passaram a ter seus trabalhos de campo influenciados pela etnografia, oriunda da antropologia. Diz a autora que essa influência permitiu “[...] ‘bajar la voz’ del investigador” em favor de uma multiplicidade de vozes, numa “[...] perspectiva heterogénea y polifónica de los procesos espaciales analizados (ZUSMAN, 2011, p. 23)”. Para Zusman, essa forma de trabalho de campo concebe que todos os pontos de vista são importantes na investigação. Além do que, segundo a autora, ajuda a desestabilizar representações hegemônicas, em muitos casos associadas exatamente ao olhar unívoco de um ator, setor social ou mesmo acadêmico sobre uma dada realidade.

Essas inovações, vagarosamente, foram trazendo novas possibilidades de pesquisa, tornando corrente a compreensão de que embora seja necessário, não é suficiente abarcar a paisagem apenas como aspecto visível, marca. E, nisso, ao menos duas, digamos, “máximas”, parecem de consideração fundamental para quem opta por pesquisar com esse foco conceitual, sendo elas: 1) nem tudo que é real pode ser desvelado pela visão e 2) o próprio olhar do pesquisador é condicionado por filtros. Trazemos ambas à discussão nos itens seguintes.

NEM TUDO QUE É REAL PODE SER CAPTADO PELA VISÃO

“[...] Nem tudo que é real e/ou tem poder causal pode ser observado ou experimentado”, nos diz Duncan (2004, p. 97), que complementa destacando que para “[...] compreender a natureza relacional do mundo, precisamos ‘completá-lo’ com muito do que é invisível, para ler os subtextos que estão por debaixo do texto visível (DUNCAN, 2004, p. 100)”.

Para o autor, a tradicional atenção quase que exclusiva aos artefatos (objetos, formas, paisagem-marca) indicam, usualmente, o que ele chama de “[...] um tipo altamente limitado de empirismo, que deixa fora de consideração muitos dos mais interessantes e poderosos fatores causais que afetam os fenômenos sociais (DUNCAN, 2004, p. 97)”.

Nessa direção, também Santos (2006, p. 71) vai argumentar que, enquanto sistema material, “a paisagem é apenas uma parte da situação”, pois “a situação como um todo é definida pela sociedade atual [...]”. A sua maneira, por sua vez, Berque (1998, p. 84) vai dizer que não é suficiente compreender a paisagem enquanto formas ou objetos, pois “a paisagem existe, em primeiro lugar, na sua relação com um sujeito coletivo: a sociedade que a produziu, que a reproduz e a transforma em função de uma certa lógica”.

Por isso, para compreender mais a fundo essa “[...] marca que os homens criam na superfície da Terra, convém considerar a maneira como a sociedade está organizada, a natureza dos atores que aí estão presentes e os direitos de que dispõem”, como sugere Claval (2007, p. 296). É ela, a sociedade, que dá substância ou teor a essa paisagem-marca, é ela que “[...] anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida”, como explica Santos (2006, p. 70).

Ou seja, se, de um lado, a paisagem expressa o resultado material acumulado das ações humanas ao longo do tempo, de outro, são as ações atuais que vão lhe atribuir um dinamismo e uma funcionalidade, tornando paisagem e sociedade atuais variáveis complementares para a análise do pesquisador (SANTOS, 2006). Nas palavras de Duncan (2004, p. 100), “para conhecer o significado de um texto (nesse caso, o texto é a paisagem) precisamos preconceber o todo do qual o texto é uma parte”.

Operacionalmente, isso vai implicar em ir além da observação da paisagem enquanto “[...] conjunto de objetos reais concretos”, no dizer de Santos (2006, p. 67), ou enquanto marca, no dizer de Berque (1998), ou, ainda, enquanto conjunto de artefatos, no texto de Duncan (2004). A paisagem, pelo simples fato de existir como formas, não basta, alerta Santos (2006). É preciso vê-la em indissociabilidade com seu conteúdo social, pois “os homens e o espaço que fizeram seu são as duas faces de uma mesma realidade e devem ser apreendidos pelo mesmo procedimento intelectual”, conforme vai nos dizer, enfim, Claval (2007, p. 318).

Por isso, a descrição (e, claro, a análise) de um sistema de objetos vai depender invariavelmente da descrição de um sistema de práticas (funcionais e simbólicas), haja vista que existe uma interferência constante entre os dois, como destaca Santos (2006). De modo que, restringir-se eventualmente à descrição ou inventário dessas formas ou dessa materialidade é distanciar-se da própria paisagem como

dado perceptível na medida em que está sendo abstraído o sujeito coletivo com o qual ela se relaciona, ou seja, a sociedade que a produziu e que a (re)produz, como argumenta Berque (1998). O exemplo utilizado pelo autor (1998, p. 86) é bastante didático: “[...] a análise antropométrica, biológica etc. dos elementos de um rosto não é suficiente para dar conta desse rosto; falta outra coisa: uma relação direta com um sujeito”.

O OLHAR DO PESQUISADOR É CONDICIONADO POR FILTROS

Além das limitações do visível enquanto fonte de pesquisa, os próprios dados observacionais com os quais um pesquisador descreve a paisagem não são reflexos espelhados do que foi visualizado, são na verdade construídos nos limites de suas próprias estruturas intelectuais e alcances da linguagem, explica Duncan (2004). A paisagem é sempre, de certo modo, subjetivamente e culturalmente construída, como prefere Souza (2013). Ela “[...] resulta da apreensão do olhar do indivíduo, que, por sua vez, é condicionada por filtros fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos, e da esfera da rememoração e da lembrança recorrente”, como aprofunda Gomes (2001, p. 56). É o resultado de um processo de produção mental que tem origem na observação humana mediatizada por diferentes linguagens, conforme acrescenta Raffestin (2010).

De tal modo, que sempre haverá, segundo esse último autor, fenômenos de atrofia e de hipertrofia segundo a percepção da paisagem de cada pesquisador, variando se ele está mais interessado pela cidade, pelo mundo rural ou pela geomorfologia, por exemplo. Em outras palavras, segundo o autor, a paisagem enquanto materialidade observada é sempre uma imagem (“geograma”) da realidade material (“geoestrutura”) e não a própria realidade material. O recorte da paisagem efetuado pelo indivíduo, condicionado por seus próprios filtros e pelos interesses que o regem, nem sempre captura e valoriza a complexidade das coexistências do espaço, diz Gomes (2001, p. 57). Segundo esse autor, “[...] a paisagem tem sua existência condicionada pela capacidade do observador em reter, reproduzir e distinguir elementos significativos (culturais ou naturais, circunstanciais ou processuais, adventícios ou genuínos, entre outros aspectos)”.

Mas, operacionalmente, isso se desdobra em quê? Na perspectiva colocada por Duncan (2004), uma implicação operacional poderia ser o rompimento com o tratamento da paisagem e de seu significado de forma restrita apenas ao ponto de vista do próprio pesquisador. O autor advoga em favor de um caminho intermediário entre empiria e teoria, em que a concepção contextual do mundo dada pelo ponto de vista do pesquisador se confronte mutuamente com a influência exercida pela própria paisagem sobre as ações e representações humanas, o que pode ser desvelado na interlocução com os sujeitos sociais que com ela se relacionam. É a emergência dos relatos ou narrativas das gentes como forma de ir além da descrição pelo pesquisador da paisagem-marca.

O procedimento sugerido por Berque (1998), por exemplo, soma um inventário das representações, que se traduziria em registrar a percepção da paisagem por essa sociedade, como ela “[...]”

evoca e idealiza sua relação com a natureza (pintura da paisagem, literatura, jardins etc.) (BERQUE, 1998, p. 88)”. A esse inventário, se seguiria outro, dedicado aos conceitos e dos valores de tal sociedade, ou seja, como ela concebe e julga o natural e o artificial, a natureza humana, sua própria natureza e o sobrenatural, e como esse quadro mental se projeta no ecúmeno, na organização territorial, na arquitetura, etc. Um terceiro inventário seria o das políticas, ou seja, o da gestão do ecúmeno, das instituições que essa sociedade cria para gerir seu patrimônio eco-geográfico e sua eficácia. Por fim, se processaria um exame de síntese desses inventários em que estas distintas dimensões são analisadas em suas relações.

Já o procedimento sugerido por Duncan (2004) envolve três tipos de informação a partir de relatos locais: 1) sobre a natureza da paisagem, como ela lhes parece; 2) que importância é atribuída à paisagem; e 3) de que maneira suas leituras da paisagem naturalizam as relações sociais em uma sociedade ou a transforma. Segundo o autor, essas mesmas indagações podem ser submetidas aos relatos não-locais, em que se torna interessante analisar a diferença entre os discursos do “outsider” e do “insider” sobre a forma como interpretam a paisagem.

Explica Duncan (2004, p. 108) que “[...] o outsider pode manter um distanciamento crítico que o coloca numa perspectiva diferente da visão tomada como dada, ou naturalizada, das pessoas do local”. Deste modo, segundo o autor, a justaposição dessas duas leituras pode ajudar a esclarecer a maneira como a paisagem atua na transmissão de ideologias dominantes, ajudando a reproduzir práticas sociais e políticas.

Por fim, a perspectiva de Souza (2013) traz a necessidade de “desconfiar” da paisagem enquanto aparência posta à interpretação do pesquisador. Trata-se de buscar interpretá-la ou decodificá-la à luz das relações entre forma e conteúdo, aparência e essência, como diz o autor. Ao estudar uma paisagem rural, por exemplo, para além do que se observa, seria preciso levar em conta, também, os sistemas de produção, os problemas enfrentados pelos que ali vivem e/ou trabalham, suas concepções, percepções e ações nessa paisagem, a influência de cenários em outras escalas (a divisão territorial do trabalho) etc. Isso implicaria fazer o uso de técnicas de pesquisa que vão além da observação com descrições textuais e/ou dos registros fotográficos feitos pelo próprio pesquisador. A eles se somariam e/ou confrontariam material de fontes bibliográficas e documentais e, sobretudo, de entrevistas com sujeitos sociais, contendo suas narrativas e relatos.

Em todo caso, é importante considerar a representação como tal e não a confundir com a própria realidade, alerta Raffestin (2010). Isso, seja nas representações obtidas nas entrevistas, seja na consulta a publicações, documentos audiovisuais, poesias ou descrições produzidas por terceiros, por exemplo. Para o autor é isso o que vai permitir utilizá-las como instrumentos de pesquisa. Em suas palavras: “É normal que aconteçam confusões entre a realidade e a representação, porém torna-se problemático no sentido científico porque se traduz numa incapacidade de usar a representação como meio para conhecer a realidade (RAFFESTIN, 2010, p. 22)”.

Melhor dizendo, é preciso reconhecer a representação como face ou dimensão da realidade socioespacial em questão, e não como a realidade mesma, no sentido de que o espaço contém as representações, mas não se resume a elas. É oportuna aqui a afirmação de Claval (2007) de que os espaços humanizados são marcas da cultura tanto no sentido da ação concreta, das tecnologias usadas, por exemplo, na exploração das terras ou na construção de habitações, quanto no sentido da representação, que ajuda a concebê-los enquanto expressão de preferências, valores, sentidos de um grupo. “As práticas que modelam o espaço ou que são desenvolvidas no sentido de utilizá-lo, misturam estreitamente o ato, a representação e o dizer (CLAVAL, 2007, p. 14)”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem pode ser entendida enquanto marca cultural, uma escrita da superfície terrestre por uma determinada sociedade, estando presente objetivamente em cada território e subjetivamente em cada olhar. Por isso, ela pode ser vista como um texto, um documento que versa sobre a relação entre sociedade e natureza em cada lugar, passível de leitura e interpretação e, por isso, uma fonte de pesquisa.

Por outro lado, considerando que nem toda uma realidade socioespacial pode ser desvelada pela visão e, ao mesmo tempo, que o próprio olhar do pesquisador é condicionado por filtros, é de se ponderar que a observação da paisagem, ainda que com toda sua importância, não pode ser a única fonte de informações da pesquisa socioespacial com paisagem.

Põe-se em voga, então, a interlocução com os sujeitos sociais que se relacionam e animam a paisagem, acessando seus relatos ou narrativas. Nessa lógica, o trabalho de campo fundado no cruzamento entre observação direta da paisagem e escuta das vozes de suas gentes, constituiu-se em uma forma privilegiada de obtenção de informações, complementada pelas fontes documentais e bibliográficas.

Há o que a paisagem esconde e suas gentes revelam, mas há, também, o que as gentes escondem e a paisagem revela. Há, por isso, nessa mescla, uma ampliação das possibilidades de aproximação com a parcela do real em questão em cada pesquisa.

REFERÊNCIAS

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-91.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

DUNCAN, J. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 91-132.

GOMES, E. T. A. Natureza e cultura: representações na paisagem. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 49-70.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

RAFFESTIN, C. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (Org.). **Teorias e práticas territoriais**: análises espaço-temporais. 1.ed. São Paulo: Expressão popular, 2010. p. 13-23.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, n. 93, 15 jul. 2001. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm> >. Acesso em: 01 jun. 2025.

VERDUM, R. et. al. Um mosaico de relações: o Pagus e as múltiplas leituras para o estudo da paisagem. In: HEIDRICH, A. L.; PIRES, C. L. Z. (Org.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. p. 211-228.

ZUSMAN, P. La tradición del trabajo de campo en geografía. **Geograficando**, La Plata, a. 7, n. 7, p. 15-32, 2011. Disponível em: < <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/195264> .>. Acesso em: 01 jun. 2025.

PERSPECTIVA E O DESAFIO DA INSERÇÃO DO ESPAÇO RURAL NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL LONDRINA - PARANÁ (2018-2028)

Ideni Terezinha Antonello

Doi: 10.48209/978-65-5417-576-F

INTRODUÇÃO

Ao se debruçar sobre a inserção do espaço rural nos planos diretores municipais é necessário trazer para análise o processo de exigência destes planos de planejamento territorial para a gestão local (município), conforme Antonello (2013) ressalva o plano diretor municipal é a principal política pública de desenvolvimento do território envolvendo o urbano e o rural, elaborado por meio de lei municipal, conforme as premissas do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001)⁵⁵, com consta nos seus Artigos 39, 40, 41 e 42.

Cabe sublinhar que a partir dessa lei federal se efetiva uma mudança na concepção de plano diretor nas palavras de Oliveria Filho “[...] dos planos físicos e territoriais, que incluíam apenas o perímetro urbano do município, para planos e participativos e que incluem todo o município” (2022, p. 210). Observa-se na afirmativa do autor, além da inclusão do espaço rural a questão que os planos têm que serem participativos, o que fomenta a potencialidade de um planejamento alicerçado na práxis territorial, isto é “[...] reflexionar sobre la planificación y la gestión urbanas es un proceso constante y la participación de la población en este debate es esencial para demostrar sus derechos y el poder que tienen de intervenir en el rumbo de la ciudad en la que viven” (Oliveira, Antonello, 2023, p. 1421).

Nesse sentido, os planos diretores municipais enfrentam um duplo desafio de abranger a totalidade do território municipal e de colocar em prática mecanismos de planejamento e gestão participativos. Esse último ganha relevância, pois a implantação de instâncias participativas é essencial para se atingir ou se caminhar para um planejamento com “diálogo entre o saber técnico e o popular” (Oliveira, Antonello, 2023), visando os princípios que rege o Estatuto da Cidade (EC), que tem com pressuposto atuar na superação das desigualdades socioterritoriais, mediante o cumprimento da função social da propriedade urbana e rural. Assim sendo, o plano diretor municipal (PDM) “[...] é a instância de integração das políticas setoriais no âmbito do planejamento e do ordenamento de todo o território e o Município deve tirar partido desse poder de regulação para constituir suas políticas setoriais e programar seus investimentos no tempo” (Barros; Carvalho; Montandon, 2010, p. 113).

⁵⁵ Essa Lei define a obrigatoriedade da realização de planos diretores para municípios com mais de 20 mil habitantes, entre outros critérios. Não obstante, o estado do Paraná, conforme a Lei Estadual nº 15.229/2006, regulamentada pelo Decreto nº 1483, de 26 de setembro de 2007, criou a exigência da obrigatoriedade da execução de planos diretores para todos os municípios paranaense, ao vincular a política desenvolvimento urbano estadual ao planos locais.

Percebe-se que, no contexto da legislação, o município é recorte geográfico do planejamento territorial foco da elaboração do PDM, mas sobressai a questão como o espaço rural é conceito no planejamento, pois não se pode limitar a sua definição a lei do perímetro urbano, ou seja, que delimita a área urbana do município e, por exclusão, a área rural. Bem como, não se pode considerar espaço rural, vinculado e limitado às atividades do setor primário da economia. E caracterizá-lo: pela baixa concentração de pessoas; pelo baixo índice de infraestrutura básica em relação direta com as cidades. Pois, atualmente o espaço rural apresenta uma complexidade de dinâmicas e funções que extrapolam a visão tradicional deste espaço, como defendem Santos; Hespanhol (2013), ele não se constitui em uma nostalgia do passado, inerte em relação a interferências e transformações econômicas, culturais, políticas da sociedade das diferentes escalas (regional, nacional e internacional).

Na sua dinamicidade o espaço rural sofre diretamente a expansão da lógica cultural urbana afetando o processo produtivo e as relações sociais de produção, mediante a inserção de novas tecnologias. Por conseguinte, engendra as transformações socioterritoriais, carregando o germe das contradições próprias do processo capitalista de produção, que pode gerar a marginalização de localidades rurais, ao estimular o esvaziamento populacional e ruir estruturas e sistemas tradicionais de produção. Nas palavras de Carmo “O espaço rural é cada vez mais aberto e interdependente e a sua natureza deriva em grande medida da diferenciação social que advém dessa mesma abertura” (2009, p. 274). Todavia, como ressalta a autora existe graus de abertura que irá dar o teor das mudanças e diferenciação socioespacial rural no tempo e no espaço no território brasileiro, uma vez que esses graus serão determinados pela dinâmica urbana, no que diz respeito ao espaço rural estar inserido e vinculado a uma grande ou a uma pequena cidade. Destarte, como destaca Marques espaço rural tem que ser considerado com base na “[...] multiplicidade de usos nos quais a terra ou o ‘espaço natural’ aparecem como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa” (2002, p. 109).

A preocupação desta análise não é adentrar com profundidade nas concepções de espaço rural, bem como não visa penetrar na diferença entre o espaço agrário e rural, mas apenas tecer alguns pontos pensando na sua dinamicidade que é fundamental para o planejamento territorial, visto que se pauta no pressuposto que um planejamento necessita primordialmente conhecer o território para nele atuar. O conhecimento do território rural é ponto relevante para os pesquisadores/planejadores, no momento que a legislação determina a sua inclusão no plano diretor municipal, particularmente, tendo em vista os desafios e obstáculos enfrentados na aplicabilidade dos institutos jurídicos e urbanísticos presentes no Estatuto da Cidade (2001), que nos seus 23 anos quase 24 anos de aprovação, ainda sofre para sua concretização plena, já que as relações de poder territoriais se fazem presentes na elaboração e aplicação da política de desenvolvimento territorial, sendo que essas disputas dessemelhantes de poder se revelam na dificuldade de mudar a lógica desigual da produção social do espaço urbano e rural.

Essa disputa fica evidenciada na seguinte afirmativa de Leão ao fazer uma reflexão sobre a efetividade do EC deste da sua aprovação: “Na cidade real, indivíduos e grupos locais pautados pela defesa intransigente do amplo e irrestrito direito de propriedade seguem atuando entrincheirados na defesa de seus interesses privados, buscando impor projetos de cidade que acham dever prevalecer (2022, p. 793).

Tal fato se desdobra no rural, como observam Silveira e Rech, no estudo realizado sobre exigência de os planos diretores abrangerem o espaço rural:

A falta de articulação pelos poderes constituídos, com relação à inclusão de todo o espaço territorial no ordenamento municipal, traduz-se em tratamento desigual para os moradores do mesmo município, pois nem só de agricultura e políticas voltadas para o setor produtivo vive a área rural, e as pessoas que moram no campo precisam ser atendidas pelos serviços públicos como saúde, educação, saneamento e descarte dos resíduos sólidos. (2022, p.12).

O estudo dos autores trazem elementos essenciais sobre a problemática da inclusão do município na sua totalidade nos planos diretores, no qual é levantando diferentes perguntas de pesquisa, tendo como recorte geográfico os municípios do Rio Grande do Sul (com população superior a 100.000 habitantes), tal investigação demonstra a importância de se direcionar pesquisas sobre essa questão, tornando-se uma agenda de pesquisa.

Nesse contexto, e visualizando uma agenda de pesquisa, o intuito da presente análise é apreender a inserção do espaço rural no Plano Diretor Municipal de Londrina (2018-2028) que foi aprovado mediante a Lei nº 13.339, de 7 de janeiro de 2022. Para atingir objetivo que centraliza essa reflexão, estruturou-se o presente capítulo em duas seções a partir da introdução e da metodologia. Na primeira realiza-se uma contextualização socioterritorial do espaço rural de Londrina e na segunda seção é dedicada a análise de como foi inserido o espaço rural do município nas diretrizes do planejamento territorial no referido plano diretor municipal e se finaliza com as considerações finais em relação ao objetivo que centralizou o capítulo.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos se alicerçaram em três bases, a saber: a) o levantamento do referencial teórico sobre a problemática da pesquisa e dos documentos que regulamentam o ordenamento do território de Londrina com base no recorte geográfico do estudo, o espaço rural; b) levantamento e tratamento de dados estatísticos em diferentes fontes; c) apreensão da visão da população dos distritos rurais mediante a experiência na participação dos Fóruns participativos da revisão do PDM de Londrina (PDML - 20218-2028), mediante a execução de estudo de campo (trabalho de campo), via a participação em todas as etapas da elaboração/revisão do PDML, colocadas em prática pelo IPPUL (Instituto de

Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina), no período de 2018 a 2019, totalizaram 10 fóruns participativos, sendo 5 nos distritos rurais.

A realização de análise documental seguiu as orientações de Junior, *et al.* (2021), que se constitui em uma técnica de pesquisa qualitativa que se volta para uma análise minuciosa de documentos e materiais. Os materiais vinculam às fontes como jornais, revistas, diários, obras literárias, obras científicas, relatórios, que podem proporcionar informações e interpretações que alicerçam a compreensão da problemática de estudo, portanto, compete ao pesquisador a escolha do documento que condiz com o problema de pesquisa. Assim sendo, a pesquisa documental “[...] é aquela em que os dados logrados são absolutamente provenientes de documentos, como o propósito de obter informações neles contidos, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que utiliza de métodos e técnicas de captação” (Junior, *et al.*, 2021, p. 42). Os documentos, no caso desta pesquisa, se voltaram para a leitura e análise da legislação, no caso a Lei do Plano Diretor Municipal de Londrina -PDML- 2018/2028, nº 13.339, de 7 de janeiro de 2022) e de relatórios técnicos elaborados pelo IPPUL para subsidiar a revisão do PDML, com o escopo de compreender como ocorreu a inserção do planejamento do território rural no referido plano.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO ESPAÇO RURAL DE LONDRINA

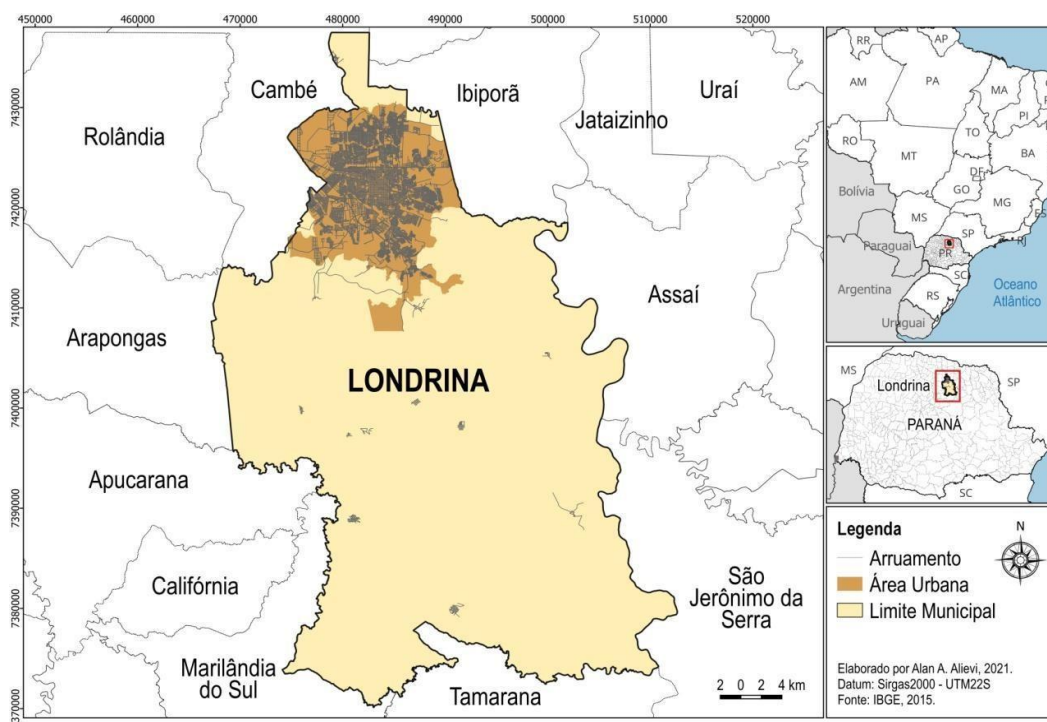
O município de Londrina encontra-se na Região Sul do Brasil, localizada no norte do Paraná (Figura 1), sendo a segunda maior cidade do estado. A gênese de Londrina ocorreu no final da década de 1920, vinculado a ação do Estado e de empresas imobiliárias nacionais e estrangeiras mediante o “[...] no processo de incorporação de terras devolutas ou pertencentes aos povos originários ou às famílias de posseiros, sob o discurso de colonizar” (Antonello; Veiga, 2024, p. 2), essas empresas que direcionavam o parcelamento rural e urbano, que é óbvio não ocorre de forma pacífica, mas é não o escopo adentrar nesta discussão.

Nesse processo notabiliza-se a atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), a qual fundou, em 1929, Londrina, no bojo do projeto imobiliário-colonizador, sendo elevada à condição de município em 1934. Esclarece-se que criação de Londrina (assim como de outras cidades) pela CTNP⁵⁶ ocorreu com base em um planejamento, abrangendo: o tamanho das propriedades rurais, as vias de acesso às propriedades (estradas rurais criadas nos espigões) assim como a água (inúmeros cursos de água existentes nesta porção), tendo como ponto de partida a produção do café. No que se refere ao espaço urbano Londrina, ele foi projeto para 20.000 habitantes, que entre 1930 e 1940-1950, ultrapassou a planta original, passando de 4.000 habitantes para 34.230 habitantes (Gráfico 1).

⁵⁶ Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) de capital inglês que adquiriu a concessão de uma grande gleba de terras na região norte do Paraná, as quais foram divididas em lotes rurais e urbanos. Em 1944, a CTNP passou para o controle de um grupo de empresários brasileiros, e foi denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).

A dinâmica de crescimento populacional de Londrina atrelou-se à intensa propaganda veiculada pela CTNP, a qual descrevia Londrina e o Norte do Paraná como a “Terra da Promissão”, ou “Nova Canaã”, que obteve o êxito almejado, com base na cultura do café. O sucesso da cafeicultura como demonstra Souza (2021, p. 31) induziu a concentração de terras, pois “[...] os plantadores melhor sucedidos compravam terras de colonos vizinhos, tornando-se fazendeiros enriquecidos”, engendrando o que o autor designa de os “excluídos do café”.

Figura 1 – Localização do Município de Londrina – Paraná.



Fonte: Antonello; Veiga (2024, p.2)

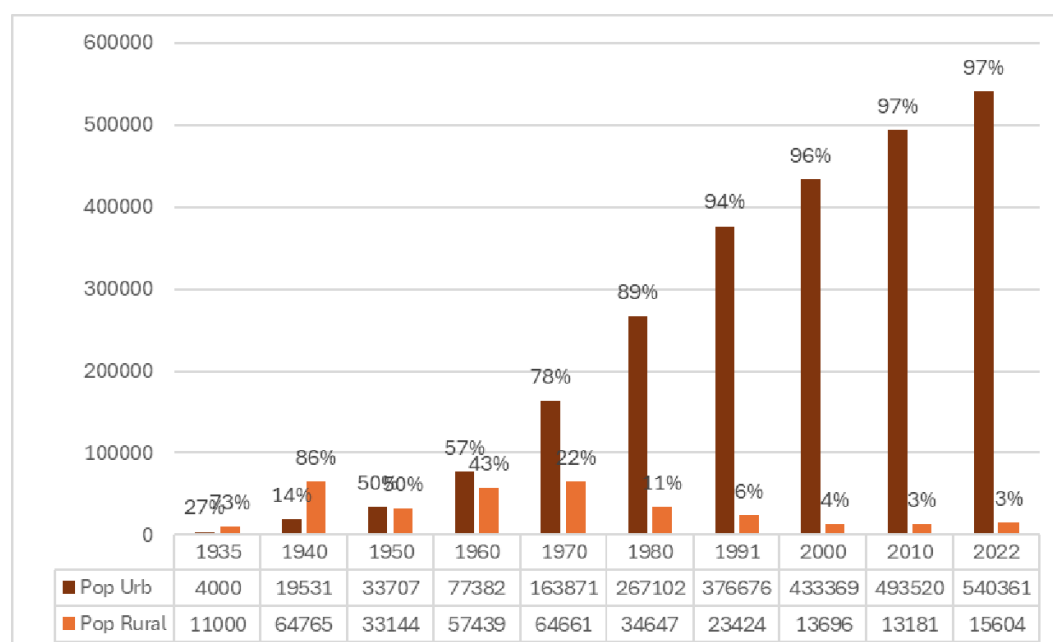
As décadas seguintes testemunham o acelerado crescimento da população urbana, inserido no processo de transformações na agropecuária norte paranaense, sendo que Londrina apresentava, em 1960, uma população total de 134.821 habitantes, concentrado 57,4% na cidade (Gráfico 1). Salienta-se que já se fazia sentir com força a matriz de um ordenamento territorial urbano segregacionista herdado do planejamento urbano inicial de Londrina, como evidencia o estudo que coloca que: “[...] as favelas com origem no final de 1950, aumentaram nas décadas seguintes frente às transformações na agropecuária e a migração de grande parte da população rural no sentido da cidade” (Antonello; Veiga; Bertini, 2024, p. 79).

Importante pontuar que, entre 1950-60, conforme Souza (2021, p. 94) “[...] nas fazendas, os colonos buscavam se sindicalizar, exigindo salários, maiores benefícios e garantias, um processo que gerou muitos conflitos entre fazendeiros e os trabalhadores rurais, provocando a remoção de milhares de famílias camponesas”. As quais sem opções se direcionaram a periferia urbana, ampliando as falavas

na luta pela sobrevivência, como realça o autor esses trabalhadores se submetiam ao trabalho sazonal no campo se transformado em trabalhadores rurais volantes.

No decorrer das décadas de 1970 e 1980, observa-se o esvaziamento populacional no espaço rural, pode-se de forma sintética citar o seguinte fator a crescente substituição do café (lavoura permanente) por outras culturas (lavouras temporárias) mecanizadas, conseqüentemente, o reduzido emprego de mão de obra trabalhadora (Antonello; Veiga; Bertini, 2023). Nessa dinâmica se assiste o aumento rápido da população total, que passou de 228.532 habitantes, em 1970, para 555.965 habitantes, em 2022, nesse ritmo a população urbana abrange 540.361 de pessoas e 1564 vivem no rural, ou seja, 97,2% da população é urbana em Londrina.

Gráfico 1 – Evolução da população urbana e rural de Londrina (1935-2022).



Fonte: Garbossi (2025, p. 75)

Destaca-se que 97,2% da população urbana londrinense de distribuem entre as áreas urbanas de Londrina, no distrito sede e nas sedes dos Distritos e Patrimônios rurais⁵⁷, dentro dos perímetros urbanos definidos pela Lei nº 13.718/2023 (lei complementar do PDML, que institui a Divisão Territorial do município de Londrina, aprovada em 21 de dezembro de 2023), e 2,8% habitam o espaço rural. A distribuição geográfica da população do município, nas sedes dos distritos pode ser observada no Quadro 1.

⁵⁷ Londrina conta 4 Patrimônios: Guairacá, Heimtal, Regina, Selva e Taquaruna. “As legislações superiores não concedem qualquer status diferenciado aos Patrimônios. Assim, os Patrimônios hoje configuram mais como construção histórica, social e cultural de que identidade espacial” (IPPUL, 2002b, p. 24).

Quadro 1 - População por Distritos: áreas urbanas e rurais -Londrina.

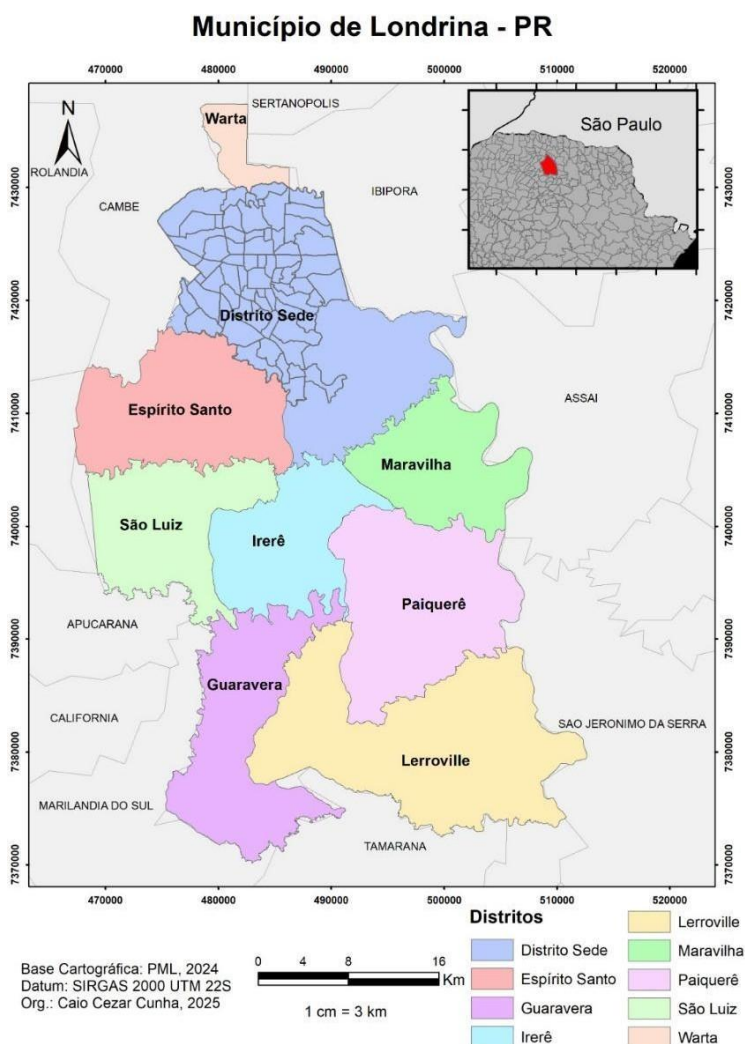
Distrito	Localidade	Pessoas	Total
Distrito Sede	Área Urbana	531.536	535.095
	Área Rural	3.559	
Guaravera	Área Urbana	1.071	3.171
	Área Rural	2.100	
Irerê	Área Urbana	1.357	2.060
	Área Rural	703	
Lerroville	Área Urbana	1.373	3.334
	Área Rural	1.961	
Maravilha	Área Urbana	470	784
	Área Rural	314	
Paiquerê	Área Urbana	1.969	3.895
	Área Rural	1.926	
São Luiz	Área Urbana	690	1.314
	Área Rural	624	
Warta	Área Urbana	1.411	1.957
	Área Rural	546	
Espírito Santo	Área Urbana	1.725	4.782
	Área Rural	3.057	
Total	Rural	15.604	555.965
	Urbana	540.361	

Fonte: IBGE (2022)

No quadro 1 é possível verificar a divisão territorial do município e a respectiva distribuição populacional, em 2022. Essa divisão corresponde o que se designa de distritos rurais, exceção do Distrito Sede, as Sedes dos Distritos, são: Espírito Santo, Guaravera, Irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquerê, São Luiz e Warta, definidos por lei municipal, essas sedes se inserem no espaço urbano de Londrina (Figura 2). Como elucida o estudo técnico do IPPUL: “É claro que as sedes distritais possuem uma profunda e estreita relação de cooperação e interdependência com o meio rural, mas estes espaços são urbanos por definição legal” (2022b, p, 22). Levando em consideração a definição da lei, os técnicos do Instituto, abrangeram as sedes dos distritos no diagnóstico realizado para a discussão do perímetro urbano do

Município, no processo de revisão do PDML (2018-28). A figura 2 permite visualizar a localização dos distritos rurais em relação ao distrito sede.

Figura 2 – Configuração do território rural: localização dos Distritos Rurais – Londrina/Paraná.



Em relação a estrutura fundiária rural se pautou a presente análise no diagnóstico realizado pelo IPPUL (2022b), no qual foi utilizado os dados disponíveis no CAR (Cadastro Ambiental Rural)⁵⁸. Como base nessas informações e conectado aos dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Paraná), sobre os Assentamentos e as Vilas Rurais, bem como adotando o limite de 12 hectares como o Módulo Fiscal de Londrina, foi obtida a classificação das propriedades rurais conforme consta na tabela 1.

⁵⁸ Os técnicos do IPPUL alertam que “CAR se baseia na autodeclaração dos proprietários rurais e as informações ainda não foram consolidadas e confirmadas pelos órgãos competentes. Desta forma, a base de dados apresenta inconsistências espaciais (confrontação), numéricas e conceituais. Contudo, trata-se da melhor fonte de dados disponível que pode fornecer um retrato bem aproximado da realidade existente” (2022b, p.15).

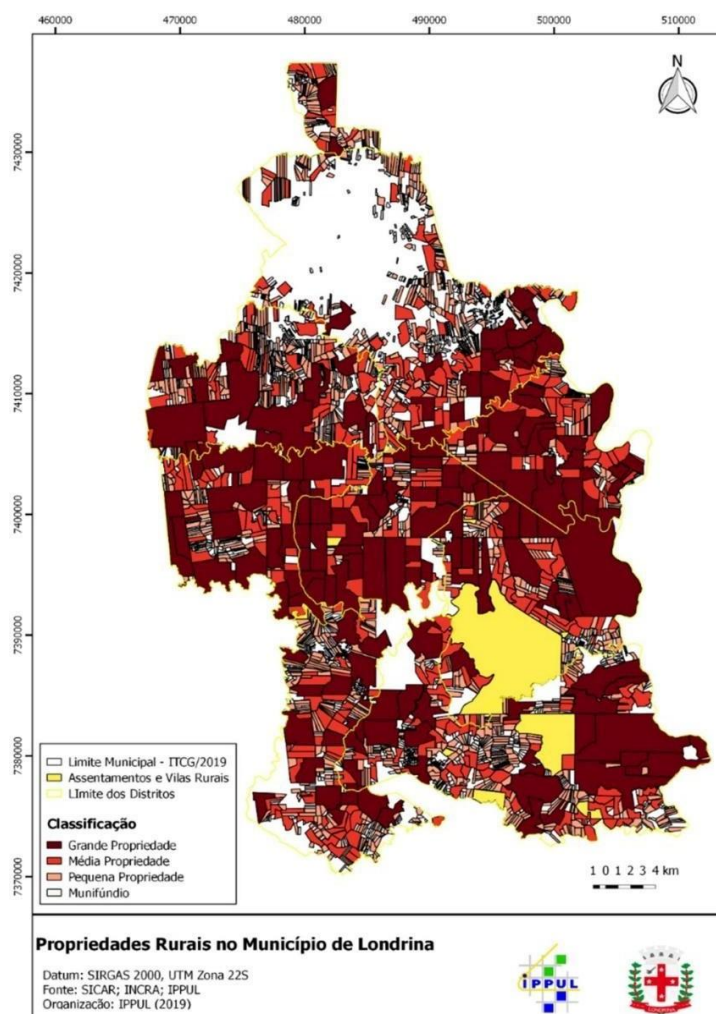
Tabela 1 – Estrutura fundiária rural no município de Londrina

Classes por Hectares (ha)	Classificação Propriedade	Número de Estabelecimento	Área ocupada em Metros quadrados	Proporção em relação a área total %
Até 12	Minifúndio	1.828	112.907.294,2	9
De 13 a 48	Pequenas	967	232.744.777,8	18
De 49 a 180	Médias	312	268.741.911,7	21
Mais de 180	Grandes	137	665.021.460,2	52
Total		3.244	1.279.415.444,0	100

Fonte dos dados IPPUL (2022b)

Percebe-se que a lógica de acesso a propriedade rural de Londrina segue o padrão da concentração fundiária brasileira, com o predomínio no número de minifúndios (1.828) em contraposição ao número de médias e grandes prosperidades que abrangem 73% da área total das propriedades rurais, visível na Figura 3.

Figura 3 – Territorialização da concentração da terra rural – Londrina.



Fonte: IPPUL (2022b, p.15)

Na figura 3 a visualização desta concentração de terras é evidente disseminadas nos 7 distritos rurais, inclusive no espaço rural do distrito sede. Nota-se a localização dos assentamentos e vilas rurais, concentrados no distrito de Lerrovile, sendo o terceiro em população rural, em relação aos demais distritos. O município conta com 04 (quatro) assentamentos rurais: Pari Paró (23 unidades), Pó de Serra (14 unidades), Eli Vive I (399 unidades) e Eli Vive II (111 unidades), abrangendo 4,72% do território rural (IPPUL, 2022b).

Percebe-se que presença marcante dos minifúndios no Distrito Espírito Santos, o qual detém o maior número de população rural com 3057 pessoas (Quadro 1). Essa questão sobressai-se em função que esse distrito está sofrendo diretamente a ação da expansão urbana em função da proximidade com o distrito sede, mediante o processo de apropriação fundiária e valorização da terra rural, como considera o estudo de Antonello; Veiga; Bertini (2023, p. 13) que alerta que essa área faz parte da atuação do capital imobiliário, correspondendo ao vetor sul/sudeste, no qual “[...] destaca-se a implantação do Shopping Center Catuaí (1990), que desencadeou o processo de especulação imobiliária mediante a, valorização e ocupação de lotes, tendo como direção do ordenamento do território a construção condomínios horizontais de alto padrão (condomínios fechados)”. Neste ano de 2025, estão em construção quatro empreendimentos de condomínios fechados nesta área, que acendem um alerta vermelho no que diz respeito à manutenção desta população rural.

Nos assentamentos e minifúndios e pequenas propriedades existe a presença de uma diversidade de produção agrícola, mas mediante a presença marcante de médias e grandes propriedades os principais produtos vinculam-se ao agronegócio com produção de culturas temporárias, notadamente a soja, trigo e milho. Sendo a área colhida com: 70.000 ha (soja em grão); 24.500 ha (trigo em grão); 30.500 ha (milho em grão), dados do IBGE da produção agrícola de 2023.

O escopo desta seção foi fazer uma contextualização geral do espaço rural de Londrina para adentrar nas perspectivas e desafios que é inserir o espaço rural tão desigual no planejamento territorial via o plano diretor municipal, que será o intuito da reflexão da próxima seção.

2. PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA INSERÇÃO DO ESPAÇO RURAL NO PDM DE LONDRINA)

O primeiro ponto que será abordado é o processo participativo da revisão/ elaboração do PDML (2018-2028), sendo que os trabalhos tiveram início, em 2018, como foi relatado na metodologia, foi realizado 10 fóruns visando o caráter democrático seguindo exigência do EC (2001) que tem como pressuposto o planejamento e gestão democrática, estabelecida no inciso II do Art. 2º, e prevê, no Art. 43, os mecanismos para a sua aplicação, ao estabelecer no “inciso II - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento” (Lei Federal nº 10.257 de 10/07/2001).

A linha dos trabalhos dos técnicos do IPPUL foi voltada para concretizar um planejamento participativo conforme o imperativo da legislação, mas essencialmente visando superar o desafio de integrar e envolver a população (urbana e rural), por conseguinte, o de englobar tanto as áreas urbanas quanto as rurais. A preocupação foi enfrentar a questão fundamental de não subjugar o rural ao urbano, tendo em vista o que se nota na prática da elaboração dos planos, isto é, não se tem verificado alterações claras para a integração da totalidade do território municipal, em grande parte dos planos municipais. Conforme Krambeck (2007, p, 17), “[...] o meio urbano ainda tem preponderância sobre o rural, sendo que este último na maioria das vezes é visto de forma homogênea e subserviente ao urbano, o que certamente não pode ser generalizado”.

Nesse sentido, percebe-se que foi promovida a participação da população da área urbana e rural, na revisão do PDM de Londrina, pois a metodologia utilizada determinou espaços de participação popular em diferentes etapas de revisão do plano diretor. Tendo na organização dos trabalhos a realização de fóruns de participação popular dividido em três fases: 1º) para avaliar e pontuar os problemas vivenciados no cotidiano (etapa II), 2º) para projetar melhorias necessárias no seu território, por meio de propostas (etapa III) e 3º) na definição dos aspectos importantes que resultaram na minuta de lei (etapa IV).

Essa estrutura foi a forma colocada em prática para obter a integração campo e cidade na revisão do plano diretor de Londrina, uma vez que a distribuição espacial dos fóruns de participação popular nas etapas II e III abarcou porções da zona urbana e dos distritos rurais de Londrina. Conforme Veiga; Antonello; Alievi “A distribuição espacial dos fóruns de participação popular no território municipal foi organizada a partir do zoneamento da área urbana (norte, sul, leste, oeste e centro) do distrito sede e dos distritos rurais (Warta, São Luiz, Guaravera, Irerê, Paiquerê, Lerroville e Maravilha), sendo alguns distritos agrupados no mesmo fórum e outros com porções da zona urbana do distrito sede” (2022, p. 169). Em relação ao engajamento da população os autores esclarecem:

Tomando por base cada distrito, ficou evidente que Lerroville apresentou a menor participação de todos, com 0,30% e 0,68% nas etapas II e III respectivamente. Os distritos de Guaravera / São Luiz (0,65% e 0,45%) e de Irerê/Paiquerê (1,09% e 0,75) apresentaram fraca participação também. Dentre os distritos a participação maior foi de Maravilha (4,15% e 3,44%) e Warta (3,72% e 5,46%). É importante destacar que fatores diversos influenciaram na participação, como distância em relação ao distrito sede, sentimento de abandono por parte da gestão, conflitos entre distritos agrupados influenciaram na participação, entre outros (2022, p. 174).

O referido estudo evidência o fato, que é necessário ressaltar, que é baixa adesão da população no processo de revisão do PDML, o que é preocupante para a efetividade de um planejamento democrático, principalmente, ao se considerar que a potencialidade de transformar o território se assenta em um planejamento e gestão urbano/rural alicerçado na atuação direta da população nos espaços democráticos (Antonello, 2013).

Essa preocupação perpassou a equipe do IPPUL, que visando aumentar a participação social no plano, elaborou o questionário - intitulado Plano Diretor Digital, disponibilizada no site do IPPUL, sendo que os temas das perguntas foram: a) Atendimento social; b) Transporte e Vias de Circulação; c) Economia e meio ambiente; d) Estrutura Urbana, e) Participação popular. O resultado foi importante, já que conforme os dados do IPPUL/2018, cerca de 1.028 pessoas responderam ao questionário, distribuídos geograficamente da seguinte forma, do total 28% moravam no centro da cidade, 26% na zona oeste, 19% na zona sul, 16% na zona leste, 9% na zona norte e 2% residiam nos distritos rurais do município de Londrina.

Apesar da ínfima participação da população rural foi possível apreender as demandas dos que participaram, nesta reflexão, optou-se por apresentar as manifestações sobre a definição do perímetro urbano do município (correspondendo a uma Lei complementar ao PDML (2022) aprovada como Lei nº 13.718, de 21 de dezembro de 2023). A seguir as reivindicações, feitas nos fóruns participativos:

Distrito Guaravera

- a. O zoneamento dificulta a abertura de comércio e organização para eventos desde que se tornou ZR3.
- b. Falta moradia. Muitos pagam aluguel com valores altos, muitas vezes equivalentes a casas em Londrina.
- c. A limitação do zoneamento dificulta a abertura de novos comércios;
- d. Há problemas com loteamento irregular, sendo necessária a análise do perímetro urbano para regularizar, a exemplo, o Portal das Flores;
- e. Incentivo e revisão do zoneamento para viabilizar loteamentos. “Os que têm área no perímetro não querem fazer: especulação”.

Distrito Lerroville

- a. Parte da população paga aluguel, faltando moradias populares para atender a demanda;
- b. É necessário implantar projetos de casas populares através da COHAB-LD;
- c. Há a necessidade de indústrias, mas o perímetro urbano é engessado;
- d. Há terrenos sem uso no distrito;
- e. O perímetro urbano é limitado pelo alto valor da terra, sendo necessário ampliação do Sul para o Norte.
- f. Tem havido grande crescimento de chácaras;
- g. Há déficit habitacional.

Distrito Maravilha

- a) São necessários mais programas habitacionais do projeto “Minha Casa Minha vida”;
- b) Expandir o território;
- a) Leis que “agilizem” a aprovação dos projetos de habitação de interesse social;
- b) Alterar zoneamento para construção de residências;

c) Fazer um levantamento da realidade da moradia no distrito p/ ver se há demanda.

Distrito Paiquerê

- a. Faltam casas populares no Distrito Paiquerê;
- b. Há muitas famílias morando no mesmo lote;
- c. Grande parte das casas próprias são cedidas;
- d. Há déficit de moradias. Não há disponibilidade nem para comprar nem para alugar;
- e. Há a necessidade de novos loteamentos.

Distrito Warta

- a) Faltam projetos de moradias pela COHAB, sendo que a maioria da população paga aluguel;
- b) Consideram a necessidade de expansão do perímetro urbano para construção de moradias;
- c) Faltam terrenos para moradores edificarem suas casas;
- d) Faltam terrenos para o poder público atender projetos sociais;
- e) É necessária a regularização do Bairro Água Viva;
- f) A população tem dificuldade em entender a delimitação do seu próprio distrito;
- g) As dúvidas a respeito dos limites com outros Municípios (em especial Cambé), atrapalham e geram conflitos nos serviços prestados;
- h) Há a necessidade de ocupar os terrenos vazios existentes no distrito (IPPUL, 2002a).

As demandas expressam os problemas vivenciados pela população das sedes dos distritos rurais, avultando a problemática habitacional, e ao trazer esse fato à tona nos fóruns, a população proporcionou a equipe técnica a se atender a essa questão, inclusive realizando o levantamento de dados e previsões de projetos habitacionais junto a COHAB de Londrina. Corroborando a importância da participação social nas políticas de desenvolvimento territorial.

Nesse contexto, foi com base nas necessidades e expectativas que abarca questões/problemáticas do território de Londrina que emergiu da leitura técnica (diagnóstico) e comunitária realizadas pelo IPPUL, que foi elaborado o plano diretor municipal como consta no Capítulo I da Lei Plano Diretor Municipal de Londrina – PDML (Lei nº 13.339, de 7 janeiro de 2022). No plano é esclarecido que abrange a totalidade do território do município, e sendo coerente como essa afirmativa apresenta Art. 5º Os princípios e objetivos que regem a Política de Desenvolvimento e o Plano Diretor Municipal de Londrina são:

- I. função social da cidade e do campo, da propriedade urbana e rural e a justa distribuição dos benefícios e ônus da urbanização;
- II. direito à cidade e ao campo com usufruto equitativo de um ambiente digno por todos, considerando as especificidades geracionais, de gênero, de etnia e das pessoas com deficiência;
- III. equidade e inclusão social e territorial buscando o desenvolvimento econômico sustentável da cidade e do campo;

- IV. sustentabilidade ambiental com a preservação e recuperação do meio ambiente, buscando a qualidade de vida urbana e rural;
- V. ordenamento do uso e ocupação do solo urbano e rural, garantindo a qualidade paisagística, urbanística e a preservação dos bens socioambientais e culturais;
- VI. gestão democrática participativa, descentralizada e transparente e gestão pública eficiente e eficaz (Londrina, 2022).

Destaca-se esse Art. 5º, pois se refere aos objetivos e princípios do plano, nos quais estão presentes o espaço rural, o que é a manifestação que o PDML (2022) não se volta apenas para a cidade – ponto essencial que merece ser realçado, já que não é padrão em outros planos. Por conseguinte, a população rural passa a ser considerada nas diretrizes de desenvolvimento territorial, o que proporciona base legislativa para suas reivindicações. Tal afirmativa ganha respaldo no Art. 7º que diz que “ A função social da cidade é garantida pela: V. integração das políticas públicas de desenvolvimento sustentável urbano e rural”. E no seu Parágrafo único tem como prerrogativa que “O princípio da Equidade Social e Territorial compreende a garantia da justiça social a partir da redução das vulnerabilidades urbanas e das desigualdades sociais entre grupos populacionais, entre os distritos e bairros do Município de Londrina”, que regulamenta um princípio básico o direito a justiça social e expressa a necessidade da sua execução ao se ter em pauta as demandas relatadas anteriormente da população dos distritos rurais.

A atenção como espaço rural encontra-se Art. 18 do PDML voltado para as diretrizes do ordenamento territorial, com destaque para o inciso:

- I. incentivar, otimizar e planejar as atividades econômicas com a implantação de agroindústrias também nos distritos, e a distribuição espacial da população no território ampliando, estimulando a atratividade econômica de Londrina, considerando suas vocações, buscando assegurar emprego e renda à população;
- II. fortalecer a zona rural do município, o desenvolvimento das atividades econômicas e das funções do território rural, como a biodiversidade, o abastecimento, segurança e soberania alimentar (Londrina, 2022).

Percebe-se que o PDML introduziu objetivos das diretrizes para ordenamento do território rural importantes, as quais refletem as necessidades levantadas nos fóruns participativos, bem como da leitura técnica (diagnóstico). Em relação às diretrizes do ordenamento do território, cabe abordar o Macrozoneamento municipal que é estabelecido no Artigo 19, esse artigo define regras claras para o ordenamento do território, que divide o território do município em: Macrozonas rurais e urbanas. No caso das Macrozonas rurais estão definidas no inciso I deste artigo:

I. Macrozonas Rurais:

- a. Macrozona Rural de Agricultura Comercial (MR-AC);
 1. Setor de Desenvolvimento Econômico (MR-AC/SDE); e
 2. Setor de Turismo e Lazer (MR-AC/STL).
- b. Macrozona Rural de Atividades Diversificadas (MR-AD); e

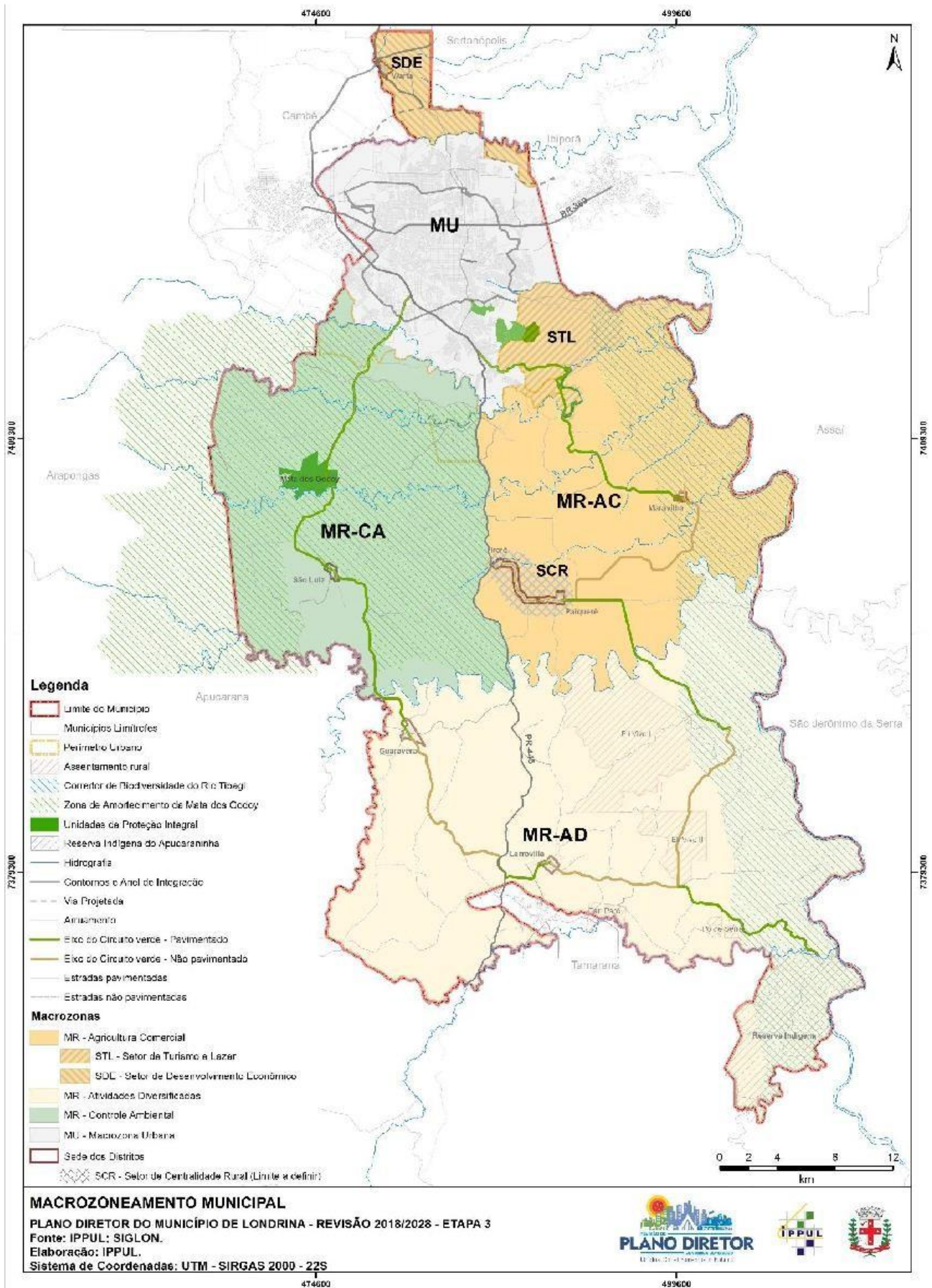
c. Macrozona Rural de Controle Ambiental (MR-CA).

A figura 4 corresponde ao mapeamento do Macrozoneamento do território do município de Londrina, sendo parte integrante da Lei geral do PDML, em seu anexo I. A análise desta divisão territorial permite identificar a ocupação e o uso do solo estabelecido no macrozoneamento. Observa-se a presença marcante de norte a sul de áreas agrícolas (MR). No distrito rural Warta, ao norte do perímetro urbano, encontra-se o Setor de Desenvolvimento Econômico (SDE) da Macrozona Rural de Agricultura Comercial. Localizadas ao leste e a sul, estão as Macrozonas Rurais de Agricultura Comercial (MR-AC) e o Setor de Turismo e Lazer desta macrozona, bem como a Macrozona Rural de Controle Ambiental (MR-CA) e a Macrozona Rural de Atividades Diversificadas (MR-AD).

Observa-se que a definição e objetivo da Macrozona Rural de Agricultura Comercial (MR-AC) encontra-se no Art. 20, que define: “A Macrozona Rural de Agricultura Comercial compreende áreas com pequenas, médias e grandes propriedades de produção agrícola temporária, localizadas a Norte e Sul da área urbana, cujo solo apresenta boa aptidão agrícola e há porções de degradação de áreas de preservação permanente” (Londrina, 2022).

E esclarece no parágrafo único que “O principal objetivo da Macrozona Rural de Agricultura Comercial é potencializar a oferta de emprego e o desenvolvimento e escoamento da produção agrícola” (Londrina, 2022). Nota-se que se constitui em um escopo amplo ao abarcar na mesma zona tanto a pequenas, médias e grandes propriedades de produção agrícola temporária, pois as pequenas apresentam peculiaridades e necessidades diferenciadas.

Figura 4 - Macrozoneamento do Município de Londrina -2022.



Fonte: Londrina - PDML (2022)

O Macrozoneamento rural evidencia a realidade da estrutura fundiária rural londrinense, como o domínio de médias e grandes propriedades rurais, as quais totalizam 449 (13,84%) estabelecimentos, abrangendo 73% da área das propriedades rurais, enquanto os minifúndios e pequenos estabelecimentos agrícolas somam 2.795 (86,16%) e compreendem 27% da área (Tabela 1).

A importância da menção do Macrozoneamento do território do município vincula-se a necessidade de se analisar os preceitos contidos no PDML, no que se refere às diretrizes deste ordenamento, o qual expressa o predomínio da agricultura comercial, como se salientou estritamente ligado à estrutura fundiária concentrada.

Entretanto, se averigua a presença da Macrozona Rural de Atividades Diversificadas (MR-AD), a sua descrição consta no Artigo 23 como a seguinte redação: “[...] compreende a porção sul do município que contém como eixo estruturador a rodovia PR-445, e há predominância de pequenas e médias propriedades, tais como vilas rurais e assentamentos com concentração de população residente e agricultura familiar diversificada inclusive áreas industriais e comerciais já consolidadas” (Londrina, 2022). E o parágrafo único completa os seus objetivos:

- I. diversificar as atividades e desenvolver a agricultura familiar, ampliando a assistência técnica, para a produção e para a agroindustrialização doméstica, o apoio para a comercialização e o acesso aos serviços públicos;
- II. promover a ampliação das cadeias produtivas, implantação de indústrias, agroindústrias e agroindústrias domésticas, ampliação do atendimento regional e de logística ao longo da rodovia PR-445. (Londrina, 2022)

Constata-se que a Macrozona Rural de Atividades Diversificadas (MR-AD) também é a expressão da estrutura fundiária rural, pois corresponde a territorialização dos minifúndios e pequenas propriedades conforme a classificação utilizada pelo IPPUL (Tabela 1), e como é possível visualizar ao contrapor a figura 3 que é o mapeamento das propriedades rurais com a figura 4 do Macrozoneamento do território de Londrina.

A seção 2 teve o intuito de abordar e analisar os pontos centrais do PDML (2022) no que se refere a inserção do espaço rural no planejamento territorial, o que demonstrou a presença importante deste espaço nas diretrizes do ordenamento territorial e nos objetivos do desenvolvimento municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar que os mecanismos democráticos na elaboração/revisão do PDML, foram efetivados no território tanto urbano como rural em Londrina, contudo se mantém o desafio de obter um envolvimento pleno da população, o que é essencial para se atingir um planejamento territorial que possa fazer diferença, pois se percebe que não é existência de uma lei que irá alterar a realidade da desigualdade socioterritorial em Londrina, por conseguinte no Brasil.

Ao se examinar as prerrogativas legais do PDML (2022) com a definição de diretrizes para a gestão do território municipal, por meio da normatização de regras presentes no Macrozoneamento e dos demais objetivos e princípios voltados para o espaço rural, é possível inferir que as necessidades da população rural não foram negligenciada ou subjugada mediante a força do urbano, mas é necessário ficar atento aos desdobramentos concretos deste dispositivo legal, no território ao longo dos 10 anos, que é o período para execução do atual plano diretor, sendo que já se passou 3 anos, neste ano de 2025. Tendo em vista que o plano diretor municipal tem que ser revisto neste ínterim de 10 anos, conforme o Estatuto da Cidade (2001). Constituindo-se em uma agenda de pesquisa futura que é o monitoramento da aplicabilidade dos instrumentos previstos no plano diretor municipal de Londrina, para poder verificar a sua efetividade no território, particularmente, no rural, uma vez que não é o âmago da grande parte das pesquisas sobre planejamento territorial atrelado ao plano diretor.

Nota-se, nesse contexto, que o plano diretor possui o poder de interferir diretamente no direcionamento do desenvolvimento socioeconômico do município, ao poder atuar no avanço na legislação, pois define medidas que por hipótese buscam um ordenamento do território mais eficiente, visando uma mudança positiva para a qualidade de vida da população urbana e rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONELLO, I. T. Potencialidade do Planejamento Participativo no Brasil. **Sociedade & Natureza (UFU.Online)**, Uberlândia, v. 25, p. 239-254, maio/ago. 2013.

ANTONELLO, I. T.; VEIGA, L.A política de desenvolvimento do território: O Plano Diretor Municipal de Londrina (2018/2028). In: **Anais I Congresso Internacional e Multidisciplinar sobre o Urbano - Cidades brasileiras: perspectivas a partir do Sul Global**: Laboratório Social Urbano, 2024, v.1, p.1 – 20. Disponível em:

<https://www.urbano2024.laboratoriosocial.com.br/anais/trabalhos/lista>. Acesso 10 de maio de 2025.

ANTONELLO, I. T.; VEIGA, L. A.; BERTINI, I. T. Ordenamento do território urbano atrelado a política habitacional segregacionista em Londrina/PR. **Geo UERJ**, [S. l.], n. 43,2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/71152>. Acesso em 10 de maio de 2025.

ANTONELLO, I. T.; VEIGA, L. A.; BERTINI, I. T. Territórios Vulneráveis e de Resistência na luta por uma habitação digna em Londrina/PR. **Revista Territorial**, Goiás – GO, v. 13, p.76-103, 2024, Edição especial: Grupo Internacional de Pesquisa Ação Participante (GIPAP). Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/territorial/issue/view/777>. Acesso 17 de maio de 2025.

BARROS, A. M. F. B.; CARVALHO, C. S.; MONTANDON, D.T. O Estatuto da Cidade comentado. (Lei Nº 10. 257 de 10 de julho de 2001). In: Carvalho, C. S.; ROSSBACH, A (organizadores). **O Estatuto da Cidade: comentado = The City Statute of Brazil: a commentary**. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010, p.91-18.

CARMO, R. M. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, ano 11, n. 21, p. 252-280, 2009.

GARBOSSI, Milena Cardoso. **Área de Expansão Urbana em Londrina e Turismo Rural no Entorno da Estrada do Limoeiro**. 2025. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos**. População Residente, por Situação do Domicílio. SIDRA, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=4113700#/S/CD/A/52/T/9923>. Acesso em: 10 de maio 2025.

IPPUL - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA. **Caderno 2 - Perímetros Urbanos Áreas de Expansão Urbana**. Plano Diretor Municipal de Londrina: Leis Específicas, revisão 2018-2028. Londrina, 2022a. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/ippul/plano-diretor-2018-2028-1/49131-caderno-tecnico-2-per-v3-1/file>. Acesso em: 11 janeiro 2024.

IPPUL - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA. **Caderno 4 – Meio Rural do Município de Londrina**. Plano Diretor Municipal de Londrina: Leis Específicas, revisão 2018-2028. Londrina, 2022b. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/ippul/plano-diretor-2018-2028-1/cadernos-tecnicos/47918-caderno-4-ruralrevisao/file>. Acesso em: 3 fev. 2025.

IPPUL – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina. **Caderno 5 - Sistema de Sustentação Adaptado**. Plano Diretor Municipal de Londrina: Leis Específicas, revisão 2018-2028. Londrina, 2022c. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/ippul/relatorios-finais-leis-especificas/49609-relatorio-2-cadernos/file>. Acesso em: 14 junho 2024.

IPPUL – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina. **Volume 3: Monitoramento das ações vinculadas as Diretrizes e Estratégias da Lei nº 13.339/2022 (Triênio 2022 / 2024)**. Londrina, 2025. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/ippul/monitoramento-do-pd/67356-relat-monit-volume-3-diretrizes-v2-final/file>. Acesso em 12 maio de 2025.

JUNIOR, E. B.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. C. O.; SCHNEKENBERG, L. G. F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp, [S. l.]**, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021.

KRAMBECK, C. **Planejamento territorial rural: análise do processo de elaboração de planos diretores em municípios rurais, o caso de Papanduva – Santa Catarina**. 2007. 188 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

LEI FEDERAL nº 10.257 de 10/07/2001. **O Estatuto da Cidade**. Diário Oficial da União, Seção I (Atos do Poder Legislativo). Edição nº 133 de 11 /07/2001.

LEÃO, M. Estatuto da Cidade: ensaio sobre a busca por sua efetividade. In: PERES, L. F. B. (Organização). **Confrontos na Cidade: luta pelo plano diretor nos 20 anos do Estatuto da Cidade**. Florianópolis: Arquitetura & Urbanismo/UFSC; Instituto Cidade e Território/IT Cidades, 2022, p. 791-805. Disponível em: <https://lda.ufsc.br/>. Acesso: março de 2023.

LONDRINA. **Lei Municipal nº 13.339, de 7 de janeiro de 2022**. Institui, nos termos da Constituição Federal, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e desta lei, as diretrizes da Lei Geral do Plano Diretor Participativo Municipal de Londrina e dá outras providências. Jornal Oficial de Londrina, Londrina, 2022.

MARQUES, M. I. M. O Conceito de Espaço Rural em Questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n.19, p.95-112, 2002.

OLIVEIRA Filho, João Telmo de. **Comentários ao Estatuto da Cidade: Lei 10.257 de 10.07.2001**. Curitiba: Juruá, 2022.

OLIVEIRA, A. P. S.; ANTONELLO, I.T. La participación popular em le ordenamento territorial: reflexiones desde distintos enfoques teóricos latino-americanos. **Direito da Cidade**, v.15, p.1418 - 1453, 2023.

SANTOS, E. V. M.; HESPANHOL, R. A. M. As Múltiplas Leituras do Espaço Rural. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p.81-101, 2013.

SILVEIRA, Maria, Eliane, Blaskesi; RECH, Adir, Ubaldo. **O estatuto da cidade e a inclusão da área rural no plano diretor [recurso eletrônico]**: o planejamento territorial rural dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul com mais de cem mil habitantes. Caxias do Sul, RS: Educs, 2022.

SOUZA, Eder, Cristiano. Excluídos do café: planejamento e conflitos sociais em Londrina na década de 1950 a 1960. Londrina: Eduel, 2021.

VEIGA, L. A.; ANTONELLO, I. T.; ALIEVI, A. A. Reflexões sobre a prática participativa na revisão do Plano Diretor Municipal de Londrina/PR. In: Magaly Marques Pulhez; Ricardo Santhiago. (Org.). **Cadernos de Estudos Urbanos** [recurso eletrônico]. 1ed. São Paulo: Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo., 2022, v. 1, p. 164-179.

UMA JORNADA ACADÊMICA EM GEOGRAFIA E DESENVOLVIMENTO RURAL – 1997 A 2024

Marcelo Antonio Conterato

Doi: 10.48209/978-65-5417-576-G

INTRODUÇÃO

Ser convidado para contribuir com as comemorações de 60 anos do Curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) é, indiscutivelmente, um marco e um dos momentos mais importantes na minha trajetória acadêmica e profissional. Passado, presente e uma pitada de futuro se encontram e se complementam neste capítulo, em especial através do esforço contínuo em qualificar a minha inserção e atuação enquanto ingressante em Geografia Licenciatura na UFSM em 1997 (lá se vão quase 30 anos) até me tornar Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2024.

Para dar conta do desafio, optei por apresentar e aprofundar as situações mais representativas e seus elementos de destaque. Neste sentido, este capítulo, escrito na perspectiva de uma trajetória individual expressa, em sua essência e propósito, um período muito significativo da minha vida. Uma verdadeira jornada acadêmica! É um recorte no espaço e no tempo, recheado de situações ímpares, desafios e conquistas. Permitirá, ao mesmo tempo, refletir sobre o final da década de 1990 através do ingresso na Geografia, passando pelo período de pós-graduação na UFRGS na primeira década do presente século, pelo início da carreira docente até os dias atuais. Entre tantos fatos históricos e marcantes houve muita reflexão antes e depois das escolhas feitas e que me conduziram até aqui. Certamente compartilhar a minha vida com a minha esposa Neridiana a partir de 2000 e mais tarde, como pai, com a Sofia (2014) e com a Antonella (2017) está entre as mais prazerosas e acolhedoras decisões que já tomei.

Este capítulo está organizado de forma cronológica, destacando em cada um dos períodos definidos as questões mais relevantes. A primeira seção vai do ingresso em Geografia na UFSM, em 1997, até o doutoramento em Desenvolvimento Rural na UFRGS, em 2008. É uma fase longa, e considerarei importante trazê-la na medida em que o que somos e fizemos, hoje reflete nossas decisões pretéritas. A fase seguinte é a mais breve, mas não menos importante, pois retrata o curto período em que estive na UFPel (meados de 2008 à final de 2010).

Defino a fase seguinte entre o final de 2010 a 2014, aquela em que consolidei a minha identidade profissional na UFRGS. Coloquei muita intensidade em tudo que fiz, algo que se repetiu nas fases seguintes, em especial entre 2015 a 2019. Nesta fase, consolidei mais intensamente a produção acadêmica e a gestão universitária, sem deixar de lado as demais atividades. A última fase, entre 2020 a 2024, é uma espécie de enfrentamento de desafios não imaginados e projeções para o futuro. Também uma fase de reflexão, aprofundadas e, quem sabe, antecipadas em função da Pandemia COVID-19 e das enchentes de maio de 2024.

Se cheguei até aqui, poderei ir além! Nunca fiz e não farei isso sozinho. Poder olhar para frente e para trás a partir do lugar e do espaço que conquistei até hoje é algo que me orgulho e não abro mão.

Conquistas e responsabilidades foram compartilhadas ao longo do tempo. A UFSM, a UFPEL e a UFRGS somos nós!

PREÂMBULO HISTÓRICO: 1997 a 2008 – da graduação em Geografia ao doutoramento em Desenvolvimento Rural

Vou me permitir trazer alguns elementos históricos que não estão documentados, se não nas memórias. São recuos, alguns saltos no tempo, para entender como cheguei e conquistei o meu lugar na UFRGS muito antes de saber da sua existência. O “marco zero” que escolhi foi o ano de 1997, ainda que minha origem rural já tivesse ali quase 20 anos. Vários eventos que surgiram ao longo do tempo contribuíram para ajustes e mudanças de rumo. A perda de um familiar, no caso minha mãe, em 1996 quando certamente pesou nas escolhas a partir de então. Permanecer na agricultura ou migrar e buscar outros rumos? Esta era a grande pergunta ao final do ano de 1996 no recém constituído município de Engenho Velho, norte do Rio Grande do Sul.

Nem tudo cabe no corpo deste texto. Minha trajetória foi construída tanto por eventos fortuitos quanto por esforço e mérito individual. O caminho nem sempre foi de flores. Mas, juntando planejamento, competências individuais e trabalho em equipe, as oportunidades se apresentaram e as escolhas foram sendo feitas.

Afinal, quais minhas origens sociais? Nasci em 23 de junho de 1977 no Hospital São Rafael de Engenho Velho, naquela época um pequeno distrito de Constantina. Engenho Velho veio a se tornar município em 1992, engrossando o movimento massivo de emancipações Brasil afora. Desde a sua criação, Engenho Velho figura entre os municípios que mais perdem população. De acordo com dados dos Censos Demográficos, em 1991, Engenho Velho totaliza 2.261 habitantes, sendo que apenas 350 residindo no perímetro urbano (14,5% do total). Esta característica de uma municipalidade com predominância da população rural permanece até os dias atuais, visto que 55% da população em 2022 ainda era rural. Os dados não mentem. Apenas 3 municípios do Rio Grande do Sul tiveram, em 2022, população menor que Engenho Velho. Engrossei as migrações ao final da década de 1990, contribuindo com a redução da população, em especial a rural.

Meus pais sempre se dedicaram à agricultura trabalhando em uma área de 12,5 hectares (meia colônia, conforme nomenclatura utilizada para definir uma colônia de terra, neste caso, 24 hectares). Migrar acabou se tornando algo impositivo naquele meados da década de 1990, ainda que o período coincidissem com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Ocorre que, já naquela época, o Pronaf no norte do RS se ocupava de financiar aquilo que na época se chamava agricultura de grão e hoje chamamos de *commodities* agrícolas (soja, milho, trigo), conforme apontam CONTERATO; BRÁZ; RODRIGUES (2021). Ao passo em que se avançava no acesso ao crédito rural e elementos de modernização tecnológica (trator, semeadeira, sementes certificadas, adubação química, herbicidas), tornava-se mais eminente a migração para o urbano. Atualmente ninguém

reside na propriedade, restando uma casa abandonada que, teimosamente, resiste ao tempo. São marcas do passado, são nossas memórias insistindo em não se apagar.

Ali, bem perto, ingressei nos bancos escolares em uma pequena escola rural. O estímulo à educação sempre foi algo presente, apesar de meus pais terem completado apenas 4 anos de bancos escolares. Do quinto ao oitavo ano frequentei em outra escola, na sede do então distrito. O ensino médio foi cursado integralmente em outra escola, no município de Constantina, distante 8 km de Engenho Velho.

Dois anos após concluir o ensino médio surgiu a possibilidade de prestar vestibular na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Foi um desafio e tanto. Quando lá cheguei em janeiro de 1997 para prestar vestibular para Geografia não imaginava que estava iniciando uma nova e longa fase da minha trajetória pessoal. Segundo filho de uma típica família de agricultores familiares, alimentei o intenso fluxo migratório rural-urbano da década de 1990 para ingressar em uma universidade pública, a única opção possível.

Migrar não era uma opção, mas uma necessidade e as causas são muitas e se confundem com as de milhares de outros filhos de pequenos agricultores familiares do Norte do Rio Grande do Sul. João de Almeida Neto, na canção Nova Trilha dá pistas ao cantar *“Um dia deixei o campo. Porque o campo me deixou. No pasto perdi o rastro que o vento norte apagou”*. Minha realidade não era a da metade sul do RS, retratada na música em questão. É difícil deixar a emoção de lado ao resgatar elementos que carregamos para sempre, apesar do tempo longínquo. Somos seres dotados de emoções! Deixo uma pista: em 1997 o emocional pesou mais na decisão!

Ao ingressar no curso de Geografia na UFSM sempre procurei me aproximar de professores que pesquisassem temas rurais e agrários. Esse movimento parecia natural em função das minhas origens. A disciplina mais desafiadora ao longo da graduação (Geografia Rural) foi justamente aquela que tinha como responsável a professora que seria minha orientadora de iniciação científica e de trabalho de conclusão de curso.

Foi justamente nesta disciplina e nas leituras durante a iniciação científica que me deparei com literatura de referências nos estudos rurais, algumas delas produzidas por aqueles que seriam meus professores no PGDR. De todos os livros certamente o que mais guardo memórias foi Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão (ABRAMOVAY, 1992), que adquiri logo com a primeira bolsa que recebi como bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS), em 2008. Outras obras também podem ser citadas, como é o caso do livro Reconstruindo a Agricultura, Ideias e Ideais na perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável (ALMEIDA; NAVARRO, 1998) e Tecnologia & Agricultura Familiar (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

A iniciação científica que me referi acima foi fundamental na minha formação e determinante para as escolhas futuras. Um dia me deparei com um cartaz nos corredores do Prédio 17 da UFSM anunciando a seleção de bolsista de iniciação científica apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do

Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). Quem coordenava o projeto era a Prof.^a Vera Maria Fávila Miorin, naquele ano coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas Regionais (LEPER). A pesquisa estava centrada no estudo da ação humana sobre o meio ambiente na Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí, com destaque para mudanças no uso da terra, alterações na cobertura do solo e quantificação e caracterização social, econômica e produtiva da agricultura familiar. Iniciava ali os primeiros passos para pesquisas futuras, em especial as que têm os Censos Agropecuários como fonte de dados. Sequer sabia, mas estava dando os primeiros passos para o ingresso na pesquisa acadêmica, algo que até hoje faço com muito orgulho. Formação de recursos humanos é algo lento e os frutos se colhem com o tempo.

Também faço questão de registrar o envolvimento em outra pesquisa, esta para identificação e construção de tipologias das agroindústrias familiares na Microrregião de Frederico Westphalen/RS em colaboração com o Banco Nacional da Agricultura Familiar (BNAF) que em 1996 inaugurou, em Frederico Westphalen, sua primeira agência nacional. Esta pesquisa contava com o envolvimento de outros professores e alunos da Geografia da UFSM, bem como professores da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Igualmente, houve intenso compartilhamento de conhecimento com os colegas Marcelo Cervo Chelotti e Roberto Barboza Castanho e com a professora Meri Lourdes Bezzi. Com os recursos da bolsa de iniciação científica comprei meus primeiros livros e frequentei os primeiros congressos e eventos na área.

A iniciação científica entre 1998 e 2000 e as leituras no campo do “desenvolvimento do capitalismo agrário” foram fundamentais para lograr êxito, em 2002, no processo seletivo para o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). Em 2004 ingressei no doutorado em Desenvolvimento Rural, nas duas ocasiões orientado pelo Prof. Sergio Schneider. A tese teve co-orientação do Prof. Paulo Waquil. Entre 2002 e 2008 as disciplinas no campo da economia e da sociologia rural foram determinantes para o aprimoramento em áreas do conhecimento científico ainda estranhas e apenas timidamente iniciadas na graduação.

O período entre 2002 e 2008 foi extraordinariamente rico. Não apenas em função das disciplinas. Muitas foram as oportunidades de se envolver em projetos e grupos de pesquisa envolvendo professores e colegas discentes do PGDR. Destaco algumas: em ordem cronológica a primeira delas foi o convite do Prof.^o Sergio Schneider (UFRGS) e do Prof.^o Flávio Sacco dos Anjos (UFPel) para integrar a equipe do projeto Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Sul do Brasil: a emergência de uma nova ruralidade (AFDLP). Financiada pelo CNPq, deu origem e suporte a dissertação e a tese defendidas em 2004 e 2008, respectivamente. Tratava-se de um desdobramento de pesquisas vinculadas ao Projeto Rurbano nacionalmente coordenado pelo professor José Graziano da Silva, da UNICAMP. Não hesitei em abraçar esta oportunidade e hoje tenho claro o quanto isso foi importante na minha formação. Pesquisas nunca deveriam ser individuais, sempre coletivas!

Outra vivência importante foi participar da criação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD), em 2005. Desde então o GEPAD (atualmente

denominado Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento) organiza eventos nacionais e internacionais, apoia e desenvolve pesquisas, publica artigos e relatórios com foco na agricultura familiar, no desenvolvimento rural e na alimentação. No site <https://www.gepadagrifood.com.br/> é possível identificar a atuação do grupo, seus integrantes e as principais publicações. Fazer parte do GEPAD é um dos meus orgulhos acadêmicos! Desde 2005, de três em três anos, o GEPAD organiza o Colóquio da Agricultura Familiar, sempre combinando intensa participação de pesquisadores nacionais e internacionais. O GEPAD atua intensamente em colaboração com o PGDR, contribuindo na sua internacionalização através de pesquisas e projetos com instituições de vários países, como é o caso da França, China, Holanda entre outros.

Outro momento marcante foi poder participar, em 2007, de uma pesquisa nacional que buscava identificar os impactos econômicos, produtivos e sociais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) nas economias municipais. A pergunta norteadora era: o Pronaf contribui criando condições para reduzir as migrações rurais-urbanas em diferentes regiões brasileiras? A equipe era ampla, com pesquisadores de outras instituições (Prof. Lauro Mattei e seus orientados da UFSC) além de professores do PGDR (Paulo Waquil e Sergio Schneider). Especialmente a partir dessa experiência tenho me dedicado ao estudo desta importante política pública de desenvolvimento rural brasileiro. A pesquisa contava com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Os resultados indicaram relação direta e positiva entre o Pronaf e o aumento da produtividade e da produção agropecuária.

Destaco também ter participado, em 2007, da pesquisa para avaliação do desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais no Brasil. Essa pesquisa, de caráter multidisciplinar, era composta por vários professores e discentes do PGDR. Esta pesquisa contava com apoio da recém criada Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao então MDA. Esta pesquisa foi também importante pois incorporei parte da metodologia desenvolvida para caracterizar as desigualdades regionais do RS investigadas na tese.

Convém registrar que tanto minha dissertação defendida em 2004 e intitulada **A Mercantilização da Agricultura Familiar no Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**, bem como a tese defendida em 2008 e intitulada **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**, são esforços individuais desenvolvidos em ambientes coletivos/grupos de pesquisa. Uma dissertação ou uma tese não refletem exclusivamente as discussões e experiências das disciplinas cursadas. Foi assim que, durante o doutorado, incorporei na tese a análise fatorial e a análise de clusters utilizadas na pesquisa sobre os impactos do Pronaf nas economias locais e os biogramas utilizados na pesquisa sobre indicadores de desenvolvimento territorial. Estas experiências em projetos de pesquisa multidisciplinares foram fundamentais para que o Prof. Paulo Waquil fosse meu co-orientador na tese. Foi o momento em

que aprendi um pouco de estatística multivariada, indo além das estatísticas descritivas comumente utilizadas.

Fechando este recorte temporal cabe destacar que foram anos muito intensos e frutíferos. Desde o ingresso na graduação até o término do doutorado me envolvi com diferentes pesquisas, com distintos temas, distintas metodologias e ferramentais teóricos. Aprendi muito, ensinei um pouco. Neste período, graças ao envolvimento em grupos de pesquisas participei de dezenas de eventos e congressos científicos nacionais e alguns internacionais. Destaco aqui que a partir de 2002 passei a participar frequentemente do **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural (SOBER)**, sempre apresentando trabalhos. Foi e continua sendo o principal evento acadêmico nacional que participo. Participar da SOBER me permitiu conhecer melhor a agricultura brasileira, o seu dinamismo e as suas desigualdades sociais, econômicas, tecnológicas e ambientais. Sem pesquisa de qualidade não há produção acadêmica de impacto.

Ainda em 2007 tive a oportunidade de atuar como Tutor e Professor formador no curso de graduação **Tecnólogo em Desenvolvimento Rural (Plageder)**, originalmente oferecido como tecnólogo e atualmente na modalidade Bacharelado em Desenvolvimento Rural. Naquele período eu me encaminhava para a redação final da tese e eis que surge as primeiras oportunidades para exercício da docência, totalmente na modalidade a distância visto que o Plageder foi instituído e assim permanece como um Programa Especial de Graduação (PEG) através da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Considero esta a primeira experiência docente na UFRGS. Quis o destino que em outro momento eu retornasse à UFRGS em função da criação do Plageder e mais tardiamente exercesse a função de Coordenador do mesmo. Cada fato ao seu tempo.

INÍCIO E CONSOLIDAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE: ENSINO E PESQUISA ANDANDO JUNTOS PARTE 1: 2008-2010

Esta é a fase mais curta, não menos marcante ou importante. Nela, as experiências estavam focadas em preparar e ministrar aulas e constituir minhas próprias pesquisas. O ingresso na carreira docente se deu em setembro de 2008, logo depois da defesa da tese, ocorrida em julho daquele mesmo ano. Foi na UFPel, no Departamento de Ciências Sociais Agrárias (DCSA), junto à Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM). Optei por juntar os dois primeiros anos de docência na UFPel neste memorial pois entendo ser um período indissociável da docência que, a partir de 2010, passou a ser exercida na UFRGS, mais especificamente no Departamento de Economia e Relações Internacionais (graduação) e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR).

O concurso na UFPel foi em maio de 2008. Defendi a tese em julho e logo em seguida tornei-me professor! As práticas formativas de um pesquisador não são as mesmas práticas formativas de um professor. Foi um início desafiador, várias disciplinas, tudo começando do zero.

Passei, então, a construir minha identidade profissional docente (que também envolve pesquisa, extensão e gestão) em uma instituição por mim desconhecida, bem como era novo o meu lugar em sala de aula. Antes aluno, agora professor. Confesso que não foi muito fácil assumir várias disciplinas (**Sociologia Rural; Comunicação e Extensão; Cooperativismo**) em um ambiente estranho, que logo foi sendo assimilado. A liberdade de cátedra que as universidades federais é um aspecto fundamental na nossa carreira docente. Sabendo identificar os seus limites, são um porto seguro para quem está iniciando a carreira.

Passados alguns meses, em 2009, veio o convite para atuar no Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (PGSPAF). Ofereci a disciplina **Questões do Rural e da Agricultura: atores, temas e processos**. Foi um sucesso! Conclui, a partir de então, que meu início de carreira docente, tanto na graduação como na pós-graduação, estava no caminho certo.

Como já expressei, o período na UFPel foi curto, pouco mais de 2 anos, entre 03/09/2008 à 30/09/2010. Foi uma experiência acadêmica e de vida incrível. Residir e trabalhar na “metade Sul” contribuiu muito para minha formação profissional e pessoal. A Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel completava, em 2008, 125 anos de fundação com marcas na arquitetura e na tessitura social. Histórias, lendas e folclore se misturavam ao conteúdo acadêmico. Fiz e mantenho boas amizades por lá. Foi lá que me candidatei e fui selecionado via **EDITAL FAPERGS 003/2009 AUXÍLIO RECÉM-DOCTOR (ARD) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)**.

O projeto aprovado tinha como título **A DINÂMICA SÓCIO-ECONÔMICA DAS PRINCIPAIS REGIÕES PRODUTORAS DE TABACO NO RIO GRANDE DO SUL: a Convenção Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) e as políticas de diversificação produtiva na agricultura familiar**. Era uma discussão vinculada à Convenção Quadro de Controle do Tabaco (CQCT), uma iniciativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) para encontrar soluções para a epidemia de tabagismo em todo o mundo e incentivar a diversificação produtiva nas regiões produtoras de tabaco. Em 2005 o Brasil aderiu formalmente à CQCT/OMS. Essa pesquisa financiada pela FAPERGS foi marcante por várias razões. Uma delas foi a possibilidade de construir indicadores e índices de desenvolvimento rural nas principais regiões produtoras de tabaco no Rio Grande do Sul e sua relação intrínseca com a agricultura familiar. Em resumo: não há produção de tabaco sem a presença da agricultura familiar.

As expectativas, os medos e os desafios em relação ao início da carreira docente universitária foram sendo substituídos, paulatinamente, por saberes e concepções envolvendo as práticas pedagógicas em sala de aula, pela construção de relações de interconhecimento e convivências com os pares e pela concepção de sala de aula como espaço de ensinar e aprender. Vou fazer uma confissão: em 2009 minha esposa, com que me casei em fevereiro daquele mesmo ano, formada em Pedagogia e com mestrado em Educação pela UFSM, ingressou no doutorado em Educação na UFPel. Reconheço que isso me auxiliou nos anos iniciais da docência universitária em que as minhas práticas pedagógicas não estavam

consolidadas. O correto seria dizer que muitas vezes sequer práticas pedagógicas eu tinha. **Sou um afortunado!**

Apesar de ter sido a fase mais curta, dois anos, foi um período de intenso aprendizado. Tornar-se professor é algo desafiador, requer planejamento, persistência e muito jogo de cintura. Tudo era novo, as frágeis convicções escorregavam entre os dedos. Afinal, o PGDR, bem como a imensa maioria dos programas de pós-graduação na UFRGS e no Brasil inteiro, formam mestres e doutores com especiais habilidades para a pesquisa, não para o ensino. As atividades de ensino são, então, experiências cotidianas que vamos consolidando com o tempo. Às vezes damos um passo para frente e dois passos para trás.

CONSOLIDANDO A CARREIRA DOCENTE: ENSINO, PESQUISA E UM POUCO DE EXTENSÃO PARTE 2: 2010-2014

O que destacar nesta fase da jornada? O tempo foi passando e surgiu, em 2010, a oportunidade de retornar para a UFRGS, sem a necessidade de realizar novamente concurso público. Parecia a situação ideal em um momento mais tranquilo. Com isso, após dois anos, eu estava de volta, na condição de docente. Logo que cheguei ao DERI fiquei responsável por disciplinas que nunca tinha ministrado, repetindo a experiência na UFPel. **Economia A, Introdução a Economia e Teoria Econômica** foram as primeiras disciplinas que ministrei. Depois, por alguns anos, ministrei Economia Regional. A partir de 2014 surgiu a oportunidade de assumir a disciplina eletiva **Agricultura e Desenvolvimento (ECO02285)** que ofereço até os dias de hoje, sempre com boa procura pelos alunos e uma espécie de “laboratório metodológico” em que trabalho temas conjunturais e preferencialmente vinculados às preferências dos alunos através de suas experiências e vínculos de trabalho/estágios.

A partir de 2011 surgiu a oportunidade de ministrar disciplinas no PGDR. Logo de cara contribuí nas disciplinas obrigatórias Estudos Avançados em **Desenvolvimento Rural I, Desenvolvimento Rural I e Desenvolvimento Rural II**, compartilhadas com outros colegas professores. Foi um período marcante e enriquecedor pois sendo um programa interdisciplinar, o PGDR sempre esteve de portas abertas para me acolher, oferecendo as melhores condições de trabalho. Desde 2011 sou credenciado como professor permanente do PGDR e não atuei em nenhum outro programa de pós-graduação da UFRGS. Foram praticamente dois anos contribuindo com as disciplinas obrigatórias acima, algo que seria retomado em outros períodos futuros. A partir de 2013 passei a contribuir também na disciplina eletiva **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural** juntamente com o colega Sergio Schneider, oferecida até os dias atuais.

Em 2014 a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou aquele como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF) com o objetivo de aumentar a visibilidade do setor no contexto do desenvolvimento sustentável mundial. Motivados por isso, em co-autoria com os colegas professores Paulo André Niederle (UFRGS) e Marco Antonio Verardi Fialho (UFSM) organizamos o **Volume 52, Suplemento 1 da Revista de Economia e Sociologia Rural** exclusivamente dedicado à artigos sobre

a agricultura familiar brasileira. Definitivamente foi um marco histórico no debate sobre agricultura familiar no Brasil. Os artigos deste volume estão entre os mais acessados e baixados da revista.

Foi um período marcante, intenso. No entanto, o fato mais marcante ganhou nome e sobrenome em pleno verão de 2014. Mais especificamente no dia 16/01/2014 nasce, no Hospital Divina Providência, Sofia Stivanin Conterato, hoje com 10 anos. A partir deste dia nada seria como antes. Acredito que a paternidade me tornou uma pessoa melhor! Tornar-se pai é o mais intenso exercício de reflexão que conheço. A partir de 2017 passou a ser em dose dupla com o nascimento da Antonella.

Outra experiência de destaque que inicia neste período e avança para o período seguinte foi assumir a coordenação do Bacharelado em Desenvolvimento Rural entre 30/05/2014 a 11/05/2016. Foi um período marcado por necessidade de ajustes, especialmente financeiros, através do corte de recursos para apoiar professores e tutores através de bolsas. O cobertor era cada vez mais curto em face às rotinas exigidas para oferta das disciplinas e atividades de sustentação das mesmas com um mínimo de qualidade. Atividades presenciais nos polos, sempre muito importantes e requisitadas pelos alunos, foram sacrificadas. A mobilização dos coordenadores dos polos, da COMGRAD Plageder, dos professores e dos tutores presenciais e a distância foi fundamental para a manutenção do curso. Foram os primeiros dois anos de muitos outros em que a gestão passou a ser exercida regularmente. Esse detalhamento fica para as próximas fases.

Considero que sai desta fase muito melhor do que nela entrei. A UFRGS como um todo e, em especial, a Direção da FCE, a chefia e os colegas do DERI, os integrantes da COMGRAD Plageder e do PGDR foram fundamentais para meu amadurecimento profissional. Espero ter retribuído à altura.

CONSOLIDANDO EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO, MANTENDO ENSINO, PESQUISA E UMA DOSE DE EXTENSÃO – 2015-2019

A terceira fase desta jornada também apresenta certa dose de arbitrariedade na sua delimitação. Nossas atividades são muito dinâmicas e interconectadas entre si e no tempo. Algumas atividades que destaque iniciaram antes de 2015 e outras foram além de 2019. Foram cinco anos igualmente intensos. Antes de destacar as atividades profissionais quero compartilhar que no dia 29 de março de 2017 me tornei pai pela segunda vez: nascia, no Hospital Mãe de Deus, Antonella Stivanin Conterato, hoje com 8 anos.

As atividades de ensino em disciplinas na graduação e na pós-graduação continuaram no mesmo ritmo. No entanto, no caso do PGDR, alternei contribuições em disciplinas obrigatórias (**Desenvolvimento Rural II**), mantive participação na disciplina **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural** e algumas incursões em Tópicos Especiais, introduzindo temas até então pouco trabalhados, como foi o caso do debate sobre **Demografia e Desenvolvimento Rural**. Sendo o PGDR um programa de pós-graduação multidisciplinar, o ambiente sempre foi extremamente acolhedor para novas proposituras de disciplinas e orientar os primeiros trabalhos com este novo enfoque.

Neste aspecto, destaco o artigo **As mudanças nos padrões sucessórios e suas implicações no destino das propriedades entre agricultores familiares no norte do Rio Grande do Sul**, que resultou da dissertação de mestrado de Mariele Boscardin, por mim orientada. Através deste texto, publicado em 2018 no periódico **Estudos: sociedade e agricultura** da UFRRJ, demos um passo importante em registrar o quão intenso foi a redução do número de pessoas que compunham as famílias de agricultores familiares entrevistadas no município de Frederico Westphalen entre uma geração e outra e suas implicações nos padrões sucessórios e no destino das propriedades rurais. Precisamos aprofundar este debate sobre padrões sucessórios e o destino das propriedades rurais, visto que a emergência climática tem acelerado a desativação/abandono das propriedades rurais, concentração da produção e da renda agrícola, tornando o meio rural ainda mais vazio e masculinizado, visto que a migração se dá com mais intensidade entre as mulheres.

A disciplina de mais longa trajetória é **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (DER343)**. Nela, com ampla liberdade de cátedra, discute-se (em parceria com o colega Prof.º Sergio Schneider), as grandes questões nacionais e algumas internacionais sobre agricultura familiar, desenvolvimento rural, sistemas alimentares, políticas públicas, entre outras. Em determinado momento, em função da internacionalização do PGDR, em especial acolhendo mestrados e doutorandos da América Latina, incorporamos aos temas da disciplina uma aula sobre as agriculturas familiares latino-americanas.

A participação em bancas de TCC, mestrado e doutorado mantiveram-se intensas. Aprofundei orientações de mestrados e doutorandos, consolidando assim a minha trajetória na pós-graduação. Destaco a organização compartilhada do livro **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**, publicado em 2016. É um marco nos estudos rurais brasileiros na medida em que se discute a centralidade e o papel dos distintos mercados para a agricultura familiar.

O projeto de pesquisa intitulado **Pesquisa e Ação para o Desenvolvimento de Dispositivos de Gestão e Governança do Território Rural da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul: construindo interfaces entre atores, redes e instituições** foi impulsionador de publicação conjunta com Camila Horst Toigo, orientada de mestrado, do artigo **Pobreza, vulnerabilidade e desenvolvimento no território rural zona sul: o que aponta o índice de condição de vida?** O artigo, fruto de sua dissertação de mestrado defendida no PGDR, foi publicado na Revista de Economia e Sociologia Rural em 2017. Neste texto ficou comprovado através de um índice de condições de vida (ICV) construído com base na Abordagem das Capacitações e na Abordagem dos Meios de Vida que as famílias não estavam expostas, *a priori*, às situações de vulnerabilidade e pobreza. Porém, dada a existência comprovada de privações para o alcance de um maior nível de bem-estar, questionou-se sobre uma possível situação de acomodação resignada na qual essas famílias poderiam estar imersas, por mais paradoxal que isso possa parecer. Empoderamento e exercício das liberdades individuais se demonstraram fundamentais para que as pessoas pudessem adquirir mais resiliência, de forma a obter

oportunidade de alcançar a vida que elas mesmas valorizam. Eu estava de volta, pelo menos parcialmente, à zona sul do RS.

Um ano antes, em 2016, publiquei, em co-autoria com a doutoranda Celia Jaqueline Sanz Rodriguez o artigo **Entre trajetórias e estratégias de vida: a importância do Programa Nacional de Crédito Fundiário no acesso à terra pela juventude rural no estado do Espírito Santo**. Embora representassem proposições individuais distintas, os trabalhos acima acabaram sendo complementares e corroborando a ideia de que tanto as percepções quanto à materialidade das condições de vida no meio rural, em especial entre agricultores familiares, são fundamentais para auxiliar na construção de políticas públicas de enfrentamento e mitigação das múltiplas vulnerabilidades sociais às quais essa população são expostas e vivenciam.

Seja no Rio Grande do Sul ou no Espírito Santo, há uma parcela crescente das pessoas ocupadas na agricultura que se dedicam cada vez mais ao autoprovisionamento/autoconsumo através de pequenas hortas, pomares e criação de pequenos animais. Segundo a PNAD contínua de 2023, mais de 5 milhões de pessoas no Brasil se enquadram nesta condição que traduz, entre outras questões, o envelhecimento populacional, as dificuldades de se manter ou se incluir produtivamente na agricultura cada vez mais intensiva em capital e os próprios riscos inerentes às mudanças climáticas. A agricultura de *commodities* se mostra cada vez mais limitada em sua capacidade de absorver mão de obra.

Foi pensando neste conjunto de evidência que, a partir de 2016, dediquei considerável esforço para resgatar o projeto AFDLP (2002-2003), que foi a base para minha dissertação e minha tese bem como de outros colegas, muitos deles hoje professores da UFRGS. Em determinado momento da carreira senti a ausência na literatura de estudos em painel ou que evidenciassem a trajetória de agricultores familiares ao longo de suas vidas, os fatores de mudança e as implicações sociais, econômicas e produtivas ao longo do tempo. Os dados dos Censos Agropecuários não permitem tais estudos. Pesquisas nacionais com esta metodologia e propósito são praticamente inexistentes. A proposta era retornar às regiões, municípios e agricultores familiares de 2002 e 2003, quando este grande projeto foi concebido e teve início. No âmbito do PGDR incorporou-se a ideia o doutorando Vanderlei Franck Thies (hoje professor na UFSM) e a doutoranda Andreyra Raquel, que defendeu sua tese em 2022. Mas os tempos eram outros e os recursos para uma pesquisa empírica eram escassos. No entanto, consegui sensibilizar os orientados de doutorado acima e dar o suporte necessário. Montamos uma pequena equipe para discutir as estratégias metodológicas. Afinal, 14 anos haviam se passado.

Em colaboração com o professor Evandro Schneider e seus orientados da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo, conseguimos montar uma equipe e fazer uma espécie de “busca ativa” para encontrar os 59 agricultores familiares de Salvador da Missões. Incrivelmente localizamos os mesmos “núcleos familiares”, não necessariamente as mesmas pessoas. Com propósitos semelhantes, a doutoranda Andreyra Raquel dedicou-se ao estudo de caso em Veranópolis. Não custa lembrar que em 2002 e 2003 a pesquisa AFDLP se debruçou sobre a análise da agricultura familiar nos

seguintes municípios: Veranópolis (Serra), Salvador das Missões (Noroeste), Três Palmeiras (Alto Uruguai) e Morro Redondo (Sul). Os resultados mais promissores só foram produzidos e publicados após a defesa das teses, ocorridas a partir de 2020. Retomo isso na próxima fase.

Novas funções de gestão ganharam fôlego em 16/08/2018 quando assumi a **Direção do Centro Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento (CISADE)**, um órgão auxiliar da FCE criado em 2015, reconhecido pelo Conselho Universitário (CONSUN). O CISADE apoia e desenvolve ações em pesquisa, ensino e extensão com vistas interdisciplinaridade. Foram 1461 dias (mais de 4 anos) à frente da Direção, tendo o professor Paulo Waquil como Diretor Substituto. Foi um aprendizado e tanto.

COM OS PÉS NO PRESENTE: OLHANDO PARA TRÁS E PARA FRENTE – 2020-2024

Tenho muitas e excelentes lembranças de todos estes anos como professor e daqueles que foram meus mestres. Como professor não lembro de nenhuma experiência ruim ou decepcionante. Não consigo associar o exercício da docência a nada que não seja nobre, desafiador e pleno. Todo ano, semestre, mês, semana ou dia que entro em sala de aula aprendo algo novo. Nada se repete, tudo se renova constantemente.

Reforço que toda periodização apresentada tem uma boa dose de arbitrariedade. Boa parte das atividades descritas mantém conexões com as etapas anteriores e posteriores, o que se repete nesta última periodização de atuação profissional. O primeiro e mais marcante evento, que relato a seguir, foi a disseminação do vírus Sars-Cov 2 (Covid 19) declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 como uma pandemia global. O segundo, as enchentes de maio de 2024, retomo mais à frente.

Através da Portaria nº 2286/2020 de 17/03/2020 a UFRGS suspendia as atividades presenciais de ensino e dava providências para a utilização das modalidades a distância. Já a Portaria nº 2291/2020 também de 17/03/2020 orientava sobre as providências para servidores, como a possibilidade do trabalho remoto e a liberação do ponto eletrônico até 05/04/2020, o primeiro período de excepcionalidade.

O primeiro semestre letivo de 2020 transcorreu normalmente por apenas duas semanas. Depois disso, nada seria como antes. O medo, a angústia, a perda de familiares e amigos se misturavam e formavam a tempestade perfeita. O retorno às atividades de ensino na graduação só ocorreu em 18 de agosto, cinco meses depois, via Ensino Remoto Emergencial (ERE). Somente no dia 13 de junho de 2022 se deu a retomada 100% presencial, dando início ao primeiro semestre letivo daquele ano.

O que inicialmente parecia algo passageiro (o ERE), perdurou por mais de dois anos. Honestamente enfrento certo bloqueio para relatar os desafios das atividades docentes naquele período, especialmente nos primeiros meses. Tudo passou a acontecer no ambiente doméstico. Manter-se à frente da Direção do CISADE, realizar reuniões com servidores técnicos, acompanhar as aulas remotas das

filhas, cozinhar, lavar, utilizar álcool 70° em tudo, montanhas de roupas para lavar, sociabilidade restrita, adiar as visitas aos parentes, não visitar amigos. Todo dia um “banho de álcool gel”. Tudo parecia fora do controle. A vida profissional e a vida privada se (con)fundiram! Particularmente, considero que isso prejudicou severamente os processos e práticas de ensino-aprendizagem. A empatia das aulas presenciais deu lugar ao distanciamento mediado pelas tecnologias informacionais e outras formas de comunicação e interação. Sobrevivemos para contar a história!

Apesar de tudo, arrisco dizer que eu estava em uma condição favorável em relação à maioria dos demais colegas da UFRGS. A docência no Plageder, um curso à distância, se demonstrou uma “carta na manga”, dado estar relativamente bem familiarizado com os ambientes virtuais de aprendizagem, suas ferramentas e práticas de ensino-aprendizagem. No entanto, com o tempo, o conhecimento mais aprofundado de algumas ferramentas virtuais de aprendizagem se demonstrou apenas uma parte do Ensino Remoto Emergencial. O “cansaço tecnológico”, em especial em função das excessivas horas em frente ao computador, foi ganhando corpo pois às aulas remotas somava-se reuniões de trabalho, orientações, bancas de TCC, dissertações e teses, webinários, reuniões de grupos de pesquisa, apresentações de trabalhos em congressos e mais uma infinidade de outras situações. O retorno ao presencial traduziu o distanciamento físico e as aulas norteadas pelas TICs. Alunos com pouca capacidade de interação, de promover troca de experiências, pareciam distantes. O ERE se constituiu em um período em que as práticas e processos de ensino-aprendizagem foram muito mecânicas.

Acabei reduzindo um pouco o ritmo de algumas produções acadêmicas, em especial a participação em eventos e congressos, mantendo publicações de artigos em revistas e em capítulos de livros. Mantive atividades de orientação de mestrandos e doutorandos, bem como de TCC.

Deixei para este momento dizer que o que mais me orgulha na produção acadêmica foi publicar artigos com meus orientados, especialmente de iniciação científica e de trabalho de conclusão de curso. Também tive vários artigos publicados em co-autoria com orientados de mestrado e doutorado. Exemplo disso foi o artigo **A *comoditização* do PRONAF e os desafios da agricultura familiar no Rio Grande do Sul**, publicado na Revista Grifos (UNOCHAPECÒ) em co-autoria com Cauê Assis Bráz (naquele ano meu orientado de mestrado) e Stefany Reis Rodrigues, de quem fui orientador de TCC. Este trabalho resultou do TCC da Stefany.

Outro artigo que tenho orgulho de constar como co-autor, mais uma vez em parceria com Cauê Assis Bráz e também com Tulani Mathias de Oliveira Silva (aluna da Agronomia), foi **Um retrato dos agricultores negros no sul do Brasil**, publicado na revista Desenvolvimento Regional em Debate da Universidade do Contestado (SC). Resultou de intensa pesquisa literária e utilizando dados do Censo Agropecuário 2017, preenchendo uma lacuna gigantesca na literatura nacional ao trazer para o centro do debate os estabelecimentos agropecuários liderados por agricultores negros no Sul do Brasil. É importante registrar que Cauê Assis Bráz foi meu orientado de iniciação científica, de TCC, de mestrado e atualmente de doutorado.

A retomada do projeto AFLDP, que indiquei no período anterior, começava a dar seus frutos em termos de publicações, além da própria tese. Em 2023, em co-autoria com Vanderlei Franck Thies, publicamos na Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR) o artigo **Desagrarização e agrarização da agricultura familiar em Salvador das Missões - Rio Grande do Sul**. O artigo refletia as intensas transformações sociais, produtivas, tecnológicas e demográficas que a agricultura familiar do Noroeste do Rio Grande do Sul experimentou nas últimas décadas, mais especificamente 14 anos após as primeiras pesquisas na região. Antes disso, também em parceria com o mesmo autor, publicamos o artigo intitulado **Transformações nos sistemas agrários até meados do século XX na região Noroeste do Rio Grande do Sul (Brasil)**, na revista espanhola *Historia agraria: revista de agricultura e história rural*. Cabe reforçar que Vanderlei Franck Thies foi meu orientado de mestrado e de doutorado no PGDR.

Os Congressos da SOBER continuaram o principal evento para apresentação e publicação de trabalhos completos. Entre 2020 e 2024 participei com um dos autores de três trabalhos completos e um resumo expandido. Novamente destaco a publicação do trabalho completo **Os problemas distributivos do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**, resultado do TCC em Economia de Wesley Vieira Nunes, meu orientado. Aproveitando seu vínculo de trabalho em uma empresa privada que trabalha com crédito rural, estimulei que o TCC refletisse a expertise e competência do discente.

Na SOBER de 2024 integrei a lista de autores de dois trabalhos numa temática absolutamente inovadora em relação aos meus estudos e pesquisas até então conduzidos. A partir de 2023 incorporei, definitivamente, o tema das mudanças climáticas na minha agenda de pesquisa. Ambos os textos refletem os primeiros resultados de uma pesquisa mais ampla, de acrônimo INTERFACES – Interfaces entre Clima, Alimento e Sociedade, uma Interação Acadêmica (IAP) devidamente registrada no sistema de pesquisa da FCE/UFRGS e em parceria com Marcio Gazolla (UTFPR) e Joelson Oliveira Santos (Doutorando em Economia pela UFRGS).

Os resultados mais promissores desta pesquisa, em que medimos a emissão de gases de efeito estufa em cadeias alimentares curtas, médias e longas ainda estão em fase de divulgação e textualmente se encontram em formato de Relatório de Pesquisa. O relatório **Gases de efeito estufa em cadeias alimentares curtas, médias e longas: uma análise comparativa do food miles de uma cesta de alimentos para o Brasil a partir dos dados do PROHORT/Ceasas** pode ser encontrado na página do GEPAD através do link <https://www.gepadagrifood.com.br/post/gases-de-efeito-estufa-em-cadeias-alimentares-curtas-m%C3%A9dias-e-longas-uma-an%C3%A1lise-comparativa-do-fo>.

O estudo é absolutamente inédito em termos metodológicos e de resultados na literatura nacional. Imagino que, com o tempo, se tornará a publicação de maior impacto acadêmico em relação à minha produção intelectual. Estamos sendo convidados a expor os resultados em vários espaços Brasil a fora, com possível impacto na definição sobre a alimentação a ser oferecida durante a **COP 30 em 2025, em Belém do Pará**. Isso se deve à robustez dos resultados ao indicar que cadeias curtas de abastecimento

emitem menos CO₂ do que cadeias longas e servirá para auxiliar na definição sobre as origens da alimentação utilizada na COP 30, fortalecendo cadeias locais e territoriais de produção e consumo alimentar.

Veio a enchente de maio de 2024. Em relação ao meu envolvimento destaco a participação em ações via Grupo de apoio FCE – enchentes RS, uma iniciativa para auxiliar professores, servidores técnicos e discentes da FCE que necessitassem de apoio (financeiro, equipamentos de informática, alimentação, vestuário, etc.) para enfrentar aquele momento desolador. Também atuei, voluntariamente, em outras frentes, doando móveis, dinheiro, roupas, equipamentos de lava-jato entre outras coisas que eram mais úteis aos outros do que a mim. Muitas coisas reconquistadas após a pandemia foram, literalmente, “água à baixo”.

O fantasma da pandemia parecia estar de volta, agora com outra roupagem. Agora sob a definição de **Normas Educacionais Excepcionais (NEE)** válidas durante o ano letivo de 2024 (2024/1 e 2024/2) vivenciamos mais um período excepcional nos processos de ensino-aprendizagem, com o término do segundo semestre letivo para 18 de janeiro de 2025. Será o quinto ano consecutivo em que as férias escolares das minhas filhas não coincidirão com as minhas.

Entre 2020 e 2024 continuei envolvido em atividades de administração e representação. Além de continuar como integrante titular da Comissão de Graduação em Desenvolvimento Rural, a partir de 12/06/2024 passei a ocupar o cargo de **Coordenador do PPG em Desenvolvimento Rural**, tendo o colega Paulo Waquil como Coordenador Substituto. É uma dobradinha de longa data. Em time que está ganhando se mexe? Assumimos imediatamente o desastre ambiental e climático de maio e a necessidade de repensar o calendário acadêmico, identificar a realidade dos alunos atingidos e pensar soluções aos problemas que se apresentavam.

CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES FINAIS

As questões aqui apresentadas foram cuidadosamente escolhidas enquanto representativas de uma jornada pessoal. Reflete uma trajetória intensa e muito rica em experiências no ensino, na pesquisa, na gestão e uma pitada de extensão. Procurei dar destaque e organicidade às experiências mais relevantes, especialmente às vinculadas às práticas de ensino, de pesquisa e nas produções acadêmicas.

E o que vem pela frente? Como sinalização de ações futuras, pretendo aprofundar práticas de ensino, pesquisa e extensão com foco nas mudanças climáticas e na transição demográfica. Igualmente, pretendo manter especial atenção para as aulas na graduação, meu chão mais sólido. Claro, sem abandonar a pós-graduação e a gestão e manter a participação em grupos de pesquisa.

Por fim, registrar que do ingresso em Geografia em 1997 até a titularidade na UFRGS em 2024 são 27 anos. Só tenho a agradecer aos colegas da UFSM, da UFPEL e da UFRGS pelas oportunidades, desafios e experiências que me permitiram amadurecer enquanto cidadão, pai, marido, professor e pesquisador. As Universidades públicas por onde passei se destacam pela excelência acadêmica, por me

proporcionarem sempre as melhores condições de ensino, pesquisa e extensão. Vida longa à UFRGS, UFPEL, UFSM e ao ensino público, gratuito e de qualidade!

Parte IV

Trajetória e Legados: Diálogo com a Professora Vera Maria Favila Miorin

DIÁLOGO COM A PROFESSORA VERA MARIA FAVILA MIORIM

PRÓLOGO

No dia 20 de agosto de 2025, em uma tarde de inverno ensolarada no coração de Santa Maria, reunimo-nos — eu, professor Cesar De David, e o professor Marcelo Cervo Chelotti — para uma conversa memorável com a professora Vera Maria Favila Miorin, em sua residência. A atmosfera era íntima e calorosa, marcada pelo ritual do chimarrão, símbolo da hospitalidade gaúcha e da partilha de saberes.

Mais do que uma entrevista, o encontro foi uma celebração da trajetória de uma mulher que desbravou caminhos na Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Vera Miorin ingressou na primeira turma do curso de Geografia em 1965, e, em 1988, tornou-se a primeira mulher doutora em Geografia do Departamento de Geociências — um feito notável em um espaço até então dominado por doutores geólogos.

Durante 33 anos de dedicação à UFSM, sua atuação foi decisiva para a consolidação da Geografia Agrária como campo de pesquisa e formação. Vera não apenas construiu conhecimento, mas também formou gerações de pesquisadores, deixando uma marca profunda na história da Geografia Brasileira.

Esta transcrição registra, em forma de diálogo, os momentos dessa roda de conversa, preservando o tom espontâneo, afetivo e reflexivo que permeou o encontro. É um testemunho vivo da memória acadêmica e humana de uma professora pioneira, cuja trajetória merece ser contada, lembrada e estudada.

A CONVERSA SOBRE A GEOGRAFIA AGRÁRIA DA UFSM

Cesar: Como comentei com você naquela outra visita que fiz aqui, estamos celebrando os 60 anos do curso de Geografia na UFSM. O curso foi implantado em 1965, e neste ano decidimos não deixar essa data passar despercebida. Ao longo de 2025, organizamos diversos momentos comemorativos para marcar essa trajetória tão significativa.

Já realizamos uma cerimônia de abertura no início do ano, e temos várias atividades programadas. Em outubro, por exemplo, acontecerá o Encontro Estadual de Geografia, que será sediado aqui mesmo. Além disso, cada grupo de pesquisa preparou sua própria forma de celebração — seja por meio de eventos, encontros ou outras iniciativas.

Em novembro, teremos também um jantar especial, pensado para reunir toda a nossa comunidade: ex-professores, docentes atuais, estudantes e funcionários. E, dentro desse conjunto de comemorações, eu e o professor Marcelo...

Vera: Vocês estão encabeçando.

Cesar: Nós estamos à frente de várias iniciativas dentro das comemorações dos 60 anos do curso. Embora estejamos coordenando o evento principal, conseguimos mobilizar muitos colegas — professores que abraçaram a ideia e estão contribuindo com ações e produções para marcar essa data especial.

Uma das propostas centrais desse evento foi a criação de um livro sobre Geografia Agrária. Mais do que uma homenagem, esse livro tem o propósito de registrar seis décadas de produção acadêmica, ensino e extensão voltadas à Geografia Agrária e Rural na UFSM. É uma história extremamente rica, cheia de frutos, que merece ser documentada com cuidado.

O livro será dividido em três partes. A primeira reúne textos de ex-professores, que serão republicados — textos que já circularam em periódicos ou outros meios, mas que agora ganham novo espaço nesse volume comemorativo. Inclusive, há um texto seu que estará presente nessa seção.

A segunda parte será composta por contribuições dos professores atuais. Teremos textos meus, do Marcelo, da Carmen, do Eduardo, do Anderson — todos refletindo sobre temas contemporâneos e também sobre a continuidade dessa tradição.

E a terceira parte será dedicada aos egressos: pessoas que se formaram aqui, fizeram mestrado ou doutorado, e hoje atuam em outras instituições pelo Brasil, mas que mantêm um vínculo afetivo e acadêmico com Santa Maria. Muitos deles foram seus orientandos — como o Flamarion, a Michele, a Giancarla, o Conterato — que também enviaram textos. Há contribuições dos meus orientandos também.

Enfim, será um livro muito representativo, que expressa a diversidade, a profundidade e o alcance da Geografia Agrária da UFSM ao longo desses 60 anos.

Marcelo: São contribuições que atravessam gerações.

Cesar: Gerações de geógrafos que mostram como a Geografia Agrária de Santa Maria sempre foi uma referência. Uma verdadeira potência.

Marcelo: É exatamente isso que queremos registrar.

Cesar: A produção que vem daqui, do Rio Grande do Sul, especialmente de Santa Maria, é expressiva. E esse livro é uma forma de dar visibilidade a essa trajetória. Por isso, decidimos encerrá-lo com textos dos colegas que ajudaram a construir essa história.

Vera: Dos professores que vieram antes.

Cesar: Exatamente. E, para fechar com chave de ouro, pensamos em incluir uma entrevista com a professora Vera Miorin. Como forma de reconhecimento à sua contribuição, que é uma das mais significativas nessa trajetória. Não é apenas conhecer sua história — nós a conhecemos bem, fomos seus alunos — mas é registrá-la. Para que as futuras gerações também tenham acesso a esse legado.

Marcelo: Para que não se perca. Para que não fique apenas na oralidade. Quando colocamos essa entrevista por escrito, ela passa a integrar os registros históricos da Geografia.

Cesar: É por isso que estamos aqui hoje. Para fazer essa entrevista, registrar sua trajetória e publicá-la no livro. Claro, com sua autorização. Acreditamos que é fundamental que todos conheçam essa história.

Vera: Quando vocês chegaram, imaginei que fosse isso mesmo — escrever a história. E é exatamente o que vocês estão fazendo. Ao longo desses 60 anos, construiu-se uma narrativa rica, e esse registro é essencial. Achei a ideia de vocês brilhante. Até hoje, ninguém havia feito isso. Nem nos 10 anos do curso se pensou em algo assim. Houve tentativas, mas sempre ficava para depois. Um esperava pelo outro, e no fim, nada foi feito.

O Aldo Paviani chegou a escrever algo, há mais de 20 anos. Não sei se vocês tiveram acesso...

Cesar: Não, não tivemos acesso ao texto. Mas já conversei com ele.

Vera: Ele escreveu quando eu já era professora. Lemos na época. Não sei se ele ainda tem esse material... Ele está vivo?

Cesar: Sim, está bem, com saúde.

Vera: Então perguntem a ele se ainda tem esses textos. Quando ele se mudou para Brasília com a esposa. Ele, a Esther, o Ivo e o Sérgio fundaram o curso na Universidade Federal. Houve até algumas tensões, porque as irmãs já tinham um curso de Geografia e não gostaram muito da criação do novo. Foi parecido com o que aconteceu quando o Mariano criou o curso de Medicina, que impulsionou tudo. Já existia o curso de Farmácia em Santa Maria, que era um dos mais antigos. Meu irmão, por exemplo, casou com uma farmacêutica formada nesse curso — não pelo Mariano, mas por aquele que já existia.

Cesar: Era o da FACEM, não era? Também ligado às irmãs?

Vera: Não, não era das irmãs. Era um curso independente de Farmácia.

Cesar: Ah, entendi. O curso de Farmácia que já existia em Santa Maria.

Vera: Isso. Foi um dos primeiros da cidade.

Vera: Os primeiros farmacêuticos que vieram para Santa Maria eram formados em Porto Alegre. Eles foram os responsáveis por fundar o curso aqui. Essa história não ficou muito registrada, mas se conversar com os mais antigos, ainda se encontra quem viveu esse início. O doutor Mariano, por exemplo, era formado em Medicina — naquela época, Medicina e Farmácia eram áreas muito próximas, ambas voltadas ao cuidado com os doentes: uma tratava com remédios, a outra diagnosticava.

O Mariano se envolveu profundamente com essa ideia. Eu fui colega da Dona Maria, que sempre dizia: “Vou falar com o Mariano”, quando surgia alguma questão. Ela vinha com as novidades, e o Mariano, acredita-se, foi um dos fundadores do curso de Farmácia em Santa Maria — antes mesmo da universidade existir formalmente.

Tive uma cunhada farmacêutica, a Cici. Meu irmão a conheceu quando ela ainda era estudante. Na época, o curso de Farmácia era o único curso superior da cidade. Lembro da formatura dela, com baile e tudo. Meu irmão estava prestes a noivar, mas o pai dela, militar, era muito rígido — não permitia casamento sem estabilidade. Então, meu pai ajudou meu irmão, que ainda estava começando a vida profissional. Naquele tempo, não existia roupa pronta como hoje. Era tudo feito por alfaiate.

O Ronald, meu irmão, foi ao baile, e depois eles se casaram. A Cici se formou em Farmácia e Bioquímica. Isso era importante, porque o curso fundado pelo Mariano incluía Bioquímica, o que permitia a manipulação de medicamentos. Cursos apenas de Farmácia não tinham essa habilitação.

Essas histórias fazem parte daquele contexto. A Dona Maria, por exemplo, era minha colega de turma. Sentávamos juntas. Ela já era mãe, tinha doze filhos, e mesmo assim decidiu estudar. Era muito inteligente, aprendia rápido, e gostava de reunir o grupo para estudar. Às vezes dizia: “Vamos lá em casa tomar um chazinho e revisar a matéria.” E a gente ia. Ela fazia parte de um grupo muito especial, junto com a Sonia Malfassioli Corrêa e a Ana Aita Pipe.

Vocês já entrevistaram essas pessoas?

Cesar: Ainda não.

Marcelo: A Sonia foi minha professora.

Vera: A Ana Aita, se não me engano, depois de se formar, casou e seguiu na pesquisa. Acho que nunca chegou a lecionar. Mas é fácil encontrá-la, acredito que ainda mora aqui em Santa Maria. A família dela é conhecida — os Aita, que moram em frente à catedral, naquele prédio que era da antiga Esso, com um

posto de gasolina embaixo. A Marta Aita, irmã da Ana, também é da família, mas não sei o sobrenome de casada. Tem também o Tomás Aita e o Luiz Aita. Se vocês procurarem, vão encontrar.

Cesar: Vamos pesquisar depois.

Vera: Sim, pesquisem. Vocês vão chegar nessas pessoas.

Marcelo: E esse período em que a senhora foi colega da Dona Maria... A senhora lembra mais ou menos o ano?

Vera: Foi no ano em que o curso foi fundado. Eu entrei na primeira turma.

Marcelo: A senhora é da primeira turma?

Vera: Sou, sim. Da primeira turma de Geografia

Cesar: Em 1965.

Vera: Isso mesmo, a turma pioneira de 1965. Se precisarem de qualquer referência, podem recorrer a ela.

Cesar: Foi uma turma marcante. Tinha você, a professora Maria Zulmira — que depois lecionou na universidade — a Ana Aita Pippi, a Sônia Malfassioli Correia, a Maria Tomázia...

Vera: E a Dona Maria, sempre presente. Estava sempre conosco, muito envolvida.

Vera: Na verdade, formamos um grupo muito unido. Quando havia provas, a Dona Maria nos chamava: “Vamos lá em casa tomar um chazinho e estudar.” Ela tinha dúvidas e nós ajudávamos. Éramos umas cinco: eu, a Ana Aita, a Sônia Malfassioli, a Dona Maria e a Maria Tomázia.

Cesar: Era o grupo que sempre fazia os trabalhos juntos.

Vera: Exatamente. E havia duas Sônias. A Sônia Malfassioli, que depois se casou, e a Sônia Saccol, que ficou mais ligada à FIC. A única casada na época era a Dona Maria.

Marcelo: E quem foram seus professores naquele período? Que lembranças você tem deles?

Vera: O Egídio Menegotto dava Geologia. O professor Sérgio Bernardes era da área de Geografia Humana, ensinava População. Depois, o Aldo Paviani assumiu essa disciplina. O Sérgio passou a função para ele, e mais tarde o Aldo foi para Brasília. Também tivemos o professor Ivo — o Ivo Lauro Muller Filho — que era nosso vizinho no Edifício Pisane. Ele morava no apartamento 53 e nós no 51, no fim

do corredor. Ele lecionava Física e Geografia Física, incluindo Geomorfologia, que era dividida em vários semestres.

Cesar: E o Mariano trouxe muitos professores da FIC para a UFSM, não foi?

Vera: Sim, quando a UFSM se tornou federal, os salários eram melhores. Isso causou certo ressentimento por parte da FIC. O Mariano tinha essa habilidade de reunir professores qualificados, pessoas com cabeça aberta, que queriam construir algo novo.

Marcelo: E como surgiu seu interesse pela Geografia Humana e, depois, pela Geografia Rural? Porque você começou com uma formação mais voltada à Geografia Física.

Vera: Foi uma surpresa para muitos. No início, o curso era fortemente voltado à Geomorfologia, com o professor Menegotto, que era geólogo e veio de Porto Alegre. Ele foi um dos primeiros a dar Geografia Física. O Ivo também deu todas as disciplinas de Geomorfologia, do primeiro ao quarto ano. Já o Sérgio Bernardes cuidava da parte humana. A transição para a Geografia Humana e, depois, para a Rural, foi natural, à medida que fui me envolvendo com os temas sociais e agrários.

Cesar: E a professora Esther?

Vera: A Dona Esther lecionava População. O marido dela trabalhava com disciplinas da área física, mas em outro curso. Quando o Mariano criou o Centro de Ciências Humanas, ele estruturou vários cursos: Geografia, História, Física, Química... Havia uma mistura entre ciências humanas e naturais.

Cesar: Filosofia também?

Vera: Não, Filosofia pertencia a outro centro. O nosso incluía Ciências Naturais, História, Geografia, Física, Química...

Cesar: Matemática?

Vera: Sim, Matemática e Biologia também. Eram cerca de nove cursos. O Menegotto, por exemplo, dava aula tanto na Geografia quanto nas Ciências Naturais.

Cesar: Na época, chamava-se História Natural, não era?

Vera: Isso mesmo, História Natural. Depois passou a ser Biologia.

Marcelo: E com o tempo foram sendo incorporados outros cursos, como Meteorologia e Estatística...

Cesar: Mas o núcleo continuou sendo o Centro de Ciências Naturais e Exatas.

Vera: Exatamente. Havia essa divisão bem clara entre os centros.

Marcelo: E como surgiu seu interesse pela Geografia Humana e, depois, pela Geografia Rural?

Vera: Quando entrei no curso, morava no mesmo prédio que o professor Ivo — o Edifício Pisane. Eu no apartamento 51, ele no 53. Era meu vizinho e um professor brilhante, especialista em Geomorfologia. Ele dizia: “Vera, vou te preparar para assumir a Geomorfologia. Você vai me substituir.” E eu fiquei toda empolgada, claro. Sempre fui muito dedicada aos estudos.

Mas aí veio o professor Sérgio Bernardes, da Geografia Humana, e me puxou para o lado dele. Disse: “Vera, você tem perfil para a área humana. Vai ficar comigo.” Naquela época, os professores escolhiam os alunos com quem queriam trabalhar. E o Ivo acabou buscando outra pessoa para seguir na Geomorfologia.

Marcelo: Então o Sérgio percebeu esse seu perfil mais voltado para a humana?

Vera: Sim, exatamente. E foi por aí que comecei a me envolver mais com os temas humanos.

Marcelo: Você passou a trabalhar com ele?

Vera: Não diretamente no início. Mas os professores observavam as notas, o desempenho, e iam encaminhando os alunos. Eu achava a Física muito rígida, sabe? Era pedra sobre pedra. Não tinha espaço para interpretação. Já a Geografia Humana me encantava porque permitia análise, reflexão. A população muda, evolui, se transforma. Hoje é de um jeito, amanhã já é diferente. Isso me fascinava.

Marcelo: Foi essa complexidade que lhe atraiu?

Vera: Sim, essa busca por entender o humano. O Sérgio me provocou nesse sentido, e eu fui seguindo esse caminho.

Cesar: E como eram as aulas do professor Sérgio?

Vera: Eram incríveis. A gente ficava de boca aberta. Ele tinha uma forma envolvente de ensinar, até cantava às vezes. Mas o Ivo também foi um professor excepcional. Como vizinho e mentor, teve grande influência sobre mim. Eu dominava tanto a Geomorfologia quanto a População. Acho que vocês também devem ter sentido isso em suas formações.

Marcelo: E depois da graduação, como foi sua entrada na vida profissional?

Vera: Durante o curso, fui para o Rio de Janeiro fazer um curso no IBGE, durante as férias. Lá trabalhei um tempo com Geografia Física e, mais adiante, com Geografia Humana. Essa experiência foi muito

rica. Quando voltei, me formei e prestei concurso para a universidade. O Ivo me incentivou: “Faz o concurso, depois definimos a área.” E eu passei.

Cesar: Isso foi nos anos 70?

Vera: Não, foi antes. Me formei em 1968. Depois fui para São Paulo por um período.

Marcelo: E essa passagem pelo Rio, foi quando exatamente?

Vera: Ainda como estudante. Fiz o curso nas férias e acabei trabalhando no IBGE. Lá, mesmo sendo da área física, fiz curso de População. Isso me ajudou muito, porque percebi como os aspectos humanos e físicos se entrelaçam. A população domina o espaço, transforma o território.

Cesar: Então a senhora fez o curso no IBGE ainda estudando, depois se formou e entrou na universidade?

Vera: Sim. Tanto o Ivo quanto o Sérgio me incentivaram. Eles viam potencial em mim. Claro, havia outros alunos que se destacavam, como a Sônia. A Ana Aita também era da turma, mas não teve o mesmo destaque. Acho que a Sônia acabou não ficando na universidade porque casou. Eu fiz o concurso e passei em primeiro lugar.

Cesar: E ao entrar na universidade, começou lecionando o quê?

Vera: Dei aula de População no primeiro semestre. Depois fui para a Física. Sempre estive dividida entre Geomorfologia e População. O IBGE me deu base para trabalhar com população, e a Geomorfologia era minha formação inicial. O Ivo, sem dúvida, foi um professor de grande destaque e influência na minha trajetória.

Marcelo: Professora Vera, como surgiu a oportunidade de ir para Rio Claro? E como foi o início do seu mestrado lá?

Vera: Naquela época, São Paulo já tinha uma universidade consolidada e começava a expandir para o interior. Aqui no Rio Grande do Sul, o professor Mariano foi uma exceção. Ele não começou com um curso isolado — ele fundou a Universidade Federal de Santa Maria já com Medicina, depois incorporou Farmácia e foi ampliando. E olha aí o tamanho que a UFSM tomou, com planos de crescer ainda mais.

Marcelo: Então São Paulo também estava nesse movimento de expansão?

Vera: Sim, São Paulo e o Rio também. Mas eu já tinha passado pelo IBGE no Rio, então optei por São Paulo porque estavam surgindo cursos novos, especialmente em Geografia da População. Foi um dos primeiros cursos de Geografia Urbana no Brasil. O IBGE já trabalhava com isso, então fazia sentido.

Lembro de um trabalho de campo que fiz lá. Não levei tênis, fui de sapato — baixinho, mas ainda assim um sapato. Voltei com os pés doendo! Cheguei a reclamar: “Essa população vai me matar!” (risos). Eu queria seguir o caminho do professor Sérgio, não do Ivo. Mas o Ivo queria que eu fosse por ele, até porque a esposa dele era muito amiga da minha mãe. Ele dizia: “A Verinha vai seguir comigo.”

Marcelo: E quem foram seus professores no mestrado?

Vera: Ah, eram os grandes nomes da época. Não lembro de todos agora...

Cesar: O professor Miguel Sanches foi seu orientador?

Vera: Sim, foi ele. Fiz minha pesquisa sobre população com o professor Miguel. Ele era muito dedicado, lembro até das duas filhas pequenas dele.

Cesar: E o professor Silvio Bray?

Vera: Foi meu professor também, mas não lembro exatamente qual disciplina ele deu. Só olhando o currículo mesmo.

Marcelo: E o professor Ceron?

Vera: Claro! O Ceron era uma referência, chegou a ser chefe do departamento.

Cesar: E o Cristofoletti? A senhora foi aluna dele?

Vera: Fui sim. Ele dava Geomorfologia. Um professor excelente, muito respeitado. Aquela geração era o auge da Geografia.

Marcelo: Professora, outra coisa que descobrimos: a senhora foi a primeira mulher do departamento a obter o título de doutora em Geografia.

Vera: Sim, fui.

Marcelo: Como foi essa trajetória nos anos 1980, sendo a primeira mulher doutora do departamento?

Vera: Sempre fui muito dedicada aos estudos. Sou a caçula de uma família de 12 filhos. Duas das minhas irmãs casaram cedo e seguiram a vida como mães. Meu pai teve dois casamentos — no primeiro, cinco filhos. A esposa faleceu por conta de uma doença que atingiu o sul do Brasil naquela época. Ele ficou com cinco crianças pequenas. Naquele tempo, era comum a mulher engravidar seguidamente. Depois ele casou de novo, com minha mãe, mesmo contra a vontade do meu avô, que não queria que ela se casasse com um viúvo. Isso foi lá em Alegrete. Mas ela se apaixonou e casou. Vieram para Santa Maria, onde a família do meu pai já estava, vinda da Itália, do norte.

Marcelo: Então, a senhora se dedicou muito aos estudos e se tornou a primeira doutora do departamento de Geografia.

Vera: Sim, fui a primeira mulher doutora. Embora eu achasse que outros já tinham feito doutorado, fui a primeira mulher a conquistar esse título no departamento.

Cesar: A senhora foi a primeira mulher doutora do departamento. Já havia outros doutores, mas todos homens.

Marcelo: Isso aconteceu nos anos 1980. A senhora considera esse marco significativo?

Vera: Sem dúvida. Isso mostra o quanto as mulheres demoraram para ocupar esse espaço. Enquanto os homens já tinham doutorado “às pencas”, como se dizia, nós ainda estávamos conquistando esse lugar.

Marcelo: E a senhora fez o doutorado fora do Rio Grande do Sul, em São Paulo.

Vera: Sim. Aqui não havia doutorado em Geografia na época. Talvez o Rio já tivesse iniciado algo, mas não sei exatamente. O fato é que fui para São Paulo, onde o professor Miguel Sanches me orientou. Eu deveria ter feito o doutorado em População, mas acabei seguindo pela Geografia Agrária.

Cesar: Mas antes mesmo do doutorado, a senhora já pesquisava nessa área, não é?

Vera: Sim, já fazia pesquisa em Geografia Agrária. Isso tem muito a ver com minha origem no Alegrete, com as terras da família, as heranças. Embora eu tenha ficado sem nada, esse vínculo com o campo sempre esteve presente.

Marcelo: Então sua trajetória na Geografia Humana e Agrária também se entrelaça com a história familiar.

Vera: De certa forma, sim. Mas também porque a Geografia Humana ainda era pouco representada. O professor Sérgio Bernardes insistia comigo: “Tu não vai atrás do Ivo.” Ele queria que eu seguisse na área humana, enquanto o Ivo buscava alguém para continuar na Física. Eu comecei na Física, mas acabei migrando para a Humana.

Cesar: E os primeiros trabalhos de conclusão de curso que a senhora orientou foram na área agrária, com foco nas microrregiões.

Vera: Exatamente. Isso foi muito influenciado pelo Sérgio Bernardes. Ele trabalhava com população e regionalização, enquanto o Ivo atuava na parte física — hidrologia, geomorfologia.

Cesar: Os primeiros TCCs que a senhora orientou no curso de Geógrafo tratavam da estrutura agrária das microrregiões homogêneas.

Vera: Sim. Naquela época, o IBGE estava regionalizando o Brasil. Havia uma forte influência do Projeto Rondon, que também atuava nesse sentido. O Brasil seguia mais o modelo europeu de regionalização, diferente dos Estados Unidos. Como o país tem dimensões continentais, era natural que se pensasse em regiões como Norte, Sul, Sudeste, Centro-Oeste. Os projetos precisavam estar alinhados com essa lógica. Se não fossem voltados para a regionalização, não eram aprovados.

Marcelo: E a senhora trabalhou bastante com a bacia do Ibicuí, não foi?

Vera: Sim. Era uma das áreas menos desenvolvidas do Rio Grande do Sul, especialmente na região oeste, onde estão as grandes fazendas. Alegrete está dentro dessa bacia, então havia também um vínculo pessoal. Além disso, muitos filhos de fazendeiros dessas regiões vinham estudar na UFSM. Os pais preferiam Santa Maria a Porto Alegre, por receio de perder os filhos na cidade grande. A universidade e a cidade cresceram juntas. Santa Maria deve muito à UFSM, e a UFSM também deve muito à cidade.

Cesar: Foi nesse contexto que a senhora fundou o LEPER?

Vera: Sim, fundei o Laboratório de Estudos e Pesquisas Regionais. Ele ainda existe?

Cesar e Marcelo: Sim, com a professora Gilda.

Vera: Que bom. Sempre foi sobre região. Sem esse foco, os projetos não são aprovados. Às vezes, recebemos elogios, mas se os objetivos não estão alinhados com a política de regionalização, não vem verba.

Marcelo: E nessa fundação do LEPER, a senhora fez convênios com a Embrapa. Como foi essa experiência?

Vera: Foi num encontro com um representante da Embrapa de Pelotas. Não era a universidade, era a Embrapa mesmo. A partir dali, começamos a colaborar em pesquisas. Crescemos à sombra da Embrapa, como costume dizer. O gaúcho é muito ligado à fazenda — se não for para ajudar na criação de gado, não tem interesse. Então, tínhamos que mostrar a relevância.

Marcelo: Um dos projetos envolvia a produção de pêssegos, certo?

Vera: Sim. Pelotas é uma região de produção de pêssegos. A gente se aproximava dos técnicos, dos agrônomos, que não eram da universidade, mas procuravam apoio acadêmico. A Universidade de Pelotas buscava parcerias com o Estado.

Marcelo: A senhora sempre buscou convênios, inclusive nos anos 1990, com o BNAF — o Banco Nacional da Agricultura Familiar, em Frederico Westphalen. Como foi essa parceria?

Vera: A maioria dos convênios surgiu em eventos. Às vezes nem eram de Geografia, mas de temas específicos, como o pêssego. Conheci o pessoal da Embrapa nesses encontros. Eles desenvolvem e assistem as culturas regionais. O mesmo aconteceu com o pessoal de Frederico. Os convênios eram voltados para entender a economia local, identificar os produtos da região e orientar os agrônomos.

Marcelo: Lembro bem disso. Quando fui seu aluno, a senhora levou 40 estudantes num ônibus para Frederico e nos distribuiu pelos municípios para aplicar questionários nas propriedades da agricultura familiar.

Vera: Isso mesmo. Era para ajudar a Embrapa estadual a entender o que cada microrregião produzia. Com esses dados, os técnicos podiam orientar melhor os produtores. Era pesquisa aplicada, voltada para o desenvolvimento regional.

Cesar: Esse mapeamento que a senhora mencionou era parte do projeto da tipologia agrícola?

Vera: Era sim.

Cesar: E como foi sua articulação nesse projeto? Afinal, ele abrangia o Brasil inteiro.

Vera: Tudo começou nos encontros nacionais. É preciso estar presente nesses espaços. O Encontro Nacional de Geografia Agrária, por exemplo, era essencial. Embora não fosse exclusivo da Geografia Agrária, reunia muitos profissionais da área. E mesmo que agrônomos não sejam geógrafos, eu me aproximava deles. Levava meus orientandos, apresentava nossos projetos, e ali surgiam as conexões. Os agrônomos vinham conversar, trocávamos ideias, e logo oficializávamos parcerias. Às vezes eles vinham até nossa universidade, outras vezes nós íamos até eles. Era assim que casávamos as pesquisas.

Vera: No começo, ninguém vem te buscar. Se tu quer ser reconhecido, tem que ir atrás. Mais tarde, sim, eu comecei a ser procurada, mas logo me aposentei. No início, fui atrás mesmo. Lembro de um agrônomo que se aproximou, propôs parceria, e fizemos duas ou três pesquisas juntos. Ele pesquisava lá, nós aqui. E às vezes íamos até Pelotas — levei muitos alunos naquela época.

Cesar: Eu não fui pra Pelotas, acho que entrei depois.

Vera: Sim, vocês vieram mais pro final. Mas era assim que expandíamos o conhecimento. Criávamos nosso grupo, conectávamos com outros grupos da mesma área, e isso ampliava a dimensão da pesquisa. Eu dizia aos alunos: “Pesquisem isso nessa região.” E eles cresciam com isso. A pesquisa se difundia e se

expandia. Um exemplo foi o pêssego de Pelotas — trabalhamos para expandir essa produção por toda a região sul-litorânea.

Marcelo: A senhora gostava de participar dos eventos nacionais? Viajava bastante?

Vera: Sempre fui por causa dos alunos. A pesquisa acontece onde há pesquisa. Se uma universidade, como a de Goiás, tem curso de Geografia, então vamos lá. Descobrimos os professores, os projetos, fazemos contato. No começo, eu procurava. Depois, já me conheciam e vinham até mim. Levava dois ou três alunos, às vezes mais. Pedia apoio à universidade, organizava hospedagem, inscrevia os alunos. Formávamos nossa equipe e íamos apresentar os trabalhos. Era assim que funcionava.

Cesar: E em 1985, a senhora organizou aqui em Santa Maria o Encontro Nacional de Geografia Agrária. Como foi essa experiência?

Vera: Foi um grande desafio. Eu sempre cuidei dos eventos com muito zelo. Precisava manter a pesquisa viva, expandir a Geografia Agrária, tanto no Rio Grande do Sul quanto fora. Fomos a Bauru, por exemplo, para um encontro sobre produção de laranja. Mas o evento não tinha nada a ver com o que prometia. Os alunos apresentaram seus trabalhos, e o público ficava só olhando, sem entender. O evento não estava alinhado com a proposta. Nós fomos preparados, e eles estavam lá... tomando sorvete.

Marcelo: Mas sempre que possível, a senhora participava dos encontros de Geografia Agrária?

Vera: Sempre. Era onde se descobria o que estava sendo produzido. Nós éramos uma universidade do sul, e o centro do Brasil — São Paulo, Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul — estava em expansão. Não dava pra ficar aqui em Santa Maria dizendo “miau” enquanto os outros estavam “latindo”. Tínhamos que latir também.

Cesar: E ao organizar o encontro nacional aqui, a senhora trouxe grandes nomes da Geografia para Santa Maria.

Vera: Trouxe sim. Inclusive alguns que já nem trabalhavam mais com Geografia Agrária. Foi triste ver que haviam abandonado a área. Às vezes, os eventos eram de Agronomia, e levavam a Agrária junto. Mas se tu vai falar de Geografia Agrária num espaço que não entende, não adianta. É preciso manter a tua ciência em evidência. Senão, não forma novos pesquisadores. É como um anestesista: se ele não ensina, não surgem novos anestesistas. E sem anestesista, não tem cirurgia.

Cesar: Professora, nesse sentido, a senhora foi muito feliz em formar novos pesquisadores e professores. Como enxerga hoje esses profissionais que ajudou a formar?

Vera: Olha, não sei exatamente onde todos estão, mas sei que muitos estão em universidades e centros de pesquisa. Soube recentemente de um ex-aluno que está atuando com Geografia Agrária em Minas Gerais, desenvolvendo trabalhos importantes por lá.

Marcelo: Seria o Flamarion Dutra Alves?

Vera: Isso mesmo.

Marcelo: Ele foi seu orientando. E o Marcelo Conterato está na UFRGS, assim como a Michelle Lindner. A Aideni Antonello está no Paraná, não é?

Vera: Sim, a Aideni me encontrou há um tempo. Ela me ligou, conversamos bastante.

Marcelo: Pensando nesse livro que estamos organizando sobre a Geografia Agrária, a senhora vê Santa Maria como um centro difusor dessa produção no Rio Grande do Sul e no Brasil? A sua trajetória reflete isso?

Vera: Olha, nunca parei para pesquisar isso diretamente, mas acredito que sim. Há muita influência. E se algum pesquisador passou por mim, espero que esteja “quentinho”, como digo — ainda ativo, comprometido. Não pode ter esfriado.

Marcelo: Então a senhora vê Santa Maria como um lugar onde a Geografia Agrária sempre teve força?

Vera: Com certeza. No início da minha carreira, tive uma influência muito forte do professor Sérgio Bernardes. Ele sempre me incentivou na Geografia Agrária, especialmente pela ligação que ele e a esposa tinham com o campo. Também tive influência do Ivo. Eles eram muito próximos, trabalhavam lado a lado. No departamento, nossas mesas eram vizinhas. Dividi gabinete com o Sérgio por muito tempo, o que me aproximou ainda mais da Geografia Humana. Marcelo: E quem fundou o Departamento de Geociências?

Vera: Foram o Ivo, o Sérgio, a dona Esther e o Aldo Paviani. Esses quatro foram os pioneiros.

Cesar: E depois o departamento foi crescendo...

Vera: Foi crescendo, sim. A Geografia foi se consolidando.

Marcelo: Uma trajetória linda, não é? Sessenta anos de história.

Vera: Uma linda história, sem dúvida.

Cesar: E que continua. E vai continuar por muitos outros sessenta anos.

Vera: Agora com vocês.

Cesar e Marcelo: E com os que vierem depois.

Vera: Vocês têm essa responsabilidade. Quando entrei no departamento, pensei: um dia, preciso passar essa história adiante. Mas não apenas passar — enriquecer e entregar ainda mais rica. Essa é a missão de vocês agora.

Cesar: É uma grande responsabilidade.

Vera: É sim. Mas necessária.

Cesar: Estamos fazendo a nossa parte.

Marcelo: Estamos nos esforçando para isso. Queremos honrar essa trajetória, que na Geografia Agrária começa com o Sérgio.

Vera: Começa com o Sérgio, sim.

Marcelo: E a partir dele, um legado que se estende por gerações. Organizando essa coletânea, fica claro: temos um passado rico, um presente forte e um futuro promissor.

Vera: E não esqueçam de incluir a dona Ester Leite Sousa. Foram quatro: Sérgio, Ivo, Aldo e Ester.

Cesar: Consegui entrevistar dois: a dona Ester e o Aldo.

Vera: Que maravilha. Eles devem ter contado muitas histórias. Essa memória foi passada oralmente, de geração em geração.

Marcelo: E agora temos a chance de registrar tudo isso. Sessenta anos de Geografia Agrária, geração após geração. Poucas universidades no Brasil têm um legado como o da UFSM.

Vera: E como estamos num curso de Geografia, é fundamental manter esse foco. Somos geógrafos agrários. É preciso cuidar bem disso. Trabalhar com clareza e responsabilidade.

Cesar: Muito bem colocado.

Marcelo: Temos uma entrevista riquíssima.

Encerramento da Entrevista

Gostaríamos de agradecer profundamente à professora Vera pela generosidade em compartilhar sua trajetória, suas memórias e reflexões sobre a Geografia Agrária na Universidade Federal de Santa

Maria. Sua contribuição é imensurável — não apenas pelos estudos e projetos que desenvolveu, mas, sobretudo, pela formação de gerações de pesquisadores e docentes que hoje seguem ampliando esse legado.

A história da Geografia Agrária na UFSM é, em grande parte, também a história da professora Vera: marcada por dedicação, visão crítica, compromisso com o campo e com a universidade pública. Sua atuação ajudou a consolidar Santa Maria como um polo difusor de conhecimento agrário, e sua influência permanece viva nos corredores, nas salas de aula e nas pesquisas que continuam a ser produzidas.

Mais do que uma entrevista, este encontro foi um registro afetivo e histórico de uma trajetória que inspira e ensina. Que os próximos 60 anos da Geografia Agrária na UFSM sejam tão ricos quanto os que vieram antes — e que sigam sendo guiados pelo exemplo de quem soube enriquecer e entregar uma história viva.

Nosso muito obrigado, professora Vera.

**ANEXO 1: Relação de dissertações e teses em Geografia Agrária,
Geografia Rural e Educação do Campo produzidas no Programa
de pós-Graduação em Geografia da UFSM**

Dissertações de mestrado defendidas no PPGGEO UFSM de 2006 A 2024

ORIGEM	TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	ANO
Dissertação	O latifúndio no Rio Grande do Sul: velhas formas na funcionalidade de novos atores econômicos na microrregião geográfica da Campanha Central	Aline de Lima Rodrigues	Meri Lourdes Bezzi	2006
Dissertação	O meio rural da Quarta Colônia de imigração italiana como tema e cenário turístico	Oni Nardi	Vera Maria Favila Miorin	2007
Dissertação	Dinâmica das espacialidades rurais em territórios coloniais	Lisane Regina Vidal	Vera Maria Favila Miorin	2008
Dissertação	Territorialidades rurais em Júlio de Castilhos RS: da pecuária extensiva à agricultura familiar	Vinicius Silva Moreira	Cesar de David	2008
Dissertação	O homem do campo e os agrotóxicos: práticas e discursos no município de Novo Cabrais/RS	Adriane Ester Bulow	Eliane Maria Foletto	2008
Dissertação	O setor primário de Santa Maria na perspectiva do rural: a reestruturação das atividades produtivas	Talita Luiza de Medeiros Ferro	Meri Lourdes Bezzi	2008
Dissertação	Organização vitivinícola na região central do RS: implicações socioespaciais das diferentes formas de produção	Bruno Freitas da Silva	Meri Lourdes Bezzi	2008
Dissertação	Redes de produção e dinâmica na organização das espacialidades	Neiva Marli Martins dos Santos Baréa	Vera Maria Favila Miorin	2008
Dissertação	A organização espacial de Mata/RS: reestruturação produtiva no seu espaço rural	Fernanda Dalosto Moraes	Meri Lourdes Bezzi	2009

Dissertação	A reorganização do espaço agrário de Júlio de Castilhos/RS: uma nova dinâmica através da lavoura empresarial da soja	Monica Cargnin	Meri Lourdes Bezzi	2009
Dissertação	Agroecologia e transformações no espaço rural: o caso do assentamento Conquista da Liberdade, Piratini, RS	Edinho Carlos Kunzler	Carmen Rejane Flores	2009
Dissertação	A efetivação da legislação ambiental: estudo a partir do espaço rural de Santa Maria/RS	Roberto Seidel	Eliane Maria Foletto	2009
Dissertação	Agroindústria no meio rural construindo ruralidades	Isimar Stefenon Hundertmarck	Vera Maria Favila Miorin	2009
Dissertação	Lugar, saber social e educação no campo: o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Paim de Oliveira, distrito de São Valentim, Santa Maria, RS.	Edinara Alves de Moura	Carmen Rejane Flores	2010
Dissertação	A cultura Kaingang como expressão geográfica da territorialidade e da educação indígena no município de Charrua - RS	Tiara Rubia Enge	Cesar de David	2010
Dissertação	Relações de poder em território de segregação e conflito: representações que engendram territorialidades. Estudo de caso: da Vila Nossa Senhora Aparecida no contexto da Montanha Russa – Santa Maria/RS	Carla Juny Soares de Azevedo	Cesar de David	2010
Dissertação	Territorialidades da agricultura orgânica em Marechal Candido Rondon, PR	Jane Carla Burin	Cesar de David	2010
Dissertação	A rizicultura no município de Agudo - RS: uma análise a partir do conceito de rede geográfica	Andreia Carla Friedrich	Cesar de David	2010

Dissertação	Os impactos sociais e econômicos da previdência social rural no município de Silveira Martins, RS	Adriana Schiefelbein	Carmen Rejane Flores	2010
Dissertação	Complexos agroindustriais e ações na organização sócio-espacial: uma análise em geografia rural	Ana Leticia Oliveira	Vera Maria Favila Miorin	2010
Dissertação	Organização espacial da produção de erva-mate no município de Palmitos/SC	Cristina de Moraes	Eduardo Schiavone Cardoso	2010
Dissertação	Saber e identidade dos agricultores familiares camponeses da Costa do Bica e Paredão, Piratini, RS	Marilse Beatriz Losekann	Carmen Rejane Flores	2011
Dissertação	Os impactos sociais e econômicos da previdência social rural no município de Silveira Martins, RS	Adriana Schiefelbein	Carmen Rejane Flores	2011
Dissertação	Nova Ramada como espaço de valorização humana e de produção no meio rural: uma abordagem geográfica	Fatima Aparecida de Quadros Reolon	Vera Maria Favila Miorin	2011
Dissertação	Especialização da agricultura na Região Corede Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul: uma análise geográfica da produção de arroz, soja, milho e trigo	Jaqueline Bonoto de Garcia Teichmann	Vera Maria Favila Miorin	2012
Dissertação	Possibilidades e limites do programa territórios da cidadania a partir da sua realização no território região central e no município de Santa Maria/RS	Ananda de Carvalho	Cesar de David	2012

Dissertação	O emergir de um novo território camponês: conquistas e transformações nos domínios do latifúndio o caso de São Gabriel - RS	Anderson Luiz Machado dos Santos	Cesar de David	212
Dissertação	O ensino técnico no MST: o caso do Curso Técnico em Agropecuária com habilitação em Agroecologia do Instituto Educar, Pontão, RS	Luciele Alves Fagundes	Ane Carine Meurer	2012
Dissertação	As estratégias sociais e produtivas no assentamento Santa Maria do Ibicuí, Manoel Viana - RS	Vagner Guimarães Ramos	Carmen Rejane Flores	2012
Dissertação	O ensino técnico no MST: o caso do Curso Técnico em Agropecuária com habilitação em Agroecologia do Instituto Educar, Pontão, RS	Luciele Alves Fagundes	Ane Carine Meurer	2012
Dissertação	Agricultura familiar e suas estratégias de resistência na Campanha gaúcha: o caso do Rincão dos Saldanhas e do Cerro da Jaguatirica - Manoel Viana/RS	Alecsandra Santos da Cunha	Cesar de David	2013
Dissertação	Propriedades familiares multifuncionais no meio rural nos distritos Arroio Grande e São Valentim - Santa Maria/RS	Joel Albino Rabaiolli	Vera Maria Favila Miorin	2013
Dissertação	Reconfigurações espaciais no oeste catarinense: considerações acerca do rural e do urbano (1917-2013)	Cristiomar Golo	Gilda Benaduce	2013

Dissertação	Construindo a autonomia: o caso da Associação dos Guardiões das Sementes Crioulas de Ibarama/RS	Kelly Perlin Cassol	Carmen Rejane Flores	2013
Dissertação	Manifestações da ruralidade no município de Faxinal do Soturno, RS	Ediane Girardi Viera Sampaio	Vera Maria Favila Miorin	2013
Dissertação	A soja como estratégia de reprodução socioeconômica: o caso dos agricultores familiares de Guarani das Missões - RS	Simoni Teresinha Jablonski Marmilicz	Carmen Rejane Flores	2013
Dissertação	Percepções em relação ao ambiente desenvolvidas nos 4º e 5º anos na escola municipal São Francisco, assentamento Alvorada	Eliane Weber	Cesar de David	2013
Dissertação	As interfaces do acolhimento dos estudantes egressos da escola itinerante do MST: desafios da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas - São Gabriel/RS	Mirieli da Silva Fontoura	Ane Carine Meurer	2014
Dissertação	A expansão da produção da soja e a viabilidade dos assentamentos do MST no município de Jóiá RS	Antonio Cossetin de Oliveira	Cesar de David	2014
Dissertação	Casa Familiar Rural do Vale do Jaguari: elementos formativos do território	Angelita Zimmermann	Ane Carine Meurer	2014
Dissertação	Análise dos assentamentos de Júlio de Castlhos/RS: implicações sociais, ambientais e a qualidade de vida dos assentados	Deoclécio Gomes Petry	Carlos Alberto Pires	2014
Dissertação	O viver e o produzir no contexto da educação do campo: o caso da Escola	Lânderson Antória Barros	Carmen Rejane Flores	2014

	Estadual de Ensino Fundamental Dirceu Moreira, Pelotas - RS			
Dissertação	De colono a empreendedor do agronegócio: a transformação do agricultor familiar em sojicultura no distrito de Santa Flora - Santa Maria/RS	Leandro Jesus Maciel de Menezes	Cesar de David	2015
Dissertação	Etnocartografia na costa pacífica da Colômbia, remapeando a ruralidade no município de Lopez de Micay Cauca	Jesica Wendy Beltran Chasqui	Cesar de David	2015
Dissertação	O lugar da educação infantil do campo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Major Tancredo Penna de Moraes, Santa Maria/RS	Franciele Druzian	Ane Carine Meurer	2015
Dissertação	Espacialização da estiagem no Rio Grande do Sul de 1981 a 2011: análise da localização e vulnerabilidade de projetos de assentamentos (PA's) do INCRA	Denilson Kulman	Carlos Alberto Pires	2015
Dissertação	O trabalho escravo e a ocorrência da escravidão rural contemporânea no Rio Grande do Sul	Leonice Aparecida de Fatima Alves Pereira Mourad	Eduardo Schiavone Cardoso	2015
Dissertação	Desafios da produção do arroz orgânico nos assentamentos do município de São Gabriel-RS	João Silvano Zanon	Carmen Rejane Flores	2015
Dissertação	Multifuncionalidade da agricultura familiar no	Janete Teresinha Reis	Vera Maria Favila Miorin	2015

	município de Campina das Missões, RS, Brasil.			
Dissertação	Nucleação das escolas do campo: o caso do município de São Gabriel/RS	Eduardo Partorio	Eduardo Schiavone Cardoso	2015
Dissertação	A Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural de Frederico Westphalen - RS e a produção e reprodução local e regional a partir dos seus egressos: um estudo de caso	Lucinéia Lourenzi	Lucinéia Lourenzi	2015
Dissertação	Pesca artesanal no Rio Vacacaí, RS: influências da orizicultura irrigada e os potenciais territórios de conflitos	Tiago Rossi de Moraes	Eduardo Schiavone Cardoso	2015
Dissertação	A luta na terra: a pluriatividade e multifuncionalidade como alternativas de permanência no campo aos assentados de Zumbi dos Palmares - MT	Iolanda Lopes de Oliveira	Vera Maria Favila Miorin	2016
Dissertação	As alternativas da agricultura familiar como estratégia de manutenção e permanência no espaço rural do município de Tabapuã, SP nas sucessivas expansões de monoculturas de café, laranja e cana-de-açúcar	Guilherme Valagna Pelisson	Cesar de David	2016
Dissertação	Agroindústria leiteira no município de Ituiutaba - MG: organização/reorganização socioespacial no período de 1960 a 2013	Thales Silveira Souto	Meri Lourdes Bezzi	2016
Dissertação	Territorialidades em contradição na escola Santo Antônio no município de Agudo - RS	Marisa Dal Ongaro	Ane Carine Meurer	2016

Dissertação	Velhos e novos cenários: (re) articulações socioeconômicas do espaço rural na microrregião geográfica da Campanha Meridional/RS	Ana Luiza Pinto Alvez	Meri Lourdes Bezzi	2016
Dissertação	As vivências dos agricultores familiares camponeses em transição agroecológica no município de Agudo, RS	Valquiria Conti	Carmen Rejane Flores	2016
Dissertação	Do chão batido à sala de aula - a territorialização do MST na constituição da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas – São Gabriel - Rio Grande do Sul	Karyn Horst	Ane Carine Meurer	2016
Dissertação	A pecuária em Caçapava do Sul/RS: de atividade tradicional a alternativa frente à expansão da soja e do eucalipto	Carla Silveira Pereira	Cesar de David	2016
Dissertação	A identidade missioneira na área dos Sete Povos das Missões Jesuítico-Guarani	Luiz Felipe Sausen de Freitas	Vera Miorin	2016
Dissertação	A desterritorialização das escolas no campo do município de Dona Francisca/RS	AltairGroff	Ane Carine Meurer	2016
Dissertação	Produção da agricultura familiar no município de Nova Palma – RS – Brasil: uma abordagem na perspectiva do programa nacional de alimentação escolar (PNAE)	Dreisse Gabbi Fantineli	Eduardo Schiavone Cardoso	2017
Dissertação	O arroz orgânico como estratégia de produção e reprodução social: o caso do assentamento filhos de Sepé, Viamão/RS	Helena Maria Beling	Carmen Rejane Flores	2017
Dissertação	A regionalização da produção agropecuária da	Eduardo Marques Silveira	Meri Lourdes Bezzi	2017

	microrregião geográfica de Ituiutaba/MG: uma análise sobre sua reorganização espacial			
Dissertação	Organização do espaço rural de Pinhal Grande - RS: potencialidades e desafios da agricultura familiar	Ivani Belenice Dallanôra	Meri Lourdes Bezzi	2018
Dissertação	Agricultura familiar, organização espacial e a expansão da soja no município de Espumoso, RS	Zuleide Fruet	Eduardo Cardoso	2018
Dissertação	Agricultura familiar: o espaço rural de Dilermando de Aguiar/RS	Paloma Tavares Saccol	Meri Lourdes Bezzi	2018
Dissertação	A educação do campo nos territórios assentados: o caso do assentamento Fazenda Annoni e o assentamento Bela Vista	Ivanio Folmmer	Ana Carine Meurer	2018
Dissertação	Cultura e território da imigração polonesa no município de Áurea/RS	Thaimon da Silva Socoloski	Eduardo Schiavone Cardoso	2018
Dissertação	O letramento geográfico nas escolas rurais: uma experiência cartográfica na Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Flora – Santa Maria, RS	Zuleika Maria da Silva Ries	Cesar De David	2018
Dissertação	A (i)materialidade da cultura italiana no município de Serafina Corrêa/RS: as relações culturais rurbanas	Ricardo Stedile Neto	Meri Lourdes Bezzi	2019
Dissertação	Educação do campo e comunidade quilombola Cerro do Ouro – São Gabriel/RS: territorialidades em resistência	Daniele Machado Codevila	Ana Carine Meurer	2019
Dissertação	Aposentadoria e êxodo rural no município de Nova Boa Vista- RS: o	Jacson Dreyer Schumacher	Cesar De David	2019

	caso dos aposentados que migram para a cidade			
Dissertação	A propriedade da terra e a estrutura agrária dos municípios da campanha ocidental do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XXI	Cleiton Luis Froelich	Cesar de David	2019
Dissertação	Espaço agrário, capital e trabalho assalariado – uma análise a partir de São Gabriel/RS	Ana Clarice Soares Hanauer	Cesar de David	2019
Dissertação	Educação do campo, território e cinema “Lá Fora”: o caso da EMCEF Maria Manoela da Cunha Teixeira	Humberto Arleo Petrarca	Ana Carine Meurer	2020
Dissertação	Calendário agrícola da fomicultura na bacia hidrográfica do Rio Jacuizinho, RS	Vagner Apollo Duarte	Cassio Arthur Wollmann	2020
Dissertação	Festividades religiosas e socialização em espaços rurais: o caso de Silveira Martins - RS	Ana Carla Lenz	Cesar de David	2020
Dissertação	Expansão da sojicultura sobre territórios da agricultura familiar nos municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul	Bruno Traesel Schreiner	Cesar de David	2020
Dissertação	Quem são os sujeitos que habitam a planície fluvial do Rio Jaguari no município de Jaguari/RS?	Isabela Silveira Mello	Ana Carine Meurer	2020
Dissertação	Da territorialização do agronegócio à desterritorialização das escolas do campo em São Francisco de Assis - RS	Ana Margarida Piani Ferreira	Ana Carine Meurer	2020
Dissertação	A reorganização do espaço agrário de Guaporé/RS	Mateus Pessetti	Cesar de David	2021

	(2006 – 2020): mudanças, permanências e perspectivas			
Dissertação	Emigração rural de produtores familiares na região nordeste do Uruguai (2000- 2018)	Rodrigo Luan Childe Pereira	Cesar de David	2021
Dissertação	O trabalho da mulher na agricultura familiar de Paraíso do Sul/RS: o caso da associação das trabalhadoras rurais	Denise Lenise Machado	Carmen Rejane Flores	2021
Dissertação	A Escola Estadual de Ensino Médio Assis Brasil de Alecrim/RS é território da Educação do Campo?	Daniela Camila Froehlich	Ana Carine Meurer	2021
Dissertação	Juventude rural na Região Celeiro do Rio Grande do Sul: motivos para ficar, razões para voltar	Isabel Vanessa Robaert de Souza	Cesar de David	2023
Dissertação	As representações da regionalidade do caboclo ervateiro do Rio Grande do Sul nas obras literárias	Eder Dannenhauer da Conceição	Benhur Pinós da Costa	2023
Dissertação	As transformações da feira Ana Primavesi, em Santa Maria/RS, em decorrência da pandemia do SARS-CoV-2 (Covid-19)	Alessandra Souza	Cesar de David	2023
Dissertação	A orizicultura no município de São Sepé- RS: transformações na organização produtiva, socioeconômica e ambiental de 1990 à 2022	Solange Casagrande Neotti	Carmen Rejane Flores	2023
Dissertação	Do monopólio da terra ao monopólio digital: uma análise do colonialismo de digital e de dados em área de assentamento da reforma agrária	Kauã Arruda Wioppiold	Ana Carine Meurer	2023
Dissertação	Tecendo as ligações entre o alimento e a imigração germânica em Agudo - RS	Nalini Maiquiéli Castilhos Lampert	Eduardo Schiavone Cardoso	2023
Dissertação	Construção territorial dos imigrantes italianos	Jorge Marchezan	Ana Carine Meurer	2024

	no distrito de Arroio Grande, Santa Maria/RS			
Dissertação	Mapas mentais e mudanças na paisagem rural pela perspectiva de pessoas idosas no município de Cerro Branco/RS	Francisco Augusto Altermann	Natália Lampert Batista	2024

TESES DEFENDIDAS DE 2017 A 2024

Tese	A dinâmica agrária recorrente da soja e da silvicultura na fronteira Livramento/BR e Rivera/UY e seus impactos na agricultura familiar: 2006-2016	Tatiane Almeida Netto	Ana Dominguez	2017
Tese	Produzir para viver ou viver para produzir: conflitos vividos pelos produtores familiares e as estratégias de resistência no território do queijo Canastra	João Batista Villas Boas Simoncini	Cesar de David	2017
Tese	A Cooperativa Agroindustrial Lar sob a ótica do território: uma relação híbrida cooperativa e empresa	Marilucia Ben dos Reis	Carmen Rejane Flores	2017
Tese	Mãos que cultivam a luta: experiências de resistência agroecológicas nos territórios do agronegócio no Pampa gaúcho e uruguaio	Alecsandra Santos da Cunha	Ana Dominguez	2018
Tese	A produção de porongos/cuias como uma estratégia para a reprodução social da agricultura familiar no distrito de Arroio do Só, município de Santa Maria - RS	Janete Webler Cancelier	Cesar de David	2018

Tese	Marcas espaciais do tempo histórico: as rugosidades da paisagem rural de Cachoeira do Sul/RS	Conceição, Lisane Regina Vidal	Eduardo Cardoso	2018
Tese	O Terrotório do milho crioulo: a propriedade intelectual coletiva e o melhoramento genético como estratégia de reprodução social	Antonio Valmor de Campos	Carmen Rejane Flores	2018
Tese	Os territórios da agricultura Patronal e Familiar na Area de proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã/RS: divergências e convergências na lógica da reprodução social	Marilse beatriz Lisekann	Carmen Rejane Flores	2018
Tese	O processo de territorialização do movimento de trabalhadores e trabalhadoras por direitos na interface campo-cidade	Hilário José Menezes	Eduardo Cardoso	2019
Tese	“A gente tem muito pra contar!” O território epistemológico camponês para egressos de casas familiares rurais do Brasil e de Portugal	Angelita Zimmermann	Ane Carine Meurer	2019
Tese	Dizer a sua palavra: Cartografias de um território escolar quilombola em Vão Grande – MT	Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad	Cesar de David	2019
Tese	A territorializacao da vitivinicultura no município de Dom Pedrito/RS	Kelly Perlin Cassol	Carmen Rejane Flores	2019
Tese	Desafios das Licenciaturas em Educação do Campo no estado do Paraná: Lutas e conquistas das lideranças camponesas (2007-2020)	Edimar Rodrigo Rossetto	Cesar de David	2020
Tese	A (Des) Qualificação dos trabalhadores do campo e da cidade: Cooperativa	Valdir Srzypcak	Carmen Rejane Flores	2020

	Central Aurora Alimentos, município de Xaxim/SC			
Tese	Relicários da paisagem pastoril: uma geografia do Pampa remanescente no Brasil	Felipe Leindecker Montebianco	Cesar de David	2021
Tese	O papel da mulher no contexto das agroindústrias rurais e do artesanato de Faxinal do Soturno/RS – Brasil: trabalho, renda e autonomia	Dreisse Gabbi Fantineli	Eduardo Schiavone Cardoso	2021
Tese	Soja num vaso de flores: geopolítica dos alimentos e divisão sexual do trabalho na América Latina (1984-2015)	Diana Maria Pena García	Carmen Rejane Flores	2021
Tese	Produção do espaço rural e as marcas na paisagem do pampa gaúcho: os olivais no município de Caçapava do Sul/RS	Helena Maria Beling	Carmen Rejane Flores	2021
Tese	Os impactos da previdência social rural na agricultura familiar e no desenvolvimento territorial: o caso do 1º distrito do município de Canguçu/RS	Queli Rejane da Silva Konzgen	Carmen Rejane Flores	2024
Tese	Hegemonismos, pactos e impactos da sojicultura – territorialização e desterritorialização no Pampa gaúcho	Henrique Rudolfo Hettwer	Eduardo Schiavone Cardoso	2023
Tese	As transformações e as novas dinâmicas das paisagens rurais na Pampa Gaúcha: a região intermediária de Uruguaiana	Vagner Guimarães Ramos	Cesar de David	2024

Tese	A dinâmica geográfica do trabalho sazonal da colheita da maçã em Vacaria/RS	Ana Clarice Soares Hanauer	Cesar de David	2024
Tese	Pescadoras e pescadores artesanais em São Francisco do Sul -SC: cenários e perspectivas	Daniela Feyh Wagner	Eduardo Schiavone Cardoso	2024

ANEXO 2: Programas das disciplinas de Geografia Agrária e Geografia Rural, dos cursos de graduação em Geografia Licenciatura e Bacharelado da UFSM - 1985 - 2023

TÍTULO: GEOGRAFIA RURAL

CÓDIGO: GCC227- carga-horária de 60 horas/atividades

ANO DE IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO: 1985 - 1991

OBJETIVOS: Compreender o significado da Geografia Rural. Identificar os elementos básicos da estrutura fundiária. Compreender a importância do meio natural para o desempenho de atividades agrícolas. Conhecer e diferenciar, em nível nacional e necessidades de mercado, os tipos agrícolas. Conhecer as diferentes regiões agrícolas, bem como identificar seus elementos principais.

PROGRAMA

UNIDADE 1 - GEOGRAFIA RURAL E ATIVIDADE AGRÍCOLA

- 1.1 - Objeto e método da Geografia Rural.
- 1.2 - A natureza da atividade agrícola.
- 1.3 - A interação com outras atividades.
- 1.4 - A viabilização espacial e temporal.
- 1.5 - Os fatores da atividade agrícola: terra, trabalho e capital.

UNIDADE 2 - BASES FUNDIÁRIAS E SOCIAIS DO ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA

- 2.1 - Propriedade e estabelecimento.
- 2.2 - Tipos de exploração econômica.
- 2.3 - Relações de trabalho.
- 2.4 - Distribuição da propriedade e estabelecimento.

UNIDADE 3 - BASES ECONÔMICAS DO ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA

- 3.1 - Produção total, "inputs" e "outputs" agrícolas.
- 3.2 - Preços, produtividade, custos e lucros.
- 3.3 - Expressão espacial dos preços, custos e lucros.
- 3.4 - Intensidade da agricultura e os fatores da produção.
- 3.5 - Renda econômica e renda da terra.

UNIDADE 4 - ATIVIDADE AGRÍCOLA E O MEIO RURAL

- 4.1 - O meio natural como recurso e restrição.
- 4.2 - As abordagens do meio natural: determinismo, possibilismo, probabilismo e percepção do meio.
- 4.3 - Classes de recursos, incertezas e desequilíbrios ambientais.

UNIDADE 5 - COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

- 5.1 - Características e condições do sistema de comercialização.
- 5.2 - Tipos de comercialização e mercados.
- 5.3 - Classificação da agricultura pelo grau de comercialização e tipo de mercado.

UNIDADE 6 - CLASSIFICAÇÃO DOS SISTEMAS AGRÍCOLAS

- 6.1 - Tipo e tamanho do estabelecimento.
- 6.2 - Organização da terra.
- 6.3 - Classes de recursos.
- 6.4 - Grau de comercialização.
- 6.5 - Grau de modernização.

6.6 - Integração dos atributos e regiões multifatoriais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Não informada

TÍTULO: GEOGRAFIA DO ESPAÇO RURAL

CÓDIGO: GCC153 - carga-horária de 60 horas/atividades

ANO DE IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO: 2003

OBJETIVOS: Compreender o significado da Geografia Rural e a importância dos recursos naturais e socioculturais na geração e produção do espaço rural. Identificar os elementos básicos que compõem a primeira natureza nas relações entre sociedade e natureza. Estabelecer as diferenças entre os sistemas de produção, de mercados e de tipos agrícolas

PROGRAMA

UNIDADE 1 - O SENTIDO DA GEOGRAFIA RURAL

- 1.1 - A natureza e o objeto da Geografia Rural: precisão do vocabulário e da concepção do rural.
- 1.2 - A interação dos espaços agrícolas: a urbanização e os estudos rurais.
- 1.3 - Os princípios metodológicos da Geografia Rural: solo, dialética cartográfica e diferenciação de escalas.

UNIDADE 2 - ATIVIDADE RURAL E O MEIO AMBIENTE

- 2.1 - O meio natural como recurso e restrição do uso da terra.
- 2.2 - Os métodos de produção no meio natural:
 - 2.2.1 - Agropecuária convencional e alternativa.
- 2.3 - Classes de recursos, as incertezas e os desequilíbrios ambientais.

UNIDADE 3 - O SOCIAL E O ESPAÇO RURAL

- 3.1 - Propriedade e estabelecimento: conceitos, tipos e distribuição.
- 3.2 - A força de trabalho no espaço rural.
- 3.3 - Produção rural e desenvolvimento econômico.

UNIDADE 4 - A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA NO ESPAÇO AGRÍCOLA

- 4.1 - Organização e distribuição dos sistemas de produção.
- 4.2 - A formação das regiões multifatoriais.
- 4.3 - Renda econômica, renda da terra e desenvolvimento rural.
- 4.4 - A comercialização da produção e as políticas de abastecimento e exportação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

ALMEIDA, J. A construção social de uma nova agricultura. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

ANTONELLO, I T. A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato. São Cristóvão, SE: NPGEU; UFS, 2001. BONNAMOUR, J. Géographie rurale: méthodes et perspectives. Paris: Masson et Cie., 1973.

BRUNHES, J. Geografia Humana. Provenza: Juventud. 1964, p. 113-183.

DERRUAU, M. Tratado de geografia humana. Barcelona: Vicens-Vives, 1973. p. 207-426.

DINIZ, J.A.F. Geografia da agricultura. São Paulo: Difel, 1984.

- GILG, A.W. An introduction to rural geography. London: Edward Arnold, 1985.
- GRAZIANO NETO, F. Questão agrária e ecológica: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GRIGG, D. An introduction to agricultural geography. London: Routledge, 1995.
- HARVEY, D. Conceitos teóricos e a análise dos padrões de uso da terra agrícola na geografia. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, n. 351, p. 43-62, 1976.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. Capítulos de geografia agrária da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 1997.
- SILVA, J.G. da. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP, 1998.
- VEIGA, J.E. da. A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

TÍTULO: GEOGRAFIA RURAL

CÓDIGO: GCC1066 - carga-horária de 75 horas/atividades

ANO DE IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO: 2019, atualizado em 2023 (sem alteração na disciplina)

OBJETIVOS: Distinguir as principais vertentes teóricas da Geografia Rural e seus conceitos-chave; Compreender as abordagens que fundamentam os processos socioespaciais rurais, em especial as transformações no mundo rural contemporâneo, no Brasil e no Rio Grande do Sul; Analisar a natureza das relações de produção e de trabalho na agricultura, as diferenciações dos sistemas agrários no espaço e no tempo; Discutir a expansão capitalista no campo, em particular no campo brasileiro e analisar a distribuição da agricultura pelo território, identificando conflitos e tendências; Entender as relações entre agricultura e natureza e reconhecer o papel da cultura no meio rural.

PROGRAMA

UNIDADE 1 - CONCEITOS E CONCEPÇÕES DE GEOGRAFIA RURAL

- 1.1 - As paisagens rurais, os espaços agrícolas e as territorialidades do/no campo.
- 1.2 - O espaço agrário e rural nos estudos e pesquisas da Geografia: das teorias clássicas ao contemporâneo.
- 1.3 - Agricultura e ruralidade na Geografia contemporânea.

UNIDADE 2 - AS RELAÇÕES AGRICULTURA-NATUREZA

- 2.1 - A natureza, os recursos e a constituição dos sistemas agrários.
- 2.2 - A Revolução Verde e a Biotecnologia.
- 2.3 - Impactos ambientais da agricultura.
- 2.4 - Agriculturas Alternativas e Agroecologia.

UNIDADE 3 - CAPITALISMO E QUESTÃO AGRÁRIA

- 3.1 - Interpretações clássicas e contemporâneas da expansão do capitalismo no campo.
- 3.2 - Propriedade privada, valor e renda da terra.
- 3.3 - Trabalho, emprego, estrutura e relações sociais no campo.

UNIDADE 4 - O CAMPO BRASILEIRO

- 4.1 - A apropriação histórica das terras brasileiras.
- 4.2 - O espaço rural brasileiro: agricultura familiar e agronegócio.
- 4.3 - O “novo” rural brasileiro.
- 4.4 - Políticas públicas para o campo.

UNIDADE 5 - MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS E REFORMA AGRÁRIA

- 5.1 - Camponato e Populações Tradicionais do Brasil.
- 5.2 - Movimentos sociais no campo.
- 5.3 - Luta pela terra no Brasil e no Rio Grande do Sul.
- 5.4 - Atividade prática: trabalho de campo em áreas de agricultura familiar.

UNIDADE 6 - O RURAL CONTEMPORÂNEO - ESPAÇOS MÚLTIPLOS

- 6.1 - Turismo rural, pluriatividade e multifuncionalidade.
- 6.2 - A relação Campo-Cidade.
- 6.3 - Espaço rural e cultura.
- 6.4 - Atividade prática: trabalho de campo para reconhecimento da diversidade produtiva do espaço rural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.) Geografia Agrária: Teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007. MARAFON, G. J; PESSÔA, V. L. S. (Org.) Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais. Uberlândia: Assis Editora, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. São Paulo: Iaundé, 2016.

<https://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20%20MUNDIALIZA%C3%87%C3%83O%20pronto.pdf>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012. GRAZIANO, X.; NAVARRO, bZ. Novo mundo rural. Presidente Prudente: Ed. da UNESP, 2015.

IBGE. Atlas do Espaço Rural Brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

MARAFON, G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.). Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2007.

SAUER, S. Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOBRE OS AUTORES ORGANIZADORES

Cesar de David

Graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (1990). Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) lotado no Departamento de Geociências (CCNE). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005), com Pós-doutorado pela Universidade de Le Mans (França). Mestre em Geografia pela UNESP - Rio Claro (1995). Foi professor do Centro Universitário Franciscano (FIC/UNIFRA/UFN). Possui experiência em ensino, pesquisa e extensão na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Agrária e Rural, atuando nos seguintes temas: Territorialidades Rurais, Agricultura Familiar, Transformações Socioespaciais do Campo e Educação do Campo. É pesquisador do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET) e coordena o Núcleo de Estudos da Paisagem (NEPA), do Espaço Multidisciplinar UFSM Silveira Martins.

Marcelo Cervo Chelotti

Graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2000). Professor Associado no Departamento de Geociências do Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS). Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), e ao Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (PROFGEO). Pós-Doutorado realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorado em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU-MG), com estágio na Universidad de Buenos Aires (UBA). Mestrado em Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP-PP). Professor na Universidade Federal de Uberlândia/ UFU (2008-2021). Professor na Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT (2003-2005). Líder do Núcleo de Estudos em Geografia, Agricultura e Alimentação (NUGAAL-CNPq). Experiência em Geografia Humana, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: Ruralidades Contemporâneas; Reprodução Social da Agricultura Familiar, Expressões da Alimentação e Cultura; e Educação do/no Campo.

AUTORES

Anderson Luiz Machado dos Santos

Graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2009). Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da mesma instituição (PPGGEO-UFSM/2012). No ano de 2021, tornou-se Professor Adjunto do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSM, Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI-UFSM) e líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET-UFSM), o qual é integrante desde sua graduação. Se reconhece como um sujeito e um geógrafo negro do Brasil Meridional sendo pesquisador filiado à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e ao Movimento Negro Unificado (MNU). Possui experiência na área de Geografia e Humanidades, atuando principalmente nos seguintes temas: dinâmicas territoriais e regionais; movimentos sociais e sujeitos - subalternidades e emancipações; epistemologia da geografia; pensamento de(s)colonial e afrodiaspórico; políticas de ação afirmativa.

Carmem Rejane Flores

Graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (1987). Doutorado em Geografia Revalidação de Título no Exterior pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003) e doutorado em Geografia e Ciências do Território - Universidad de Córdoba - Espanha (2001). Pós-doutorado na Universidade Pablo de Olavo de, Sevilha, Espanha. Professora Titular do Departamento de Geociências da UFSM. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Território – GPET. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura Familiar Camponesa, Agricultura e estratégias de produção Sustentáveis, Agroecologia, Movimentos Sociais e Educação do Campo.

Eduardo Schiavonne Cardoso

Graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade de São Paulo (1989), e graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade de São Paulo (1991), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1996) e doutorado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (2001). Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria. Coordena o Grupo de Estudos Geografia, Trabalho e Ambiente – GEGTA. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia, ensino, pesca, pescadores e espaço geográfico.

Flamarion Dutra Alves

Graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2004). Atuou no Laboratório de Estudo e Pesquisas Regionais (LEPER), sob orientação da Prof^ª Dr^ª Vera Maria Favila Miorin, na área da Geografia Agrária. Mestrado em Extensão Rural na UFSM e Doutorado em Geografia na UNESP Rio Claro. Professor Associado na Universidade Federal de Alfenas – MG (UNIFAL-MG) desde 2011, sendo líder do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES), com orientações nos Programas de Pós-graduação em Geografia da UNIFAL-MG e UFSJ.

Felipe Leindecker Monteblando

Graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2008). Professor do Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Colaborador de Pós-doutorado junto ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com período de estágio na Universitat de Barcelona (Barcelona, Espanha). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com estágio de Doutorado Sanduíche na Universidad Pablo de Olavide (Sevilha, Espanha). Interessado, sobretudo, em temas de geografia agrária, regional e do Rio Grande do Sul; paisagem, cultura e patrimônio territorial; Fronteiras e Fronteira Brasil-Uruguay; Pampa e Campanha Gaúcha, com ênfase nas dinâmicas e potencialidades daquilo que, geograficamente, lhes é próprio e distintivo.

Giancarla Salamoni

Graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (1987). Trabalho de conclusão de curso com o título “Tipologia da Agricultura do município de Santa Maria – RS”, sob a orientação da Professora Doutora Vera Maria Favila Miorin. Em 2015 realizou Estágio pós-doutoral, junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSM, sob a supervisão da Professora Doutora Carmen Rejane Flores, como bolsista do Programa Nacional de Pós-doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- PNPd-CAPES. Mestre e doutora em Geografia (UNESP/Rio Claro). Professora titular aposentada do Departamento de Geografia (UFPel) e atualmente professora visitante junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia (FURG). Líder do Grupo de Pesquisa Estudos Agrários e Ambientais, desenvolvendo pesquisas na área dos estudos rurais, com ênfase nos temas relacionados à agricultura familiar, multifuncionalidade, estratégias de reprodução social e territorial, políticas públicas e desenvolvimento rural.

Ideni Terezinha Antonello

Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (1990). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (1994) com a dissertação O camponês Sertanejo e doutorado em

Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1999) com a tese *Metamorfoses do Trabalho e a Mutação do Campesinato* e realizou aperfeiçoamento no L'institut Des Hautes Études de L'amerique Latine Université de La Sorbonne, IHELA, França, mediante a categoria de doutorado "sanduíche"(CNPq) sob orientação do Prof. Chistian Gross. Pós-doutoramento (2015) no IGOT-Instituto de Geografia e Ordenamento do Território/Universidade de Lisboa/Portugal. Atualmente é professora associada da Universidade Estadual de Londrina do Curso de graduação e pós-graduação em Geografia. Pesquisadora do CNPq (bolsista PQ 2). Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento urbano e regional, espaço urbano, os arranjos urbano-rural, metodologias qualitativas de participação social e políticas públicas territoriais.

Ivo Lauro Müller Filho

Foi um dos quatro fundadores da Geografia da UFSM, ingressando na instituição em 1965. Doutorou-se em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia, IGCE-UNESP - Rio Claro em 1991. Foi professor de Geomorfologia de grande destaque pela sua didática. Recebeu a distinção do Mérito Universitário pela UFSM. Aposentou-se do Departamento de Geociências em 1994.

Marcelo Antônio Conterato

Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2000). Mestre e doutor em Desenvolvimento Rural (2004 e 2008) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vinculado ao Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI) e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). Atualmente é Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). Foi Diretor do Centro Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento (CISADE) entre 2019 e 2022. Foi Coordenador do Bacharelado em Desenvolvimento Rural (PLAGEDER), na modalidade EaD. Integra o Grupo de Pesquisa em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD). Em termos de pesquisa atua principalmente nos seguintes temas: Construção Social de Mercados; Agricultura Familiar; Desenvolvimento Rural, Mudanças Climáticas, Gases de Efeito Estufa.

Meri Lourdes Bezzi

Graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (1982), e em Geografia Licenciatura Plena (1983). Graduação em Estudos Sociais (1981), pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Imaculada Conceição (FIC). Mestrado em Geografia - Organização do Espaço- pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Rio Claro (1986); Doutorado em Geografia - Organização do Espaço- pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Rio Claro (1997). Professora Titular pela UFSM (2017). Coordenou o Curso Licenciatura em Geografia - EAD da Universidade Federal de Santa Maria de 2012 a 2018. Líder do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários

(NERA). Experiência na área de Geografia, com ênfase na área de Geografia Humana, atuando principalmente nas seguintes linhas: Organização do Espaço, Região e Regionalização, Geografia Agrária e Geografia Cultural.

Michele Lindner

Graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (2004). Professora Adjunta no Departamento de Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IGEO - UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. Coordenadora do Núcleo de Estudos Agrários (NEAG-CNPq).. Especialização em Geociências pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, Rio Claro), com período Sanduíche no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa). Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Sérgio Augusto Carvalho Bernardes

Foi um dos quatro fundadores da Geografia da UFSM, ingressando na instituição em 1965. Foi Pró-Reitor de Graduação da UFSM em 1978. Foi o primeiro docente de Geografia Agrária do Departamento de Geociências da UFSM, aposentando-se em 1990.

Vera Maria Favila Miorin

Foi estudante da turma pioneira da Geografia da Universidade Federal de Santa Maria concluindo o curso em 1968. Mestrado em Geografia Rio Claro pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1982). Doutorado em Geografia (Organização do Espaço) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1988) e Pós-Doutorado em Geografia (Organização do Espaço) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2012). Pioneira entre os geógrafos da UFSM a obter o título de doutora em Geografia pela UNESP Rio Claro (1989). Fundadora do primeiro grupo de pesquisa em Geografia Humana, o Laboratório de Estudo e Pesquisa Regional - LEPER. Experiência na área de Geografia, com ênfase em Análise Espacial da Agricultura Familiar, atuando principalmente nos seguintes temas: Teórico metodológico do espaço agrário; Processos da agricultura familiar; Modo de produção do espaço agrário; Organização do espaço rural e da produção familiar com preservação ambiental.

